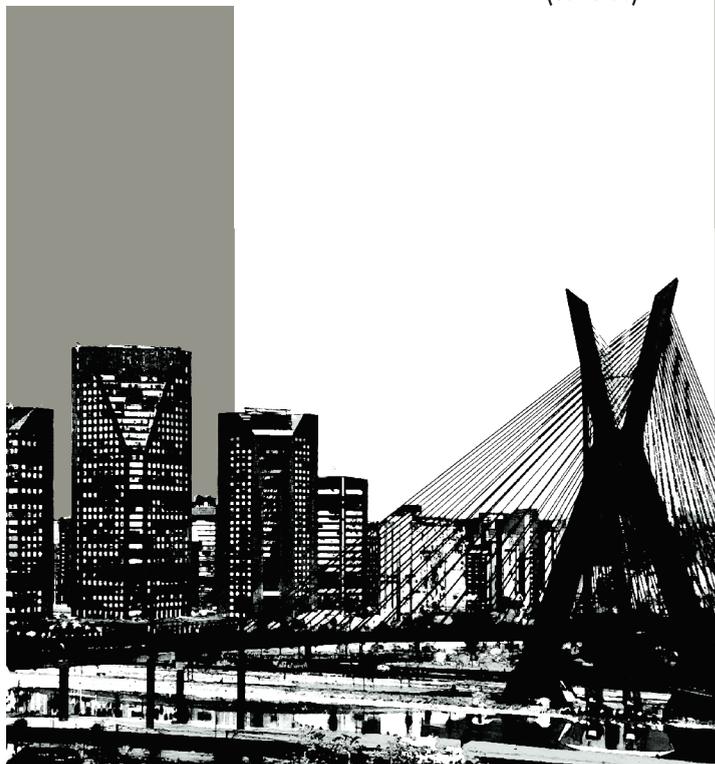


METRÓPOLES:
TERRITÓRIO, COESÃO SOCIAL E GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA

SÃO PAULO:

TRANSFORMAÇÕES NA ORDEM URBANA

Lucia Maria Machado Bógus
Suzana Pasternak
(editoras)



Observatório
das Metrópoles
Instituto Nacional de
Ciência e Tecnologia

LETRCAPITAL

Copyright © Lucia Maria Machado Bógus, Suzana Pasternak (Editoras) 2015

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITOR João Baptista Pinto

CAPA Flávia de Sousa Araújo

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO Luiz Guimarães

APOIO TÉCNICO Eliana Rodrigues

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S241

São Paulo: transformações na ordem urbana [recurso eletrônico] / organização Lucia Maria Machado Bógus, Suzana Pasternak; coordenação Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

recurso digital (Estudos comparativos)

Formato: epub

Requisitos do sistema: adobe digital editions

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7785-363-2 (recurso eletrônico)

1. Espaços públicos - São Paulo (SP) 2. Planejamento urbano - São Paulo (SP) 3. Arquitetura - São Paulo (SP) 4. Praças - São Paulo (SP) 5. Urbanismo. 6. Livros eletrônicos. I. Bógus, Lucia Maria Machado. II. Pasternak, Suzana. III. Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz. IV. Série.

15-21654

CDD: 711.40981161

CDU: 711.4(815.6)

06/04/2015 13/04/2015

LETRA CAPITAL EDITORA
Telefax: (21) 3553-2236/2215-3781
letracapital@letracapital.com.br

*O conteúdo deste livro
passou pela supervisão e avaliação de um
Comitê Gestor e Editorial
formado pelos seguintes pesquisadores:*

Comitê Gestor

Ana Lúcia Rodrigues
Luciana Corrêa do Lago
Luciana Teixeira de Andrade
Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
Maria do Livramento M. Clementino
Olga Firkowski
Orlando Alves dos Santos Júnior
Rosetta Mammarella
Sergio de Azevedo
Suzana Pasternak

Comitê Editorial

Adauto Lúcio Cardoso
André Ricardo Salata
Érica Tavares
Juciano Martins Rodrigues
Marcelo Gomes Ribeiro
Mariane Campelo Koslinski
Marley Deschamps
Nelson Rojas de Carvalho
Ricardo Antunes Dantas de Oliveira
Rosa Maria Ribeiro da Silva
Rosa Moura



IPPUR
Instituto de Pesquisa
e Planejamento Urbano e Regional



Sumário

Introdução	
Lucia Maria Machado Bógus, Suzana Pasternak	15
Capítulo 1 A Metrópole de São Paulo: desenvolvimento econômico recente e configuração interna	
Ricardo Carlos Gaspar, Cimar Alejandro Prieto Aparício, Vagner de Carvalho Bessa	27
Capítulo 2 A Metrópole de São Paulo na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho	
Rafael Soares Serrao, João Marcus Pires Dias	52
Capítulo 3 São Paulo na transição demográfica	
Suzana Pasternak, Lucia Maria Machado Bógus	77
Capítulo 4 Mudanças recentes na estruturação socioespacial da Região Metropolitana de São Paulo	
Suzana Pasternak, Lucia Maria Machado Bógus	111
Capítulo 5 Família, trabalho e renda: mudanças na primeira década do século XXI	
Lília Montali, Marcelo Tavares de Lima	158
Capítulo 6 São Paulo 2000-2010: Habitação e mercado imobiliário	
Ângela Luppi Barbon, Camila D’Ottaviano, Suzana Pasternak	193
Capítulo 7 Organização social do território e desigualdades de oportunidades educativas	
Dulce Maria Tourinho Baptista, Marisa do Espírito Santo Borin	232
Capítulo 8 A crise da mobilidade urbana na Região Metropolitana de São Paulo	
Kazuo Nakano	263
Capítulo 9 Governança urbana, política pública e gestão metropolitana	
Vera Chaia, Marcelo Barbosa Câmara	296
Síntese e conclusões	
Lucia Maria Machado Bógus, Suzana Pasternak	321

Lista de Figuras, Quadros e Tabelas

Lista de Figuras

Figura 5.1 – Distribuição dos domicílios segundo rendimento domiciliar per capita médio segundo classes de salário mínimo - Região Metropolitana de São Paulo – 2010.....	187
Figura 5.2 – Taxa de ocupação de pessoas de 15 anos e mais - Região Metropolitana de São Paulo – 2010.....	188
Figura 5.3 – Proporção de pessoas de 15 anos e mais, com pelo menos nível fundamental completo - Região Metropolitana de São Paulo – 2010.....	189
Figura 7.10. Atraso escolar de 1 ano no 9º ano/8ª série - 2000.....	258

Lista de Gráficos

Gráfico 1.1 – Distribuição do Valor Adicionado por subsetores de atividade econômica - Estado de São Paulo e Região Metropolitana de São Paulo – 2002.....	40
Gráfico 1.2 – Distribuição do Valor Adicionado por subsetores de atividade econômica - Estado de São Paulo e Região Metropolitana de São Paulo – 2010.....	41
Gráfico 1.3 – Distribuição do Valor Adicionado, por setores de atividade econômica do Município de São Paulo em 2002-2010	43
Gráfico 1.4 – Distribuição do Valor Adicionado, por setores de atividade econômica - Sub-Região Oeste - 2002-2010.....	44
Gráfico 1.5 – Distribuição do Valor Adicionado, por setores de atividade econômica - Sub-Região Sudeste - 2002-2010	46
Gráfico 1.6 – Distribuição do Valor Adicionado, por setores de atividade econômica - Sub-Região Leste - 2002-2010	47
Gráfico 1.7 – Distribuição do Valor Adicionado, por setores de atividade econômica - Sub-Região Sudoeste - 2002-2010	48
Gráfico 1.8 – Distribuição do Valor Adicionado, por setores de atividade econômica - Sub-Região Norte - 2002-2010.....	49
Gráfico 2.1 – Estimativa da população economicamente ativa da RMSP (em mil pessoas) - 1985 a 2012	59
Gráfico 2.2 – Taxa de desemprego total da RMSP (em %) - 1985 a 2012.....	60
Gráfico 2.3 – Distribuição do emprego da RMSP segundo setor de atividade (em %) - 1985 a 2012.....	66
Gráfico 2.4 – Variação na participação dos setores no emprego da RMSP (em %) - 1985 a 2012	66
Gráfico 2.5 – Distribuição do emprego no município-polo segundo setor de atividade (em %) - 1985 a 2012.....	67
Gráfico 2.6 – Variação na participação dos setores no emprego do município-polo (em %) - 1985 a 2012.....	68
Gráfico 2.7 – Participação do município-polo no emprego da RMSP segundo setor de atividade (em %) - 1985 a 2012.....	68

Gráfico 2.8 – Variação na participação do município-polo no emprego da RMSP - segundo setores (em %) - 1985 a 2012.....	69
Gráfico 2.9 – Distribuição do emprego do ABCDOG segundo setor de atividade (em %) - 1985 a 2012.....	70
Gráfico 2.10 – Variação na participação dos setores no emprego do ABCDOG (em %) - 1985 a 2012.....	70
Gráfico 2.11 – Participação do ABCDOG no emprego da RMSP segundo setor de atividade (em %) - 1985 a 2012.....	71
Gráfico 2.12 – Variação na participação do ABCDOG no emprego da RMSP segundo setores (em %) - 1985 a 2012.....	72
Gráfico 2.13 – Rendimento médio dos assalariados da esfera privada (em R\$) - 2012.....	74
Gráfico 5.1 – Distribuição dos domicílios segundo tipologia de arranjos domiciliares (%) - Estado de São Paulo e Região Metropolitana de São Paulo – 1991 – 2000 – 2010.....	163
Gráfico 5.2 – Distribuição dos ocupados por posição na família e tipo de arranjo domiciliar (%) - Região Metropolitana de São Paulo – 1985 a 2003.....	169
Gráfico 5.3 – Distribuição da PIA segundo situação ocupacional e condição de precariedade na ocupação por posição na família (% Região Metropolitana de São Paulo – 1985 a 2003.....	170
Gráfico 5.4 – Rendimento familiar per capita médio (R\$) - Região Metropolitana de São Paulo, ABCD, município de São Paulo e outros municípios 1986 a 2003.....	172
Gráfico 5.5 – Distribuição da PEA segundo situação ocupacional e condição de precariedade na ocupação por posição na família (%) - Região Metropolitana de São Paulo – 2000 e 2010.....	178
Gráfico 5.6 – Distribuição dos ocupados por tipo de arranjo domiciliar e posição na família (%) - Região Metropolitana de São Paulo – 2000 e 2010.....	179
Gráfico 5.7 – Rendimento domiciliar per capita médio (R\$) Brasil Metropolitano, Estado de São Paulo e Região Metropolitana de São Paulo, 2001 – 2009.....	183
Gráfico 5.8 – Distribuição dos domicílios segundo rendimento domiciliar per capita por faixas de salário mínimo (%) - Região Metropolitana de São Paulo – 2000 e 2010.....	183
Gráfico 6.1 – Variação por décimos de renda per capita na década, Brasil.....	200
Gráfico 6.2 – Oferta de unidades por período previsto para entrega.....	217
Gráfico 8.1 – Viagens diárias na RMSP.....	278
Gráfico 8.2 – Viagens diárias motorizadas e não motorizadas na RMSP.....	278
Gráfico 8.3 – Viagens diárias por modos na RMSP.....	279
Gráfico 8.4 – Frota de automóveis da RMSP.....	280
Gráfico 8.5 – Viagens diárias por automóveis individuais e renda familiar na RMSP.....	281
Gráfico 8.6 – Viagens diárias por modo coletivo e renda familiar na RMSP.....	282

Gráfico 8.7 – Viagens por modo e renda familiar mensal na RMSP	282
Gráfico 8.8 – Evolução das viagens diárias na RMSP	283
Gráfico 8.9 – Crescimento populacional, no número de empregos e no número de matrículas	284
Gráfico 8.10 – Viagens diárias por motivo na RMSP	285
Gráfico 8.11 – Índice de mobilidade por modos na RMSP	285

Lista de Mapas

Mapa 1.1 – Região Metropolitana de São Paulo.....	35
Mapa 3.1 - Níveis de integração à dinâmica da metropolização da Região Metropolitana de São Paulo – 2010	82
Mapa 4.1 – Região Metropolitana de São Paulo: tipologia socioespacial em 1980 e em 1991.....	134
Mapa 4.2 – Região Metropolitana de São Paulo: tipologia sócio-espacial, 1991, áreas agrupadas e detalhadas	137
Mapa 4.3 – Região Metropolitana de São Paulo: tipologia socio-espacial, 2000, áreas agrupadas e detalhadas	138
Mapa 4.4 – Região Metropolitana de São Paulo, distribuição das áreas homogêneas por distritos, 2000	150
Mapa 4.5 – Região Metropolitana de São Paulo, distribuição das áreas homogêneas por distrito, 2010	151
Mapa 4.6 – Município de São Paulo: distribuição das áreas homogêneas em 2000 e 2010, por distritos	153
Mapa 6.1 – Localização dos setores subnormais em 2000.....	213
Mapa 6.2 – Localização dos setores subnormais em 2010.....	214
Mapa 6.3 – Localização dos setores normais em 2000 e subnormais em 2010.....	215
Mapa 6.4 – Localização dos lançamentos imobiliários multifamiliares com entrega prevista entre julho de 2000 e junho de 2010.....	218
Mapa 6.5 – Localização dos lançamentos imobiliários multifamiliares com entrega prevista entre julho de 2000 e junho de 2010 e valor atualizado para venda de até 200 mil reais	221
Mapa 7.1 – Municípios da Região Metropolitana de São Paulo por Níveis de Integração - 2010	235
Mapa 7.11. Atraso escolar de 1 ano no 9º ano/8ª série – 2010	259
Mapa 7.2 – Chefe de Domicílio sem Instrução e ou Fundamental Incompleto – 2000	239
Mapa 7.3 – Chefe de Domicílio - sem instrução ou fundamental incompleto - 2010	240
Mapa 7.4 – Abandono Escolar - 2000.....	252
Mapa 7.5 – Abandono Escolar – 2010.....	252
Mapa 7.6 – Atraso de 1 ano - 4ª Série – 2000	255
Mapa 7.7 – Atraso de 1 ano - 4ª série – 2010	256

Mapa 7.8 – Atraso escolar de 2 anos ou mais - 4ª série - 2000	256
Mapa 7.9 – Atraso escolar de 2 anos ou mais na 4 série - 2010	257

Lista de Quadros

Quadro 1.1 – Municípios da Região Metropolitana de São Paulo.....	38
Quadro 2.1 – Indicadores do PIB Municipal da RMSP 2000 e 2010.....	65
Quadro 2.2 – Distribuição dos ocupados segundo as atividades econômicas que mais empregam - 2012	73
Quadro 4.1 – Tipo de áreas	129
Quadro 6.1 – Mudanças na participação relativa – 2000 e 2010	201
Quadro 6.2 – Distribuição das unidades por grupo de distritos	223
Quadro 6.3 – Acréscimo de domicílios particulares permanentes em setores subnormais e total de unidades habitacionais lançadas por agentes formais em relação ao acréscimo total de domicílios	224
Quadro 6.4 – Política Habitacional no Brasil, no Estado de São Paulo e no Município de São Paulo	230

Lista de Tabelas

Tabela 1.1 - Censo Demográfico na RMSP, Estado de São Paulo e a capital paulista – 2000 e 2010	36
Tabela 1.2 – Participação no Valor Adicionado e no PIB Estadual Estado de São Paulo e Regiões Metropolitanas – 2000-2010	37
Tabela 1.3 – Participação no Valor Adicionado do estado, segundo Setores de Atividade Econômica - Região Metropolitana de São Paulo – 2002-2010	39
Tabela 1.4 – Distribuição do PIB da RMSP segundo sub-regiões 2002-2010.....	42
Tabela 3.1 – Evolução da população metropolitana de São Paulo e do município de capital.....	80
Tabela 3.2 – Taxas de crescimento populacional anual, Região Metropolitana de São Paulo, município da capital e outros municípios metropolitanos, 1950 a 2010	80
Tabela 3.3 – População, área, taxas de crescimento e densidades demográficas brutas dos municípios por níveis de integração	82
Tabela 3.4 – Densidade demográfica da área ocupada para 1991, 2000 e 2010, por nível de integração, Região Metropolitana de São Paulo	84
Tabela 3.5 – Estrutura etária resumida - municípios agregados por nível de integração, 2010.....	85
Tabela 3.6 – Evolução do coeficiente de mortalidade geral na Região Metropolitana de São Paulo, 1980 a 2010.....	86
Tabela 3.7 – Taxas de mortalidade infantil no Brasil e na Região Metropolitana de São Paulo, 1980 a 2013 (óbitos/ 1000 nascidos vivos)	87
Tabela 3.8 – Taxas de Mortalidade Infantil em municípios agrupados por nível de integração, 1980 a 2010	89

Tabela 3.9 – Proporção de óbitos de menores de 1 ano no total de óbitos, municípios por nível de integração, 1980 a 2010.....	89
Tabela 3.10 – Município de São Paulo, 2003- Principais causas de morte por grupo etário.	90
Tabela 3.11 – Fecundidade no Brasil e regiões, em número médio de filhos por mulher, 1940 a 2010.....	91
Tabela 3.12 – Fecundidade no Estado de São Paulo e na Região Metropolitana de São Paulo, em número médio de filhos por mulher.....	92
Tabela 3.13 – Taxa bruta de natalidade por nível de integração de municípios, 1980 a 2010.....	92
Tabela 3.14 – Taxa de fecundidade geral por nível de integração de municípios, 1980 a 2010.....	93
Tabela 3.15 – Taxas geométricas anuais de crescimento populacional, Brasil, Estado de São Paulo, RMSP, MSP e outros municípios metropolitanos, 1970 a 2010	94
Tabela 3.16 – Crescimento demográfico absoluto e taxas geométricas por componentes. RMSP 1940-2010	95
Tabela 3.17 – Naturalidade dos residentes nos municípios da RMSP, por nível de integração, 2010.....	96
Tabela 3.18 – Origem dos não naturais, segundo o nível de integração dos municípios de residência em 2010	97
Tabela 3.19 – Proporção de migrantes, conjunto de municípios por nível de integração, 1991 a 2010.....	99
Tabela 3.20 – Tempo de moradia no Estado de São Paulo, sem interrupção.....	99
Tabela 3.21 – Procedência dos migrantes intra- metropolitanos, região metropolitana de São Paulo, 2010, por capital e outros municípios metropolitanos.....	101
Tabela 3.22 – Moradores em outros municípios que não o atual em 2005, por origem.....	102
Tabela 3.23 – Migrantes data fixa residindo no Brasil em 2005, por nível de integração dos municípios de residência.	103
Tabela 3.24 – Residência anterior dos migrantes intrametropolitanos, por nível de integração dos municípios de residência, em 2005.....	104
Tabela 3.25 – Residência anterior em 2005 dos migrantes intrametropolitanos, resumindo capital e outros municípios metropolitanos.	106
Tabela 3.26 – RMSP: taxas geométricas de crescimento populacional por grupos de IBEU (Índice de Bem Estar Urbano) dos municípios metropolitanos em 2010	107
Tabela 4.1 – Evolução das categorias sócio-ocupacionais, 1980 a 2010 (%).....	118
Tabela 4.2 – Algumas características demográficas das grandes categorias socio-ocupacionais	125
Tabela 4.3 – Renda domiciliar e per capita por grande categoria socio-ocupacional, em salários mínimos.....	125
Tabela 4.4 – Tipologia de áreas em 1980 e em 1991	128

Tabela 4.5 – Região Metropolitana de São Paulo – População ocupada e áreas de expansão demográfica, por tipo de área, 1991 e 2000, em números absolutos.....	136
Tabela 4.6 – Região Metropolitana de São Paulo – População e áreas de expansão demográfica, por tipo de área, 1991 e 2000, em percentual.....	136
Tabela 4.7 – Densidades relativas por tipos de áreas, 2000 e 2010.....	144
Tabela 4.8 – Distritos e população por tipo de áreas, 2000 e 2010, Região Metropolitana de São Paulo	145
Tabela 4.9 – Mudança, por eixo espacial. Região Metropolitana de São Paulo, 2000 e 2010	145
Tabela 4.10 – Detalhamento dos tipos de mudança.....	146
Tabela 4.11 – Distritos e população por tipo de área, 2000 e 2010, Município de São mudança entre 2000 e 2010.....	152
Tabela 5.1 – Distribuição dos domicílios segundo arranjos domiciliares (%) Estado de São Paulo e Região Metropolitana de São Paulo – 1991 a 2010.....	165
Tabela 5.2 – Número médio de componentes da família - Estado de São Paulo e Região Metropolitana de São Paulo – 1991 a 2010	165
Tabela 5.3 – Participação na composição da massa de renda domiciliar por posição na família - Total dos domicílios (%) - Região Metropolitana de São Paulo – 1986 a 2003	171
Tabela 5.4 – Participação na massa da renda domiciliar por posição na família (%) - Região Metropolitana de São Paulo – 2000 e 2010	181
Tabela 5.5 – Distribuição dos domicílios segundo tipos de arranjos domiciliares e faixas de salário mínimo da renda domiciliar per capita (%) Região Metropolitana de São Paulo – 2010.....	185
Tabela 6.1 – Evolução de alguns indicadores físicos dos domicílios da RMSP, 2000 e 2010.....	195
Tabela 6.2 – Evolução de alguns indicadores físicos dos domicílios maiores na RMSP, 2000 e 2010.....	196
Tabela 6.3 – Proporção de casas e apartamentos com mais de três pessoas por dormitório, RMSP, 2000 e 2010.....	197
Tabela 6.4 – Infraestrutura domiciliar, RMSP, por tipo de área.....	198
Tabela 6.5 – Proporção domicílios alugados / Domicílios particulares permanentes - (por faixa de renda per capita em salários mínimos).....	199
Tabela 6.6 – Domicílios em aglomerados sub normais, Brasil, Estado de São Paulo, Região metropolitana de São Paulo e município de São Paulo, 1991 a 2010.....	202
Tabela 6.7 – Setores subnormais, domicílios e população moradora, 2000 e 2010	203
Tabela 6.8 – Taxas de crescimento geométricas dos setores, domicílios e população moradora em setores subnormais	204
Tabela 6.9 – Município da metrópole com favela, domicílios e população favelada, 2000 e 2010	205

Tabela 6.10 – Região Metropolitana de São Paulo: proporção de domicílios e de população moradora em aglomerados subnormais, 2000 e 2010	206
Tabela 6.11 – Aglomerados subnormais com maiores médias de moradores por domicílio – RMSP 2010	207
Tabela 6.12 – Domicílios em Aglomerados Subnormais por tipo de material das paredes externas – RMSP 2010	208
Tabela 6.13 – Domicílios em aglomerados subnormais por número de cômodos – RMSP 2010	208
Tabela 6.14 – Domicílios em aglomerados subnormais por número de dormitórios – RMSP 2010.....	209
Tabela 6.15 – Moradores em aglomerados subnormais por número de dormitórios – RMSP 2010.....	209
Tabela 6.16 – Pessoas com 10 anos ou mais de idade, moradores em Aglomerados Subnormais, por classe de rendimento nominal mensal – RMSP 2010.....	210
Tabela 6.17 – Evolução da população e dos domicílios em aglomerados subnormais por anel, município de São Paulo, 1991- 2010.....	211
Tabela 6.18 – Taxas geométricas de crescimento da população favelada, 1991-2010, por anel. Município de São Paulo	211
Tabela 6.19 – Domicílios e população em aglomerados subnormais e população total, por tipologia socioespacial, RMSP, 2000 e 2010.	212
Tabela 6.20 – Unidades lançadas(1) na Região Metropolitana de São Paulo com entrega prevista para o período de julho de 2000 a junho de 2010.....	220
Tabela 7.1 – Os Municípios da RMSP com os Melhores Índices do IDH	237
Tabela 7.2 – Os Municípios da RMSP com os Piores Índices do IDH	237
Tabela 7.3 – Escolaridade do Chefe de Domicílio - 2000	239
Tabela 7.4 – Escolaridade do Chefe de Domicílio – 2010	240
Tabela 7.5 – Atraso de 1 ano ou mais no 5º ano/4ª série - 2000	241
Tabela 7.6 – Atraso de 1 ano ou mais no 5º ano/4ª série – 2010	242
Tabela 7.7 – Atraso de 2 anos ou mais no 5º ano/4ª serie -2000	242
Tabela 7.8 – Atraso de 2 anos ou mais no 5º ano/4ª série -2010.....	243
Tabela 7.9 – Atraso de 1 ano ou mais no 9º ano/8ª série -2000	244
Tabela 8.1 – Viagens por modo na RMSP.....	287
Tabela 8.2 – Pessoas da cor ou raça branca que gastam entre uma e duas horas e mais de duas horas nos deslocamentos na RMSP.....	291
Tabela 8.3 – Pessoas da cor ou raça preta que gastam entre uma e duas horas e mais de duas horas nos deslocamentos na RMSP.....	291
Tabela 8.4 – Pessoas da cor ou raça parda que gastam entre uma e duas horas e mais de duas horas nos deslocamentos na RMSP.....	291
Tabela 8.5 – Percentual de pessoas que se deslocam diariamente na metrópole segundo categorias sócio-ocupacionais.....	292
Tabela 9.1 – Distribuição percentual do número dos municípios paulistas que aderiram à Conferência das Cidades 2013 por região.....	301

Tabela 9.2 – Composição da Alesp – 2007-2010	306
Tabela 9.3 – Totalidade de projetos de lei, amostras de emendas e indicações.....	307
Tabela 9.4 – Ações parlamentares: projetos de lei – 2007 a 2010	308
Tabela 9.5 – Ações parlamentares: emendas – 2007 a 2010	308
Tabela 9.6 – Ações parlamentares: indicações – 2007 a 2010	308
Tabela 7.10 – Atraso de 1 ano ou mais no 9º ano/8ª série – 2010	244
Tabela 7.11 – Atraso no 9º ano/8ª série de 2 anos ou mais -2000	245
Tabela 7.12 – Atraso de 2 anos ou mais no 9º ano/8ª série - 2010	245
Tabela 7.13 – Jovens de 14 a 17 anos que já abandonaram a escola -2000.....	246
Tabela 7.14 – Jovens de 14 a 17 anos que já abandonaram a escola -2010.....	246
Tabela 7.15 – IDEB- Prova Brasil: Educação / desempenho escolar x caracterização dos espaços territoriais com melhores índices.	247
Tabela 7.16 – IDEB- Prova Brasil: Educação / desempenho escolar x caracterização dos espaços territoriais com piores índices.....	247
Tabela 7.17 – Taxa de rendimento escolar	248
Tabela 7.18 – Distribuição da população por faixa etária e escolaridade	250
Tabela 7.19 – População por sexo e escolaridade - 2000/ 2010.....	250
Tabela 7.20 – População alfabetizada por sexo e local de domicílio - %	250
Tabela 7.21 – Jovens de 14 a 17 anos que abandonaram a escola -%	251
Tabela 7.22 – Nível de escolaridade do responsável do domicílio - 2000.....	253
Tabela 7.23 – Atraso escolar na 4ª série nos distritos do MSP- %.....	255
Tabela 7.24 – Atraso - na 8ª série nos distritos de São Paulo.....	258
Tabela 7.25 – Analfabetismo nos distritos do MSP -%.....	260

Introdução

*Lucia Maria Machado Bógus
Suzana Pasternak*

A expansão recente dos centros urbanos no Brasil e, especialmente, das regiões metropolitanas foi fortemente marcada pela crescente substituição do papel das indústrias, na geração de riqueza e de empregos, pelas atividades terciárias de comércio e serviços ligados em grande parte ao capital financeiro e a modernas tecnologias de informação e comunicação.

A Região Metropolitana de São Paulo é um bom exemplo desse processo: consolidou em seu território as feições típicas de centros globalizados de países em desenvolvimento, com a presença hegemônica do capital financeiro e suas interações com o mercado imobiliário, protagonista importante, para o qual uma parcela significativa do excedente financeiro da economia é canalizada. A profunda reestruturação da economia urbana, reconfigurada no espaço regional de entorno da cidade-sede, ultrapassou, em muitos casos, os limites metropolitanos, seguindo rumo ao interior do estado ao longo dos eixos rodoviários, cuja expansão foi importante para a interiorização da indústria e o desenvolvimento dos demais setores da economia.

Constituída por 38 municípios que se agrupam em torno da capital e são por ela polarizados, a Região Metropolitana de São Paulo ocupa 3,24% do total do território do estado, com uma área de 8.051 km², concentrando, em 2010, cerca de 48% da população de todo o estado.

Considerando a história da região é possível identificar quatro fases em sua configuração nas quais se formaram e consolidaram os fatores responsáveis pela expansão de sua economia.

A primeira fase, que se inicia nos anos 1930 e se estende ao final da segunda guerra mundial, é conhecida como a **fase de expansão ferroviária** ou pré-metropolitana. É nesse período que se constituem alguns dos elementos estruturantes da futura metrópole, com a instalação de indústrias ao longo das estradas de ferro Santos-Jundiaí e Sorocabana e a integração com os municípios vizinhos de Osasco, São Caetano do Sul e Santo André, municípios ainda com características rurais, mas onde já se alojava parte da população operária. Também

nessa primeira fase ocorreu a ocupação dos bairros situados a leste do município de São Paulo para onde depois se expandiram, ao longo do eixo ferroviário da Central do Brasil, os municípios-dormitório da região leste metropolitana.

A segunda fase, que pode ser considerada a de maior expansão da metrópole paulista, iniciou-se no segundo pós-guerra e estendeu-se ao início dos anos 1960, época em que houve a grande aceleração do processo de localização industrial. Tal processo vinculou-se diretamente à **expansão rodoviária** no estado de São Paulo, que viabilizou a instalação de novas indústrias na Região Metropolitana, tal como ocorreu ao longo da Via Anchieta, nos municípios do ABC (Santo André, São Bernardo e São Caetano), que assistiram, também, a importantes alterações demográficas.

A terceira fase, de 1960 a 1980, foi marcada pela formação de grandes blocos de atividades industriais, sobretudo nos anos 1960 que assistiram ao grande **desenvolvimento da indústria automobilística**, na região do ABC e a conseqüente ampliação das áreas ocupadas pelos usos urbanos. O crescimento das atividades secundárias favoreceu o surgimento de vários tipos de serviços e demandou maior espaço para a localização de estabelecimentos industriais e comerciais. As taxas de crescimento populacional na região metropolitana acompanharam o processo de expansão econômica, atraindo migrantes de várias partes do país e do mundo.

A quarta fase da expansão metropolitana paulista iniciou-se nos anos 1980, assinalando um período de grandes mudanças, cujos efeitos perduram até os dias de hoje. É a fase na qual a Região Metropolitana assistiu à desconcentração das atividades industriais e da população – já iniciada em meados dos anos 1970 – à reestruturação das atividades econômicas, à inserção do país no contexto da globalização e ao grande incremento das atividades terciárias, que se tornaram, em muitos casos, o reduto dos desempregados do setor secundário da economia.

São Paulo passou a ser conhecida, a partir daí, como “a metrópole dos serviços” em virtude do papel desempenhado por essas atividades no município-polo. No município de São Paulo, concentraram-se, de maneira crescente, as atividades financeiras de natureza global, as sedes dos maiores bancos nacionais e internacionais, as grandes empresas multinacionais, concedendo à cidade a primazia entre as metrópoles nacionais e transformando-a na metrópole global.

O crescimento e diversificação das atividades econômicas foram

acompanhados pela elevada taxa de urbanização da população – hoje da ordem de 98% – e pela extensão da área urbanizada. Esse processo acentuou a extensão de áreas ocupadas pelos usos urbanos, uma vez que o crescimento das atividades industriais exigiu a alocação espacial das indústrias e a Região Metropolitana de São Paulo continuou a apresentar uma oferta de emprego superior às demais regiões do estado e do país.

As características socioeconômicas e demográficas apresentadas a seguir permitem compreender, em grande parte, a lógica que perpassa o conjunto dos processos metropolitanos e transforma a Região Metropolitana de São Paulo, ao mesmo tempo, em área de atração e expulsão populacional, com mercado de trabalho dinâmico e extremas desigualdades sociais.

Na última década do século XX e nas primeiras décadas do século XXI, como parte das transformações econômicas iniciadas nos períodos anteriores, as taxas de crescimento populacional reduziram-se gradualmente, sobretudo no município de São Paulo. Os municípios do entorno metropolitano continuaram, no entanto, a apresentar taxas mais elevadas, indicando o dinamismo econômico da região e seu papel de área de atração populacional e de atividades econômicas.

Ao longo das etapas de sua expansão recente, um conjunto de processos produziram alterações na estrutura de empregos dos diferentes setores de atividade econômica na RMSP, reduzindo os empregos industriais, mas impulsionando o crescimento dos empregos no terciário (MONTALI, 2009). Assim, ao mesmo tempo em que ocorreu o processo de desconcentração industrial e a redução do emprego na indústria, diversificaram-se as atividades do setor terciário na região metropolitana, que passou a sediar atividades altamente sofisticadas. Nos anos 1990, a região metropolitana paulista assumiu, definitivamente, o papel de ‘cidade mundial’, tendo a reestruturação produtiva contribuído de modo efetivo para esta mudança., que teve, no entanto, efeitos deletérios para o mercado de trabalho e o emprego.

Em termos gerais, pode-se afirmar que a década de 1990 foi o ponto de inflexão na trajetória dos principais indicadores da situação dos trabalhadores no que diz respeito ao assalariamento e à formalização das relações de trabalho. Ocorreu nessa década uma regressão no mercado de trabalho, com aumento do desemprego, com crescimento de vínculos de trabalho precários, queda de rendimentos reais e concentração de renda (DIEESE, 2001, p. 11).

Esse processo acentuou as desigualdades sociais e contribuiu para a redistribuição espacial da população no tecido metropolitano.

Os municípios da região do ABC, que concentravam maiores proporções de trabalhadores ocupados no setor industrial, apresentaram a redução mais acentuada no período considerado. Mas as proporções mais baixas de trabalhadores residentes ocupados na indústria foram encontradas no município de São Paulo, onde, em 1985, pouco menos que um terço dos ocupados estavam inseridos em atividades industriais.

A reestruturação produtiva implicou, também, a crescente precarização das relações de trabalho, já que a flexibilização da produção foi acompanhada pela terceirização e pela subcontratação da produção e de serviços, resultando no surgimento dos chamados setores informais modernos (DEDECCA e BALTAR, 1997). A flexibilização provocou ainda, especialmente na Região Metropolitana de São Paulo, a contratação da mão-de-obra pelas empresas sem carteira de trabalho assinada, seja como trabalhadores autônomos ou por meio de empresas terceirizadas. O auge desse tipo de contratação foi registrado em 1999, também, em outras metrópoles nacionais, como Porto Alegre, Belo Horizonte e Distrito Federal.

Esse quadro de mudanças causou impactos na dinâmica metropolitana brasileira alternando etapas de expansão e crise, num processo de urbanização que concentrou atividades econômicas e culturais em territórios marcados pelas desigualdades sociais e pela má distribuição da renda. Tal situação foi particularmente acentuada em São Paulo, a maior região metropolitana do país. Neste caso, é importante considerar as características do aglomerado que a constitui e que é capaz de polarizar as atividades econômicas e o mercado de trabalho em escala regional e nacional. E entre as características dos municípios metropolitanos, com seus diferentes graus de polarização pelo núcleo metropolitano, destacam-se a organização funcional dos espaços, a distribuição populacional, os fluxos de mercadorias e as condições de infraestrutura.

Os textos reunidos neste livro analisam a configuração e a dinâmica interna da região metropolitana de São Paulo *vis à vis* a dinâmica metropolitana nacional, ao longo das últimas décadas e suas fases de formação, expansão, consolidação e reestruturação. Abordam, sob diferentes perspectivas, os aspectos econômicos derivados da configuração do aglomerado urbano que constitui São Paulo, cujas características atuais tiveram origem no último quartel do século passado.

Nos primeiros capítulos são analisados alguns condicionantes históricos relacionados às políticas de ajuste recessivo dos anos 1980-90 e suas implicações na região metropolitana paulista. Identificam-se as principais dinâmicas metropolitanas associadas ao comportamento do Produto Interno Bruto (PIB), segundo setores e subsetores de atividade, distribuídas de acordo com sub-regiões do território metropolitano e seus eixos de expansão. Dessa análise, depreende-se que somente a concretização de uma política de desenvolvimento regionalmente qualificada para a Região Metropolitana de São Paulo poderá responder com eficácia aos desafios de desenvolvimento da região.

Para analisar as alterações do mercado de trabalho devidas às transformações na estrutura produtiva da Região Metropolitana de São Paulo, no período de 1980 a 2010, foram adotadas as informações estatísticas da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE) e da Pesquisa de Emprego e Desemprego, desenvolvida na RMSPE pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos em parceria com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (PED – DIEESE/SEADE). Para compreender a dinâmica de transformações ocorrida na estrutura produtiva da região metropolitana de São Paulo, considerou-se como material de apoio os números do PIB Municipal (Produto Interno Bruto) e a conjuntura macroeconômica do período estudado.

Na análise das transformações demográficas e sócio-ocupacionais e sua espacialização, foram utilizadas as informações dos censos demográficos do IBGE, realizando as devidas compatibilizações conceituais e das bases geográficas, para as diferentes décadas, de 1980 a 2010. Para análise das transformações sócio-ocupacionais, ao longo desse período, foi utilizada a metodologia do Observatório das Metrôpoles, que permite, ademais, a comparação entre as regiões metropolitanas brasileiras estudadas por esta coleção.

Essa metodologia que tem por base uma tipologia socioespacial que classifica de forma hierárquica as diversas áreas que compõem o espaço metropolitano, permitindo comparar o que foi observado em 1991 e 2000, com as mudanças que ocorreram no período 2000/2010.¹

¹ Esta tipologia foi construída com base nos dados censitários sobre a ocupação da população economicamente ativa, considerando a distribuição das categorias ocupacionais no espaço de cada metrópole, utilizando como recorte territorial áreas definidas por uma agregação dos setores censitários utilizados no Censo de 2000 pelo IBGE: as Áreas de Expansão Domiciliar – AEDS. Para 2010, devido a mudanças na

Como seria de esperar, pela própria natureza da estrutura urbana, no que tange aos padrões de apropriação e utilização do território e à conformação metropolitana, as transformações foram até agora pouco evidentes, tanto no caso de São Paulo como de outras regiões metropolitanas, já que as características do processo de urbanização do Brasil levou à constituição de metrópoles bastante desiguais e segmentadas.

Com base nessa metodologia e nos dados a partir dela produzidos, foi possível comparar as informações referentes à estrutura sócio-ocupacional (entendida como uma proxy da estrutura social) da Região Metropolitana de São Paulo ao longo de várias décadas.

As categorias sócio-ocupacionais (CATs) constituem uma variável síntese que reúne informações sobre a ocupação, a escolaridade e a renda da população ocupada, em cada uma das categorias consideradas, permitindo construir os diferentes grupos da tipologia sócio-ocupacional posteriormente espacializada.

A análise das categorias sócio-ocupacionais possibilitou, também, comparar as características da população ocupada na Região Metropolitana de São Paulo com as do estado de São Paulo e do município-núcleo.

Considerando esse recorte regional, para o período de 2000 a 2010, os três aglomerados apresentaram diferenças importantes em relação às categorias sócio-ocupacionais. No núcleo metropolitano, o peso das categorias superiores (dirigentes e profissionais de nível superior) é maior do que nos demais municípios metropolitanos, que por sua vez é maior do que no estado, considerado em seu conjunto. O peso das categorias médias obedeceu ao mesmo gradiente; por outro lado, as categorias manuais urbanas apresentaram proporções semelhantes no estado e na metrópole, mas proporção menor no município núcleo. Pode-se afirmar que na sede metropolitana as categorias encontram-se mais equilibradas, enquanto no estado o peso parece ser maior nas categorias hierarquicamente inferiores. Sumarizando, a estrutura do estado e da metrópole aproxima-se mais do que podemos chamar de “médio-operária”, enquanto a do núcleo é claramente “médio-terciária”. Esse comportamento já se manifestava no início dos anos 2000, acentuando-se no final da década.

Analisando as categorias ocupacionais superiores, elas apresen-

configuração das AEDS, passou-se a utilizar como base espacial os distritos tanto do município de São Paulo, como dos demais municípios da região metropolitana. Esse procedimento requereu um série de ajustes que são explicados no capítulo 4.

tam uma gradação de menor para maior inversamente proporcional ao tamanho da população. Ou seja, essas categorias têm maior peso no município de São Paulo do que na metrópole, e maior na metrópole em relação ao estado.

Mas, em todos os recortes territoriais as proporções subiram ao longo da década de 2000 e, em todos os territórios, houve perda do número de dirigentes e grande aumento dos profissionais de nível superior. O ganho entre os profissionais de nível superior pode ser explicado pelo maior acesso à educação superior, inclusive pela proliferação de instituições de estudos superiores que tem caracterizado as duas últimas décadas. Essa educação superior nem sempre se traduz em melhoria substantiva de padrão de vida, dada a baixa qualidade do ensino ofertado e à impossibilidade de atender às exigências de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

A redução do número de profissionais dirigentes no conjunto do estado de São Paulo foi apenas relativa, já que seu número absoluto subiu em 7.795 pessoas. Ou seja, os dirigente no estado aumentaram a taxa de 0,67% anuais, menor que a taxa de aumento da população ocupada estadual, que foi de 2,77% anuais. Já na região metropolitana e no município-núcleo, além da perda relativa, houve perda em números absolutos: na metrópole constatou-se perda de 22 mil pessoas dessa categoria (21%) e no núcleo, de 38,5 mil pessoas (43,8%). Coloca-se aqui uma pergunta: para onde estariam indo esses dirigentes?

Ainda analisando as categorias superiores, o aumento relativo dos profissionais de nível superior foi de 1,3 ponto percentual no estado, 1,3 na metrópole e 2 pontos percentuais no núcleo. Ou seja, no município de São Paulo esse fenômeno é mais forte do que nos demais territórios considerados. De outro lado, registrou-se perda relativa de pequenos empregadores nos três recortes territoriais, sintoma de mudanças na economia e na possibilidade de sobrevivência dos pequenos negócios.

As categorias médias foram as que apresentaram maior peso nos três recortes territoriais considerados, mas seu peso é mais significativo no município de São Paulo, evidenciando que é na sede metropolitana que a estrutura se tornou mais média nos anos 2000.

Os trabalhadores do terciário também tiveram crescimento importante nos três territórios, com crescimento de 2 pontos percentuais no estado, 2,4 pontos percentuais na metrópole e 1,7 ponto percentual no núcleo, onde já mostravam maior peso. Chama a atenção que o

maior crescimento relativo dessa categoria tenha ocorrido na metrópole, indicando que a Grande São Paulo estaria caminhando para um perfil médio-terciário, em substituição ao perfil operário que a caracterizou no passado.

Ainda assim, trabalhadores do secundário mantiveram seu peso relativo no estado e na metrópole, e, curiosamente, aumentaram seu peso no núcleo na década considerada. Houve um aumento de mais de 200 mil operários nesse período. E essa recuperação se deu, principalmente, entre 2007 e 2008. Até então, o número absoluto de trabalhadores do secundário ficava em torno de 880 mil. Talvez um certo tipo de indústria esteja resistindo na cidade, o que merece investigação mais detalhada.

O peso dos trabalhadores do terciário não especializado caiu no período em todos os recortes territoriais: estado, metrópole e município-núcleo: não se observou, assim, o aumento da base da pirâmide social no período referente aos anos 2000.

O gradiente de escolaridade segue, em termos gerais, o gradiente da hierarquia social, com apenas duas diferenças importantes: os profissionais de nível superior apresentam escolaridade média maior que os dirigentes, e os trabalhadores ligados às ocupações médias apresentam escolaridade ligeiramente superior aos pequenos empregadores, em todos os recortes territoriais. A menor escolaridade média foi encontrada entre os agricultores e, em segundo lugar, entre os trabalhadores do terciário não especializado, que possuem apenas 45% da escolaridade média dos profissionais de nível superior.

Cabe salientar que houve aumento de escolaridade em todas as categorias sócio-ocupacionais. E esse aumento foi maior nas categorias com menor escolaridade, chegando a dois anos entre os trabalhadores do terciário não especializado no município de São Paulo no período analisado.

Em relação à variabilidade, o menor coeficiente de variação foi encontrado entre os profissionais de nível superior, até pela própria definição da categoria, na qual é exigido pelo menos 14 anos de escolaridade. A maior variação foi encontrada entre os agricultores (que são em pequeno número, inclusive quando se considera o conjunto do estado) e entre os trabalhadores do terciário não especializado.

Nota-se, entre os dirigentes, que a média de escolaridade aumenta à medida que aumenta o nível de concentração urbana: assim, no

núcleo a média é superior à da metrópole, que por sua vez é superior à do estado.

As mudanças demográficas recentes ocorreram já em etapa posterior à transição demográfica e, mais do que a alterações na natalidade e mortalidade, referem-se tanto a mudanças na estrutura etária, como a outras alterações observadas no seio das famílias, que passam por novos arranjos e novas formas de organização interna, tal como discutido no Capítulo 3.

O Capítulo 5 analisa, especificamente, as mudanças na configuração familiar, as alterações e permanências na relação família-trabalho na Região Metropolitana de São Paulo e as tendências na evolução dos rendimentos dos domicílios na primeira década do século XXI. Com base no censo demográfico de 2010, apresenta indicadores sobre a desigualdade de renda entre os domicílios metropolitanos, além de outros indicadores complementares, que apontam a desigualdade que marca a região metropolitana.

No que diz respeito às condições de moradia, considerou-se importante analisar o processo de retomada do financiamento público da habitação, sobretudo para as camadas de menor renda. O Capítulo 6 analisa as condições atuais do acesso à moradia na Região Metropolitana de São Paulo, em especial no município de São Paulo, considerando a evolução do parque domiciliar da metrópole no período 1980-2010, o perfil dos domicílios e das infraestruturas, a evolução do mercado formal e informal de moradia, considerando os públicos-alvo. É analisado também o cadastro da Cohab São Paulo, como fonte de dados na identificação da demanda habitacional no município de São Paulo, além das políticas locais de moradia.

Outros aspectos analisados, por sua importância para a vida na metrópole, dizem respeito à mobilidade e ao transporte. As más condições de mobilidade existentes na Região Metropolitana de São Paulo e em outras grandes cidades brasileiras refletem a crise urbana que assola o país. Os problemas afetam a vida cotidiana de toda população residente, independentemente da idade e das condições socioeconômicas. Os congestionamentos, os acidentes de trânsito, a precariedade do sistema de transporte coletivo, entre outros problemas, dificultam a circulação das pessoas e das mercadorias produzidas e consumidas no mercado metropolitano.

O capítulo sobre mobilidade urbana na Região Metropolitana

de São Paulo (Capítulo 8) analisa as características sociodemográficas dos grupos em função dos seus padrões de mobilidade, discutindo esses padrões de mobilidade na sua relação com a estruturação espacial onde persistem relações centro-periferia. As análises tratam também das relações entre os padrões de mobilidade de grupos sociodemográficos específicos, destacando que os grupos com maiores níveis de rendimentos têm padrões de mobilidade mais diversificados, com destinos múltiplos, enquanto os grupos com menor renda apresentam padrões de mobilidade mais restritivos, com maior dependência dos transportes coletivos.

Diante de todas as questões analisadas, as discussões apontam para as dificuldades de implementação de políticas urbanas efetivas nas áreas metropolitanas. Entre os obstáculos destaca-se a inexistência de uma gestão compartilhada, devida, em grande parte à autonomia política municipal, à relação direta e crescente do governo federal com os municípios na esfera fiscal e à ausência de instrumentos que possibilitem aos estados coordenar ações em seus territórios.

O desenvolvimento de ações coordenadas na região metropolitana de São Paulo demanda um maior conhecimento político-institucional da gestão municipal, envolvendo formas de representação política e de gestão cooperativa entre as instituições públicas e a sociedade. O Capítulo 9 contribui para esse debate a partir da análise da Legislatura da Assembleia Legislativa de São Paulo, no período de 2006 a 2010. Para tanto, analisa os perfis de alguns deputados estaduais, os projetos de lei por eles apresentados e a relação que esses deputados mantêm com a imprensa de modo geral.

Bibliografia

- ARAUJO, M. F. Uma nova centralidade da Região Metropolitana de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, v. 6, n. 3, p. 55-59, 1992.
- BALTAR, P. E. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 90. In: PRONI, M. W. e HENRIQUE, W. (Orgs.). **Trabalho mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90**. São Paulo/Campinas: Ed. UNESP/Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.
- BÓGUS, L. M. M. e MONTALI, L. T. A Reestruturação Metropolitana de São Paulo. **Revista Margem**, São Paulo, n. 3, EDUC/Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP, 1994.
- BÓGUS, L. M. M. e PASTERNAK, S. Introdução. In: _____. **Como anda**

São Paulo. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das metrópoles, 2009. p. 1-9.

CANO, W. e SEMEGHINI, U. C. (1991), Setor Terciário no Brasil: algumas reflexões sobre o período 1970/1989. In: IV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. **Anais...** Salvador: ANPUR, 1991.

DEDECCA, C. S. e ROSANDISKI, E. N. Sentos e dissensos: as inovações metodológicas do censo demográfico 2000, **Revista da ABET**, v. 2, n. 1, 2003.

DEDECCA, C.S. e BALTAR, P.E. **Precariedade ocupacional e relações de trabalho no Brasil nos anos 90.** In: XXI CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA, São Paulo, 1997.

DIEESE (2001). **Mercado de Trabalho no Brasil.** Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/mercadodetrabalho.pdf>. Acesso em: 5 de jul. 2014.

FUNDAÇÃO SEADE/DIEESE. **Pesquisa de emprego e desemprego.** São Paulo. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>

_____. Mercado de Trabalho – RMSP-2005. **PED – Região Metropolitana de São Paulo.** São Paulo. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>

_____. Divulgação nº 261. Agosto 2006. PED – Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>.

MONTALI, L. (2009). Os impactos da precarização do trabalho e do desemprego sobre as famílias. In: BÓGUS, L. M. M. e PASTERNAK, S. (Orgs.). **Como anda São Paulo.** Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2009. p. 175-202.

NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990).** Campinas, UNICAMP, 1996.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Níveis de integração dos municípios brasileiros em RMs, RIDEs e AUs à dinâmica da metropolização.** Rio de Janeiro, 2012.

PIQUET, R. (2001). Os marcos da intervenção do estado no urbano. In: PIQUET, R.; RIBEIRO, A.C.T. **O desenvolvimento urbano em questão. Textos didáticos.** Rio de Janeiro, IPPUR-UFRJ, 2001.

PACHECO, C. A. A terciarização dos 80: de tudo um pouco. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, v. 6, n. 3, p. 27-38, 1992.

A Metrópole de São Paulo: desenvolvimento econômico recente e configuração interna

*Ricardo Carlos Gaspar
Cimar Alejandro Prieto Aparício
Vagner de Carvalho Bessa*

Resumo: O presente texto aborda aspectos econômicos derivados da nova morfologia do aglomerado urbano que constitui São Paulo, cujas características atuais adquiriram expressão a partir do último quartel do século passado. Na primeira seção, recuperamos alguns condicionantes históricos relacionados às políticas de ajuste recessivo dos anos 1980-90 e suas implicações na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Logo, identificamos as principais dinâmicas metropolitanas associadas ao comportamento do Produto Interno Bruto (PIB) segundo setores e subsetores de atividade, distribuídas de acordo com sub-regiões do território metropolitano. Com o fim de melhor compreender sua dinâmica econômica, foram elaboradas análises para as sub-regiões da RMSP e para o município de São Paulo. No final, concluímos que somente a materialização de uma política de desenvolvimento regionalmente qualificada para a RMSP, incorporando os múltiplos vínculos que a relacionam com outras escalas territoriais, no Brasil e no mundo, será capaz de fornecer resposta efetiva aos desafios de desenvolvimento da região.

Palavras-chave: Região Metropolitana de São Paulo; reestruturação econômica; valor adicionado.

Abstract: The present article addresses economic aspects derived from the new morphology of the urban agglomeration that constitutes São Paulo, which current characteristics acquired expression since the last quarter of the past century. In the first section we recover some historical constraints linked with the adjustment politics of the 1980-90' years and their implications over São Paulo metropolitan region. Then, we identify the main metropolitan dynamics associated with the performance of Gross Internal Product (GDP), according to sectors and subsectors of economic activity, distributed by territorial sub-regions. Within the purpose of better understanding of its

economic dynamics, we elaborate analysis respecting São Paulo metropolitan sub-regions and the municipality, distinctively. Finally, we conclude that only the materialization of a development policy regionally qualified to the RMSP, incorporating multiple links with other territorial scales everywhere, will be able to give effective answers to the region development challenges.

Keywords: São Paulo Metropolitan Region; productive restructuring; aggregated value.

Apresentação

A contínua regionalização dos centros urbanos acompanha as profundas transformações da economia contemporânea, sobrepondo – quando não substituindo – o papel industrial originário das cidades pelo aprofundamento de suas características terciárias. A Região Metropolitana de São Paulo é um bom exemplo das tendências atuais da economia globalizada e seus impactos em urbanidades compactas, historicamente constituídas em função da indústria, em países em desenvolvimento. Aqui se observa uma profunda reestruturação econômica, reconfigurada majoritariamente no espaço regional de entorno a cidade de São Paulo e seus limites metropolitanos originários. Constitui uma nova espacialidade urbana, vinculada à disseminação das tecnologias de informação e comunicação, bem como à hegemonia do capital financeiro e suas interações com o capital imobiliário – rumo ao qual parte significativa do excedente financeiro da economia mundializada é dirigida.

O presente texto aborda aspectos econômicos derivados da nova morfologia do aglomerado urbano que constitui São Paulo, cujas características atuais adquiriram expressão a partir do último quartel do século passado. Após esta introdução, na primeira seção recuperamos alguns condicionantes históricos relacionados às políticas de ajuste recessivo dos anos 1980-90 e suas implicações na região metropolitana paulista. Logo, identificamos as principais dinâmicas metropolitanas associadas ao comportamento do Produto Interno Bruto (PIB) segundo setores e subsetores de atividade, distribuídas de acordo com sub-regiões do território metropolitano. No final, concluímos que somente a materialização de uma política de desenvolvimento regionalmente qualificada para a RMSP, incorporando os múltiplos vínculos que a relacionam com outras escalas territoriais, no Brasil e no

mundo, será capaz de fornecer resposta efetiva aos desafios de desenvolvimento da região.

1. Economia da Região Metropolitana de São Paulo: reestruturação produtiva a partir dos anos 1980

O processo de constituição da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP é o resultado de fatores sociais, econômicos, urbanísticos e demográficos que emergem de um quadro de transformações históricas com múltiplas determinações. Conforme aponta a literatura econômica, a importância dessa região para a economia brasileira consolida-se na primeira metade do século XX a partir do desenvolvimento industrial da capital, agregando, nos anos 1950, a área de desenvolvimento do polo industrial dos municípios do ABC e, nas décadas posteriores, outros municípios como Guarulhos, Osasco, Barueri, Mogi das Cruzes e Suzano.

No Brasil, os impactos das políticas de ajuste macroeconômico aplicadas a partir do início da década de 1980 foram sentidos em profundidade, particularmente na Região Metropolitana de São Paulo. Os planos de austeridade incidiram fortemente sobre uma estrutura produtiva diversificada e integrada, erigida de forma contínua, com decidido apoio estatal, entre 1930 e 1970. Nesse período, a atualização histórica do país foi rápida, em termos internacionais, resultando em incremento demográfico, expansão e diversificação do consumo, elevação dos níveis de renda e difusão dos meios de transporte modernos (automóvel e transporte de carga por rodovias), junto a uma divisão do trabalho muito mais complexa. Na esfera regional, a pesada herança colonial de desigualdades foi reproduzida sob novas condições, com a região Sudeste – e, em parte, a Sul – se distanciando do resto do Brasil em todos os indicadores de comportamento econômico, geração de empregos e qualidade de vida.

A urbanização brasileira seguiu ritmo acelerado, concentrando gente e recursos em metrópoles e cidades médias, em escalões seletivos do território nacional. O país só conseguiu superar, em boa medida, a grave crise das duas décadas finais do século passado na segunda metade dos anos 2000. O Brasil emerge do abalo bastante modificado em relação aos parâmetros vigentes ao longo da maior parte do século XX, tanto na ação do Estado, quanto na organização produtiva e na compo-

sição social predominante. Nesse contexto, do ponto de vista territorial, coloca-se de relevo a centralidade urbana, a qual, no Brasil contemporâneo, “se estende para além das cidades grandes e médias, estruturando espaços regionais amplos e diversos” (BRASIL, 2008, p. 49).

O padrão histórico do desenvolvimento brasileiro ocorreu sempre de maneira muito concentrada, incapaz de valorizar de forma equânime a diversidade regional do país (POCHMANN, 2009, p. 59-69). A partir da segunda metade dos anos 1970, com as políticas de desconcentração produtiva (abandonadas nos anos 1990) e a ênfase exportadora, outras regiões do país adquiriram importância na composição do Produto Interno Bruto (PIB) regional. Em que pese tal fato, a participação de cada região, no período 1996-2006, ainda revelava nítido predomínio do Sudeste, com mais de 50% do valor total do PIB nacional (IPEA, 2009, p. 402).

Assim, na década de 1970 começa um processo de desconcentração industrial em direção ao interior do estado. O país assiste nessa década a um conjunto de iniciativas de planejamento voltadas explicitamente para a redistribuição da atividade industrial no contexto do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Foram mobilizados instrumentos de incentivo fiscais para as regiões deprimidas, políticas de incentivo à exportação, agroindústria, e a descentralização da produção de insumos básicos. Esse processo tem impactos significativos na dinâmica econômica regional.

Contudo, essa “interiorização do desenvolvimento” não diminuiu o enorme peso da Região Metropolitana de São Paulo na economia paulista, pois foi acompanhada pela maior complexidade do setor de serviços. Além dos intensos fluxos migratórios associados ao êxodo rural terem desencadeado um “inchaço” do setor terciário, começou a haver uma maior interdependência entre os setores de atividade econômica:

O avanço da industrialização e a modernização da agricultura paulista intensificaram não só as relações entre agricultura e indústria, mas, principalmente, delas com o setor terciário. Assim, o processo da urbanização muda sua feição: não se trata mais de um simples crescimento por extensão; agora, o setor de serviços fora submetido pelos demais setores a diversificar-se para atender a novas funcionalidades. Ao mesmo tempo, a grande incorporação de mão-de-obra em setores modernos e mais complexos altera também qualitativamente a demanda de serviços pessoais, diversificando-a

e modernizando-a. Moderniza-se assim, o terciário, aumentando ainda mais o grau de heterogeneidade estrutural do setor, uma vez que a 'inchação' desse setor não regride, dada a incapacidade da economia formal de absorver quantia maior de mão-de-obra. (NEGRI; GONÇALVEZ; CANO, 1988, p. 114)

A década de 1980 inicia-se com uma grave crise econômica, marcada pela instabilidade, estagnação econômica (sobretudo em relação ao desempenho do setor secundário), crescente aceleração do processo inflacionário e desemprego. Nesse contexto, a indústria perde participação no produto estadual, e o estado passa a depender mais de atividades agrícolas, refletindo o avanço da cana-de-açúcar (*Programa Nacional do Álcool ou Proálcool*), laranja (exportação de suco concentrado), soja e trigo, e das atividades do setor terciário, que passa a ter elementos novos embutidos em sua dinâmica, entre os quais se destacam os ajustes realizados pela indústria por meio de um intenso processo de terceirização de atividades-meio; os requerimentos de novos serviços das atividades exportadoras; a hipertrofia do setor financeiro; o crescimento da administração pública; o aumento da renda agrícola e o adensamento da rede urbana no interior. Esses fatos

(...) foram favorecidos pelas transformações qualitativas na metrópole de São Paulo, guindada à condição de um centro de serviços de âmbito nacional e mesmo internacional, com a diferenciação e sofisticação de parte das atividades terciárias. (CANO; SEMEGHINI, 1992, p. 90)

Se os condicionamentos macroeconômicos impõem um crescimento da indústria metropolitana em patamares inferiores àqueles verificados no restante do país e no interior do estado, há um salto notável do padrão de terceirização da metrópole, que não mais reflete apenas sua base industrial imediata. Ao contrário, recebe, inclusive, o estímulo do crescimento do interior do estado (ARAÚJO e PACHECO, 1992, p. 67).

Tanto as políticas de descentralização industrial promovidas a partir de 1975 com o II PND quanto o caráter da crise até meados da década de 1980 implicaram uma forte retração do peso da metrópole na geração do produto industrial do estado e do País, mostrando um forte processo de inflexão no padrão de desenvolvimento territorial até então. Entretanto, a partir de 1985, a dinâmica do II PND já havia

arrefecido, e os efeitos erráticos do Plano Cruzado e dos planos de estabilização que se seguiram imprimiram um ritmo irregular de crescimento até o fim da década.

Com a persistência da crise, na segunda metade da década – principalmente quanto à instabilidade macroeconômica e à incapacidade de o governo federal romper o círculo vicioso de recessão e fragilidade econômica do Estado –, o crescimento do Brasil (e de São Paulo) tornou-se, na média, medíocre e, com isso, arrefeceu a dinâmica de acumulação, inibindo também o crescimento periférico, interrompendo o processo de desconcentração produtiva e ampliando a participação de São Paulo no PIB nacional de 36,1%, em 1985, para 37,8% em 1989. (CAIADO, 2002, p. 64)

O arrefecimento do processo de desconcentração na década continuaria na década de 1990. Dada a ausência de políticas de desenvolvimento regional, dois componentes passam a ter impactos importantes sobre a participação da Região Metropolitana de São Paulo na atividade econômica paulista e nacional: a lógica dos investimentos privados no contexto das políticas de atração da chamada “Guerra Fiscal” entre os estados e as oscilações da atividade econômica, sobretudo os períodos de retração da atividade industrial, que atingem o desempenho de sua base econômica na Região Metropolitana mais que a de outras regiões.

Conforme observa Caiado (2002), ao compatibilizar as estatísticas do período entre 1985 e 1998, a Região Metropolitana passa de 26,8% para 25,0% na indústria em geral e de 29,2% para 26,0% na indústria de transformação.

Do ponto de vista setorial, apesar do ritmo menos intenso do processo de desconcentração, verifica-se que a Região Metropolitana teve uma perda de participação expressiva em vários segmentos de sua estrutura produtiva no contexto nacional: nos segmentos de bens duráveis, há uma redução na participação da divisão de Fabricação de Produtos Têxteis (27,5% para 21,2%) e Móveis e Indústrias Diversas (42,1% para 26,3%); na categoria de bens intermediários, destacam-se as divisões de Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel (33,5% para 26,0%), Fabricação de Produtos de Borracha e Plástico (48,6% para 38,3%), Metalurgia Básica (18,8% para 8,4%), Fabricação de Produtos de Metal – exceto máquinas e equipamentos (51,0% para 36,9%); entre as divisões de bens de capital e bens de consumo durá-

veis, podem ser citadas as divisões de Fabricação de Máquinas e Equipamentos (46,2% para 31,9%), Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos (49,9% para 39,6%), Fabricação de Equipamentos Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão, Ópticos (47,8% para 32,2%), Fabricação e Montagem de Veículos Automotores (49,4% para 32,2%) e Fabricação de Material Eletrônico, Aparelhos e Equipamentos de Comunicações (36,6% para 30,7%). Por outro lado, nota-se um processo de reconcentração nos segmentos de Edição, Impressão e Reprodução de Gravações (45,4% para 54,0%), Produtos Químicos (35,1% para 41,5%), Máquinas para Escritórios e Equipamentos de Informática (44,1% para 49,1%) e Fabricação e Refino de Petróleo (3,1% para 8,0%). Os demais segmentos, como Alimentos e Bebidas, Confeção de Artigos de Vestuário e Acessórios, produtos não metálicos entre outros sofreram poucas alterações em termos de participação (CAIADO, 2002, p. 216).

A capital paulista, desde os anos 1990, se consolidou como centro prestador de sofisticados serviços corporativos e financeiros. O estado de São Paulo caracteriza-se precisamente pela presença do mais amplo e complexo sistema de cidades do Brasil, conformando-se em seu território uma intensa rede de articulações funcionais, nucleada pelo espaço de fluxos e relações que se estabelece no entorno da RMSP. Esse espaço é denominado *Macrometrópole Paulista*, sendo composto pelas três regiões metropolitanas do estado – São Paulo, Campinas e Baixada Santista –, por aglomerações urbanas situadas em um raio aproximado de 200 km ao redor da capital, fortemente polarizadas pela capital paulista e pelos centros urbanos que mais se beneficiaram da desconcentração produtiva e populacional da RMSP, verificada nas últimas décadas (LENCIONI, 2011).

Grande parte desse movimento, entretanto, resulta do desempenho do núcleo industrial mais antigo da Região Metropolitana, a cidade de São Paulo, sobretudo entre as divisões da Indústria Têxtil, Papel e Celulose, Artigos de Borracha e Plástico, Fabricação de Produtos de Metal, Metalurgia Básica, Fabricação de Máquinas e Equipamentos, Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos e Fabricação e Montagem de Veículos Automotores. Vale destacar que tais segmentos ampliam sua participação no interior do estado.

Em síntese, apesar dos esforços para a promoção de políticas de desconcentração industrial na década de 1970 e da crise enfrentada pela produção industrial metropolitana entre meados dos anos 1980 e

1990, o processo de desconcentração não foi suficiente para reverter sua polarização em relação ao território nacional. Entretanto, as modificações recentes de sua estrutura produtiva incorporam novos elementos de discussão, marcados pela requalificação do setor terciário, que passa a absorver novas funções no contexto de coordenação da atividade econômica em âmbito nacional, e por uma dinâmica industrial caracterizada pelo processo de reestruturação produtiva e pela “interiorização”.

De forma geral, há um consenso de que a Região Metropolitana de São Paulo experimenta nas últimas décadas os efeitos produzidos pelas transformações dos paradigmas produtivos e organizacionais do capitalismo recente, ainda que os condicionamentos macroeconômicos em escala nacional desempenhem papel importante para essa interpretação. Nesse sentido, não se trata mais de discutir apenas o processo de concentração/desconcentração da atividade econômica *stricto sensu*, tampouco sua predominância, mas de subordiná-lo a uma questão mais ampla, que aponte as singularidades de uma estrutura produtiva regional capaz de se requalificar em novas bases técnicas e produtivas.

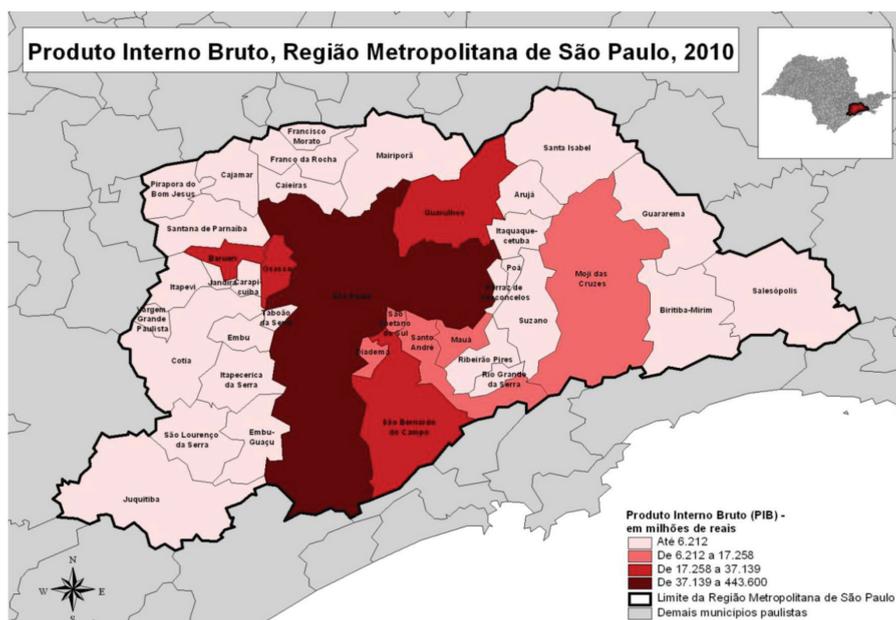
2. A economia metropolitana na primeira década do século XXI

Na década de 2000, há uma ligeira redução da participação da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP no PIB brasileiro e estadual. Ainda assim, a RMSP continua a se destacar na economia brasileira. Se fosse um estado, a região seria o maior estado brasileiro, o interior seria o segundo maior e, em terceiro lugar, viria o Rio de Janeiro. Caso fosse um país, a RMSP estaria entre as 30 maiores economias do mundo. A RMSP permanece com elevada concentração da base produtiva da economia paulista, pois responde por 56,3% do Produto Interno Bruto – PIB estadual em 2010 (FUNDAÇÃO SEADE, 2012).

Esse espaço urbanizado constitui uma área de enorme importância estratégica. Nele se superpõem realidades distintas, que se distanciam da espacialização eminentemente industrial que caracterizava a RMSP até os anos 1980, e concentram agudas contradições. As metrópoles contemporâneas são poderosos entroncamentos de redes múltiplas, policêntricas, transfronteiriças, articuladas e inte-

gradas ao redor de certos polos hegemônicos (MATTOS, 2008). Tais cidades-regiões globais são marcadas por aspectos distintivos quanto à organização social, estrutura espacial interna e ambiente construído (SCOTT, 2012, p. 14). Contudo, a direção central do movimento de urbanização é claramente hegemônica pelo setor financeiro e as atividades a ele agregadas no conjunto do sistema. Esse é um fenômeno disseminado no mundo, correlacionado à desregulação geral, à concentração da renda e o consumo de luxo que lhe é inerente, bem como à informalidade e à precarização das atividades produtivas de baixo valor agregado. Trata-se do conjunto de atividades de gestão do capital, que envolve tarefas materiais e simbólicas, cujo epicentro, no Brasil, está na municipalidade de São Paulo. Nesse sentido, a RMSP representa um microcosmo da presente fase da economia global, devido à concentração de suas principais manifestações em um mesmo território. Como outras regiões metropolitanas consolidadas (tradicionais) do mundo, São Paulo vem perdendo peso populacional, sem correspondência estrita com a queda de participação no PIB, a qual mantém sua gravitação na economia nacional, mas no contexto de outra composição setorial (Mapa 1.1).

Mapa 1.1 – Região Metropolitana de São Paulo



Fonte – IBGE.

Tabela 1.1 – Censo Demográfico na RMSP, Estado de São Paulo e a capital paulista – 2000 e 2010

Região	Censo Populacional		Crescimento (%)
	2000	2010	
Capital	10.434.252	11.253.503	7,85
RMSP	17.878.703	19.683.975	10,09
Estado de São Paulo	37.032.403	41.262.199	11,42
Brasil	169.799.170	190.755.799	12,34

Além do componente financeiro e das políticas recessivas e neoliberais aplicadas pelo governo brasileiro nos anos 1980 e 1990, a recente trajetória da São Paulo metropolitana reflete a opção das empresas tecnologicamente mais avançadas, com maior coeficiente de agregação de valor, de fortalecer a concentração de empregos e da produção nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Referimo-nos a indústrias, intensivas em capital, de material elétrico e de comunicações, de material de transporte, química, de informática e de papel, entre outras. Para elas, o que conta é a proximidade dos mercados consumidores, o acesso a melhor infraestrutura e a mais alta qualificação da mão de obra, por isso a preferência da maioria por se localizar nas cercanias da capital paulista. Isso serve também para o setor de serviços (como os complexos educacionais e de saúde) e o comércio atacadista. Empreendimentos produtivos mais tradicionais, trabalho-intensivo – como a indústria têxtil, de alimentos e de calçados – percorrem o caminho inverso, de desconcentração produtiva, rumo a outras regiões do estado ou do país.

Em conjunto, as quatro regiões metropolitanas do estado de São Paulo respondem por mais de 70,0% do PIB do estado em 2000 e 2010, mas há variações importantes em termos regionais e setoriais (Tabela 1.2). Com exceção da Região Metropolitana de Campinas e dos municípios não metropolitanos, a RMSP e as demais regiões metropolitanas perdem participação no valor adicionado (VA) estadual na década de 2000.

A causa principal da participação decrescente da RMSP na economia paulista encontra-se na trajetória da atividade industrial, evidenciando a continuidade de sua desconcentração em direção ao interior (APARICIO; KALEMKARIAN, 2013). A participação regional no VA industrial do estado decresce de 52,4% em 2000 para 46,8% em 2010. Diferentemente, o setor de serviços regional amplia sua participação no estado, de 59,0% em 2000 para 60,8% em 2010 (Tabela 1.2).

**Tabela 1.2 – Participação no Valor Adicionado e no PIB Estadual
Estado de São Paulo e Regiões Metropolitanas – 2000-2010**

Localidade	Valor Adicionado						Valor Adicionado		PIB	
	Agropecuária		Indústria		Serviços		2000	2010	2000	2010
	2000	2010	2000	2010	2000	2010				
Região Metropolitana de São Paulo	2,4	1,5	52,4	46,8	59	60,8	56,1	55,6	57,3	56,3
Região Metropolitana de Campinas	3,1	1,6	8,2	9,6	7,1	7,1	7,4	7,7	6,3	7,9
Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte	1,8	2,4	9,7	8	5	3,8	6,4	5	6,5	4,9
Região Metropolitana da Baixada Santista	0,4	0,5	3,1	2,8	3,4	2,9	3,2	2,8	3,1	3,8
Total das Regiões Metropolitanas	7,6	5,9	73,5	67,2	74,4	74,6	73,2	71,2	73,2	72,9
Demais Municípios	92,4	94,1	26,5	32,8	25,6	25,4	26,8	28,8	26,8	27,1
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fone – Fundação Seade (2012).

Vale ressaltar que a atividade econômica não está distribuída uniformemente no território metropolitano. A RMSP abriga desde municípios cuja economia é bastante complexa, como São Paulo, Guarulhos, Osasco, Barueri e os municípios do ABC, até municípios com menor peso econômico, como Francisco Morato e Jujutiba. Por isso, a fim de melhor compreender sua dinâmica econômica, foram elaboradas análises para as sub-regiões da RMSP e o município de São Paulo (Quadro 1.1).

Quadro 1.1 – Municípios da Região Metropolitana de São Paulo

Sub-regiões da RMSP e Município de São Paulo (1)	Municípios
São Paulo	São Paulo
Leste	Arujá, Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Santa Isabel e Suzano
Oeste	Barueri, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus e Santana de Parnaíba
Norte	Caieiras, Cajamar, Francisco Morato, Franco da Rocha e Mairiporã
Sudeste (ABC)	Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul
Sudoeste	Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Itapeçerica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista

(1) Regiões formadas conforme Lei Estadual Complementar n. 1.139, de 16 de junho de 2011.

A composição do valor adicionado pelas sub-regiões mostra que a trajetória econômica da capital foi determinante para a queda de participação da RMSP no valor adicionado estadual entre 2002 e 2010, pois todas as demais sub-regiões ganham peso no estado (Tabela 1.3). Enquanto o setor industrial do município de São Paulo perde participação, as demais sub-regiões ampliam seu peso na economia estadual. Chama a atenção o avanço do setor de serviços na sub-região Oeste. Já o setor industrial se expande especialmente na sub-região Sudeste, que compreende a área do ABC.

Tabela 1.3 – Participação no Valor Adicionado do estado, segundo Setores de Atividade Econômica Região Metropolitana de São Paulo – 2002-2010

Sub-regiões da RMSP e Município de São Paulo	Em %							
	Agropecuária		Indústria		Serviços		VA TOTAL	
	2002	2010	2002	2010	2002	2010	2002	2010
RMSP	2,2	1,5	50,1	46,8	58,9	60,8	54,7	55,6
Município de São Paulo	0,2	0,1	28,8	24,6	41,1	40,5	36,3	35,1
Demais Municípios	2	1,4	21,2	22,2	17,8	20,3	18,4	20,5
Leste	1,7	1,2	6,2	6	4,4	4,7	4,8	5,1
Norte	0,1	0,1	1,2	1,3	0,6	0,8	0,8	1
Oeste	0	0	3,7	3,4	5,9	7,3	5,1	6,1
Sudeste	0,1	0	8,8	9,7	5,6	5,6	6,4	6,7
Sudoeste	0,2	0,1	1,3	1,8	1,4	1,7	1,3	1,7

Fonte – Fundação Seade. Dados trabalhados pelos autores.

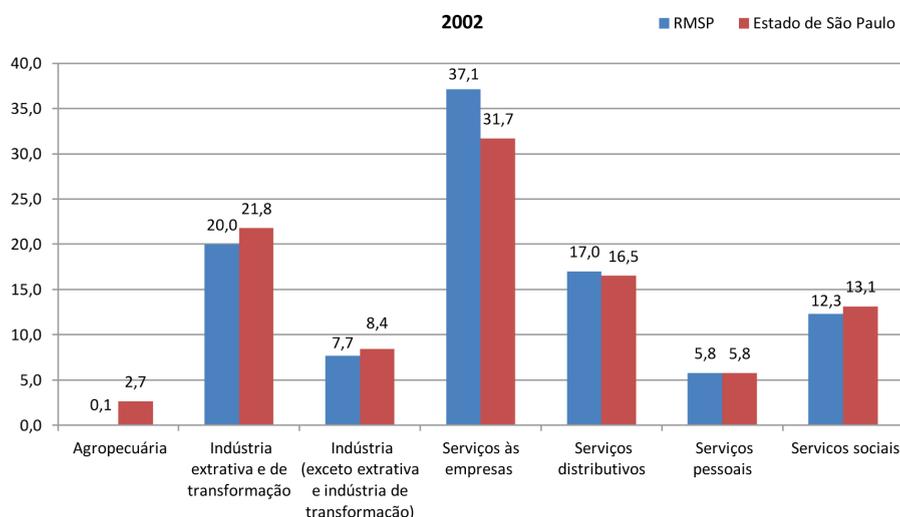
O setor de serviços abrange cerca de três quartos do valor adicionado metropolitano em 2010. A indústria responde por um quarto do VA total da RMSP e a agropecuária responde por menos de 0,1% do VA. No entanto, essas aberturas setoriais – agropecuária, indústria e serviços – do valor adicionado não permitem observar especificidades produtivas sub-regionais, uma vez que agregam atividades de natureza bastante distintas, principalmente o setor de serviços. Assim, para melhor compreender as características produtivas regionais, optou-se, neste estudo, por desagregar as informações da indústria e dos serviços. A indústria é desagregada em dois subsetores: (I) indústria extrativa e de transformação e (II) indústria (exceto extrativa e transformação), com os demais segmentos industriais (construção civil e serviços industriais de utilidade pública). O setor de serviços é dividido em: (I) serviços às empresas, (II) serviços distributivos, (III) serviços sociais e (IV) serviços pessoais.¹

A análise da distribuição do valor adicionado da RMSP e do estado em 2002 e 2010 revela mudanças não somente na composição da

¹ Serviços às empresas correspondem aos Serviços de Intermediação Financeira, Serviços Prestados às Empresas, Serviços de informação (exceto telecomunicações) e Atividades Imobiliárias e Aluguéis; serviços distributivos correspondem a Comércio e Serviços de Manutenção e Reparação, Transportes, armazenagem e correio, Telecomunicações; serviços pessoais são os Serviços de Alojamento e Alimentação e Serviços prestados principalmente às Famílias e Associativos e Serviços Domésticos; e Serviços sociais correspondem a Serviços da Administração Pública, Serviços de educação mercantil e Serviços de saúde mercantil.

indústria regional, como também em alguns ramos do setor de serviços (Gráfico 1.1). Embora os serviços às empresas permaneçam como os mais importantes para a formação do VA regional, um movimento importante nesse período é o avanço dos serviços distributivos. Enquanto em 2002 a indústria extrativa e de transformação era a segunda principal atividade econômica e os serviços distributivos ocupavam a terceira colocação, em 2010 ocorre uma inversão dessas posições.

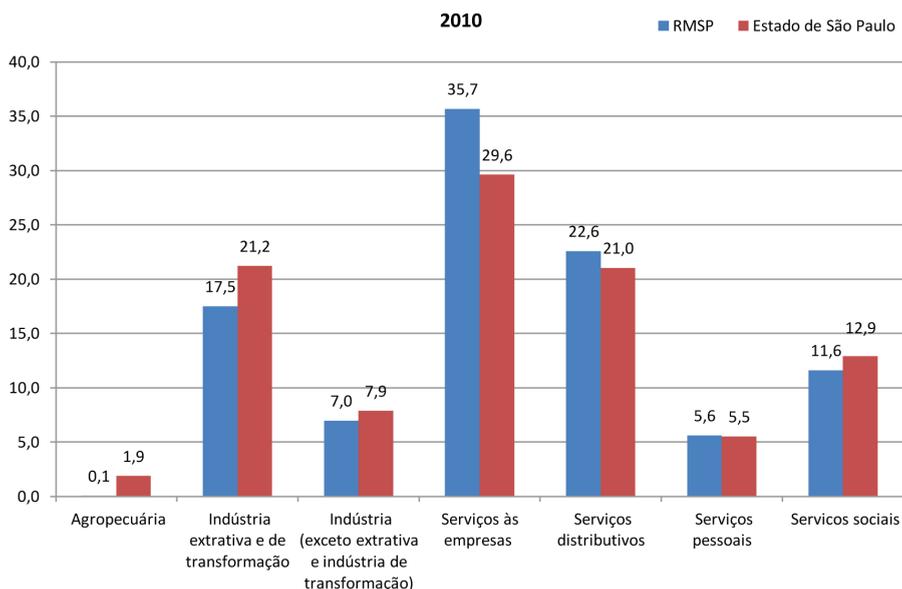
Gráficos 1.1 – Distribuição do Valor Adicionado por subsetores de atividade econômica - Estado de São Paulo e Região Metropolitana de São Paulo – 2002-2010



Os serviços às empresas, com maior participação no VA metropolitano, passam de 37,1% em 2002 para 35,7% em 2010. Já os serviços distributivos passam de 17% em 2002 para 22,6% em 2010. Os outros tipos de serviços não apresentam variações expressivas no período.

Embora a indústria extrativa e de transformação continue a contribuir com mais de 20% do VA estadual, há uma queda do peso desse setor na RMSP de 20% em 2002 para 17,5% em 2010.

Gráfico 1.2 – Distribuição do Valor Adicionado por subsetores de atividade econômica - Estado de São Paulo e Região Metropolitana de São Paulo – 2010



Fonte – Fundação Seade. Dados trabalhados pelos autores.

Tal distribuição é diferente daquela observada no estado, onde em 2010 os serviços às empresas respondem por 29,6% do VA total, seguidos pela indústria extrativa e de transformação (21,1%) e pelos serviços distributivos (21,0%). Os serviços sociais apresentam participação relativa maior no estado (12,9%) do que na RMSP (11,6%). Somente os serviços pessoais têm níveis de participação similares na RMSP e no estado.

A análise da distribuição do PIB pelas sub-regiões da RMSP confirma a forte concentração da população e da atividade econômica no Município de São Paulo (Tabela 1.4). Há uma queda relativa do PIB e da população da capital, e a retração do PIB é relativamente maior que a da população. A sub-região Oeste mantém 8,7% da população da RMSP, mas amplia seu peso econômico, aproximando-se da sub-região Sudeste, que abrange o Grande ABC. Esse avanço da sub-região Oeste deve-se ao fortalecimento dos setores de serviços em seus municípios. Desse modo, com o objetivo de alcançar uma maior compreensão da dinâmica econômica territorial na RMSP, realiza-se uma análise mais detalhada por sub-região.

**Tabela 1.4 – Distribuição do PIB da RMSP segundo sub-regiões
2002-2010**

Sub-regiões da RMSP e do Município de São Paulo	População				PIB			
	2002		2010		2002		2010	
	No. Abs.	%	No. Abs.	%	Em	%	Em	%
Total RMSP	18.258.302	100	19.667.558	100	284.906	100	701.849	100
São Paulo	10.613.691	58,1	11.245.983	57,2	187.953	66	443.600	63,2
Leste	2.378.098	13	2.660.540	13,5	24.813	8,7	63.041	9
Norte	441.851	2,4	516.809	2,6	3.815	1,3	11.512	1,6
Oeste	1.579.629	8,7	1.709.234	8,7	26.781	9,4	78.136	11,1
Sudeste	2.397.446	13,1	2.549.613	13	34.828	12,2	84.829	12,1
Sudoeste	847.587	4,6	985.379	5	6.717	2,4	20.731	3

Fonte – Fundação Seade. Dados trabalhados pelos autores.

2.1. Município de São Paulo

O Município de São Paulo conta com 11 milhões de habitantes em 2010, concentrando a população e a atividade econômica da RMSP. O PIB gerado no seu território diminuiu de 66,0% em 2002 para 63,2% em 2010. A discussão da literatura econômica mostrou a tendência de fortalecimento do setor de serviços e a perda de participação na indústria regional nas últimas décadas do século passado, a qual se mantém na década de 2000 (APARICIO; KALEMKARIAN, 2013).

Em um movimento de desconcentração da atividade industrial em direção aos demais municípios da RMSP e a outras regiões do interior (em particular, Campinas e Sorocaba), a indústria continua a perder peso no Valor Adicionado (VA). Essa perda de participação ocorre tanto em segmentos tradicionais como naqueles com maior nível de inovação tecnológica, por exemplo, a indústria farmacêutica (APARICIO; KALEMKARIAN, 2013). Assim, a atividade industrial diminuiu seu peso no VA do município de 16,4% em 2002 para 13,5% em 2010 (Gráfico 1.3).

A cidade de São Paulo é o centro nacional do setor de serviços. Uma parcela razoável desse setor atende as necessidades de serviços das empresas e de seu ambiente de negócios. Além de ser o centro financeiro do país, a cidade concentra também os principais grupos empresariais nacionais e estrangeiros, o que estimula a proliferação de serviços especializados de apoio à produção e, principalmente, à gestão das empresas, como os serviços jurídicos, de marketing, de tecnologias de informação, entre outros (SERT, 2012).

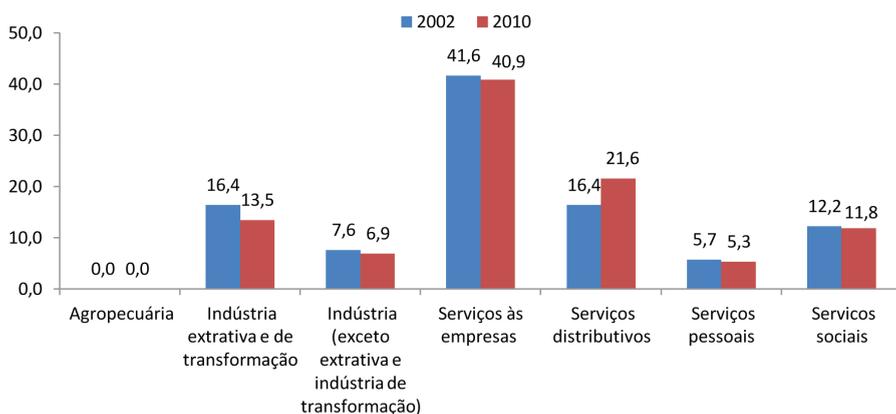
Nesse sentido, os serviços às empresas são a principal fonte de geração do VA municipal. Com mais de 40% do VA total da cidade, esse subsetor envolve uma série de serviços empresariais especializados,

como os serviços financeiros e de informação. No entanto, chama a atenção a ligeira perda de participação desse segmento na economia local, que passa de 41,6% em 2002 para 40,9% em 2010.

Além disso, um dos segmentos que registraram maior avanço na década foi o de serviços distributivos, que agrega serviços de comércio, transportes e telecomunicações. Tais serviços são relevantes tanto para o planejamento logístico de diversas cadeias produtivas como para a tecnologia de informação das empresas. O VA desse subsetor em 2010 supera o da indústria de transformação.

Dado o tamanho da população residente na capital e nos municípios vizinhos, os serviços sociais constituem um subsetor relevante da economia paulistana. A cidade de São Paulo conta com um amplo conjunto de empresas privadas de educação e saúde. Além da presença de importantes instituições de ensino públicas, a cidade é um polo internacional da área de ciências da vida, com um conjunto amplo de instituições de pesquisa e de equipamentos de saúde, como o Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo e o Instituto do Câncer (SERT, 2012).

Gráfico 1.3 – Distribuição do Valor Adicionado, por setores de atividade econômica do Município de São Paulo em 2002-2010



Fonte – Fundação Seade. Dados trabalhados pelos autores.

2.2. Sub-região Oeste

A sub-região Oeste abrange uma população de 1,7 milhão de habitantes em 2010, o que equivale a 8,7% da população da RMSP. A sub-re-

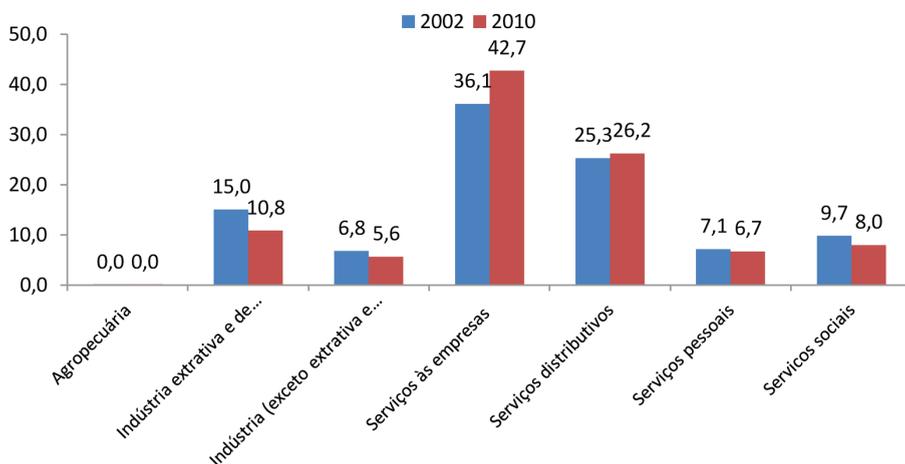
gião amplia fortemente sua contribuição para a geração da riqueza regional entre 2002 e 2010. Sua participação no PIB passa de 9,4% para 11,1% nesse período, e quase se iguala ao PIB da sub-região Sudeste (ABC).

Há um importante avanço dos serviços às empresas na sub-região Oeste, que é a única sub-região com ganho de participação nesse sub-setor na última década. A contribuição dos serviços às empresas para o VA total passa de 36,1% para 42,7% entre 2002 e 2010. Além disso, os serviços distributivos, que já representavam um quarto do VA local em 2002, ampliam seu peso em 2010. É o forte crescimento desses dois sub-setores que explica a crescente participação dessa sub-região na economia da RMSP.

Os municípios de Barueri e Osasco concentram o VA dos serviços às empresas. Cabe ressaltar para Osasco a importância dos serviços financeiros devido à localização da sede de uma importante instituição bancária no seu território. Os municípios da sub-região também se destacam pela presença de empresas de tecnologia da informação (FUNDAÇÃO SEADE, 2012).

Há uma elevada participação dos serviços distributivos na sub-região Oeste. As rodovias que atravessam essa sub-região, com destaque para as rodovias Castelo Branco, Anhanguera e o rodoanel Mario Covas, reforçam a presença de prestadoras de serviços de logística e de centros de distribuição de empresas do comércio e da indústria em seus municípios.

Gráfico 1.4 – Distribuição do Valor Adicionado, por setores de atividade econômica - Sub-Região Oeste - 2002-2010



Fonte – Fundação Seade. Dados trabalhados pelos autores.

2.3. Sub-região Sudeste

A sub-região Sudeste, formada pelos municípios do ABC, concentra 2,6 milhões de habitantes em 2010. Ao longo da década, sua participação no PIB regional mantém-se em torno de 12%. Diferentemente do município de São Paulo, a atividade industrial continua a ter peso significativo nessa sub-região.

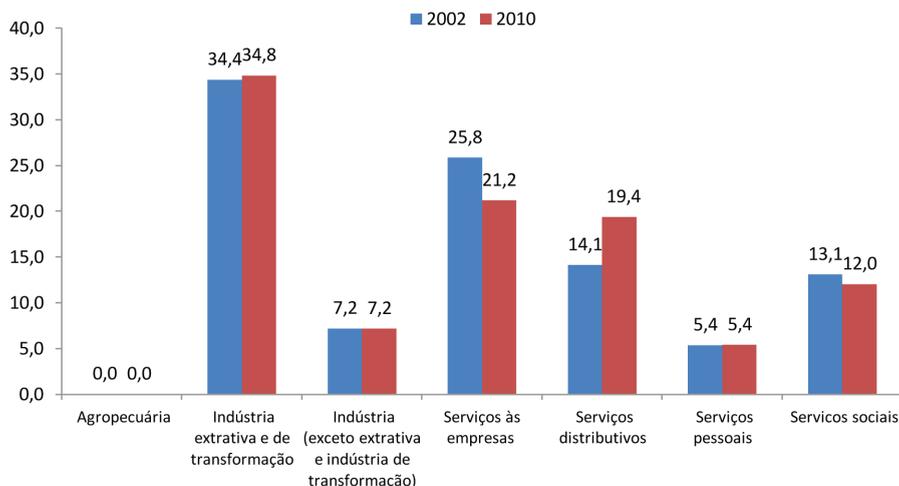
A supressão dos postos de trabalho ligados à atividade secundária, que ocorre desde a década de 1980, não modificou o perfil industrial dessa sub-região. A análise da distribuição setorial do VA evidencia a importância da indústria extrativa e de transformação na economia regional, com 35% do total do VA sub-regional.

Assim, os municípios dessa sub-região abrangem um dos maiores parques industriais do país, que compreende a produção automobilística e de autopeças, o Polo Petroquímico de Capuava e o Polo Industrial Sertãozinho, a produção de máquinas e equipamentos, borracha e plástico, produtos de metal e metalurgia básica, produtos químicos e petroquímicos, embalagens, entre outros segmentos da indústria de transformação, que têm articulação com o setor de serviços (SERT, 2012).

Os segmentos dos setores de serviços também se destacam nessa sub-região, porém chamam a atenção dois movimentos contrários. De um lado, ocorre um aumento dos serviços distributivos, associado a um crescimento do comércio varejista e atacadista e dos serviços de logística de transporte. De outro, há uma queda dos serviços prestados às empresas, que podem ter-se deslocado para São Paulo ou para a sub-região Oeste.

A atividade econômica da sub-região está fortemente concentrada no município de São Bernardo do Campo, que responde por 45% do VA da indústria extrativa e de transformação, quase 40% dos serviços às empresas e 40% dos serviços distributivos dos respectivos VAs setoriais da sub-região. Já em termos dos serviços sociais destacam-se São Bernardo do Campo e Santo André, devido a seu maior porte populacional (FUNDAÇÃO SEADE, 2012).

Gráfico 1.5 – Distribuição do Valor Adicionado, por setores de atividade econômica - Sub-Região Sudeste - 2002-2010



Fonte – Fundação Seade. Dados trabalhados pelos autores.

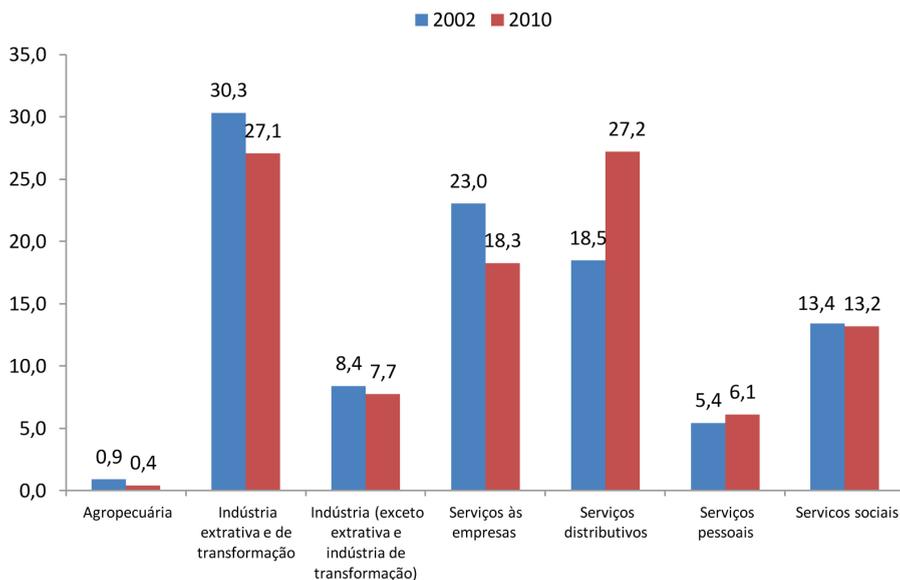
2.4. Sub-região Leste

A sub-região Leste é a maior sub-região em termos populacionais, com 2,7 milhões de habitantes ou 13,5% da população da RMSP em 2010, onde se destacam Guarulhos e Mogi das Cruzes. Contudo, sua importância econômica é proporcionalmente menor do que a populacional. O PIB dessa sub-região é o terceiro maior da RMSP, com 9% de participação no PIB regional em 2010.

Entre 2002 e 2010, a sub-região Leste acompanha em parte a tendência do município de São Paulo, com uma ligeira queda dos segmentos industriais e um avanço em alguns subsectores de serviços. Mesmo assim, a indústria extrativa e de transformação ocupa lugar de destaque na economia sub-regional. Guarulhos, Mogi das Cruzes e Suzano têm um parque industrial diversificado (SERT, 2012).

A sub-região Leste também se sobressai pelos serviços distributivos, que ampliam fortemente sua contribuição para a geração de riqueza. O peso desse subsector no VA sub-regional passa de 18,5% em 2002 para 27,2% em 2010. Isso é atribuído não somente à presença do Aeroporto Internacional de Guarulhos, mas também às externalidades geradas por esse equipamento na sub-região. A via Dutra também reforça o peso da sub-região em termos logísticos, tanto para a localização de centros de distribuição como para a instalação de empresas industriais (SERT, 2012).

Gráfico 1.6 – Distribuição do Valor Adicionado, por setores de atividade econômica - Sub-Região Leste - 2002-2010



Fonte – Fundação Seade. Dados trabalhados pelos autores.

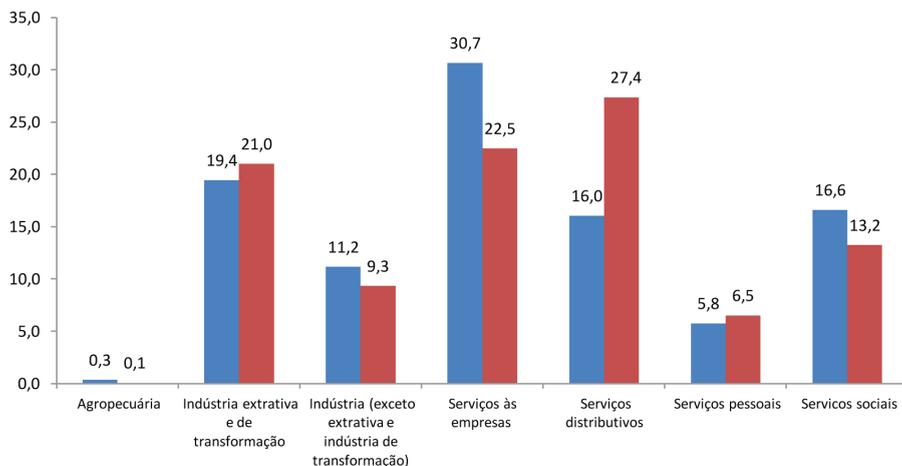
2.5. Sub-região Sudoeste

A sub-região Sudoeste amplia sua participação na população e na economia da RMSP na última década. Com quase um milhão de habitantes em 2010, sua participação no PIB regional passa de 2,4% para 3,0% entre 2002 e 2010.

Há um avanço do setor industrial e, principalmente, dos serviços distributivos. A expansão do rodoanel Mario Covas – com a inauguração do trecho sul em 2010 – contribuiu para a instalação de empresas do setor industrial e prestadores de serviço de logística empresarial. Assim, o subsector de serviços distributivos amplia sua participação no VA total de 16% em 2002 para 27,4% em 2010, passando a ser o segmento mais importante da economia sub-regional.

Assim como em outras sub-regiões, os serviços às empresas perdem relevância econômica, diminuindo seu peso de 30,7% em 2002 para 22,5% em 2010. Como já destacado, possivelmente tais serviços estão se concentrando em São Paulo e na sub-região Oeste.

Gráfico 1.7 – Distribuição do Valor Adicionado, por setores de atividade econômica - Sub-Região Sudoeste - 2002-2010



Fonte – Fundação Seade. Dados trabalhados pelos autores.

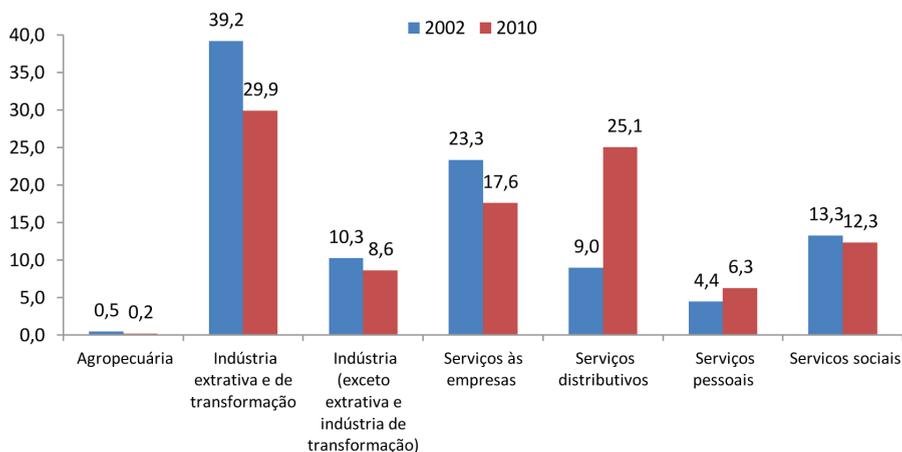
2.6. Sub-região Norte

A sub-região Norte é a que tem o menor peso tanto em termos econômicos e demográficos. Em 2010, essa sub-região representava 1,6% do PIB e 2,6% da população da RMSP. Vale lembrar que uma parte dessa população tem elevado nível de pobreza, em particular no município de Francisco Morato.

Entre 2002 e 2010, a atividade industrial perde espaço na dinâmica econômica local, enquanto ocorre um forte avanço dos serviços distributivos. A contribuição da indústria para o VA total diminuiu de 39,2% para 29,9% nesse período. Diferentemente, os serviços distributivos praticamente triplicam seu peso econômico, de 9% para 25,1%. Além disso, nessa sub-região também ocorre uma queda da participação dos serviços às empresas, que podem estar se deslocando para São Paulo ou para a sub-região Oeste.

De modo semelhante ao que ocorre em outras sub-regiões, observa-se que tanto a indústria como os serviços distributivos – em particular comércio atacadista e varejista e serviços de transportes, armazenagem e correio – concentram-se ao longo das rodovias Anhanguera e Bandeirantes e do rodoanel Mario Covas. Assim, os municípios de Cajamar e Caieiras contam com crescente peso do setor de serviços (FUNDAÇÃO SEADE, 2012).

Gráfico 1.8 – Distribuição do Valor Adicionado, por setores de atividade econômica - Sub-Região Norte - 2002-2010



Fonte – Fundação Seade. Dados trabalhados pelos autores.

3. Considerações finais

Em síntese, queremos deixar consignado o papel polarizador da metrópole paulista nas condições da economia brasileira e mundial contemporâneas, pautadas pelo predomínio do trabalho imaterial e dos nexos informacionais presidindo a atividade produtiva, assim como pelo funcionamento das grandes cidades mundiais (aglomerações urbano-regionais) na qualidade de núcleos de comando, produção e difusão de mensagens. Milton Santos resume a particularidade da capital paulista:

Agora São Paulo passa a ser a área polar do Brasil, não mais propriamente pela importância de sua indústria, mas pelo fato de ser capaz de produzir, coletar, classificar informações, próprias e de outros, e distribuí-las e administrá-las de acordo com seus próprios interesses. Este é um fenômeno novo na geografia e na urbanização do Brasil. (SANTOS, 2008, p. 59)

De igual modo, a conclusão de um estudo recente afirma:

Contrariando as interpretações mais simplistas da estrutura produtiva do MSP, entendemos que ela se complexificou nos últimos anos. É, ao mesmo tempo, imensamente diversificada e especia-

lizada. Diversificada porque contempla praticamente todas as cadeias produtivas. A maior parte da sua competitividade deriva dessa diversidade. E especializada no sentido de ser o principal polo de produção brasileiro de uma série de atividades – inclusive industriais. Essa especialização em uma diversidade de segmentos explicita a força e o potencial competitivo de uma cidade como São Paulo, o qual, se relacionado a políticas públicas bem feitas, tem tudo para se ampliar. (FREIRE et al., 2012, p. 60)

Estamos conscientes de que outras linhas interpretativas podem surgir. Diante da complexidade e do dinamismo das mudanças na realidade contemporânea, um monitoramento permanente pode detectar alterações nas tendências vigentes. No entanto, até aqui, é possível sintetizar: a cidade de São Paulo continua sendo o eixo articulador do crescimento do país, eixo esse reconfigurado setorial e espacialmente, atuando em uma totalidade móvel que pode ser associada – entre outras aproximações – ao perímetro metropolitano e macrometropolitano. A distribuição e a localização das atividades no interior do espaço metropolitano paulista e sua relação com o contexto da reestruturação econômica apontam para a redistribuição das atividades produtivas, diminuindo o peso da indústria e ampliando o dos serviços (não apenas os diretamente produtivos ou vinculados às atividades industriais), e não se resumem à desconcentração ou dispersão substantivas das funções urbanas centrais. Políticas públicas que incorporem uma visão territorial mais extensiva e integrada permitem projetar padrões alternativos de uso do solo, vinculados a novas territorialidades socioeconômicas e a vários planos escalares, principalmente no nível nacional. Estratégias espacialmente abrangentes consistem desse modo premissa fundamental para a compreensão não apenas dos fenômenos em marcha na cidade-região paulista, como das transformações possíveis no âmbito de políticas de desenvolvimento de corte democrático.

Referências

- APARICIO, C. A. P. e KALEMKARIAN, M. Onde a indústria se fortalece no estado de São Paulo. **Primeira Análise**, São Paulo, Fundação Seade, n. 1, 2013.
- ARAÚJO, M. de F. e PACHECO, C. A. A trajetória econômica e demográfica da metrópole nas décadas de 70-80. In: CANO, W. (Coord.). **São Paulo no limiar do século XXI: cenários da urbanização paulista – A**

região administrativa da Grande São Paulo. São Paulo: Fundação Seade, 1992. V. 6.

BRASIL. **Estudo da dimensão territorial para o planejamento. Volume III: Regiões de referência.** Brasília, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2008.

CAIADO, A. S. C. **Desconcentração industrial regional no Brasil (1985-1998): pausa ou retrocesso?** Campinas: Instituto de Economia – Unicamp, 2002.

CANO, W. e SEMEGHINI, U. C. Diagnóstico do setor de serviços: documento básico. In: CANO, W. (Coord.). **São Paulo no limiar do século XXI: diagnósticos setoriais da economia paulista, setores de indústria e serviços.** São Paulo: Fundação Seade, 1992. V. 3.

FREIRE, C. T.; ABDAL, A. e BESSA, V. Conhecimento e tecnologia: atividades industriais e de serviços para uma São Paulo competitiva. In: COMIN, A. et al. (Orgs.). **Metamorfoses paulistanas: atlas geoeconômico da cidade.** São Paulo: SMDU/CEBRAP/UNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012.

FUNDAÇÃO SEADE. **PIB dos Municípios Paulistas 2000-2010.** São Paulo, 2012. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/pibmun/pdfs/PIBMunicipal_2010.pdf Acesso em: out. 2013.

IPEA. **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2009. V. 2

LENCIONI, S. A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento,** Curitiba, n. 120, 2011.

MATTOS, C. A. de. Globalización, negocios inmobiliarios y mercantilización del desarrollo urbano. In: MONTÚFAR, M. C. (Coord.). **Lo urbano en su complejidad: una lectura desde América Latina.** Quito: FLACSO Ecuador/Ministerio de Cultura del Ecuador, 2008.

NEGRI, B.; GONÇALVES, M. F.; CANO, W. O processo de interiorização do desenvolvimento e da urbanização no estado de São Paulo (1920-80). In: _____. **A interiorização do desenvolvimento econômico no estado de São Paulo (1920-80).** São Paulo, Convênio SEP/Seade-Fecamp/Unicamp/Fundação Seade, 1988.

POCHMANN, M. **Qual desenvolvimento? Oportunidades e dificuldades do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Publisher Brasil, 2009.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Edusp, 2008.

SCOTT, A. J. **A world in emergence: cities and regions in the 21st century.** Cheltenham/UK; Northampton/US: Edward Elgar Publishing Ltd., 2012.

SERT. Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho (SERT) do estado de São Paulo. **Boletim FOCO 2011 – Região Metropolitana de São Paulo,** 2012. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/projetos/simtrabalho> Acesso em: out. 2013.

A Metrópole de São Paulo na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho

*Rafael Soares Serrao
João Marcus Pires Dias*

Resumo: O objetivo deste capítulo é examinar os impactos no mercado de trabalho por meio de um diagnóstico sobre as diversas transformações ocorridas na estrutura produtiva da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) no período de 1980 e 2010.

O procedimento adotado para o desenvolvimento do estudo relacionado ao mercado de trabalho, utilizou como instrumento de observação informações estatísticas da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE) e da Pesquisa de Emprego e Desemprego, desenvolvida na RMSP pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos em parceria com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (PED - DIEESE/SEADE). Para compreender a dinâmica de transformações ocorrida na estrutura produtiva da RMSP, consideraram-se como material de apoio os números do PIB Municipal (Produto Interno Bruto) e a conjuntura macroeconômica do período proposto.

Palavras-chave: mercado de trabalho; emprego; desemprego; Região Metropolitana de São Paulo.

Abstract: The purpose of this chapter is to examine the impacts on the labor market through a diagnosis of the various transformations in the productive structure of the Metropolitan Region of São Paulo (MRSP) between 1980 and 2010.

The procedure adopted for the development of related labor market study, used as an instrument of observation statistics from the Annual Social Information from the Ministry of Labor and Employment (RAIS/MTE) and the Survey of Employment and Unemployment, developed by the RMSP Department of Statistics and Socioeconomic Studies in partnership with the State System of Data Analysis Foundation (PED - DIEESE/SEADE). To understand the dynamic changes occurring in the productive structure of the metropolitan region, it was considered as collateral GDP numbers Municipal

(Gross Domestic Product) and the macroeconomic environment of the proposed period.

Keywords: labour market; employment; unemployment; metropolitan region of São Paulo

1. Introdução

O presente capítulo tem por objetivo analisar as mudanças ocorridas no mercado de trabalho dos 39 municípios que integram a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), mais especificamente no período de 1980 a 2010. Para o desenvolvimento deste estudo, procuraremos relacionar e contextualizar as transformações no mercado de trabalho com outras questões, a saber: estrutura econômica e produtiva; mudanças nas relações de trabalho e conjuntura macroeconômica.

O arranjo produtivo da RMSP, quando considerado o período em questão, é marcado por intensas mudanças ocasionadas principalmente pela consolidação do processo de interiorização da indústria nacional, iniciado na década de 1970 por meio de empreendimentos produtivos estatais e acentuado nos anos seguintes por investimentos da iniciativa privada. Do ponto de vista econômico, a RMSP permaneceu ocupando posição de destaque na economia brasileira, apesar de perder importância no Produto Interno Bruto (PIB) total do país. Porém, a partir da década de 1990 a geração de riquezas se concentra cada vez mais ao setor de serviços, composto por atividades econômicas heterogêneas e com características muito distintas quando comparado ao setor produtivo.

A reestruturação produtiva ocasionou não apenas uma “migração” dos trabalhadores entre os setores, mas implicou uma alteração na qualidade do emprego. O emprego industrial com registro em carteira de trabalho, marcado também por conquistas da organização dos trabalhadores nas condições de trabalho e de remuneração, aos poucos perdeu espaço para ocupações autônomas, temporárias e/ou com vínculos precários de trabalho, geralmente ligadas ao setor de prestação de serviços.

Para tanto, a análise a seguir se apoiará em informações da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE) e da Pesquisa de Emprego e Desemprego, desenvolvida na RMSP pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos em parceria com a Fundação Sistema Estadual de

Análise de Dados (PED – DIEESE/SEADE). Complementarmente, utilizaram-se estatísticas do PIB (Produto Interno Bruto) Municipal com o objetivo de visualizar as transformações na estrutura produtiva da RMSP e seus possíveis impactos no mercado de trabalho.

Ainda no que diz respeito à metodologia: adotaram-se, na análise dos dados da RAIS/MTE e do PIB, recortes geográficos que buscam dar conta do processo de estruturação da economia da RMSP, processo a ser apresentado na passagem seguinte do texto. Os recortes foram os seguintes:

- RMSP (o conjunto dos 39 municípios);
- Município-polo (São Paulo); e
- ABCDOG (Santo André, São Bernardo, São Caetano do Sul, Diadema, Osasco e Guarulhos).

2. Estrutura econômica, produtiva e mercado de trabalho da RMSP

A Região Metropolitana de São Paulo é formada pela cidade de São Paulo, o município-polo, e mais 38 municípios que se agrupam em torno da capital do estado e são diretamente por ela polarizados.

Ao longo das últimas décadas, a estrutura produtiva da região metropolitana paulista passou por algumas fases de transformação no setor industrial e uma significativa expansão de seu tecido urbano. As fases mais recentes dessa evolução, que se iniciam nos anos 1960, são marcadas pela estruturação de blocos de atividades industriais liderados pelo desenvolvimento da indústria automobilística, que concentrou as atividades industriais ao longo da Rodovia Anchieta e nos municípios da região Sudeste. Uma segunda fase, intimamente vinculada à primeira, refere-se à motorização da população e contribuiu para aumentar a necessidade de novas avenidas e rodovias, ampliando os espaços de circulação. A metrópole não estava preparada para essas rápidas transformações; o crescimento da frota ocasionou sérios problemas de aglomeração, interferindo diretamente na estrutura metropolitana e atraindo novas atividades ligadas aos setores de comércio e serviços (ROLNIK; KOWARIK; SOMEKH; 1990).

Esse processo acentuou a extensão de áreas ocupadas pelos usos urbanos, na medida em que o crescimento das atividades industriais

exigiu a alocação espacial das indústrias (atingindo, no transcorrer do tempo, novas regiões, como os municípios de Osasco e Guarulhos¹), propiciando assim que a RMSP continuasse a apresentar oferta de emprego superior às demais regiões do estado e do país.

A partir dos anos 80, iniciou-se um novo período de grandes mudanças, cujos efeitos se fazem sentir até os dias de hoje. É a etapa na qual a Região Metropolitana assistiu à desconcentração das atividades industriais e da população – já iniciada em meados dos anos 70 – à reestruturação das atividades econômicas, à inserção do país no contexto da globalização e ao grande incremento das atividades do setor de serviços, que se tornaram, em muitos casos, o reduto dos desempregados do setor secundário da economia e a “porta de entrada” dos jovens no mercado de trabalho. (DIAS, 2000).

O município-polo, São Paulo, passou a ser conhecido como “a metrópole dos serviços”, sobretudo em virtude de essas atividades desempenharem um papel substancial para a economia da região (ARAÚJO, 1992; BÓGUS e MONTALI, 1994). Concentraram-se, de maneira crescente, as atividades financeiras de natureza global, as sedes dos maiores bancos nacionais e internacionais, as grandes empresas multinacionais, concedendo à cidade a primazia entre as metrópoles nacionais e transformando-a na metrópole global por excelência.

Ao longo das etapas de sua expansão recente, um conjunto de processos provocou alterações na estrutura de empregos em diferentes setores da atividade econômica na RMSP, reduzindo os empregos industriais e, ao mesmo tempo, impulsionando, principalmente a partir da década de 1990, o crescimento dos empregos no setor terciário (DEDECCA, 1997).

De fato, ao mesmo tempo que ocorreram o processo de desconcentração industrial e a redução do emprego na indústria, diversificaram-se as atividades do setor terciário na região metropolitana, que passou a sediar atividades mais sofisticadas. Assim, nos anos 1990, a região metropolitana paulista assumiu, definitivamente, papéis de ‘cidade mundial’², tendo a reestruturação produtiva contribuído, de

¹ É por conta das duas fases da expansão da indústria que se adotou o recorte geográfico que concentra, além de Osasco e Guarulhos, os municípios de Santo André, São Bernardo, São Caetano do Sul e Diadema.

² Dentre os estudos que apontam estes processos estão: Araújo, 1992; Cordeiro, 1993; Pacheco, 1993; Bógus e Montali, 1994; Cano e Semeguini, 1991; Emplasa, 1994.

modo efetivo, para a diversificação dos serviços, ao terceirizar e subcontratar atividades de apoio.

No que diz respeito à legislação trabalhista, em meio à recessão econômica ocorrida após curto período de crescimento que se verificou após o Plano Real, e no contexto de crescente taxa de desemprego, as conquistas históricas da classe trabalhadora foram alvo de segundas ofensivas. Exatamente no transcorrer desses anos, foram implementadas diversas modificações na legislação, todas no sentido de flexibilizá-la de modo a beneficiar os empregadores. As de maior impacto merecem ser lembradas:

- implementação do banco de horas, medida que possibilitou diminuir os gastos com horas extras;
- ampliação dos casos passíveis de contratação de trabalho por tempo determinado, modalidade que desonera o empregador em casos de demissão no término da vigência do contrato;
- regulamentação de formas variáveis de remuneração – a participação nos lucros e resultados das empresas foi uma delas – medida que, ao mesmo tempo, desvia o foco das negociações de reajustes salariais de data-base e que não incorpora os valores pagos aos salários dos trabalhadores;
- criação do mecanismo da suspensão temporária do contrato de trabalho – *layoff*.

Na década de 2000, a forte pressão do poder econômico faz com que novos mecanismos para burlar a legislação trabalhista surjam, e podemos citar como exemplo dois deles. O primeiro trata das chamadas “coper gatos” criadas pelos empregadores, que, embora reguladas pela Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971³, ferem todos os princípios do cooperativismo de autogestão que permeiam as cooperativas de trabalho. Essa prática está cada vez mais presente nas relações do mercado de trabalho e faz com que o trabalhador seja obrigado a abrir mão de direitos trabalhistas conquistados ao longo de várias décadas como condição para poder trabalhar em determinada empresa, seja ela de prestação de serviços, ou até mesmo na indústria. O trabalhador passa a receber de acordo com sua produtividade atrelada a jornadas de trabalho além das estipuladas pela CLT, ocasionando situações

³ Em 2012, a Lei n. 12.690 dá nova regulação para as cooperativas de trabalho.

prejudiciais e perigosas à saúde do trabalhador, e, do ponto de vista do empregador, garantindo maiores apropriações de riqueza por parte do empresariado.

Nos diversos ensaios sobre o cooperativismo solidário escritos pelo economista Paul Singer, o autor aponta como um dos problemas mais explícitos desse “artifício” a condição imposta pelo empregador que obriga o trabalhador a se associar à cooperativa, ou seja, sem o vínculo com determinada cooperativa não há emprego. Essa situação fere diretamente um dos principais artigos da lei de cooperativismo que determina a adesão voluntária do trabalhador ao ingresso em uma cooperativa.

O segundo mecanismo utilizado pelo poder econômico no mercado de trabalho atual está atingindo setores da classe trabalhadora com trajetórias ocupacionais mais qualificadas e específicas. Nesse caso, os profissionais são obrigados a abrir empresas individuais deixando de ser regidos pela CLT, passando, assim, para prestadores de serviços junto ao empregador.

Dessa forma, cabe ressaltar que a redução do emprego industrial e o aumento do emprego em serviços não representaram apenas uma “migração” de trabalhadores entre os setores, mas implicaram uma alteração na qualidade do emprego. O emprego com registro em carteira de trabalho, que é predominante na indústria, é gradualmente substituído por ocupações autônomas ou temporárias – caracterizadas por vínculos contratuais precários e por maior instabilidade no emprego. Além disso, faz-se necessário lembrar outro fator que acarreta mudanças importantes no mercado de trabalho: a intensificação da terceirização de mão de obra, modalidade de contratação que ganha força a partir da década de 1990 e que se populariza com o passar do tempo, avançando, inclusive, para as atividades-fim das empresas, não estando mais presente somente nas ocupações de apoio.

Em termos gerais, pode-se dizer que:

A década de 90 constitui um divisor de águas nas trajetórias dos principais indicadores da situação do trabalho no Brasil. Após cinquenta anos de progressivo aumento no trabalho assalariado e formalização das relações de trabalho, houve drástica regressão no mercado de trabalho, com aumento de todas as formas de desemprego, crescimento dos vínculos de trabalho vulneráveis, queda de rendimentos reais e concentração de renda (DIEESE, 2001, p. 11).

A reestruturação produtiva implicou, também, a crescente precarização das relações de trabalho, já que a flexibilização da produção foi acompanhada pela terceirização e subcontratação da produção e de serviços resultando no surgimento dos chamados setores informais modernos (DEDECCA e BALTAR, 1997). A flexibilização provocou ainda, especialmente na Região Metropolitana de São Paulo, a contratação da mão de obra pelas empresas sem carteira de trabalho assinada ou via empresa terceirizada ou ainda como trabalhador autônomo (DIEESE, 2001).

Acentuaram-se, assim, nos anos 90 algumas tendências do mercado de trabalho que já se faziam presentes na década de 80, como é o caso da redução tanto da inserção regulamentada no mercado de trabalho, como do emprego industrial. Conforme Pochmann (2001), as mudanças decorrentes da reestruturação produtiva interferiram na dinâmica do nível de atividade da economia nacional, com repercussões negativas sobre o nível geral de emprego, ao longo das últimas décadas.

Como veremos adiante, os municípios da região do ABC, que concentravam maiores proporções de trabalhadores no setor industrial, apresentaram redução acentuada na participação da indústria no emprego total. Mas a proporção mais baixa de trabalhadores ocupados na indústria foi encontrada no município de São Paulo, onde, em 1985, pouco mais que um terço dos ocupados estava inserido em atividades industriais.

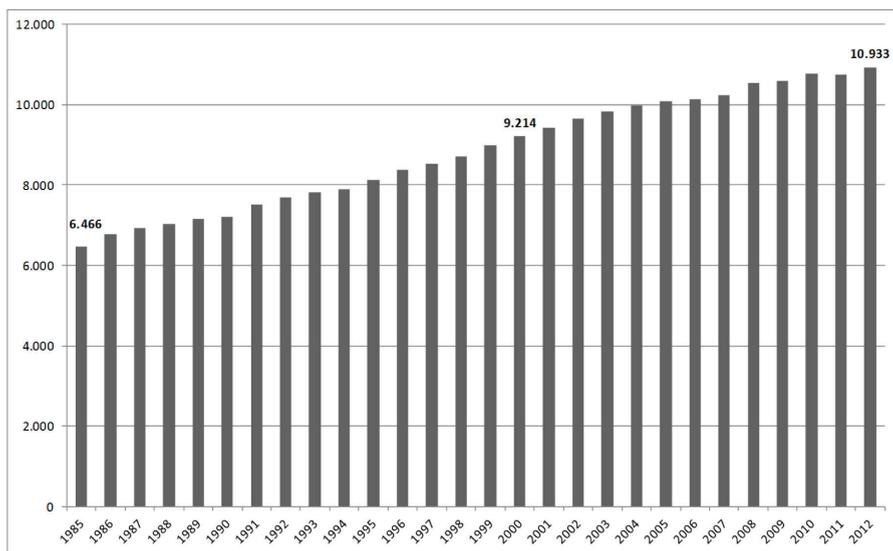
A situação do mercado de trabalho na primeira década do século XXI apresentou uma recuperação bastante significativa a partir de 2003. Um dos fatores que podem explicar a melhoria nos índices de emprego e desemprego nesse período é a política econômica adotada pelo governo federal, caracterizada pela valorização do mercado de consumo interno. Para o DIEESE (2012), existe uma forte correlação entre o comportamento do mercado de trabalho nacional e a política macroeconômica, o que será visto adiante.

2.1. O mercado de trabalho metropolitano e a conjuntura econômica no período de 1985-2012

Para efeito de uma caracterização geral do mercado de trabalho da RMS, analisemos primeiramente os dados da PED-DIEESE/SEADE, pesquisa que abrange tanto os trabalhadores formais quanto os sem registro em carteira de trabalho.

Informações desta pesquisa revelam que, entre 1985 (primeiro ano da pesquisa) e 2012, a população economicamente ativa passou de 6,4 milhões para aproximadamente 11 milhões de pessoas, o que representa um incremento de pouco mais de 69% (Gráfico 2.1).

Gráfico 2.1 – Estimativa da população economicamente ativa da RMSP (em mil pessoas) - 1985 a 2012

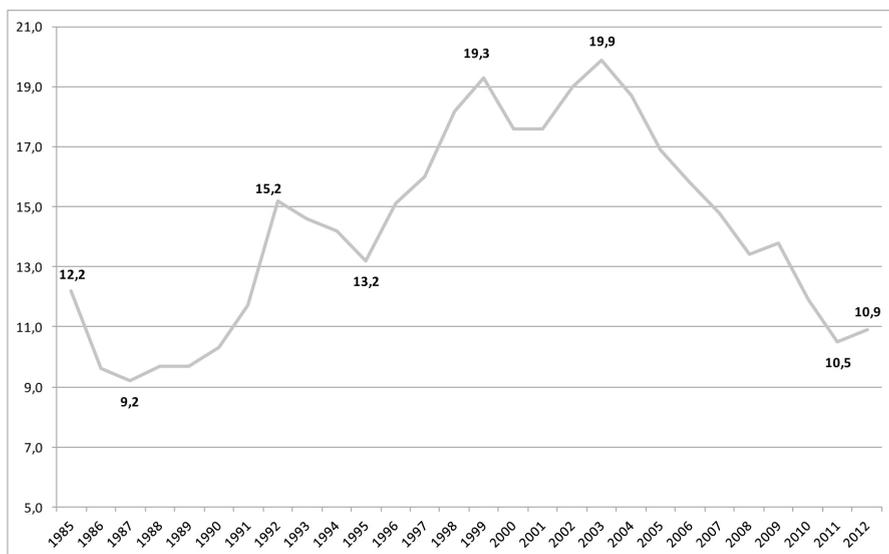


Fonte – DIEESE. Dados e ilustração tratados pelos autores.

Obs.: Com a divulgação dos dados definitivos do Censo Demográfico 2010, pelo IBGE, foram ajustadas as projeções populacionais.

Por outro lado, o comportamento da taxa de desemprego reflete claramente os períodos distintos pelos quais passou a economia do país. Em 1987, após ser registrado o índice mais baixo da pesquisa (9,2%), observamos uma evolução considerável na taxa que alcançou rapidamente os dois dígitos no início da década de 1990, atingindo 19,3% em 1999 e 19,9%, a pior marca da pesquisa, em 2003. Podemos considerar como parte da explicação para esse fenômeno negativo a fragilidade do mercado de trabalho diante do contexto econômico nacional, principalmente em dois cenários: inflacionário, de 1986 a 1994, e recessivo de 1998 e 1999 (Gráfico 2.2).

Gráfico 2.2 – Taxa de desemprego total da RMSP (em %) - 1985 a 2012



Fonte – PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego – Convênio DIEESE/SEADE. MTE/FAT e convênios regionais. Dados e ilustração tratados pelos autores. Obs.: Com a divulgação dos dados definitivos do Censo Demográfico de 2010, pelo IBGE, foram ajustadas as projeções populacionais.

É possível identificar, na obra de pesquisadores do mercado de trabalho nacional, autores que consideram que as diversas oscilações na taxa do desemprego registradas no período de 1985 a 2012 estão correlacionadas à conjuntura econômica nacional, mais do que a outros fatores. Entre 1985 e 1994, o panorama econômico brasileiro passou por crises econômicas, marcadas, principalmente, por índices de inflação elevados, bem como pelo déficit público e pelo crescimento da dívida externa.

No ano de 1985, o Índice Geral de Preços (IGP) fecha doze meses em torno de 235,1%. Com esse patamar alarmante, o governo brasileiro lança em fevereiro de 1986 o Plano Cruzado na tentativa de estabilizar a economia. Em linhas gerais, o Plano propunha diminuir os índices inflacionários apoiando-se no congelamento de preços e salários. A política proposta para salários e empregos passou a ser determinadas por medidas pré-estabelecidas. Na questão do emprego, foi criado o Seguro Desemprego para os trabalhadores dispensados sem justa causa, como forma de minimizar os impactos negativos da ação patronal que entende a mão de obra como

variável de ajuste. Os reajustes salariais passam a ser determinados de acordo com um dispositivo denominado “gatilho salarial”, parte integrante da Política Salarial inaugurada no regime militar, que consistia em reajustar os salários sempre que a inflação alcançasse um determinado patamar (os critérios mudaram dezenas de vezes ao longo dos anos).

Sandroni (1996), no que se refere ao comércio exterior, comenta que, pelo fato de a taxa cambial ter permanecido congelada durante nove meses e pela elevação de vários preços no mercado interno, estimularam-se o aumento das importações e conseqüentemente o decréscimo das exportações, outro fator prejudicial ao mercado de trabalho nacional.

Com o fracasso do Plano Cruzado, a inflação retorna com maior fôlego. Em junho de 1987, os dados do IPC-FIPE (Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) apontam 26,76% no aumento de preços, número bem superior a fevereiro de 1986, último mês antes da implantação do Plano Cruzado, que era de 10,86%.

O índice de desemprego, por sua vez, passa a ser crescente a partir de 1988 até 1992, conforme demonstrado no Gráfico 2.2. Nesse período, foram implementados pelo governo federal mais três planos para a estabilização econômica: Bresser, Verão e Collor.

O Plano Bresser foi implantado em junho de 1987 com novo congelamento geral de preços, aluguéis e, também, dos salários por um prazo de noventa dias. Após essa etapa, era prevista a variação nos preços e salários com reajustes mensais com o objetivo de corrigir defasagens do início do plano. No caso do salário, foi extinto o “gatilho” implementado no plano anterior, e criou-se um novo indexador, a URP (Unidade de Referência de Preço), para corrigi-lo. O índice de desemprego atinge a casa dos 10%.

Para Sandroni (1996), naquele período a economia se encontrava em processo de desaceleração, e, com o intuito de mantê-la nesse patamar sem a expansão da demanda e um novo congelamento, optou-se por uma redução dos salários reais, mantendo em níveis elevados as taxas de juro e a taxa cambial.

Em 1989, em resposta ao índice de inflação que atingiu 933,62% no ano anterior, um novo plano de estabilização financeira é anunciado: o Plano Verão. Espelhado nos planos anteriores, foram adotadas medidas de congelamento dos preços com prazo indefinido, extinção

da Obrigação do Tesouro Nacional (OTN) e da URP e desvalorização do câmbio em 16,3805%. Como nos outros planos, não houve entendimento por parte do governo federal em adotar uma política salarial consistente. Ficou determinado que essa função deveria ser realizada pelo Congresso Nacional.

O início da década de 1990 herda uma inflação acumulada do ano anterior de 1.782,90%, obrigando o novo governo a desenvolver um novo plano de estabilização econômica, o Plano Collor. Para conter o processo inflacionário e a desestabilização da economia do país, o plano consistiu em adotar mudanças nas áreas monetário-financeira, fiscal, comércio exterior, câmbio e, por fim, controlar os preços e salários.

Os salários passam a ser fixados de acordo com o estabelecimento mensal dos limites máximos de reajustes para os preços, baseados na estimativa da inflação do mês vindouro. O fracasso do plano fez com que o país entrasse em “recessão profunda” com queda do PIB em 1990 em cerca de 3%. Alguns meses após a implantação do plano, o mecanismo de reajuste salarial e preços foi extinto. O governo passa a estabelecer a livre negociação entre patrões e empregados, pela primeira vez desde a década de 60, por meio de sucessivas medidas provisórias, limitando o número de reajustes anuais e proibindo a indexação salarial como mecanismo automático de reajuste de salários.

Entre 1990 e 1992, a taxa de desemprego na RMSP dá um salto de 10% para o patamar de 15,2%, reflexos do momento ruim da economia brasileira, materializado no PIB negativo de 0,5% em 1992. Nesse mesmo ano, a inflação atinge o número exorbitante de 2.780,6%.

Com as mudanças ocorridas no cenário político brasileiro a partir de 1993, o Plano Real é lançado no segundo semestre pelos novos governantes, o qual apresentou mudanças substantivas na conjuntura macroeconômica do Brasil.

Um dos pilares do plano foi a valorização do câmbio que, por consequência, inverteu a balança comercial, deixando-a deficitária. As transações correntes aumentaram, tornando necessário buscar mais financiamento do setor externo, obrigando o governo a manter altas taxas de juros internas. O câmbio valorizado e a paridade da moeda nacional com o dólar fizeram com que aumentasse o fluxo de produtos importados, que, por sua vez, passaram a “disciplinar” os preços domésticos devido à elevação da competição externa. De acordo com

Kume (1996), a liberalização das importações chegou ao auge em setembro de 1994.

Desse momento em diante, a economia nacional passa a reestruturar-se e controlar os preços. Paralelamente a esse processo, empregos voltam a ser gerados, fazendo com que a taxa de desemprego chegasse a patamares muito próximos do verificado na década de 1980.

Porém, o recuo da taxa de desemprego não se sustentou por muito tempo. A partir de 1995, o índice passa a ser ascendente novamente, atingindo o patamar de 19,3% em 1999. O incremento no percentual de desocupados é resultado de uma série de fatores, que envolvem tanto as decisões políticas sobre a estrutura das relações do trabalho, como a macroeconomia. Em relação à parte estrutural, o DIEESE (2012, p. 10) diz que para aumentar o nível do emprego o governo federal optou por medidas de redução dos custos salariais para o empregador “preconizando a flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho”. O segundo fator, de acordo com os citados, está relacionado ao baixo crescimento do PIB, cuja taxa média no período foi de 1,3%.

Entre 2001 e 2003, a taxa de desemprego na RMSP voltou a crescer, registrando o maior índice (19,9%). A partir de 2004, a taxa de desemprego nacional e da RMSP apresenta quedas substanciais. Nesse mesmo momento, a atividade econômica é reaquecida, e o PIB nacional demonstra forte recuperação com percentuais acima de 4% na média até 2008. O ano de 2009 é atípico nesse sentido, devido à crise que atingiu as grandes economias mundiais. O PIB brasileiro tem um crescimento negativo de 0,6% que não causa impacto no mercado de trabalho da RMSP, isto é, embora a economia brasileira tenha enfrentado grandes dificuldades em 2009, de acordo com o DIEESE (2012), o mercado de trabalho posicionou-se no sentido contrário.

Ainda no que se refere ao período mais recente, podemos listar uma série de medidas que proporcionaram a queda acentuada da taxa de desemprego após o ano de 2003, como a valorização do mercado consumidor interno por meio da redução de juros; criação de linhas de crédito; o estabelecimento de uma política de valorização do salário mínimo nacional; e investimento substancial em programas sociais de transferência de renda.

2.2. Desempenho econômico da RMSP

Utilizando como base os indicadores do PIB Municipal⁴, é possível perceber a importância da RMSP tanto na economia do estado de São Paulo como na do país. Em 2010, a participação da RMSP no valor adicionado do estado representou cerca de 56,3%. Ao longo da década, houve uma pequena redução de 1% nesse indicador.

Podemos observar que entre 2000 e 2010⁵ o valor nominal do PIB da RMSP ampliou-se em 186,6%. Por outro lado, verifica-se que o município de São Paulo apresentou crescimento abaixo da média das 39 cidades, fechando em 172,8%. Esse resultado demonstra a desconcentração da produção de riquezas no tecido metropolitano, isto é, os municípios periféricos apresentaram crescimento econômico superior, alavancados principalmente pelo conjunto de municípios ABCDOG que totalizaram 214% de expansão.

Comparando o PIB do ABCDOG com os dados apurados para a cidade de São Paulo, é possível verificar uma tendência de aproximação. Apesar desse fato, em termos reais, o município-sede ainda predomina na geração da riqueza local. Em 2010, São Paulo ultrapassou a casa dos R\$ 576 bilhões contra aproximadamente R\$ 120 bilhões dos seis municípios do ABCDOG somados.

Os dados relativos à indústria revelam que há significativa perda de participação do setor produtivo para qualquer um dos três recortes geográficos. Porém, no ABCDOG a redução ocorre de forma mais lenta (-9,1%), contra -23,0% em São Paulo e -16,6% na RMSP. Além disso, pelo menos segundo o PIB, em 2010 a indústria se mostrava mais importante nos municípios do ABCDOG, representava 31,9%, diante dos 20,4% de São Paulo e 24,5% da RMSP.

O peso econômico da RMSP continuava marcante em 2010; dos cinco municípios com maiores produtos do Estado, quatro estavam concentrados na Região Metropolitana (Quadro 2.1).

⁴ O cálculo do PIB M baseia-se na distribuição pelos municípios do valor adicionado das atividades econômicas das Contas Regionais do Brasil. É estimado o valor adicionado das atividades econômicas – Agropecuária, Indústria e Serviços – o *dummy* financeiro, os impostos e o PIB, medido a preço corrente por município. Engloba também as variáveis e fontes de informação que permitem distribuir o VA estadual (valor adicionado da unidade da federação) das 15 atividades econômicas pelos respectivos municípios do estado.

⁵ No momento da elaboração do presente texto, o PIB municipal mais atual disponível era o referente ao ano de 2010.

**Quadro 2.1 – Indicadores do PIB Municipal da RMSP
2000 e 2010**

Indicador	2000	2010	Variação 2000 a 2010
PIB RMSP (R\$)	201.213.764,50	576.713.434,18	186,6
PIB Município-polo (R\$)	133.427.051,18	64.098.836,39	172,8
PIB ABCDOG (R\$)	38.518.312,25	120.934.994,36	214,0
Participação do Mun.-polo no PIB da RMSP (%)	66,3	63,1	-4,8
Participação do ABCDOG no PIB da RMSP (%)	19,2	21,0	9,6
Participação da indústria no PIB (em %)	2000	2010	Variação 2000 a 2010
RMSP	29,4	24,5	-16,6
Município-polo	26,5	20,4	-23,0
ABCDOG	35,1	31,9	-9,1
Participação relativa dos cinco principais municípios no PIB Estadual	PIB 2010	%	
São Paulo	R\$ 443.600.102,00	35,6	
Guarulhos	R\$ 37.139.404,00	3,0	
Campinas	R\$ 36.688.629,00	2,9	
Osasco	R\$ 36.389.080,00	2,9	
São Bernardo do Campo	R\$ 35.578.586,00	2,9	

Fonte – IBGE. Dados e ilustração tratados pelos autores.

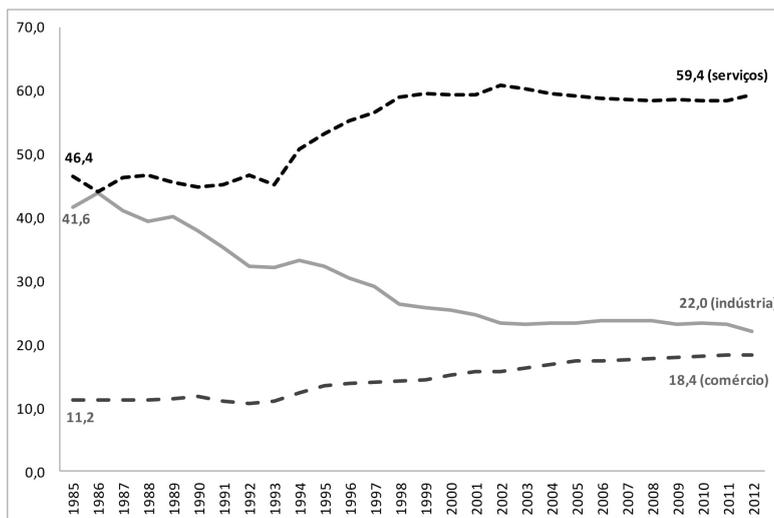
2.3. Comportamento do emprego formal

Cumpridas as etapas da análise da conjuntura macroeconômica e da caracterização do mercado de trabalho, analisemos o emprego formal da RMSP.

As bases de dados do emprego formal, como dito anteriormente, permitem desagregação setorial e geográfica mais adequada para o que é proposto no presente texto e revela importantes mudanças no período 1985 a 2012. Considerando o conjunto dos municípios da RMSP, observa-se a partir de 1986 uma trajetória acentuada de distanciamento do estoque de ocupados na indústria diante do setor de serviços. Do ponto de vista do emprego, podemos constatar que a indústria perdeu participação de forma acentuada. Ao final de 2012, apenas 22% dos trabalhadores formais estavam alocados nesse setor.

O comércio ganha participação no período: passa de 11,2% para 18,4% dos ocupados na RMSP (Gráfico 2.3).

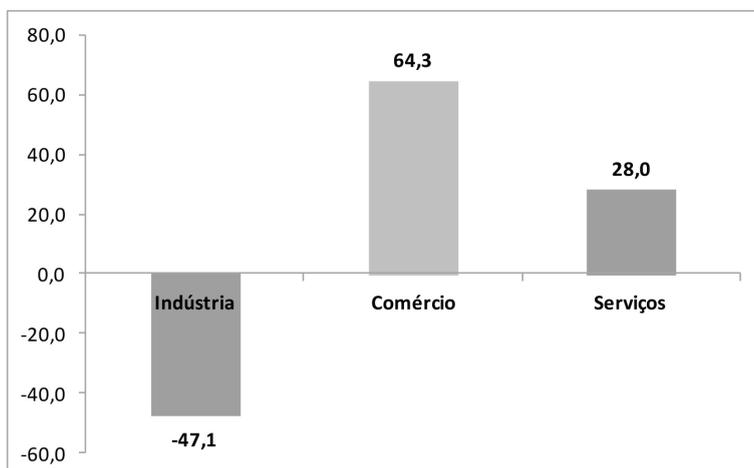
Gráfico 2.3 – Distribuição do emprego da RMSP segundo setor de atividade (em %) - 1985 a 2012



Fonte – RAIS/MTE. Dados e ilustração tratados pelos autores.

As transformações apresentadas anteriormente representam avanço na participação de 64,3% para o comércio e de 28,0% no caso do setor de serviços. Por outro lado, o setor produtivo recua 47,1% em sua participação (Gráfico 2.4).

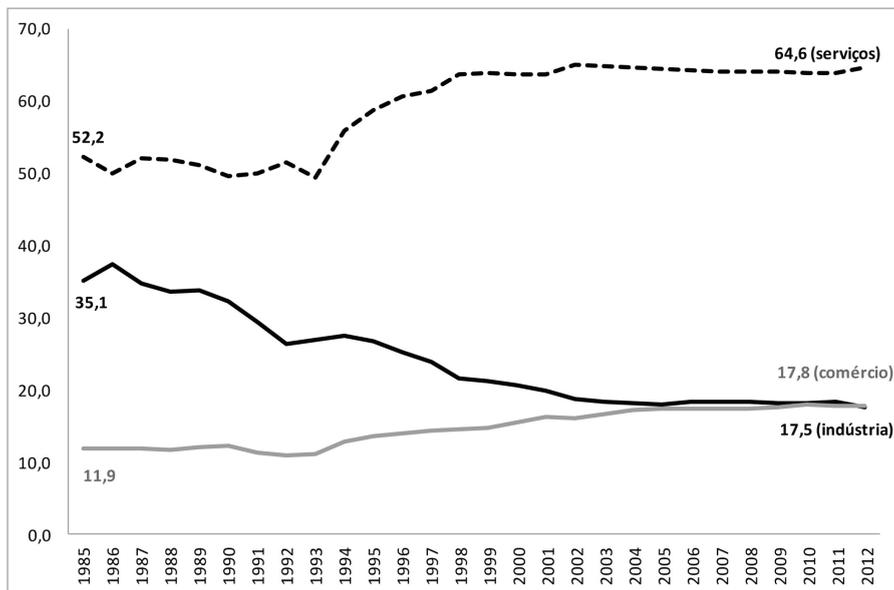
Gráfico 2.4 – Variação na participação dos setores no emprego da RMSP (em %) - 1985 a 2012



Fonte – RAIS/MTE. Dados e ilustração tratados pelos autores.

Movimento parecido ocorreu com o município-polo, São Paulo. Os serviços atingem no ano de 2012 praticamente dois terços (64,6%) dos empregos formais, ao passo que a indústria se tornou o setor que menos empregava (17,5% do total), e o comércio passou a representar 17,8% (Gráfico 2.5).

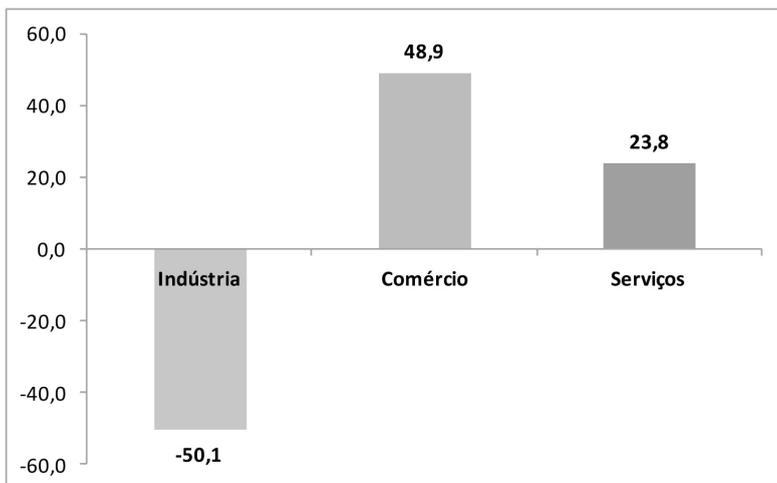
Gráfico 2.5 – Distribuição do emprego no município-polo segundo setor de atividade (em %) - 1985 a 2012



Fonte – RAIS/MTE. Dados e ilustração tratados pelos autores.

A indústria paulistana regrediu significativamente sua participação: passou de 35,1% para 17,8%, o que totaliza 50,1% a menos. O comércio quase dobrou seu peso, registrou ganho de 48,9% na participação, e os serviços ampliaram em 23,8% a participação entre 1985 e 2012 (Gráfico 2.6).

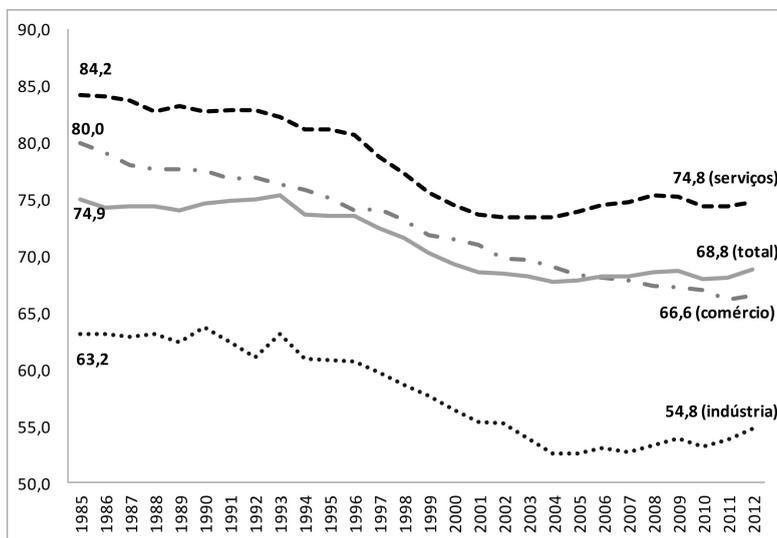
Gráfico 2.6 – Variação na participação dos setores no emprego do município-polo (em %) - 1985 a 2012



Fonte – RAIS/MTE. Dados e ilustração tratados pelos autores.

O peso do município de São Paulo no emprego metropolitano apresentou recuo em todos os setores analisados, assim como a participação no total de ocupados da RMSP recuou de 74,9% para 68,8% (Gráfico 2.7).

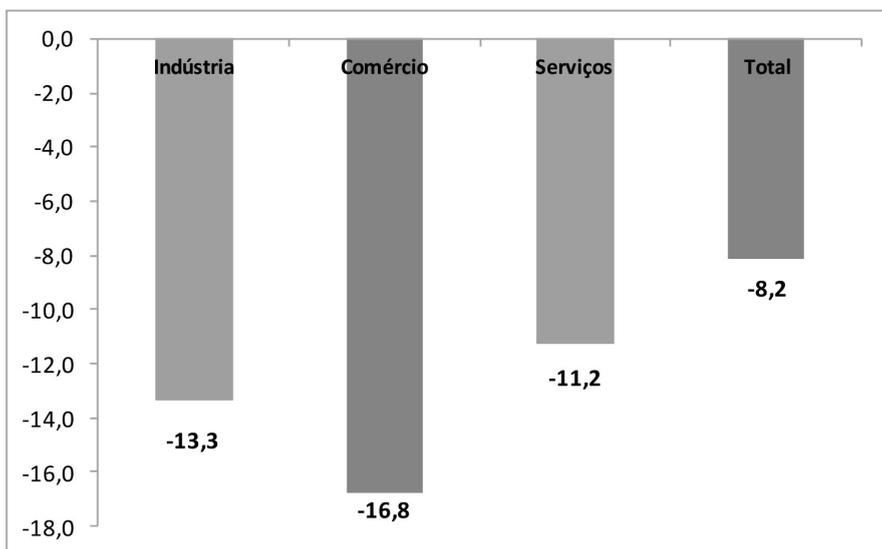
Gráfico 2.7 – Participação do município-polo no emprego da RMSP segundo setor de atividade (em %) - 1985 a 2012



Fonte – RAIS/MTE. Dados e ilustração tratados pelos autores.

As quedas mais expressivas ocorreram no comércio (-16,8%) e no setor primário da economia (-13,3%). Mesmo sendo o grande polo de prestação de serviços, os dados do período 1985 a 2012 revelam queda de 11,2% na participação do emprego terciário (Gráfico 2.8).

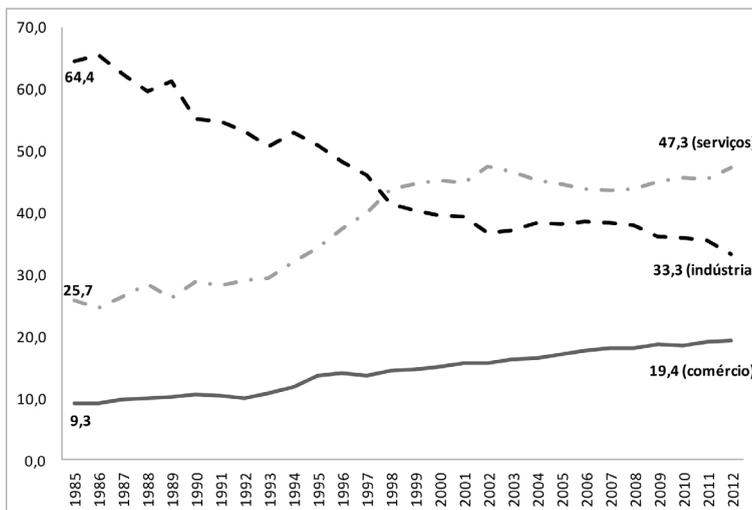
Gráfico 2.8 – Variação na participação do município-polo no emprego da RMSP - segundo setores (em %) - 1985 a 2012



Fonte – RAIS/MTE. Dados e ilustração tratados pelos autores.

A região do ABCDOG apresenta trajetórias diferentes no gráfico do emprego setorial. O setor de serviços era, da mesma maneira que nos demais recortes geográficos, o setor que mais empregava em 2012 (47,3%), mas superou o setor industrial apenas no final da década de 90, bastante depois do que é visto na RMSP e no município de São Paulo. O peso do setor industrial é outra particularidade: 33,3% do total, superior às demais regiões (Gráfico 2.9).

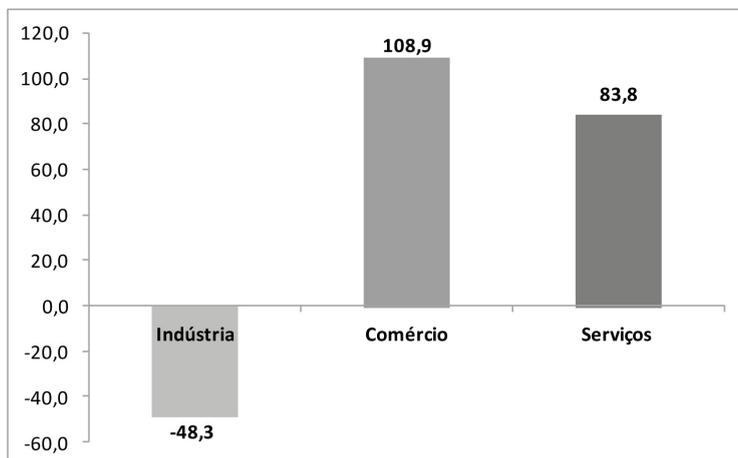
Gráfico 2.9 – Distribuição do emprego do ABCDOG segundo setor de atividade (em %) - 1985 a 2012



Fonte – RAIS/MTE. Dados e ilustração tratados pelos autores.

A variação na participação dos setores no total de ocupados do ABCDOG mostra que o comércio e serviços ganharam importância: 108,9% e 83,8%, respectivamente. Já a indústria passa a ser 48,3% menos importante em 2012 que no primeiro ano da série (Gráfico 2.10).

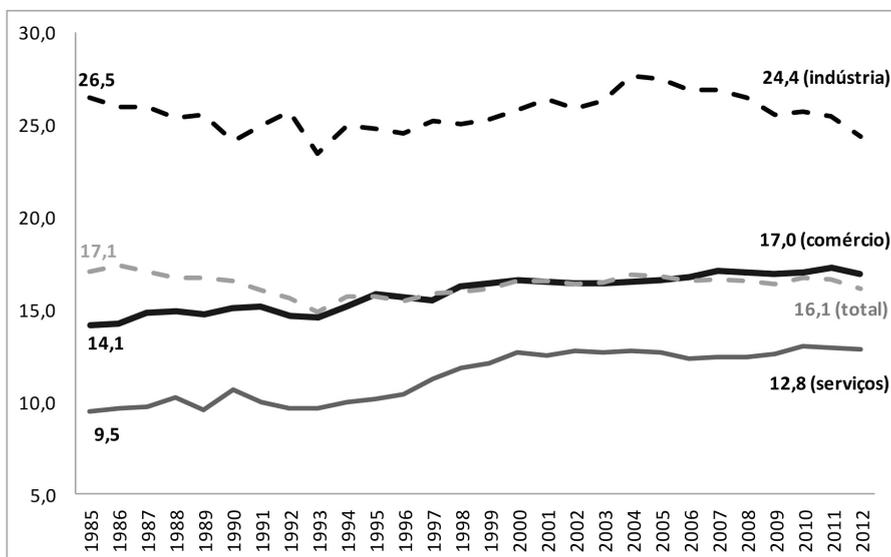
Gráfico 2.10 – Variação na participação dos setores no emprego do ABCDOG (em %) - 1985 a 2012



Fonte – RAIS/MTE. Dados e ilustração tratados pelos autores.

O peso do número de ocupados no setor industrial da ABCDOG caiu de 26,5% para 24,4%, mas é importante ressaltar que esse é o setor no qual o conjunto de municípios tinha a maior participação na RMSP. O comércio e os serviços do ABCDOG passaram a ter maior participação no conjunto dos ocupados da RMSP. O mesmo não pode ser dito quando se analisa o total dos ocupados: o ABCDOG passa a responder por percentual menor, isto é, 17,1% em 1985 contra 16,1% em 2012 (Gráfico 2.11).

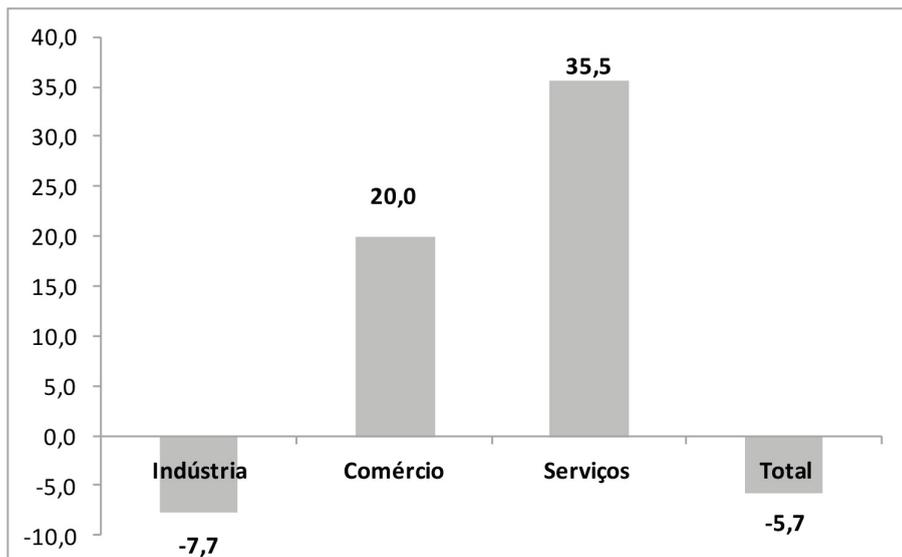
Gráfico 2.11 – Participação do ABCDOG no emprego da RMSP segundo setor de atividade (em %) - 1985 a 2012



Fonte – RAIS/MTE. Dados e ilustração tratados pelos autores.

O dado a seguir revela que as variações das participações têm duas realidades distintas: os setores do comércio (20,0% a mais) e dos serviços (35,5% a mais) ganharam importância no emprego desses setores em nível metropolitano. A indústria perdeu 7,7% de participação, número muito próximo dos -5,7% verificados na participação do ABCDOG no emprego total da RMSP (Gráfico 2.12).

Gráfico 2.12 – Variação na participação do ABCDOG no emprego da RMSP segundo setores (em %) - 1985 a 2012



Fonte – RAIS/MTE. Dados e ilustração tratados pelos autores.

A análise do emprego formal, de acordo com as atividades econômicas às quais os trabalhadores estão ligados, mostra com mais detalhes a predominância do emprego no setor de serviços. A participação das cinco atividades econômicas que mais empregam, considerando os três recortes geográficos adotados no texto, mostra que em 2012 praticamente todas as atividades pertenciam ao setor de prestação de serviços, exceto nos casos do comércio varejista na RMSP e no município-polo (São Paulo) e de um segmento industrial (impressão e reprodução de gravações) no ABCDOG (Quadro 2.2).

Além disso, deve-se destacar que as cinco atividades acumulam maior participação no município-polo (43,7%), exatamente onde o emprego industrial apresentou a maior queda relativa entre 1985 e 2012. E, no ABCDOG, conjunto de municípios que contam com maior participação da indústria no emprego, as cinco atividades econômicas mais importantes do ponto de vista do emprego somam 36% do total.

Quadro 2.2 – Distribuição dos ocupados segundo as atividades econômicas que mais empregam - 2012

RMS	
Atividade Econômica	%
ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA	4,4
SERVIÇOS PARA EDIFÍCIOS E ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS	4,8
SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO, DE APOIO ADMINISTRATIVO E OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	5,0
COMÉRCIO VAREJISTA	12,2
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	14,0
Total	40,5
MUNICÍPIO POLO	
Atividade Econômica	%
SERVIÇOS PARA EDIFÍCIOS E ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS	4,9
ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA	5,1
SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO, DE APOIO ADMINISTRATIVO E OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	5,2
COMÉRCIO VAREJISTA	11,7
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	16,8
Total	43,7
ABCD	
Atividade Econômica	%
IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES	4,1
CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	6,2
ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO	6,4
ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS	6,7
ALOJAMENTO	13,0
Total	36,4

Fonte – RAIS/MTE. Dados e ilustração tratados pelos autores.

3. Considerações finais

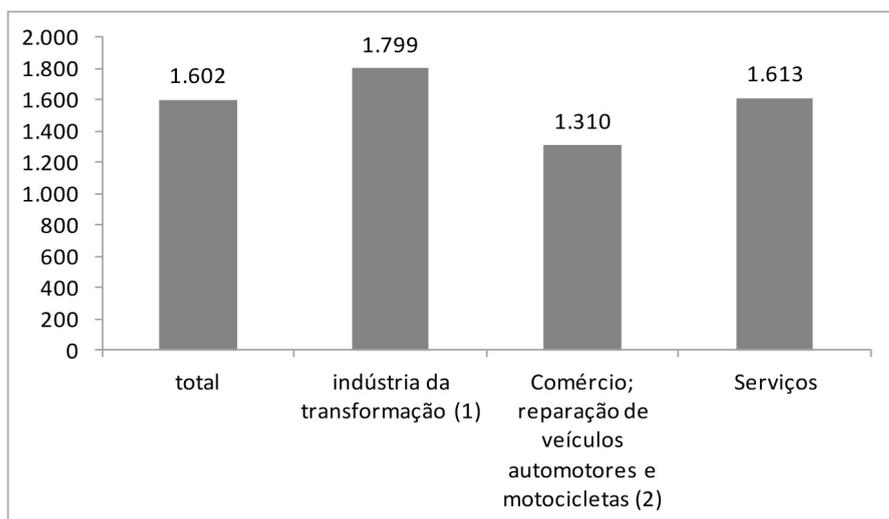
Não há como analisar mercado de trabalho nas últimas décadas sem ao menos mencionar o debate em curso no país sobre um possível processo de desindustrialização. Apesar do conceito ainda estar em construção, sem consensos entre os pesquisadores da área, um dos posicionamentos (DIEESE, 2011) afirma que “a desindustrialização seria caracterizada como uma situação na qual tanto o emprego industrial como o valor adicionado da indústria se reduzem como proporção do emprego total e do PIB, respectivamente”.

Confrontando os dados apresentados no texto com o conceito acima citado, conclui-se que é exatamente esse o movimento verificado na RMS no período analisado. Os indicadores utilizados na análise confirmam que há uma importante mudança na estrutura produtiva da RMS, com rebatimentos visíveis na estruturação do mercado de trabalho metropolitano. Em 2010, apenas 24,5% do PIB da RMS teve sua origem na indústria – percentual 16,6% inferior ao apurado em 2000 – e, no emprego formal, o setor industrial reunia 22,0% dos ocupados em dezembro de 2012, número sensivelmente abaixo dos 41,6% de 1985.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, os indícios são claros de que a “troca” do emprego no setor industrial (mais especificamente na indústria da transformação, segmento industrial historicamente mais presente na RMSP), pelo emprego na prestação de serviços, não é algo vantajoso para a classe trabalhadora. A qualidade do emprego nos dois setores é significativamente distante uma da outra. Enquanto na indústria há grandes avanços nas relações e nas condições de trabalho em geral – muito em função do histórico de lutas do movimento sindical nas fábricas do ABCDOG –, no setor de serviços a realidade é bastante diferente – dados o estágio pouco avançado de organização dos trabalhadores e, também, a disseminação de serviços terceirizados que, comprovadamente, rebaixam as condições de trabalho.

Para ilustrar a referida diferença entre os setores, poderíamos utilizar diversos dados, mas nos apeguemos ao principal deles, determinante para as condições de vida do trabalhador: o rendimento médio. O rendimento médio, calculado a partir da PED, revela que em 2012 a distância entre o valor percebido na indústria diante do setor de serviços era de 11,5%, isto é, R\$ 1.799 contra R\$ 1.613, respectivamente. Quando a comparação é feita com o comércio, setor que pagava em média R\$ R\$ 1.310, observa-se diferença de 37,3%.

Gráfico 2.13 – Rendimento médio dos assalariados da esfera privada (em R\$) - 2012



Fonte – Convênio Dieese – Seade e MTE/FAT. Dados e ilustração tratados pelos autores.
 Notas: (1) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (2) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

Agora, analisando as particularidades do interior da metrópole, destaca-se que, apesar de o conjunto dos 39 municípios da RMSP revelar um movimento de perda na participação do emprego industrial e de encolhimento do PIB industrial, o conglomerado de municípios do ABCDOG parece resistir. Possivelmente, a explicação para a redução mais tênue apresentada pelo ABCDOG esteja na natureza da indústria alocada nessa região (química e metalúrgica, dentre outros segmentos que têm sido bastante demandados nos últimos anos), como também na ação sindical de defesa do emprego de qualidade.

Por fim, considerando que há a tendência, demonstrada pelas diversas pesquisas de desemprego, de o setor de serviços continuar gerando mais empregos que os demais setores da economia, caberia compreender nas análises de desigualdade socioespacial como essas transformações do mercado de trabalho da RMSP impactarão a distribuição da população ocupada, mais especificamente na população de baixa renda.

Referências

- ARAÚJO, M. Fátima. Uma nova centralidade da Região Metropolitana de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, v. 6, n. 3, p. 55-59, 1992.
- BELLUZZO, L. G. M. e ALMEIDA, J. G. **Depois da Queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. V. 1. 412 p.
- BÓGUS, L. M. M. e MONTALI, L. T. A Reestruturação Metropolitana de São Paulo. **Revista Margem**, São Paulo, Educ/Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP, 1994.
- CANO, W. e SEMEGHINI, U. C. Setor terciário no Brasil: algumas reflexões sobre o período 1970/1989. In: IV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. **Anais...** Salvador, ANPUR, 1991.
- CORDEIRO, H. K. A Cidade Mundial de São Paulo e o Complexo Corporativo do seu Centro Metropolitano. In: _____. **Fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1993.
- DEDECCA, C. S. e BALTAR, P. E. Precariedade ocupacional e relações de trabalho no Brasil nos anos 90. In: XXI CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA, São Paulo, 1997.
- DIAS, J. M. P. (Org.). **São Paulo, dinâmicas e transformações**. São Paulo, Instituto Florestan Fernandes, 2001. CD-ROM.

DIEESE. **A situação do mercado no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo, 2012.

_____. Desindustrialização: conceito e a situação do Brasil. **Nota Técnica Número 100**, jun. 2011. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2011/notaTec100Desindustrializacao.pdf>

_____. **Mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/mercadodetrabalho.pdf> Acesso em: 5 jul. 2010.

EMPLASA. **A natureza recente da centralidade da Região Metropolitana de São Paulo**. São Paulo, 1994. Mimeo.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios – 1999 a 2010**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=46

KUME, H. “Política de Importação no Plano Real e a Estrutura de Proteção Efetiva”. Rio de Janeiro: IPEA, 1996.

PACHECO, C. A. A terciarização dos 80: de tudo um pouco. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, v. 6, n. 3, p. 27-38, 1992.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

ROLNIK, R.; KOWARIK, L. e SOMEKH, N. (Orgs.). **São Paulo: crise e mudança**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 1990. 215 p.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **PED – Pesquisa de emprego e desemprego**. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>.

_____. **Mercado de trabalho – RMSP. PED – Região Metropolitana de São Paulo**. São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>

_____. **PIB dos municípios paulistas 2011**. Dez. 2013. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/pibmun/pdfs/PIBMunicipal2011.pdf>.

SINGER, Paul. **A construção da economia solidária como alternativa ao capitalismo**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/textos-paul-singer.htm>.

São Paulo na transição demográfica

Suzana Pasternak

Lucia Maria Machado Bógus

Resumo: O texto analisa as principais tendências da dinâmica demográfica na região metropolitana de São Paulo, ao longo dos últimos 30 anos, apontando que depois das mudanças observadas em períodos anteriores nos padrões de natalidade, mortalidade, fecundidade e migrações, os arranjos familiares agora se destacam como o grande foco das mudanças demográficas no conjunto da região metropolitana, a exemplo do que também ocorre em outras metrópoles brasileiras. Discute, a partir dos níveis de integração entre os municípios metropolitanos e da distribuição socioespacial da população residente, como as especificidades da área em relação à migração e à mobilidade intraurbana contribuem para a continuidade do modelo de expansão periférica

Palavras-chave: demografia; arranjos familiares; mobilidade intraurbana.

Abstract: The paper analyzes the main streams of the demographic dynamics in São Paulo Metropolitan Region, in the last 30 years. It points that after the last changes observed at fertility and mortality patterns, the composition of the households are now the biggest focus of changes, in São Paulo Metropolitan Region, as it also occurs in other Brazilian metropolises. It discusses, regarding the level of integration among the metropolitan municipalities and the population socio-spatial distribution, how the specific features about migration and intra-urban mobility contribute to the urban sprawl.

Keywords: demography; households; intra-urban mobility.

1. Aspectos Demográficos da Região Metropolitana de São Paulo

As mudanças observadas na dinâmica demográfica, tanto no município de São Paulo, como no entorno metropolitano seguiram o padrão observado nas demais regiões metropolitanas brasileiras ao longo das últimas décadas e referiram-se, sobretudo, a alterações na composição e organização interna dos grupos familiares. Assim, completada a etapa da transição demográfica, com quedas muito acentuadas nos níveis de mortalidade e de fecundidade e seus respectivos impactos na estrutura etária, as mudanças no comportamento demográfico passaram a ser observadas mais no interior das próprias famílias, em seu tamanho e composição, constituindo um importante fator para a participação de seus membros no mercado de consumo e na distribuição da renda per capita no interior dos domicílios. Além disso, a distribuição das unidades domésticas pelo tecido metropolitano aponta para os impactos desses novos arranjos, tanto na produção de moradias como sobre os processos de reorganização sócio-espacial, a exemplo do que ocorre na região metropolitana de São Paulo. Neste capítulo procuraremos mostrar o comportamento diferencial desses processos nos municípios metropolitanos, considerados segundo os níveis de integração com o município sede da maior região metropolitana nacional.

A região metropolitana possuía, em 1991, cerca de 16 milhões de habitantes. Seu crescimento entre 1991 e 2000 foi de 1,58% ao ano, sendo que a periferia cresceu 3,05 vezes o polo. A taxa de crescimento na década seguinte reduziu-se bastante, para 0,92% anuais. O município capital, São Paulo, representava quase 82% da população da metrópole em 1950 (Tabela 3.1). O seu peso relativo na população metropolitana foi decrescendo no tempo, chegando a 57,15% em 2010. Essas taxas de crescimento populacional decrescentes foram resultantes tanto da queda da fecundidade, como da diminuição da migração, tendo se mantido baixas, da ordem de 0,7% ao ano, ao longo dos últimos 20 anos. De outro lado, as taxas de crescimento da população dos outros municípios também declinaram a cada década, como se pode observar pela Tabela 3.2. Se na década de 50 atingia mais de 8% anuais, no início do século XXI esta taxa decaiu para 1,25%. Cabe destacar que as taxas dos outros municípios metropolitanos têm sido sempre mais elevadas que as do município polo, numa razão sempre

superior a 1,5. Nos anos 80 chegaram a ser 2,72 vezes maiores que as taxas da capital e podem ser consideradas uma consequência direta dos momentos econômicos pelos quais passou o país.

Nos anos 50 a política de substituição de importações associou-se a uma enorme migração rural urbana (estima-se que entre 1940 e 1980 saíram de zonas rurais cerca de 40 milhões de pessoas), que foi concentrar-se preferencialmente em número reduzido de metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo. E, no interior destas metrópoles, como os postos de trabalho gerados foram geralmente pouco qualificados, a falta de política de moradia, aliada aos elevados preços da terra, forçaram os migrantes a fixar residência nas franjas metropolitanas.

A partir dos anos 70 as tendências de desenvolvimento econômico modificaram-se (CANO, 2008), com uma redução significativa na participação do estado de São Paulo e em especial de sua capital, na economia do país. Isto se refletiu na diminuição expressiva das taxas de crescimento metropolitanas e, sobretudo, das do município de São Paulo, aliadas à grande diminuição da natalidade e da fecundidade. A década de 80 se anuncia com o fim da era industrial e da concentração das plantas em São Paulo. No Brasil a inflação atingia picos elevados e a estagnação econômica era visível. As metrópoles sofriam com falta de investimentos e com a precarização e a informalização do trabalho, resultando num aumento da periferização e da pobreza urbana.

Se, de um lado, problemas no mercado de trabalho e aumento da pobreza desenhavam o tecido metropolitano paulista, de outro a queda da mortalidade e da fecundidade mudava o perfil etário da metrópole e da capital. A população metropolitana envelheceu: em 2000, 8,09% da população metropolitana tinha 60 anos e mais, enquanto que em 2010 este percentual subiu para 10,66% do total populacional.

Como já foi dito, e acontece em todas as metrópoles brasileiras, a participação da chamada “periferia” das metrópoles, ou seja, os outros municípios que compõem a região metropolitana, além do núcleo, tem aumentado. A tabela 3.1 mostra o peso crescente dos outros municípios no total populacional.

Tabela 3.1 – Evolução da população metropolitana de São Paulo e do município de capital

Ano	Polo	Outros municípios	Total	Polo	Outros municípios	Total
1950	2.198.096	497.935	2.696.031	81,53%	18,47%	100,00%
1960	3.824.102	1.081.319	4.905.421	77,96%	22,04%	100,00%
1970	5.978.977	2.193.565	8.172.542	73,16%	26,84%	100,00%
1980	8.475.380	4.100.275	12.575.655	67,40%	32,60%	100,00%
1991	9.646.185	5.806.352	15.452.537	62,42%	37,58%	100,00%
2000	10.434.252	7.444.451	17.878.703	58,36%	41,64%	100,00%
2010	11.244.369	8.432.211	19.676.580	57,15%	42,85%	100,00%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1950 a 2010

Tabela 3.2 – Taxas de crescimento populacional anual, Região Metropolitana de São Paulo, município da capital e outros municípios metropolitanos, 1950 a 2010

Taxas	Polo	Outros municípios	RMSP
1950-1960	5,69%	8,06%	6,17%
1960-1970	4,57%	7,33%	5,24%
1970-1980	3,55%	6,46%	4,40%
1980-1991	1,30%	3,54%	2,08%
1991-2000	0,79%	2,52%	1,47%
2000-2010	0,75%	1,25%	0,96%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1950 a 2010

Como se tem afirmado, a década perdida foi paradoxal. Ocorreu melhoria nas condições de acesso aos serviços de infraestrutura sanitária, o que se refletiu na diminuição dos coeficientes de mortalidade infantil. Nos anos 90, o coeficiente de mortalidade infantil da região metropolitana desceu de 55,17 óbitos para cada 1000 nascidos vivos para 33, 51/00, uma queda de mais de 60%. Na década seguinte, entre 1990 e 2000, este coeficiente caiu ainda mais, para 16,90/00 atingindo 11,80/00, no ano 2000, com uma redução de quase 500% em 30 anos.

O início dos anos 1990 continuou com a instabilidade econômica dos anos 1980, mas diferenciaram-se destes pela adoção de políticas liberalizantes e pela abertura econômica. Em 1994, com a estabilização trazida pelo Plano Real, a pobreza diminuiu, o PIB teve aumento considerável e a renda média aumentou. Alguns autores (PORTES e ROBERTS, 2005) mostraram que a mudança de um modelo baseado

na industrialização por substituição de importações para um modelo de abertura de mercados teve forte influência no sistema de cidades e no próprio espaço intra-urbano das grandes aglomerações. Mesmo com as grandes metrópoles apresentando perda migratória, seu tamanho ainda permaneceu elevado, embora o segmento das cidades médias seja o que apresentou maior crescimento no período. A redução do crescimento das áreas metropolitanas aparece na Tabela 3.2, exemplificada pela metrópole paulista, onde a taxa de crescimento populacional caiu de 1,47% ao ano na década de 90 para 0,96% anuais na década de 2000. Há redução do crescimento vegetativo, da imigração e aumento da emigração. Mas mesmo assim há que se considerar que a Região Metropolitana de São Paulo aumentou em quase 2 milhões de pessoas a sua população (1.790.877) entre 2000 e 2010, representando uma taxa de 0,96% anuais, enquanto a população brasileira cresceu a taxa de 1,17% na primeira década deste século. Seja, a metrópole paulista cresceu menos que o Brasil como um todo, menos que o Estado de São Paulo (1,09% a. a.), mas mais que o seu núcleo. Sua periferia apresentou taxa maior que a brasileira e que a estadual (1,25% ao ano).

A relação dos distintos municípios da metrópole com o município polo variou nas últimas décadas, configurando diferentes níveis de integração metropolitana. Para o estudo de 2010, foram selecionadas as seguintes variáveis na composição dos níveis de integração: população residente total de cada município em 2010, taxa de crescimento geométrico anual no período 2000-2010, grau de urbanização em 2010, percentual dos ocupados em atividades não agrícolas no município em 2010, densidade demográfica dos setores censitários urbanos, PIB do município em 2009, total de rendimentos das pessoas residentes nos municípios em 2010, somatória de entradas e saídas por movimento pendular no município em 2010, percentual de pessoas que entraram ou saíram do município para trabalhar ou estudar em 2010. A classificação foi feita por meio de análise fatorial por componentes principais e análise de clusters (ver Observatório das Metrôpoles, 2012).

Para a Região Metropolitana de São Paulo configurou-se o seguinte mapa:

riporã, Arujá, Rio Grande da Serra. Mas, mesmo nestes municípios, a redução da taxa foi de 40%. Os de nível muito alto de integração vêm logo a seguir, tanto na década de 1990 como na de 2000. Tanto o polo como os municípios de extensão do polo apresentaram taxas de crescimento pequenas nos dois intervalos estudados. O polo já mostrava nível baixo, mas reduziu-se ainda mais entre 2000 e 2010 (redução de 14%). Os de extensão do polo tiveram as taxas diminuídas de 1,87% para 0,77% anuais (redução de quase 60%). Os municípios com médio nível de integração (Caieiras, Embu Guaçu, Guararema, Juquitiba, Salesópolis e Santa Isabel) na década de 2010 tiveram seu crescimento bastante reduzido, de 3,32% anuais para 1,10% anuais.

A tendência nítida para toda a região metropolitana de São Paulo é a de diminuição da taxa de crescimento, que ainda se mantém em níveis elevados nos chamados municípios com alto e muito alto nível de integração. Acredita-se que duas dinâmicas sejam responsáveis por este comportamento:

- A expansão para algumas destas áreas dos condomínios fechados de alta e média renda, como por exemplo, para Cotia e Santana do Parnaíba. Nos municípios de alto nível de integração o percentual de profissionais dirigentes é 2,70% dos ocupados, maior mesmo que no município polo, onde esta porcentagem atinge 2,23% em 2010;
- A expansão da residência de camadas populares para municípios periféricos, com muito alto nível de integração, como, por exemplo, Francisco Morato, Franco da Rocha, Itaquaquecetuba, Jandira, Itapevi e Mogi das Cruzes. Nos municípios de muito alto nível de integração as camadas populares urbanas representavam em 2010, mais de 67% da população residente ocupada. No município polo estas camadas somavam 52% dos ocupados. Nestes municípios ainda existe mais terra disponível a preços acessíveis, possibilitando tanto a produção doméstica de moradias com a oferta de unidades para aluguel.

Nos municípios de extensão do polo (Guarulhos, Poá, Ferraz de Vasconcelos, Mauá, São Caetano do Sul, Diadema, São Bernardo do Campo, Santo André, Taboão da Serra, Osasco e Carapicuíba), ainda existe um percentual elevado de trabalhadores do setor secundário da economia (mais de 25% dos ocupados). O perfil, em relação às outras

categorias ocupacionais aproxima-se do polo, com menor proporção de dirigentes e de profissionais de nível superior.

A análise da área efetivamente ocupada pela urbanização mostra que as densidades do polo têm aumentado continuamente desde 1991, de 125 habitantes por hectare para 132 habitantes por hectare em 2010, um aumento de 5,61% nos últimos 20 anos. Pela Tabela 3.4 nota-se também que o aumento relativo das densidades da área ocupada foram maiores nos municípios de extensão do polo (incremento de 11,14% em duas décadas) e nos municípios com nível alto de integração (incremento de 13,10% no período), que foram os que apresentara maiores taxas de crescimento populacional. De outro lado, nos municípios de muito alto, médio e baixo nível de integração nota-se a dispersão, dado que ocorreu uma diminuição da densidade da área ocupada entre 1991 e 2010. São os municípios de: Barueri, Caieiras, Embu, Francisco Morato, Franco da Rocha, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Mogi das Cruzes, Poá, Ribeirão Pires e Suzano, entre os de nível de integração muito alto, Biritiba Mirim, Embu Guaçu, Guararema, Juquitiba, Salesópolis, Santa Isabel entre os de nível de integração média e São Lourenço da Serra, com nível de integração baixo. Conclui-se pela evidência empírica de uma dispersão urbana, tanto nos espaços ocupados por população de alta renda, como em Barueri, como em espaços populares.

Tabela 3.4 – Densidade demográfica da área ocupada para 1991, 2000 e 2010, por nível de integração, Região Metropolitana de São Paulo

NI	Densidade por área ocupada (hab/ha)		
	1991	2000	2010
Polo	124,56	126,34	131,55
Extensão polo	100,76	109,54	111,22
Muito alto	63,25	73,41	71,66
Alto	30,08	32,76	34,62
Médio	30,64	30,27	27,74
Baixo	18,35	20,78	18,29
RMSP	99,86	101,96	102,21

Fonte: Elaborado pelas autoras

A estrutura etária da população dos municípios analisados apresenta 4 padrões distintos em 2010:

- A dos municípios com baixa e média integração, com cerca de 24% de população jovem (entre 0 e 14 anos), cerca de 65% de população adulta (entre 15 e 59 anos e pouco mais de 10% de população idosa (com 60 anos e mais). Nestes municípios a razão de sexo favorece os homens;
- A dos municípios com alto e muito alto nível de integração, onde a proporção de população jovem é grande (em torno de 25%), mas o percentual de população idosa é menor que no caso anterior, variando em torno de 8%; como consequência a população adulta fica em volta de 67%. Nestes municípios a razão de sexo de inverte, havendo mais mulheres que homens;
- A dos municípios de extensão do polo, onde a proporção de jovens cai para pouco mais de 22%, a dos adultos atinge quase 68% e a de idosos 9,6%. Nos municípios de extensão do polo há 935 homens para cada 1000 mulheres.
- A do município polo, onde a proporção de jovens diminui ainda mais, com quase 21%, a proporção dos adultos se iguala à dos municípios de extensão do polo e a dos idosos sobe para 12%. A maior parte da população é feminina, sendo 899 homens para cada 1000 mulheres. É no polo onde a razão de sexo é mais fortemente feminina.

Tabela 3.5 – Estrutura etária resumida - municípios agregados por nível de integração, 2010

Nível de integração	0 a 14	5 a 59	60 e mais
Baixo	24,17%	65,49%	10,33%
Médio	24,83%	64,51%	10,67%
Alto	24,69%	67,16%	8,14%
Muito alto	25,27%	66,95%	7,78%
Extensão do polo	22,41%	67,93%	9,65%
Polo	20,76%	67,35%	18,89%

Fonte: Censo Demográfico de 2010

As pirâmides etárias refletem estes tipos de estrutura etária: as pirâmides dos municípios com baixo e com médio nível de integração mostram uma natalidade já decrescente, com os dois primeiros grupos etários mais estritos, e uma forma piramidal a partir do grupo de 15 a 19 anos. Apresentam formato bastante semelhante. Já pirâmide dos municípios com alto nível de integração demonstra que nestes municípios a fecundidade caiu antes, apresentando forma mais arredondada. Os municípios com nível de integração muito alto são semelhantes, mas seu formato é ainda mais arredondado.

2. Evolução da mortalidade na Região Metropolitana de São Paulo

Tabela 3.6 – Evolução do coeficiente de mortalidade geral na Região Metropolitana de São Paulo, 1980 a 2010

Níveis de integração	Óbitos/população *1000			
	1980	1990	2000	2010
Polo	6,78	6,88	6,53	6,20
Extensão do polo	6,86	6,13	5,81	5,74
Muito alto	7,44	5,86	5,11	5,11
Alto	7,44	6,25	5,63	5,36
Médio	5,65	5,56	5,00	5,02
Baixo	-	-	6,18	6,95
RMSP	6,88	6,62	6,02	5,96

Fonte Censos Demográficos de 1980 a 2010

A taxa de mortalidade geral está longe de ser um indicador comparativo de qualidade e em locais com estrutura etária ainda jovem, como no Brasil, reflete pouco as reais condições de saúde. Para o Brasil como um todo, com população em 2010 de quase 191 milhões de habitantes, um total de óbitos de 1.136.947 fornece uma taxa bruta de mortalidade de 5,96 óbitos para cada 1000 habitantes. A Região Metropolitana, com estrutura etária mais velha, tem, desde 1980, uma taxa maior que a brasileira. Mas, mesmo assim, nota-se uma redução de mais de 15% entre 1980 e 2010.

Comparando as taxas de mortalidade geral entre os municípios

com diferentes níveis de integração, percebe-se uma redução para todos entre 1980 e 2010. Lembrando que a população deve ter envelhecido nestes 40 anos, esta redução assume ainda maior importância. A menor redução de taxa no período 1990-2010 ocorreu no polo, e foi de apenas 9,35%. Mas é no polo também onde a proporção de idosos é maior. Nos municípios com nível de integração muito alto a redução foi enorme, de mais de 45%. Nestes a proporção de idosos é de 7,8%, mais baixa que nos municípios de extensão do polo, onde a redução também foi forte, atingindo 19,5%.

A mortalidade infantil (óbitos por 1000 nascidos vivos) reflete de forma mais adequada a condição de saúde da população. A vida não é eterna, mas não se espera óbito de crianças, a não ser de algumas, que nascem com poucas chances de sobrevivência. As taxas de mortalidade infantil da metrópole sempre foram inferiores às do Brasil como um todo, como se pode ver na tabela 3.7. Mas, embora a taxa na região metropolitana venha de um patamar mais baixo que a brasileira, sua redução foi percentualmente maior no início do século XXI: de 68,9% para 61,58% no Brasil. A proporção de óbitos de menores de 1 ano no total de óbitos na metrópole vem caindo continuamente, de 21% das mortes em 1980, para 9,30% em 1990, 4,90% em 2000 e 2,87% em 2010. De outro lado, o peso dos falecimentos de maiores de 60 anos aumentou de 41% do total de mortes em 1980 para 51,18% em 2003.

Tabela 3.7 – Taxas de mortalidade infantil no Brasil e na Região Metropolitana de São Paulo, 1980 a 2013 (óbitos/ 1000 nascidos vivos)

Ano	RMS	Brasil
1970	81,30	120,70
1980	55,20	69,12
1990	33,50	45,14
2006	16,90	30,07
2010	11,80	21,00
2013	11,38 (2011)	19,60

Fonte: Estatísticas vitais, IBGE e F SEADE (2011)

Os coeficientes de mortalidade infantil diferem pouco por grupo de municípios, como se pode ver na Tabela 3.8. E as diminuições destes coeficientes além de maiores nos municípios de extensão do polo de nível muito alto de integração, foram constantes no período. A proporção de óbitos infantis no total de mortes é semelhante, aproximadamente 3% dos óbitos totais são de menores de 1 anos em 2010. Em 1980 estas proporções chegavam a atingir 38% nos municípios de média integração, conforme se observa na Tabela 3.9.

Um ponto de inflexão para a mortalidade infantil foi a década de 1970, quando o Estado brasileiro investiu fortemente em programas de saneamento básico (água e esgoto). No município de São Paulo, por exemplo, já em 1991 a proporção de domicílios servidos por rede de água alcançava 97,39% e a de casas ligadas à rede pública de esgoto chegava, em 2000, a 87,84%. Para comparar, em 1968, apenas 52,4% dos domicílios paulistanos eram servidos por abastecimento de água e 41,3% por rede de esgoto (PASTERNAK e LEMOS, in SALDIVA et al, 2010). Para a metrópole, a proporção de domicílios ligados à rede pública de água era de 83,10% em 1991 e 95,46% em 2000, enquanto que o percentual de casas com esgotamento sanitário chegava a 85,30% em 1991 e caiu para 82,39% em 2000. O peso do município da capital é grande nestes números: sem ele, as proporções de casas com ligação ao esgotamento sanitário na metrópole caem para 63,83% em 1991 e 72,70% em 2000. Na ligação à rede de água encanada, entretanto, os outros municípios da metrópole estão melhor servidos que o da capital em 1991: 89,10% , perdendo esta vantagem em 2000, com 92,32% das casas ligadas ao abastecimento público de água (MEYER, GROSTEIN e BIDERMAN, 2004).

Além da melhoria na infraestrutura sanitária, o atendimento pré-natal e programas de vacinação contribuíram de forma acentuada para a redução da mortalidade infantil. O uso abrangente de vacinas contra sarampo e da vacinação contra poliomielite na década de 1960 diminuiu causas de mortalidade prevalentes anteriormente.

Tabela 3.8 – Taxas de Mortalidade Infantil em municípios agrupados por nível de integração, 1980 a 2010

Níveis de integração	Óbitos menores 1 ano /nascidos vivos*1000			
	1980	1990	2000	2010
Polo	50,62	30,90	15,80	11,51
Extensão do polo	60,22	33,80	17,75	12,56
Muito alto	70,88	43,31	18,46	11,43
Alto	62,79	37,51	19,10	12,32
Médio	69,30	47,70	20,92	9,82
Baixo	-	-	20,00	10,00
RMSF	55,17	33,51	16,90	11,80

Fonte: F Seade, SP.

Tabela 3.9 – Proporção de óbitos de menores de 1 ano no total de óbitos, municípios por nível de integração, 1980 a 2010

Níveis de integração	Óbitos menores 1 ano /total de óbitos			
	1980	1990	2000	2010
Polo	21,07	9,30	4,81	2,87
Extensão do polo	29,79	12,81	6,30	3,43
Muito alto	32,66	17,27	7,88	3,59
Alto	28,98	15,30	7,92	3,94
Médio	38,29	19,71	9,39	3,01
Baixo	-	-	6,67	2,06
RMSF	24,17	10,99	5,61	3,12

Fonte: F Seade, SP

A tabela 3.10 apresenta as causas maiores de morte no Município de São Paulo. As três maiores causas são neoplasias, doenças do aparelho circulatório e causas externas, que ultrapassam as doenças do aparelho respiratório. A distribuição muda segundo o grupo etário: no grupo de até 4 anos, as maiores causas ligam-se a doenças perinatais; já nos grupos entre 5 e 14 e entre 15 a 44 anos a maior causa de morte liga-se a fatores externos. Entre os idosos, predominam doenças do aparelho circulatório, respiratório e neoplasias. Percebe-se entre as causas de morte um mix de causas chamadas “desenvolvidas”, ou seja, que se ligam à idade, como doenças neoplásicas, circulatórias e causas externas (homicídios, acidentes, suicídios), predominantes fortemente

no grupo etário entre 15 a 44 anos. Mas chama a atenção que num município com São Paulo a terceira causa de morte em importância seja a por “causas externas”.

Tabela 3.10 – Município de São Paulo, 2003 - Principais causas de morte por grupo etário

Causas de morte	Grupo etário					
	0 a 4	5 a 14	15 a 44	45 a 64	65 e mais	Total
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	6,84%	8,70%	9,36%	5,26%	2,15%	4,50%
Neoplasias	1,72%	16,45%	8,74%	25,24%	19,15%	17,95%
Endócrinas, nutricionais e metabólicas.	0,83%	6,50%	1,08%	4,38%	5,68%	4,27%
Sistema nervoso	2,78%	10,82%	1,53%	0,98%	2,04%	1,78%
Aparelho circulatório	1,59%	4,98%	14,50%	35,60%	40,87%	32,17%
Aparelho respiratório	9,39%	7,79%	4,49%	8,00%	17,08%	12,13%
Aparelho digestivo	6,60%	2,60%	4,97%	8,38%	4,62%	5,42%
Doenças perinatais	48,88%	0,22%	0,00%	0,00%	0,00%	2,21%
Causas externas	3,77%	36,15%	52,44%	7,26%	2,46%	13,07%
Outras	23,56%	14,47%	5,96%	4,90%	5,95%	6,52%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: F SEADE, SP.

Até o século XVII, a maior parte da população mundial vivia em áreas rurais, com taxas de mortalidade e natalidade muito elevadas. No município de São Paulo, em 1900, com 239.829 habitantes, o coeficiente geral de mortalidade atingia 17,13 óbitos para cada 1000 habitantes, com mortalidade infantil de 251,06 óbitos para cada 1000 nascidos vivos. Já no ano 2000 estes coeficientes se reduziram para 6,55 e 15,80, enquanto em 2010 atingiram 6,20 e 11,80, respectivamente. Como se pode perceber, ocorreu uma redução de 276% na taxa bruta de mortalidade geral e de 203% na infantil em 110 anos.

Em 1950 pela primeira vez a mortalidade infantil em São Paulo atinge o número de 2 , em lugar de 3 dígitos: 89,71 óbitos para cada 1000 nascidos vivos, mostrando uma redução, em meio século, de 230%. A cidade tinha então, 2.198.096 moradores, quase 10 vezes mais habitantes que em 1900. O aumento da urbanização, aliado a melhorias na infraestrutura urbana e no sistema de saúde, foi a causa deste declínio de mortalidade, posteriormente seguido por um declínio na fecundidade, configurando o processo chamado de “primeira transição demográfica”.

3. Evolução da fecundidade na Região Metropolitana de São Paulo

Se, de um lado, caiu a mortalidade no Brasil e na metrópole em meados do século XX, a fecundidade cairá bem depois, como parte do processo da primeira transição demográfica. Em 2010 a fecundidade brasileira foi estimada em 1,9 filhos por mulher, abaixo da taxa de reposição da população, A fecundidade do México na mesma data foi de 2,28 e a dos Estados Unidos de 1,89.

Observa-se que a fecundidade brasileira sofreu redução de 32% entre 1970 e 1980. Mas a sua maior redução foi entre 1980 e 1991, de quase 52%, cerca de 40 anos depois da redução da mortalidade. A fecundidade reduziu-se ainda mais entre 2000 e 2010, pouco mais de 21%, quando foi estimada em 1,90 filhos por mulher. Nota-se também que vai existir uma redução entre 1940 e 2010 em todas as regiões brasileiras: para o Brasil redução de 326%; maior onde a fecundidade era mais alta, no Nordeste e Centro Oeste onde a redução foi de cerca 340% e menor no Sul e Sudeste, onde era menor, de cerca de 285%. A única região onde a fecundidade ainda permanece elevada é o Norte, embora tenha sofrido forte redução (IBGE, 2010)

Tabela 3.11 – Fecundidade no Brasil e regiões, em número médio de filhos por mulher, 1940 a 2010

Brasil e regiões	Anos							
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Norte	7,20	8,00	8,60	8,20	6,40	4,20	3,20	2,50
Nordeste	7,20	7,50	7,40	7,50	6,20	3,70	2,60	2,10
Sudeste	5,70	5,50	6,30	4,60	3,50	2,40	2,10	2,00
Sul	5,40	5,70	5,90	5,40	3,60	2,50	2,20	1,90
Centro Oeste	6,40	6,90	6,70	6,40	4,50	2,70	2,20	1,90
Brasil	6,20	6,20	6,30	5,80	4,40	2,90	2,30	1,90

Fonte: IBGE, diversas datas.

Tabela 3.12 – Fecundidade no Estado de São Paulo e na Região Metropolitana de São Paulo, em número médio de filhos por mulher

Ano	RMSP	Interior	Estado SP	Brasil
1980	3,21	3,71	3,40	4,40
1986	2,51	2,93	2,70	3,50
2010	1,80	-	1,70	1,90

Fonte: F Seade, SP (2014).

Na metrópole de São Paulo a fecundidade sempre foi inferior à brasileira, como mostra a tabela 3.12, assim como no estado. Nota-se também que a fecundidade na região Metropolitana é ligeiramente mais elevada e que a redução na metrópole foi menor que no país como um todo. Observando-se as taxas de natalidade, a brasileira atingiu 21,13 nascidos vivos por 1000 habitantes em 2000 e 14,68 em 2010. A da metrópole foi de 20,57 em 2000 e 15,76 em 2010. Aparentemente concentram-se na metrópole mais mulheres em idade fértil, já que o número médio de filhos é ligeiramente inferior.

Tabela 3.13 – Taxa bruta de natalidade por nível de integração de municípios, 1980 a 2010.

Níveis de integração	Nascidos vivos/população *1000			
	1980	1990	2000	2010
Polo	28,23	20,71	19,9	15,57
Extensão do polo	33,95	23,21	20,61	15,64
Muito alto	34,27	22,34	21,83	16,08
Alto	34,34	25,5	23,36	17,14
Médio	31,23	22,96	22,44	15,38
Baixo	-	-	20,58	14,33
RMSP	30,2	21,69	20,57	15,76

Fonte: F SEADE, cálculos da autora Suzana Pasternak.

A natalidade do polo era a mais baixa em 1980 e assim continuou até 2000. O resultado da natalidade no município de nível de integração baixo surpreende. Trata-se do município de São Lourenço da Serra, onde ocorreram poucos nascimentos, numa

população reduzida. Nota-se também a redução da natalidade nos municípios com médio nível de integração. A redução da taxa de natalidade reflete dois fenômenos: diminuição da fecundidade e do número de mulheres em idade fértil. Esta redução foi de quase 48% na metrópole como um todo no período de 30 anos, alcançando mais de 53% nos municípios de extensão do polo e de nível de integração muito alto.

Tabela 3.14 – Taxa de fecundidade geral por nível de integração de municípios, 1980 a 2010

Nível de integração	Taxa de fecundidade geral (NV/ 1000 mulheres idade fértil)			
	Anos			
	1980	1990	2000	2010
Polo	99,88	71,61	66,23	52,69
Extensão do polo	126,54	82,09	68,83	52,03
Muito alto	142,46	87,43	80,17	58,74
Alto	138,83	93,39	78,25	57,34
Médio	136,61	91,19	83,05	56,18
Baixo	-	-	75,71	52,03
Região Metropolitana	109,14	76,16	68,97	53,71

Fonte: IBGE e F Seade, SP.

A taxa de fecundidade geral aponta para uma convergência, em nível baixo (pouco mais de 50 nascidos vivos para cada 1000 mulheres) no ano 2010. As quedas são fortes, chegando a 231% nos municípios de extensão do polo, 243% nos município com nível de integração muito alto e alto entre 1980 e 2010. Assim, se a mortalidade em meados do século dos anos 60, a mortalidade infantil a partir dos anos 70, a fecundidade reduz-se mais fortemente nos fim do século XX e início do XXI. A primeira transição demográfica na metrópole de São Paulo durou menos de 50 anos.

Dentro do tecido urbano do polo a fecundidade também se comporta de forma distinta e é muito baixa em distritos como Alto de Pinheiros, Consolação, Jardim Paulista, Moema, Perdizes, Vila Mariana, Itaim Bibi, Campo Belo, redutos tradicionais de classe média alta. É ainda inferior a 1,5 filhos por mulher em distritos como Mooca, Saúde, Vila Leopoldina e Bela Vista, distritos que mudaram na hierarquia

social entre 2000 e 2010, do tipo médio para superior. De outro lado, distritos como Morumbi, Brás, Parelheiros, São Miguel, Brasilândia, Sé e Bom Retiro apresentaram taxas de fecundidade entre 2,50 e 2,98 em 2010. Entre estes, apenas Morumbi causa estranheza, já que está classificado entre os distritos de tipo superior na hierarquia sócio-ocupacional. Os outros são todos operários.

4. A migração na Região Metropolitana de São Paulo

Os dados indicam uma redução geral da fecundidade para o Brasil como um todo, e assim uma notável diminuição das taxas de crescimento. Na metrópole de São Paulo, a taxa de 0,96% de crescimento populacional ao ano sugere, além da diminuição sensível da fecundidade já vista, um menor processo migratório, além de maiores fluxos migratórios de curta distância, dentro da própria região. Nota-se pela tabela 3.15 que a metrópole paulista passou a registrar taxas de crescimento de apenas 1,64% anuais entre 1991 e 2000 e 0,97 entre 2000 e 2010, contra os 4,46% anuais registrados entre 1970 e 1980.

Tabela 3.15 – Taxas geométricas anuais de crescimento populacional, Brasil, Estado de São Paulo, RMSP, MSP e outros municípios metropolitanos, 1970 a 2010

Local	1970-80	1980-91	1991-2000	2000-2010
Brasil	2,48	1,93	1,63	1,17
Estado de São Paulo	3,49	2,13	1,78	1,09
Região Metropolitana de São Paulo	4,46	1,88	1,64	0,97
Município de São Paulo	3,55	1,30	0,79	0,75
Outros municípios da RMSP	6,40	3,54	2,52	1,15

Fonte: Censos Demográficos, 1970-2010

Se nas décadas de 1960 e 1970 os saldos migratórios na RMSP eram positivos e superiores a 2 milhões de pessoas, no período 2000-2010 o saldo foi negativo de aproximadamente 300 mil pessoas, conforme se pode observar na tabela 3.16.

Tabela 3.16 – Crescimento demográfico absoluto e taxas geométricas por componentes. RMSP 1940-2010

Período	Total	Vegetativo		Migratório		Taxas geométricas		
		NA	%	NA	%	Total	Vegetativa	Migratória
1940-1950	1.094.741	293.437	26,80%	801.304	73,20%	5,53	1,46	4,05
1950-1960	2.076.290	840.583	40,48%	1.235.707	59,52%	5,83	3,32	3,47
1960-1970	3.400.834	1.369.950	40,28%	2.030.884	59,72%	5,56	2,24	3,32
1970-1980	4.448.815	2.153.238	48,40%	2.295.577	51,60%	4,46	2,18	2,30
1980-1991	2.856.216	3.130.908	109,62%	-274.692	-9,62%	1,88	2,06	-0,18
1991-2000	2.431.771	2.212.180	90,97%	219.591	9,03%	1,64	1,49	0,15
2000-2010	1.805.272	2.104.952	116,60%	-299.680	-16,60%	0,97	1,13	-0,16

Fonte: CUNHA, Aparecido Soares da (2012) - “A migração no cenário da região Metropolitana de São Paulo no início do século XXI e suas transformações”. Trabalho apresentado no Encontro Nacional da ABEP em Águas de Lindoia, 2012.

Apesar destas mudanças demográficas, a RMSP continua concentrando mais da metade do PIB estadual e aproximadamente um quinto do PIB nacional (IBGE, 2008). A década de 1970 foi marcada pelo crescimento maior dos municípios do entorno, conforme se verifica na Tabela 3.15, originando o fenômeno que recebeu o nome de “periferização”. Mas nos anos 2000 até mesmo este crescimento do entorno diminuiu: se alcançava taxas três vezes maiores que o município núcleo, estas baixaram para 1,7 vezes a da capital.

O total de não naturais do Estado de São Paulo foi, em 2010, de 4.799.893, 24,40% da população metropolitana. Como o total de não naturais oriundos de **outros estados ou do exterior** era de 6,78 milhões, cerca de 1,98 milhões são paulistas atualmente residindo na metrópole de São Paulo, representando 10% da população metropolitana.

O total dos **não naturais do município onde residem, morando atualmente na RMSP** atinge 38,93% da população total da metrópole, ou seja, em números absolutos, 7.662.076 pessoas, o que sem dúvida é um número considerável. Este percentual é maior nos municípios do entorno, como se verifica na Tabela 3.17. Entre estes não naturais, 2.371.295 são migrantes que em 2005 moravam noutra município que não o da atual moradia, ou seja, 12,05% da população metropolitana são migrantes intermunicipais recentes. Comparando-se estes percentuais com os de 2000, percebe-se que a proporção de naturais de municípios onde residem, na metrópole, aumentou de 54% em 2000 para 61% em 2010. Uma estimativa grosseira da

movimentação populacional de entrada e saída na Região Metropolitana de São Paulo, utilizando aproximação com dados do Estado de São Paulo pode ser obtida através do saldo migratório e dos que entraram na região entre 2000 e 2010 (2,41 milhões no Estado de São Paulo), resultando em mais de 2,7 milhões de pessoas saindo da metrópole entre 2000 e 2010. Como já afirmava Aranha (1996), concomitantemente à entrada expressiva de migrantes, deve estar ocorrendo, desde os anos 90, uma evasão bastante significativa rumo a outras regiões ou até mesmo ao exterior.

Tabela 3.17 – Naturalidade dos residentes nos municípios da RMSP, por nível de integração, 2010.

Tempo de moradia sem interrupção no Estado de São Paulo, em %							
Tempo em anos	Alto	Baixo	Extensão do Polo	Médio	Muito Alto	Polo	Total
Menos de 1 ano	7,71%	12,51%	5,68%	7,60%	6,59%	3,93%	5,04%
1 a 5	33,42%	32,75%	23,14%	32,32%	26,67%	16,36%	20,74%
6 a 9	15,32%	15,05%	11,11%	14,61%	11,71%	7,83%	9,75%
10 a 14	6,57%	7,67%	7,77%	6,74%	7,19%	10,18%	8,85%
15 a 19	6,74%	6,35%	8,66%	5,91%	8,64%	10,09%	9,27%
20 a 24	7,34%	6,29%	10,01%	7,76%	9,62%	10,89%	10,26%
25 a 29	4,42%	4,42%	5,75%	4,20%	5,45%	5,96%	5,74%
30 e mais	18,48%	14,96%	27,87%	20,87%	24,14%	34,78%	30,35%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Censo Demográfico de 2010

Os municípios com nível de integração muito alto são os que apresentam menor proporção de não naturais. São eles: Barueri, Caieiras, Embu, Francisco Morato, Franco da Rocha, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Mogi das Cruzes, Poá, Ribeirão Pires e Suzano; todos, com exceção de Barueri, municípios dormitórios de população de baixa renda. Em seguida vem o município de São Paulo, onde o volume de não naturais é grande, mas representa percentual de apenas 30% dos moradores. Entre os municípios com maior proporção de não naturais estão os de nível de integração alto, onde se distingue o município de Santana do Parnaíba, com 69% de migrantes na sua população. Numa população de 108.813 pessoas, 75 mil são não naturais. Trata-se de município que serve de moradia para profissionais altamente qualificados, que residem em condomínios fechados, como Tamboré.

Para as pessoas que residem atualmente na Grande São Paulo e que nasceram no exterior (soma dos naturalizados e estrangeiros) o to-

tal atingia em 2010 o montante de 192.725 moradores, ou seja, menos de 1% da população metropolitana. Estes nascidos no exterior apresentam dois picos de chegada: 27,04% na década de 1950 e 26,40% entre 2000 e 2010, ou seja, um pico no pós-guerra e outro recente, no início deste milênio. (CUNHA e DEDECCA, 2000)

Entre os migrantes data fixa, ou seja, os que moravam em município diverso do atual município de residência, apenas 2,17% residiam no exterior em 2005. A migração internacional para a metrópole está bastante reduzida, apesar do contingente respeitável de oriundos da América Latina presentes na capital. Mais da metade dos migrantes teve sua moradia em 2005 em outros estados da federação, embora a migração intra-metropolitana apareça para proporção expressiva dos migrantes.

É o polo o local de maior absorção dos migrantes, conforme se nota pela Tabela 3.18. No polo, concentram-se os não naturais de outros estados brasileiros, vindo em seguida os municípios de extensão do polo e os de muito alto nível de integração. Já entre os nascidos no exterior, a distribuição é distinta: há duas concentrações, no polo e nos municípios com nível muito alto. Alguns municípios apresentam proporção de estrangeiros mais alta que a média metropolitana, de 4,02% dos migrantes nascidos no exterior. São Caetano do Sul chega a ter 9,20% dos seus não naturais nascidos no estrangeiro, Biritiba Mirim alcança 7,22%, São Paulo 5,81% e Salesópolis 5,49%. Com exceção de São Paulo e São Caetano do Sul, altamente urbanizados, os outros municípios metropolitanos com alta proporção de estrangeiros são bastante rurais.

Tabela 3.18 – Origem dos não naturais, segundo o nível de integração dos municípios de residência em 2010

Tempo de moradia sem interrupção no Estado de São Paulo, em %							
Tempo em anos	Alto	Baixo	Extensão do Polo	Médio	Muito Alto	Polo	Total
Menos de 1 ano	0	0	5,68%	0	6,59%	0,04	5,04%
1 a 5	0	0	23,14%	0	26,67%	0,16	20,74%
6 a 9	0	0	11,11%	0	11,71%	0,08	9,75%
10 a 14	6,57%	7,67%	7,77%	6,74%	7,19%	10,18%	8,85%
15 a 19	6,74%	6,35%	8,66%	5,91%	8,64%	10,09%	9,27%
20 a 24	7,34%	6,29%	10,01%	7,76%	9,62%	10,89%	10,26%
25 a 29	4,42%	4,42%	5,75%	4,20%	5,45%	5,96%	5,74%
30 e mais	18,48%	14,96%	27,87%	20,87%	24,14%	34,78%	30,35%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

No contexto metropolitano observa-se que o município núcleo, embora ainda receba significativo volume migratório, vem deixando de ser o destino preferencial ao longo das últimas décadas. Já em 1991, a proporção de migrantes no polo era de 11,42% do total de sua população, enquanto que esta mesma proporção nos outros municípios atingia 27,09%; em 2000, estas proporções passam a 11,52% e 25,75%, e em 2010 se reduzem a 8,60% e 17,08%. Percebe-se uma nítida diminuição do percentual de migrantes tanto no polo como nos outros municípios metropolitanos. A tabela seguinte mostra com maior detalhe a proporção de migrantes residentes nos municípios, segundo os níveis de integração: se entre 1991 e 2000 o polo e os municípios de alto nível de integração tiveram até mesmo um ligeiro aumento na proporção de migrantes, na década seguinte todos tiveram forte redução, que chegou a quase 70% de diminuição nos municípios com nível de integração muito alto. Alguns municípios apresentam ainda alta porcentagem de migrantes, como Santana do Parnaíba, que em 1991 possuía 38% de migrantes entre seus residentes, passando a 53% no ano 2000 e a 36% em 2010. Pelo tipo de loteamento de alto padrão encontrado neste município é provável que estes migrantes sejam qualificados, morando em condomínios fechados. São Caetano do Sul com índice alto de qualidade de vida, também tem 22% de migrantes na sua população. De outro lado, municípios como Vargem Grande Paulista, Caieiras, Cajamar, Itaquaquecetuba, Pirapora, São Lourenço, Taboão da Serra, todos com mais de 20% de migrantes na sua população são municípios dormitório para população de baixa renda. Arujá e Cotia, também com mais de 20% de migrantes em 2010, apresentam tanto áreas de residência de camadas de renda alta como bolsões de pobreza.

Tabela 3.19 – Proporção de migrantes, conjunto de municípios por nível de integração, 1991 a 2010

NI	Natural do município onde reside			Total
	Sim, sempre morou	Sim, mas morou noutro lugar	Não natural	
Alto	35,97%	7,06%	56,96%	100,00%
Baixo	45,37%	5,00%	49,63%	100,00%
Extensão do Polo	44,86%	6,64%	48,51%	100,00%
Médio	50,14%	5,32%	44,54%	100,00%
Muito Alto	42,17%	5,65%	52,18%	100,00%
Polo	64,07%	5,41%	30,53%	100,00%
RMSP	55,27%	5,81%	38,93%	100,00%

Fonte: Censos demográficos de 1991, 2000 e 2010

O tempo de moradia dos migrantes no estado de São Paulo apresenta uma ordem decrescente se considerados os nível de integração dos municípios em que residem. Assim, no polo a média de moradia foi 19,17 anos, nos municípios de extensão do polo 16,64, nos de nível de integração muito alto, 15,35 anos, para os de nível de integração alto 12,85, nos de médio nível de integração 13,43 anos e finalmente no de nível baixo, 11,54 anos.

Tabela 3.20 – Tempo de moradia no Estado de São Paulo, sem interrupção

Destino	Origem		
	Polo	Outros municípios	Total
Polo	0	77.995	77.995
Outros municípios	439.866	350.914	790.780
Total	439.866	428.909	868.775

Destino	Origem		
	Polo	Outros municípios	Total
Polo	0,00%	100,00%	100,00%
Outros municípios	55,62%	44,38%	100,00%
Total	50,63%	49,37%	100,00%

Destino	Origem		
	Polo	Outros municípios	Total
Polo	0,00%	18,80%	8,98%
Outros municípios	100,00%	81,82%	91,02%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Censo Demográfico de 2010

De acordo com o censo de 2010 são migrantes interestaduais 6,78 milhões de pessoas, que representam 34,45% da população metropolitana. Entre estes, 5,04% estavam aqui há menos de 1 ano, 20,74% entre 1 e 5 anos e 9,75% entre 6 a 9 anos. Ou seja, 35,52% são migrantes que residem na metrópole há menos de 10 anos, o que representa um total de 2.407.903 pessoas, 12,24% da população metropolitana. Em 1991 este percentual atingia 17,30% da população metropolitana e em 2000, 17,45%. Há uma diminuição deste percentual na primeira década no novo milênio.

Unindo esta informação à dos saldos migratórios negativos entre 1980 e 1991 (menos 275 mil pessoas) e entre 2000 e 2010 (menos quase 300 mil pessoas) observa-se uma evasão bastante significativa ou, pelo menos, uma mobilidade populacional contínua, onde a evasão para outras regiões, outros municípios do estado de São Paulo ou mesmo para o exterior compensam uma possível entrada de migrantes. Quem são estes migrantes que chegam continuamente à região metropolitana de São Paulo? E quem são aqueles que estão deixando a metrópole? Estudo recente do IPEA publicado no Estado de São Paulo em 3/12/2013 comenta que a cidade de São Paulo perdeu moradores de alta escolaridade entre 2005 e 2010, período em que 122,4 mil pessoas com curso superior deixaram a capital, registrando uma alta de 44% em relação ao período 1995-2000. A maioria destas pessoas dirigiu-se a outras cidades paulistas, ao mesmo tempo em que 91,5 mil pessoas de alta escolaridade vieram morar na cidade, com registro de um saldo negativo de 30,9 mil residentes com curso superior.

Entre os 868.775 migrantes intrametropolitanos, o fluxo do polo para os outros municípios da região metropolitana de São Paulo é nitidamente superior (439.866 pessoas, 50,63% do total de migrantes intrametropolitanos) que dos outros municípios para o polo (apenas 77.995 pessoas, 8,98% dos migrantes intrametropolitanos). A migração entre os outros municípios atinge 428.909 moradores, ou seja, 49,37% do total de migrantes intrametropolitanos. Assim entre os migrantes com origem em outros municípios metropolitanos, 82% mudam para outros municípios metropolitanos e apenas 18% vão residir na metrópole.

Tabela 3.21 – Procedência dos migrantes intra- metropolitanos, região metropolitana de São Paulo, 2010, por capital e outros municípios metropolitanos

Residência atual	Residência 31 de julho de 2005						
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Ignorado	Total
Polo	13.313	456.715	317.121	51.125	23.063	33.875	896.737
Extensão do polo	4.789	211.879	509.071	18.722	7.624	29.094	781.179
Muito alto	1.897	91.971	321.565	8.906	3.821	15.816	443.976
Alto	679	24.912	120.496	4.101	1.170	7.107	158.465
Médio	149	5.075	29.227	992	321	601	36.365
Baixo	5	376	2.516	127	70	151	3.295
Total	22.357	790.928	1.299.996	83.973	36.029	86.644	2.319.927

Residência atual	Residência 31 de julho de 2005						
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Ignorado	Total
Polo	1,48%	50,93%	35,36%	5,70%	2,57%	3,78%	100,00%
Extensão do polo	0,61%	27,12%	65,17%	2,40%	0,98%	3,72%	100,00%
Muito alto	0,43%	20,72%	72,43%	2,01%	0,86%	3,56%	100,00%
Alto	0,43%	15,72%	76,04%	2,59%	0,74%	4,48%	100,00%
Médio	0,41%	13,96%	80,37%	2,73%	0,88%	1,65%	100,00%
Baixo	0,15%	11,41%	76,36%	3,85%	2,12%	4,58%	100,00%
Total	0,96%	34,09%	56,04%	3,62%	1,55%	3,73%	100,00%

Residência atual	Residência 31 de julho de 2005						
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Ignorado	Total
Polo	59,55%	57,74%	24,39%	60,88%	64,01%	39,10%	38,65%
Extensão do polo	21,42%	26,79%	39,16%	22,30%	21,16%	33,58%	33,67%
Muito alto	8,49%	11,63%	24,74%	10,61%	10,61%	18,25%	19,14%
Alto	3,04%	3,15%	9,27%	4,88%	3,25%	8,20%	6,83%
Médio	0,67%	0,64%	2,25%	1,18%	0,89%	0,69%	1,57%
Baixo	0,02%	0,05%	0,19%	0,15%	0,19%	0,17%	0,14%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Censo Demográfico de 2010

A migração analisada na última parte do capítulo é a migração de data fixa (2005-2010), oriunda dos registros do Censo Demográfico de 2010, dados da amostra, para o conjunto dos 39 municípios da região metropolitana, agrupados, em alguns casos, por nível de integração. Os dados data fixa têm a vantagem de combinar espaço (município e UF) e tempo (5 anos atrás), especificando período exato e local inequívoco para a migração.

Tabela 3.22 – Moradores em outros municípios que não o atual em 2005, por origem

Migrantes com residência no exterior em 2005	51.366	0,26%	2,17%
Migrantes com residência em outras UF em 2005	1.213.615	6,17%	51,18%
Migrantes com residência no Estado de São Paulo em 2005	229.535	1,17%	9,68%
Migrantes com residência em distintos municípios da RMSP em 2005	875.877	4,45%	36,94%
Total de pessoas que não tinha residência no município da RMSP em 2005	2.371.295	12,05%	100,00%
Residentes no mesmo município da RMSP em 2005	17.305.285	87,95%	-
População total da RMSP	19.676.580	100,00%	-

Fonte: Censo Demográfico de 2010

Nota-se que a população apresenta pouca mobilidade, dado que 87,95% moravam, em 2005, no mesmo município da residência em 2010. Provavelmente após a aquisição da casa própria as pessoas parem de se mudar. Tanto a produção doméstica por autoconstrução como a produção estatal ou a por encomenda fixam as famílias no seu lote e favorecem a formação de laços comunitários.

Entre os 51 mil estrangeiros, os bolivianos são ampla maioria, representando 11.370 migrantes, ou seja, 22,14% do total de residentes no estrangeiro em 2005. Peruanos, paraguaios e argentinos somam quase 11%, e norte-americanos outros 10,7%.

Entre o total de 2.319.927 residentes na metrópole paulista que tinham residência em outra unidade da federação em 2005, 34,1% era oriunda da região Nordeste. Entre estes, a maioria (44%) veio da Bahia, 20% de Pernambuco e 11,3% do Ceará.

A Tabela 3.23 mostra que a distribuição dos migrantes recentes por UF de origem é semelhante para os que tinham residência em 2005 no Norte, Nordeste, Sul e Centro Oeste, onde a maioria vai residir no município polo, cidade de São Paulo. Esta distribuição muda para os oriundos da região Sudeste, onde o local privilegiado de moradia foram os municípios de extensão do polo, além da capital e dos municípios de muito alto nível de integração. Esta distribuição deve estar afetada pela predominância, entre os oriundos do Sudeste, dos moradores em municípios da própria metrópole em 2005. Mas a proporção de nordestinos é alta no polo: 51%. Nos outros grupos de mesmo nível de integração o percentual dominante é o de oriundos do Sudeste. Nordestinos e oriundos do Sudeste (incluindo o estado de São Paulo e a metrópole) são os migrantes modais.

Tabela 3.23 – Migrantes data fixa residindo no Brasil em 2005, por nível de integração dos municípios de residência.

Residência atual	Residência 31 de julho de 2005						
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Ignorado	Total
Polo	13.313	456.715	317.121	51.125	23.063	33.875	896.737
Extensão do polo	4.789	211.879	509.071	18.722	7.624	29.094	781.179
Muito alto	1.897	91.971	321.565	8.906	3.821	15.816	443.976
Alto	679	24.912	120.496	4.101	1.170	7107	158.465
Médio	149	5.075	29.227	992	321	601	36.365
Baixo	5	376	2.516	127	70	151	3.295
Total	22.357	790.928	1.299.996	83.973	36.029	86.644	2.319.927

Residência atual	Residência 31 de julho de 2005						
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Ignorado	Total
Polo	1,48%	50,93%	35,36%	5,70%	2,57%	3,78%	100,00%
Extensão do polo	0,61%	27,12%	65,17%	2,40%	0,98%	3,72%	100,00%
Muito alto	0,43%	20,72%	72,43%	2,01%	0,86%	3,56%	100,00%
Alto	0,43%	15,72%	76,04%	2,59%	0,74%	4,48%	100,00%
Médio	0,41%	13,96%	80,37%	2,73%	0,88%	1,65%	100,00%
Baixo	0,15%	11,41%	76,36%	3,85%	2,12%	4,58%	100,00%
Total	0,96%	34,09%	56,04%	3,62%	1,55%	3,73%	100,00%

Residência atual	Residência 31 de julho de 2005						
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Ignorado	Total
Polo	59,55%	57,74%	24,39%	60,88%	64,01%	39,10%	38,65%
Extensão do polo	21,42%	26,79%	39,16%	22,30%	21,16%	33,58%	33,67%
Muito alto	8,49%	11,63%	24,74%	10,61%	10,61%	18,25%	19,14%
Alto	3,04%	3,15%	9,27%	4,88%	3,25%	8,20%	6,83%
Médio	0,67%	0,64%	2,25%	1,18%	0,89%	0,69%	1,57%
Baixo	0,02%	0,05%	0,19%	0,15%	0,19%	0,17%	0,14%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Censo Demográfico de 2010

Pela tabela 3.23 percebe-se que o maior contingente migratório é proveniente da própria região Sudeste, com 1,3 milhões de pessoas. Destes, 230 mil moravam em outros municípios do Estado de São Paulo e 875.877, ou seja, 4,45% das pessoas que não residiam no mesmo município em 2005, eram já residentes em municípios da Grande São Paulo.

Tabela 3.24 – Residência anterior dos migrantes intrametropolitanos, por nível de integração dos municípios de residência, em 2005.

Residência atual	Residência anterior a 31 de julho de 2005						
	Polo	Extensão do polo	Muito alto	Alto	Médio	Baixo	Total
Polo	192.173	30.462	10.070	3.147	807	49	236.708
Extensão do polo	131.786	180.589	15.378	3.965	726	124	332.568
Muito alto	81.772	33.782	90.807	5.293	1.848	137	213.639
Alto	30.373	11.800	9.429	21.260	486	20	73.368
Médio	7.215	1.633	2.760	632	5.460	120	17.820
Baixo	504	169	277	17	344	483	1.794
Total	443.823	258.435	128.721	34.314	9.671	933	875.877

Residência atual	Residência anterior a 31 de julho de 2005						
	Polo	Extensão do polo	Muito alto	Alto	Médio	Baixo	Total
Polo	81,19%	12,87%	4,25%	1,33%	0,34%	0,02%	100,00%
Extensão do polo	39,63%	54,30%	4,62%	1,19%	0,22%	0,04%	100,00%
Muito alto	38,28%	15,81%	42,50%	2,48%	0,87%	0,06%	100,00%
Alto	41,40%	16,08%	12,85%	28,98%	0,66%	0,03%	100,00%
Médio	40,49%	9,16%	15,49%	3,55%	30,64%	0,67%	100,00%
Baixo	28,09%	9,42%	15,44%	0,95%	19,18%	26,92%	100,00%
Total	50,67%	29,51%	14,70%	3,92%	1,10%	0,11%	100,00%

Residência atual	Residência anterior a 31 de julho de 2005						
	Polo	Extensão do polo	Muito alto	Alto	Médio	Baixo	Total
Polo	43,30%	11,79%	7,82%	9,17%	8,34%	5,25%	27,03%
Extensão do polo	29,69%	69,88%	11,95%	11,56%	7,51%	13,29%	37,97%
Muito alto	18,42%	13,07%	70,55%	15,43%	19,11%	14,68%	24,39%
Alto	6,84%	4,57%	7,33%	61,96%	5,03%	2,14%	8,38%
Médio	1,63%	0,63%	2,14%	1,84%	56,46%	12,86%	2,03%
Baixo	0,11%	0,07%	0,22%	0,05%	3,56%	51,77%	0,20%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte IBGE – Censo demográfico de 2010

Entre o total de migrantes, ou seja, de pessoas que tinham residência em outro município da metrópole, o maior peso está nos migrantes dentro da Grande São Paulo, ou seja, nos migrantes intrametropolitanos: foram 875.877 para um número de 2.271.295 de pessoas com residência em município distinto do atual em 2005, 36,94% do total de não residentes no município de moradia em 2005. Entre os municípios de nível de integração muito alto, nota-se a mobilidade de oriundos da capital: 38%, assim como nos de alto nível de integração onde 41% dos residentes vieram da capital. Lembramos que entre os

municípios de alto nível de integração vários deles possuem um grande número de condomínios fechados para alta e média renda.

Este indicador, moradia dos migrantes em julho de 2005, aponta as tendências de mobilidade nos últimos 5 anos antes do Censo Demográfico de 2010. Ou seja, as tendências recentes. E, pela Tabela 3.24, percebe-se que para o total de 875.877 migrantes intra-metropolitanos na década, a mobilidade recente entre outros municípios da metrópole que não a capital foi grande: apenas 44.535 migrantes que estavam na periferia em 2005 foram residir na capital em 2010, ou seja, pouco mais de 5% do total de migrantes. O peso maior da migração intra metropolitana foi entre os municípios da periferia: 389 mil migrantes de locomoveram entre municípios periféricos nos últimos 5 anos. A mobilidade da capital para outros municípios foi maior que a de outros municípios para a capital, indicando um certo “esvaziamento” do município de São Paulo em direção à sua periferia. Pela tabela 3.23, observa-se que moradores no polo em 2005 saíram em busca de outra residência em cidades de extensão do polo e de nível de integração muito alto.

Chama a atenção também certa preferência pela proximidade na mudança de residência dentro da metrópole. Observando-se a migração data fixa entre a capital e os municípios do ABC paulista (Santo André, São Bernardo e São Caetano), notou-se que entre os 117.956 migrantes entre estes municípios, que representam 13,5% do total de migração recente, 99.217 (84%), localizaram-se em 2010 nestes mesmos municípios e apenas 18 mil dirigiram-se a outros municípios metropolitanos, mostrando nitidamente que a proximidade pesou na escolha do local para a próxima moradia.

Tabela 3.25 – Residência anterior em 2005 dos migrantes intrametropolitanos, resumindo capital e outros municípios metropolitanos.

Residência atual (2010)	Residência em 2005		
	Capital	Outros municípios	Total
Capital	192.173	44.535	236.708
Outros municípios	251.650	388.519	640.169
Total	443.823	433.054	875.877

Residência atual (2010)	Residência em 2005		
	Capital	Outros municípios	Total
Capital	43,30%	10,28%	27,03%
Outros municípios	56,70%	89,72%	73,09%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Residência atual (2010)	Residência em 2005		
	Capital	Outros municípios	Total
Capital	81,19%	18,81%	100,00%
Outros municípios	39,31%	60,69%	100,00%
Total	50,67%	49,44%	100,00%

Fonte: Censo Demográfico de 2010

5. Algumas considerações finais

De uma forma geral pode-se afirmar que as alterações na dinâmica demográfica estão associadas aos processos de mudanças e permanências presentes na região metropolitana, ao longo do período analisado, com variações entre distritos e municípios.

A metrópole paulista diminuiu sua taxa de crescimento, sobretudo no município polo, onde essa taxa se reduziu para 0,75% entre 2000 e 2010. Nos demais municípios a taxa permaneceu elevada, embora metade da apresentada na década anterior e manteve-se especialmente elevada nos municípios com alto e muito alto níveis de integração.

Os dados demográficos explicam e são explicados pelas desigualdades sócio-espaciais. Espera-se que municípios com menor IBEU (Índice de Bem Estar Social, que reflete estas desigualdades) e com clas-

sificação socioespacial hierarquicamente inferior apresentem maiores taxas de crescimento geométrico anual, refletindo maior fecundidade. Em muitos casos esses municípios abrigam moradores das camadas populares, daí alguns municípios dormitório possuem grande proporção de migrantes recentes na sua população residente. A mortalidade infantil tende também a ser maior nestes locais. Esta relação entre dados demográficos e estrutura socioespacial permite ao analista a construção de inferências socioespaciais a partir da simples leitura da dinâmica populacional.

A leitura da Tabela 3.26, onde os 39 municípios integrantes da metrópole paulista estão agrupados por intervalos do IBEU- 2010 (RIBEIRO, 2013), evidencia este gradiente nas taxas de crescimento populacional, nítido a partir de 1991: municípios com IBEU mais alto vêm crescendo a ritmo menor; à medida que o IBEU cai, a taxa de crescimento sobe. Há exceções, é claro, entre as quais Barueri, que apresenta um IBEU de 0,803 e uma taxa de crescimento anual de 5,31% entre 1991 e 2000 e 1,46% anuais entre 2000 e 2010. Santana do Parnaíba também apresenta forte taxa de crescimento populacional, de 7,89% na década de 90 e 3,82% na primeira década do século XXI, e tem IBEU de 0,739. Mas entre os municípios no menor intervalo do IBEU, 0,684 e menos, há cidades com altas taxas, como Mairiporã, com 3,02% anuais nos anos 2000, Itapevi, com 2,15% anuais e Franco da Rocha, com 1,98% anuais.

Tabela 3.26 – RMSP: taxas geométricas de crescimento populacional por grupos de IBEU (Índice de Bem Estar Urbano) dos municípios metropolitanos em 2010

Intervalo IBEU	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010
0,800 a 0,761	5,85%	4,86%	3,79%	1,31%	1,01%	0,74%
0,760 a 0,750	6,63%	5,72%	8,98%	3,98%	2,52%	1,48%
0,749 a 0,693	8,14%	8,77%	7,63%	3,68%	3,51%	1,61%
0,684 e menos	3,99%	7,39%	8,32%	5,68%	4,31%	1,72%

Fonte: Censos demográficos de 1950 a 2010

A população metropolitana envelheceu e se tornou mais feminina. A mortalidade geral diminuiu, mas o notável foi a redução da mortalidade infantil, de 81,3/00 em 1970 para 11,38/00 em 2011. A fecundidade também diminuiu fortemente de 3,21 filhos por mulher

em 1980 para 1,80 filhos por mulher em 2010, denotando uma primeira transição demográfica completa, com mortalidade e fecundidade diminuindo e envelhecimento crescente. Esta transição demográfica reflete-se na estrutura etária populacional: no polo e nos municípios de extensão do polo, onde a fecundidade é mais baixa e a migração menos acentuada, o índice de envelhecimento atinge 52,28 velhos para cada 100 jovens no polo e 43,06 velhos para cada 100 jovens nos municípios de extensão do polo. Nos municípios com nível de integração baixo, alto e muito alto este índice fica por volta de 30 (30,80 nos de nível de integração muito alto, 32,97 nos de nível de integração alto e 31,14 nos de nível baixo de integração), mostrando uma estrutura etária mais jovem que na capital e no seu entorno. Para os municípios de nível médio de integração o índice de envelhecimento alcança 42,97 velhos para cada 100 jovens. Uma classificação proposta por Shryck e Siegel (1976) para este índice sugere que a população seria jovem quando o índice de envelhecimento é menor que 15, intermediária quando o índice estaria entre 15 e 30 e idosa quando for maior que 30. Assim, a população da metrópole de São Paulo pode ser considerada idosa, com todos os problemas de previdência e saúde decorrentes deste fato.

Apesar dos fortes avanços na redução da mortalidade, a mortalidade infantil ainda se encontra em patamar de 11,4 óbitos por 1000 nascidos vivos, em 2013, inferior à média brasileira de quase 20 por mil, mas ainda superior ao mínimo biológico de cerca de 4 por 1000. Entre as causas de morte há um “mix” de causas chamadas desenvolvidas, com neoplasias malignas e cardiopatias, características de faixas etárias mais velhas, acompanhadas por causas externas, ligadas à violência urbana, sobretudo entre jovens negros.

A migração também diminuiu, embora o total de não naturais do município onde residem atinja quase 40% da população, reflexo das grandes levas migratórias anteriores. Mas estimativas mostram um saldo migratório negativo para a Região Metropolitana de São Paulo na primeira década dos anos 2000. O número de nascidos no estrangeiro, alto no início do século XX, foi de menos de 200 mil em 2010, proporção menor que 1% da população total.

A migração intra-metropolitana apresenta-se ainda alta, com mais de 800 mil pessoas na década de 2000-2010. O fluxo do polo para os outros municípios ultrapassa o fluxo contrário. Concluindo, nota-se na metrópole de São Paulo

- Transição demográfica completa, com diminuição de mortalidade e fecundidade;
- Diminuição da migração internacional;
- Migração intra-metropolitana ainda forte, sobretudo do polo em direção aos outros municípios.

Como conclusão, pode-se afirmar que as informações apresentadas ao longo do texto apontam para uma estabilidade na dinâmica demográfica da grande metrópole paulista, o que também se confirma para os padrões de mobilidade intrametropolitana. As variações observadas na demografia intraurbana são, por sua vez, a expressão das desigualdades sócio-espaciais, marcantes não apenas no âmbito intermunicipal, mas também no interior de cada município e particularmente no município de São Paulo.

Bibliografia

ARANHA,V (1996). Migração na metrópole paulista. **São Paulo em Perspectiva 0(2)**. São Paulo, pp 83-91

CANO,W (2008) – **Desconcentração Produtiva Regional do Brasil 1970-2005**. São Paulo, Editora da UNESP

CUNHA, J.M. e DEDECCA, C.S. (2000) – *Migração e trabalho na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 90: uma abordagem sem preconceito*. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v17, nº 1/2

IBGE (2010)- **Observações sobre a evolução da mortalidade no Brasil; o passado, o presente e perspectivas**. Rio de Janeiro.

IPEA (2011) – *Dinâmica populacional e o sistema de mobilidade nas metrópoles brasileiras*. **Comunicado 102**

MEYER, R; GROSTEIN. M e BIDERMANA, C.(2004)- **São Paulo Metrópole**. São Paulo, EDUSP

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES (2012) – **Níveis de integração dos municípios brasileiros em RMs,RIDEs e AUs à dinâmica da metropolização**. Rio de Janeiro, 2012

PORTES, S e ROBERTS, B (2005) – *Free Market City: Latin American Urbanization in the years of the Neoliberal Experiment*. **Studies in Comparative International Development**, Spring 2005, vol 40, nº , pp 43 -82

PASTERNAK, S e LEMOS, M C (2010) - *De vila a metrópole* in SALDIVA, Paulo et AL (2010) **Meio Ambiente e saúde: o desafio da metrópole**, pp 23-45

SILVA, L.S. (2013) - **A cidade e a floresta**. Tese de doutoramento apresentada ao PROCAM- USP

SHRYCK, S H e SIEGEL, J S (1976) - **The methods and materials of demography**. San Diego, Academic Press

Mudanças recentes na estruturação socio-espacial da Região Metropolitana de São Paulo

*Suzana Pasternak
Lucia Maria Machado Bógus*

Resumo: O texto relaciona a evolução da estrutura social com as mudanças observadas na estrutura socio-espacial da metrópole paulista no período 1980-2010 tendo em vista avaliar o aumento da segregação socio-espacial, a possível ocorrência de um novo padrão de urbanização e as mudanças nas formas de ocupação e uso do solo metropolitano. A tese central do presente estudo é que o histórico modelo núcleo-periferia ainda organiza o espaço metropolitano, em que pese o surgimento de novas configurações espaciais e a redistribuição das atividades produtivas. A análise da estrutura social entre os residentes do território da Grande São Paulo aponta, entre 1980 e 2010, algumas grandes tendências, como a elitização relativa, com aumento de profissionais de nível superior, aumento de trabalhadores do terciário, diminuição dos trabalhadores do secundário e manutenção das camadas médias. Esta organização social se expressa no território por um modelo no qual as camadas superiores alocam-se ainda preferencialmente no centro e as camadas populares na periferia.

Palavras-chave: segregação, desigualdades socio-espaciais.

Abstract: The paper relates the social structure to the changes in the socio-spatial segmentation on the metropolis of São Paulo in the period 1980-2010 looking to measure the increase of segregation, a new pattern of urbanization and changes in the metropolitan land use. The central thesis of this study is that the historical pattern centre- periphery still organizes the metropolitan space, despite the arise of new spatial configurations as well as the economic activities redistribution. The analyses of the social structural of the inhabitants of the Great São Paulo points, between 1980 and 2010, some important shifts, as a “relative elitization”, with the increase of higher level professionals, increase of tertiary workers , decrease of blue collar workers and maintenance of middle layers. This social organization is shown in the territory by a doughnut pattern, where the higher classes still lives in the central areas and the workers layers in the peripheral spaces.

Keywords: segregation; socio-spatial inequalities

1. Introdução

O presente capítulo procura relacionar a evolução da estrutura social da metrópole paulista entre os anos 1980 e 2010 a mudanças observadas na estrutura socioespacial. Estaria havendo um aumento da segregação espacial? Estaria ocorrendo um “novo padrão de urbanização”, resultante da reestruturação produtiva em nível mundial e nacional? Um dos objetivos deste capítulo é o de refletir sobre este possível “novo padrão de urbanização”, resultante da reestruturação produtiva que ocorreu em âmbito global. Esta reestruturação produtiva teria dualizado com maior intensidade a estrutura social, além de aumentar a precariedade das relações de trabalho, aumentar a pobreza urbana e a segregação espacial, alterando a aparência desta segregação. “Os dois principais símbolos da nova configuração seriam os condomínios cercados e as favelas, entendidos com expressão desse novo padrão, mais excludente e polarizado que o anterior. Ou seja, os condomínios e as favelas estariam exprimindo a crescente aproximação geográfica entre os locais de moradia dos ricos e dos pobres, ou dos dominantes e dominados, ou, ainda, dos cidadãos e não cidadãos” (LAGO, 2006:47).

Como já colocou De Mattos (2005:342), “finalmente comprovou-se que as transformações produtivas e tecnológicas que acompanharam a globalização da economia mundial não somente mostraram uma forte revalorização do papel dessas aglomerações, mas também que o seu crescimento e expansão alteraram de tal forma sua organização e funcionamento que se justifica falar de um novo tipo de configuração ou formação urbana, uma vez que as antigas caracterizações e denominações tornaram-se insuficientes e/ou inadequadas para fazer referência à configuração emergente”.

As transformações econômicas, produzidas sob o efeito combinado da reestruturação e das novas tecnologias de comunicação, provocaram mudanças significativas no mercado de trabalho, como foi colocado no capítulo 3. Esta tendência, já descrita, resultaria numa estrutura de trabalho tipo ampulheta, com redução de renda nos setores intermediários. Sassen (1991) explica esta tendência em função de uma demanda crescente por pessoal altamente qualificado, com remuneração alta, ao mesmo tempo que aumenta a procura por serviços complementares tipo limpeza, segurança, manutenção, expandindo a demanda por empregos pouco qualificados, com baixos salários. Seguindo o pensamento de Mattos (2005:348), Wacquant (2001) considera ainda outro fator,

qual seja, o relativo afastamento do Estado das funções de assistência social da época fordista. A tendência ao aprofundamento da polarização social nas grandes cidades teria originado a *cidade dual* (MOLLENKOPF e CASTELLS, 1991) e a *cidade fractal* (SOJA, 2000); este autor generaliza “para as pós- metrópoles a emergência de novas metropolaridades, desigualdades e marginalizações étnica e racial, em meio a uma extraordinária riqueza” (MATTOS, 2005:349). Esta tese não é unânime: Preteceille e Ribeiro (1999), comparando a evolução de indicadores para o Rio de Janeiro e Paris, não encontraram, nestas cidades, aumento de polarização social, assim como Leal Maldonado (2000) para Madri e Hamnett (1994) para Ramstad, na Holanda.

Aceitando-se a hipótese que novas tecnologias geram segmentação no mercado de trabalho, seria lógico prever que a modernização produtiva intensificasse a tendência à maior dualização social e a uma cidade espacialmente mais polarizada. O que se tem percebido é uma tendência acentuada à expansão territorial metropolitana, com um tipo de configuração suburbanizada, de limites difusos e estrutura policêntrica. Monclus (1998) denomina esta metrópole “pós- moderna” de cidade dispersa. Mas, como descreve Botelho (2009:278), para muitos autores “a dispersão é um fenômeno que esteve presente já nos primeiros momentos da história da cidade”. Não se trata de um fenômeno novo: as vilas dos ricos na Roma imperial e os “fauxbourgs” da Europa medieval já seriam exemplos de certa dispersão urbana. Alguns autores ligam a idéia de subúrbio à Inglaterra pós Revolução Industrial (FISHMAN, in FAINSTEIN e CAMPBELL, 1997); outros, aos Estados Unidos, pós Segunda Guerra.

Para as grandes metrópoles latino-americanas, a tendência à dispersão urbana constituiu o que muitos autores chamam de “cidade-região”. Carlos de Mattos comenta que, se a cidade compacta europeia era a referência dominante até o século XX, agora o modelo parece ser Los Angeles. “A imagem de mancha de óleo (ou *doughnut*, como se afirma em inglês) perde pertinência para descrever o fenômeno urbano, ao passo que a imagem de um arquipélago urbano parece ser mais adequada” (De MATTOS, 2005:351)

A tese central do presente estudo sobre São Paulo seria que o nosso histórico modelo núcleo-periferia, caracterizado pela distância geográfica e social entre as classes, ainda organiza o espaço metropolitano em expansão, em que pese o surgimento de novas configurações espaciais, como por exemplo, condomínios fechados

e favelas, além da redistribuição de unidades produtivas e centros de compra pelo tecido metropolitano.

O padrão de organização do território, expresso pelo modelo núcleo-periferia, com a metrópole paulista crescendo como mancha de óleo, era o dominante até os anos 70, resultante de um modelo de crescimento de produção de bens duráveis, decorrente da substituição de importações, para o qual foram necessárias a mobilização de força de trabalho e a concentração de um vasto exército industrial de reserva. Nesse contexto, ocorreu o assentamento de um enorme contingente de migrantes, que não foi acompanhado por políticas de provisão de infraestrutura e moradia, fazendo com que os despossuídos se alocassem nos segmentos espaciais pouco infraestruturados, deixando os núcleos urbanos, bem providos, para camadas mais abastadas.

Em São Paulo, constituiu-se uma vasta periferia, resultante da forma de obtenção de moradia através de autoconstrução em lote próprio, com grande parte da produção industrial concentrada no tecido metropolitano (MARICATO, 1979).

A partir dos anos 70 iniciou-se um processo de desconcentração industrial na direção do interior do Estado, mas que não diminuiu o peso da Região Metropolitana, pois foi acompanhada pela maior complexidade do setor de serviços (CANO, 2007). A década de 80 foi marcada por grave crise econômica, aceleração inflacionária e desemprego. As taxas de crescimento da capital metropolitana caíram e o núcleo central se terciarizou. O crescimento de São Paulo desacelerou, inibindo também o crescimento espacial periférico. O modelo núcleo-periferia ainda se manteve responsável pela estruturação sócio-espacial, mas o crescimento das favelas no período 1980-1991 foi notável. Assim, a pobreza alocou-se não apenas na chamada periferia, mas também, e de forma crescente, nos terrenos invadidos em áreas mais centrais. Na década de 90, a abertura econômica, aliada à reestruturação produtiva em nível mundial, provocou grandes alterações no mundo do trabalho: formas flexíveis de produção, juntamente com o maior emprego de tecnologia e a terceirização crescente do trabalho, conduziram ao menor uso da força de trabalho na indústria, a uma perda do poder dos sindicatos e a um aumento do subemprego e do desemprego. De outro lado, políticas voltadas à construção de infraestrutura sanitária e de energia em São Paulo e no Brasil como um todo, tornaram a periferia e mesmo a favela, através das políticas crescentes de urbanização, territórios menos desprovidos.

No início deste século, mudanças verificadas na economia brasileira tiveram consequências na redução da desigualdade de renda e na maior formalização das relações de trabalho. Isto estará se refletindo na estrutura social da metrópole e na estrutura socioespacial? De que maneira?

- A questão básica, conforme colocam Marcuse e van Kempen (2000:2) é se há algo distinto no padrão espacial das cidades atuais que as diferenciam das cidades de ontem. Nesse sentido, “o que seria novo nas cidades, e particularmente na estrutura intra-urbana?”.
- Em relação à estrutura social, quais têm sido as transformações nas últimas décadas?
- Qual é a relação entre as transformações na estrutura social e as alterações no padrão de diferenciação espacial no espaço intra-metropolitano de São Paulo?

O próximo item examinará as transformações da estrutura social na metrópole, através de uma variável *proxy* de classe social; o item 3 irá se debruçar sobre a estrutura socioespacial resultante das alterações na estrutura social, detalhando todos os passos metodológicos e os ajustes necessários à realização das análises a partir dos dados censitários das três décadas selecionadas. As conclusões do capítulo procuram sintetizar e interpretar os principais resultados encontrados.

2. Estrutura social na metrópole de São Paulo, 1980-2010

Com base nessas questões e pretendendo verificar a procedência ou não das teses da *global city* na realidade brasileira, foi elaborada uma hierarquia sócio-ocupacional com a construção de um conjunto de categorias, a partir das variáveis censitárias de ocupação, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), criada de acordo com as diretrizes da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO) da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Os dados censitários são os únicos disponíveis, no Brasil, com capacidade simultânea de comparabilidade no tempo e no espaço, contemplando dados do mundo do trabalho. Como ponto de referência, foi utilizado

o sistema de classificação das profissões na França, adotado pelo Institut National d'Économie et Statistique (INSEE), e o primeiro trabalho comparativo realizado foi entre Paris e Rio de Janeiro (PRETECEILLE, RIBEIRO, 1998).

Esse trabalho tem como ponto de partida uma concepção multidimensional da estruturação do espaço social, o que permite alcançar uma compreensão mais refinada das eventuais posições sociais que os grupos de indivíduos ocupam e detectar as múltiplas escalas de hierarquização no espaço social. A estrutura social “[...] é entendida, simultaneamente, como um espaço de posições sociais e um espaço de indivíduos ocupando esses postos e dotados de atributos sociais desigualmente distribuídos e ligados às suas histórias” (RIBEIRO, LAGO 2000:112), numa articulação que remete ao pensamento de Bourdieu (1989). Desenvolve-se a noção de que os indivíduos ou agentes ocupam posições relativas no espaço social, as quais se encontram em oposição. É possível classificar empiricamente essas posições relativas segundo os diferentes agrupamentos sociais, podendo ser identificadas pelo volume dos capitais (econômicos, sociais e simbólicos) que tais agrupamentos detêm e pela estrutura desses capitais. Colocados em posições semelhantes e estando sujeitos a condicionamentos similares, há probabilidade de que os agentes sociais ou indivíduos desenvolvam atitudes, interesses e práticas aproximadas. A incorporação desse esquema à pesquisa sobre as metrópoles brasileiras está pautada no pressuposto metodológico da centralidade do trabalho enquanto categoria estruturadora das relações sociais (RIBEIRO, LAGO, 2000: 112).

As categorias socioocupacionais, através das quais é possível captar a segmentação social nas metrópoles brasileiras, foram construídas a partir de alguns princípios gerais que se contrapõem e que estão na base da organização da sociedade capitalista, tais como: capital e trabalho, grande e pequeno capital, assalariamento e trabalho autônomo, trabalho manual *versus* não-manual e atividades de controle e de execução. Também foi levada em consideração a diferenciação entre setores da produção, como o Secundário e o Terciário e, finalmente, entre os ocupados no Setor Secundário, foi feita uma distinção a partir da inserção dos trabalhadores nos segmentos modernos ou tradicionais da indústria (RIBEIRO, LAGO, 2000; MAMMARELLA, 2007: 157).

Entre 1991 e 2000 o Censo modificou sua forma de definir tanto o desemprego, como o tipo de ocupação, o que dificultou a compara-

ção entre 1980, 1991 e 2000. Em 1991, o período de referência para a verificação do estado de emprego era de 12 meses, assim como em 1980. E a condição de ocupação referia-se a três possíveis estados: se trabalhou habitualmente ou eventualmente neste período de referência, ou se não trabalhou. No ano 2000, o período de referência foi de uma semana e a questão foi mais detalhada: perguntava-se se o entrevistado trabalhou em atividade remunerada ou não; em caso de resposta negativa, se estava temporariamente afastado, se exerceu atividade não remunerada ou se, no período de 1 mês na data anterior ao Censo, tomou alguma providência para conseguir trabalho. Assim, as cifras de ocupados entre os anos 1980, 1991, 2000 e 2010 não são comparáveis: a adoção do período de uma semana, em lugar de 12 meses, pode induzir a uma ampliação da magnitude do desemprego. De outro lado, atividades domiciliares como ajuda a outro, trabalho para o auto consumo, etc, reduzem o desemprego, pois passam a ser computadas.

Em 2000, modificou-se também a forma de classificar as ocupações, através da utilização da CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) e da CNAE (Classificação Nacional de Atividade Econômica). Na pesquisa, foi feito um ajuste da classificação ocupacional de 1991 com a metodologia censitária de 2000, o que possibilitou a comparação entre estas duas datas. Para 1980, entretanto, isso não foi feito. Assim, qualquer comparação que envolva os 20 últimos anos do século XX só poderá ser feita através de grandes grupos, e o percentual de população ocupada em relação à total entre estas 3 datas não é passível de comparação. De outro lado, em 2010 novamente o IBGE introduziu mudanças, desta vez conservando o conceito de desemprego de 2000, mas alterando algumas classificações: por exemplo, a categoria grande empregador, que até 2000 agregava empregadores com 10 e mais empregados, passou a agregar empresários com 5 e mais empregados, modificando de foram acentuada o perfil dos chamados dirigentes. Por isso, a análise da evolução das categorias sócio-ocupacionais apresenta alguns problemas:

- Entre 1980 e 1991, utilizou-se a condição de ocupação em relação a 12 meses;
- Entre 1991 e 2000, conseguiu-se construir categorias socioocupacionais para 1991 (na tabela denominada 1991') compatíveis, mas deve ser lembrado que o número absoluto de ocupados em 1991 não foi, rigorosamente, obtido de forma semelhante;

te ao de 2000. Mesmo assim optou-se por analisar a evolução, apesar das ressalvas. A análise relativa dos percentuais pode elucidar essa evolução;

- Entre 2000 e 2010, pode-se “corrigir” as categorias socioocupacionais de 2000 pelo padrão de 2010. Houve total coincidência em relação aos trabalhadores do terciário não especializado (16,16% do total de ocupados), aos trabalhadores do secundário (24,01% do total de ocupados), pequenas diferenças entre os trabalhadores do terciário (19,34% antes da correção 2010 e 18,75% após), e entre as ocupações médias (27,05% e 29,97%, respectivamente). As maiores diferenças ocorreram nas categorias superiores, que antes da correção, para 2010 representavam 11,85% do total de ocupados, e após 12,69%, devido, sobretudo, aos grandes empregadores, antes 1,35% do total e, após a correção para 2010, 2,79% do total de ocupados. Na tabela 4.1, a distribuição de 2000 com a sintaxe de 2010 é denominada 2000.

Tabela 4.1 – Evolução das categorias sócio-ocupacionais, 1980 a 2010 (%)

Categorias sócio-ocupacionais	Década de 1980		Década de 1990		Década de 2000	
	1980	1991	1991'	2000	2000'	2010
Dirigentes	1,25	1,82	2,16	1,37	2,79	1,79
Profissionais de nível superior	4,65	6,47	5,54	7,83	7,82	12,64
Pequenos empregadores	2,56	3,76	3,14	2,65	2,08	1,31
CATEGORIAS SUPERIORES	8,46	12,05	10,84	11,85	12,69	15,74
CATEGORIAS MÉDIAS	36,36	40,45	32,03	28,15	29,97	28,51
Trabalhadores do terciário	15,13	15,86	15,19	19,34	18,75	19,06
Trabalhadores do secundário	31,32	24,35	27,35	24,01	24,01	21,68
Trabalhadores terciário não especializado	13,02	12,61	13,17	16,16	16,16	15,72
CATEGORIAS POPULARES	59,47	52,82	55,71	59,51	58,92	56,46
Ocupações agrícolas	0,81	1,03	0,87	0,5	0,5	0,61
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Censos de 1980, 1991, 2000 e 2010; ajustes do Observatório das Metrôpoles

Observando-se a coluna referente à década de 80, percebe-se que:

- Na coluna referente à década de 80, um aumento das categorias superiores, devido a um aumento de quase 40% entre os profissionais de nível superior. Os profissionais de nível superior apresentaram crescimento sensível no período, passando de 4,65% em 1980 para 6,47% em 1991. Este grupo cresceu,

portanto, 1,4 vezes mais do que a média dos ocupados. O número de ocupados em atividades classificadas como dirigentes aumentou em termos absolutos e relativos, passando de 1,25% do total em 1980 para 1,82% em 1991.

- Tanto os pequenos empregadores como as categorias médias cresceram sensivelmente entre 1980 e 1991. Chama a atenção o crescimento dos pequenos empregadores, 1,47 vezes maior do que o crescimento da taxa média dos ocupados, passando de 2,56% para 3,76% do total dos ocupados nos dois momentos estudados. Acredita-se que esse crescimento esteja em parte vinculado ao aumento dos trabalhadores por conta própria (proprietários de bares, lojas, pequenos estabelecimentos comerciais), fenômeno típico do final da década de 1980, como alternativa ao desemprego. Em síntese, à exceção do anômalo crescimento dos trabalhadores agrícolas, as categorias que mais cresceram foram os profissionais de nível superior e os pequenos empregadores.
- Os trabalhadores do terciário praticamente mantiveram sua participação em aproximadamente 15% do total de ocupados.
- Houve, de outro lado, forte redução dos trabalhadores do secundário, de 31,32% para 24,35% (22%). Esta tendência se manteve nas décadas subsequentes, embora a quantificação não permita este tipo de comparação numérica. A inflação galopante da década, aliada à precarização do mercado de trabalho, ajudam a explicar a diminuição do setor secundário. Tal diminuição pode ser atribuída, entre outros fatores, à crise nos empregos industriais e à mudança de muitas indústrias da região metropolitana de São Paulo, tanto para o interior do estado, como para outros estados brasileiros (SEADE, 1997).
- Os trabalhadores agrícolas, percentual sempre insignificante na metrópole, acusaram um aumento relativo de 0,8% dos ocupados para 1,03%. Acredita-se que este aumento vincule-se a uma expansão do trabalho em “chácaras residenciais”, muitas delas situadas no antigo cinturão verde da metrópole. Neste caso, poder-se-ia falar de “falsos agrícolas”, ou seja, trabalhadores que atuam como caseiros e jardineiros, cuidando de residências de recreio da população de renda alta e média.
- Quanto aos trabalhadores do terciário não especializado – o nível mais baixo da hierarquia sócio-ocupacional – também não

houve crescimento na década de 1980: representavam 13,02% dos ocupados em 1980 e 12,61% em 1991.

Em síntese, verificam-se as seguintes tendências, para o período 1980-1991:

- a) aumento dos profissionais de nível superior, das camadas média e dos pequenos empregadores;
- b) diminuição dos trabalhadores do secundário;
- c) aumento pequeno dos dirigentes;
- d) ligeira diminuição dos trabalhadores não especializados

Em relação à década de 90, os dados mostram que:

- Entre 1991 e 2000, uma análise apenas baseada num grande diferencial de proporção (aumento ou diminuição de 20%, buscando contornar o número de ocupados definido de forma distinta nas duas datas¹), na coluna referente à década de 90, continua mostrando que os profissionais do nível superior foram os responsáveis pelo aumento relativo da década para este conjunto. De outro lado, os chamados dirigentes tiveram forte perda relativa, de mais de 20%. Esta perda deve-se à perda dos grandes empregadores (nesta estatística, aqueles com mais de 10 empregados). Sua redução em números absolutos foi de quase 36 mil pessoas, num total de 90 mil, ou seja, uma redução de praticamente 40%.
- Quanto às ocupações médias, elas representavam 32% dos ocupados em 1991 e em 2000 passaram a representar 28,15%. Sua maior alteração deveu-se à diminuição, de mais de 20%, dos empregados de escritório.
- Já no “mundo popular”, foram os prestadores de serviços especializados e não especializados os principais responsáveis pelo aumento relativo de mais de 20%. Os trabalhadores do secundário continuaram a mostrar perda relativa.
- Nota-se crescimento dos trabalhadores não especializados, na

¹ Como os dados de 1991 foram resultado de aproximação, dado que o conceito de pessoa ocupada entre 1991 e 2000 foi mudado entre estes 2 Censos, a comparação simples de percentuais poderia conduzir a resultados ilusórios. Resolveu-se, assim, estipular uma porcentagem mínima acima ou abaixo da qual poder-se-ia afirmar com maior segurança uma mudança de proporção de ocupados na categoria. Admitiu-se que 20% a mais ou a menos seria um patamar significativo.

base da pirâmide, contrariamente ao que aconteceu na década anterior. O percentual de ocupados entre estes trabalhadores passou de 13,7% para 16,16%, com aumento de quase 23%. Tais dados mostram a hipótese de alargamento da base da pirâmide social na região metropolitana de São Paulo havendo fortes indícios do aumento da pobreza nos anos 90, conforme apontam as PNADs de 1995 e 1997. (Veja-se a respeito Taschner e Bógus, 2001:92)

Sintetizando os anos 90, a metrópole paulista se terciarizou, perdendo atividades industriais, o que já era visível na década de 80. As atividades ligadas a serviços se ampliaram, tanto especializados, como, em menor grau, não especializados. Houve perda no topo da pirâmide, com diminuição de dirigentes, e forte aumento de profissionais de nível superior. A enorme expansão das universidades privadas, auxiliam a explicar o aumento dos profissionais de nível superior, já que havia mão de obra para absorver ocupações demandantes de nível superior. É provável que inúmeros postos de trabalho que antes eram ocupadas por pessoas de instrução menor agora passassem a exigir nível superior. A desconcentração das atividades produtivas fez com que a diminuição dos trabalhadores do secundário se acentuasse. O aumento da pobreza metropolitana explica, por sua vez, o aumento de prestadores de serviços não especializados. O aumento de importações causado pela abertura econômica desorganiza ainda mais a base industrial paulista, pouco preparada para a concorrência internacional.

Já na primeira década do século XXI, nota-se que:

- A proporção de dirigentes diminui quase 40%, mesmo considerando “grande empregador” o empresário com 6 ou mais empregados. Migração de dirigentes? Fusão de empresas? O percentual de profissionais de nível superior continua a crescer, com aumento de quase 5 pontos percentuais. As instituições de ensino superior continuam a ser bons negócios, com clientela em parte financiada pelo governo, através do Prouni e de outros programas de financiamento educacional.
- O percentual de categorias médias se caiu ligeiramente, devido à queda de 0,78 pontos percentuais entre os pequenos empregadores e a de 1,46 pontos percentuais entre os pequenos

empregadores. Deve-se notar que a queda entre os pequenos empregadores pode estar mascarada pela mudança de conceito de pequeno empregador, em 2000' com até 11 empregados e em 2000' com até 6 empregados. Entre 2000 e 2010 a proporção de ocupações de escritório se mantém (11,17% do total de ocupados em 2000 e 11,38% em 2010; há um aumento nas ocupações de supervisão, de mais de 1 ponto percentual e forte redução nas ocupações de segurança pública, justiça e correios (diminuição de 38 mil ocupados, mais de 35% dos ocupados nesta categoria)

- Entre os trabalhadores do terciário verificou-se um aumento de quase 2%, devido totalmente ao aumento na proporção dos trabalhadores do comércio, já que o percentual dos trabalhadores de serviços especializados diminuiu.
- Os trabalhadores do secundário continuam a diminuir (2,3 pontos percentuais, ou seja, quase 10% na década).
- Houve também aumento do emprego formal e uma redução pequena, de menos de 3%, redução dos trabalhadores do terciário não especializado.

“Entre 1981 e 2002, para o Brasil como um todo, cerca de 11 milhões de brasileiros foram rebaixados ou constrangidos por uma grave piora na situação social” (POCHMANN, 204, p 43). A recuperação da economia nacional entre 2004 e 2008, com a influência de importantes políticas públicas (elevação do salário mínimo, Bolsa Família, crédito ao consumidor) impactou a estrutura socioocupacional. Mas deve ser lembrado que a mobilidade social deu-se, sobretudo, pela queda no número de miseráveis e pela ampliação do emprego formal, ainda que de baixo rendimento. Aliado a isso, na metrópole de São Paulo, a proporção de empregados e autônomos de nível superior, ainda favorecida pela expansão de ocupados deste nível e pelo seu emprego em postos antes ocupados por pessoas menos qualificadas, aumentou na década: 0,88 pontos percentuais de acréscimo entre os autônomos e 3,12 pontos percentuais entre os empregados de nível superior. A análise da década é complexa, já que se inicia com recessão, apresenta alguns anos de expansão e depois de 2008 sofre os impactos da crise internacional.

Sintetizando as informações para as três décadas, percebe-se que ocorreram mudanças na estrutura socioocupacional da metrópole:

- Em relação aos dirigentes houve, entre 1980 e 1991, um pequeno aumento percentual. Já na década de 90 os dados revelam perda, devida à diminuição no número dos grandes empregadores (com mais de 10 empregados). Essa redução foi de praticamente 40%, conforme já explicitado anteriormente, levando à formulação de algumas hipóteses para uma possível explicação. Tais hipóteses não são mutuamente exclusivas incluindo a saída desses empresários da metrópole, sua redução por falência de empresas (na década de 90 muitas empresas fecharam, sobretudo as de tamanho médio), a redução de empresas por fusão ou venda (processo que já se iniciara nos anos 90). Outro processo que se evidenciou nesse período foi a saída de dirigentes do setor privado no município núcleo, com uma diminuição relativa de mais de 20% e um leve acréscimo desta categoria nos demais municípios. Assim, a elite dirigente, além de apresentar diminuição, muda sua residência para o interior da RMSP. Comparando-se as informações sobre a proporção de dirigentes entre 2000 e 2010, verificou-se que em 2000 que 75% deles residia na capital e 25% nos outros municípios da metrópole. Embora em 2010 ainda a maioria dos dirigentes residisse na capital, já 27% desta categoria morava nos municípios periféricos. Entre os profissionais de nível superior, se em 2000 26% residiam nos municípios periféricos, no ano 2010 este percentual subiu para 31%. Condomínios fechados espraiando-se na metrópole, em municípios mais “bucólicos”, mostram a nova escolha residencial das camadas abastadas, fugindo da poluição, barulho e violência da metrópole. E, embora o volume seja reduzido (em 1991, 4000 ocupados e em 2000, 12.300), chama a atenção o aumento dos dirigentes públicos na metrópole, sobretudo no núcleo. Nos anos 2000, a comparação dessas categorias ocupacionais em números absolutos ficou prejudicada, dado o critério distinto utilizado para a categoria grande empregador, antes com 10 ou mais empregados, agora com 6 ou mais. Mas mesmo assim o dado compatibilizado de 2000, comparado com 2010, aponta a redução desta categoria.
- Destaca-se o aumento sistemático dos profissionais de nível su-

perior nas três décadas: aumento de 1,8 pontos percentuais na década de 80, 2,3 pontos percentuais na década de 90 e de 4,8 pontos nos anos 2000. Melhor escolaridade, aumento do acesso à educação superior, através de financiamento estatal (PROUNI e FIES), além do incremento de instituições de educação superior privadas explicam este aumento, que não parece se refletir em melhoria de emprego e renda. Nota-se também que houve aumento de ocupações que exigem o nível superior de escolaridade, absorvendo esta demanda produzida por estes instrumentos.

- A metrópole se terciariza, perdendo trabalhadores do secundário: a proporção de trabalhadores secundários no total de ocupados em 1980 era de 31,32%, passando a 24,35% em 1991: perda de quase 7 pontos percentuais. Os dados da década de 90- não comparáveis com os da década anterior – indicam também continuidade da perda, de mais de 3 pontos percentuais, perda esta que aparentemente estanca nos anos 2000.
- De outro lado, percebe-se aumento dos trabalhadores do terciário especializado, de 15% do total de ocupados para 19% em 2010 (embora os percentuais não sejam totalmente comparáveis é possível apontar que a tendência persiste).
- A proporção da participação dos trabalhadores do terciário não especializado reduziu-se entre 1980 e 1991, mas aumentou entre 1991 e 2000, provavelmente como reflexo das crises da década de 90 e da flexibilização das relações de trabalho, com aumento do desemprego e do subemprego. Nos anos 2000, essa proporção torna a diminuir, espelhando provavelmente as políticas de distribuição de renda e de formalização do trabalho.

A estrutura sócio ocupacional mantém basicamente, a sua diversidade, apresentado porém:

- **Terciarização**, com forte incremento dos trabalhadores do terciário especializado;
- **Profissionalização**, com forte aumento de profissionais de nível superior
- Perda de ocupações de escritório;
- Ganho dos operários dos serviços auxiliares, e perda dos trabalhadores da indústria moderna e tradicional; verificando-se uma **desproletarização relativa**;
- **Perda dos dirigentes**, principalmente dos grandes empregadores, sobretudo a partir da década de 90

3. Caracterização das categorias sócio-ocupacionais: alguns resultados

Resta saber quem são os componentes destas categorias. A tabela 4.2 fornece algumas características demográficas e a tabela 4.3, a renda média domiciliar e a renda média per capita para cada grande categoria socio-ocupacional.

Tabela 4.2 – Algumas características demográficas das grandes categorias socio-ocupacionais

Categorias socioocupacionais	Percentual de homens			Percentual de brancos			Percentual de estrangeiros		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Dirigentes	82,51	68,26	70,87	85,68	87,78	85,44	22,84	30,79	17,46
Profissionais de nível superior	51,48	48,77	46,32	86,21	83,48	79,07	8,20	12,97	6,22
Pequenos empregadores	77,50	71,20	64,41	81,51	82,75	79,42	18,90	24,75	12,45
Ocupações médias	58,35	53,10	48,86	75,14	74,62	66,2	3,85	4,96	2,74
Trabalhadores do terciário	60,02	56,84	52,19	66,59	64,22	55,95			2,05
Trabalhadores do secundário	81,05	84,12	82,53	59,42	56,88	48,73			2,21
Trabalhadores do terciário não especializado	41,03	36,42	33,82	53,61	52,49	43,35			0,49

Fonte: Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010

Tabela 4.3 – Renda domiciliar e per capita por grande categoria socio-ocupacional, em salários mínimos

Categorias Socioocupacionais	Renda média domiciliar			Renda média per capita		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Dirigentes	26,68%	22,03%	46,73%	8,55%	13,93%	17,61%
Profissionais de nível superior	22,27%	19,66%	19,49%	7,72%	10,05%	7,04%
Pequenos empregadores	19,44%	20,38%	22,33%	6,22%	10,53%	7,60%
Ocupações Médias	12,55%	14,26%	9,81%	3,34%	4,18%	3,13%
Trabalhadores do terciário	9,25%	10,02%	6,29%	2,60%	2,93%	1,82%
Trabalhadores do secundário	7,69%	8,50%	5,35%	2,06%	2,18%	1,52%
Trabalhadores do terciário não especializado	8,39%	7,58%	5,21%	2,45%	2,14%	1,60%

Fonte: Censos demográficos de 1991, 2000 e 2010; a comparação em salários mínimos é prejudicada pelo fato deste mínimo não exprimir o mesmo valor de compra nos diversos anos. Fornece, entretanto, uma indicação não desprezível.

A partir das tabelas acima é possível notar que:

- Em relação às características demográficas, os dirigentes são predominantemente compostos por homens, brancos e com grande proporção de nascidos no estrangeiro; esta proporção ultrapassou 30% em 2000, caindo para 17,5% em 2010. Mas sempre se apresentou mais alta que para as demais categorias. A proporção de nascidos no exterior é grande também entre os pequenos empregadores;

- O percentual de brancos diminuiu, para todos os anos, à medida que a posição hierárquica da ocupação caiu. Em 2010, para os trabalhadores do terciário não especializado, atingiu 43%. Ou seja, ser não branco aumenta a possibilidade de possuir ocupação menos valorizada socialmente;
- A proporção de homens é grande entre os dirigentes e entre os trabalhadores do secundário, assim como entre os pequenos empregadores. De outro lado, o acesso feminino à educação superior mostra-se uma realidade crescente: entre os profissionais de nível superior a proporção de mulheres tem aumentado desde 1991, atingindo 54% em 2010. Esta proporção é também alta entre os trabalhadores do terciário não especializado, onde em 2010 70% dos ocupados eram do sexo feminino.
- A renda domiciliar dos dirigentes aumentou entre 2000 e 2010. Ainda mais quando se sabe que o poder de compra do salário mínimo de 2010 era bem maior que o de 1991. Mas chama a atenção o aumento desta renda domiciliar nas três categorias superiores e sua diminuição, em salários mínimos, em todas as outras categorias.
- Considerando-se a renda per capita, a relação entre a maior renda – a dos dirigentes - e a menor em 2010 foi de quase 11; em 2000 esta relação era de 6,51 e em 1991, de 4,15. Embora o poder aquisitivo do salário mínimo varie, a relação mostra que houve um aumento relativo de renda da categoria superior. No tempo, a renda per capita dos dirigentes também mostra aumento, o que não acontece com a renda média per capita dos profissionais de nível superior: se, em 1991, esta renda era 90% da renda dos dirigentes, em 2000 passa a representar 72% e em 2010, 40%. O aumento do número de profissionais de nível superior não foi acompanhado por melhoria de sua renda. Pelo contrário, a popularização do ensino superior rebaixou os ganhos desse grupo profissional.

4. A segmentação social do espaço em São Paulo

4.1 a segmentação social do espaço intra-metropolitano de São Paulo nos anos 80

Um dos objetivos do presente trabalho é o de examinar a relação entre as tendências expostas acima e as alterações no padrão de segmentação social do espaço intra-metropolitano, entre os anos 1980 e 2010. Para isso a estrutura social, já explicada no item anterior, foi analisada no espaço metropolitano a partir de segmentos espaciais passíveis de análise em cada década.

Assim, na década de 1980 estavam disponíveis informações a partir dos setores censitários. Estes setores foram agrupados, através de uma análise fatorial, em 691 áreas homogêneas, reunidas, por sua vez, em 4 grandes tipos de áreas, a saber:

- a) áreas agrícola-populares, caracterizadas pela predominância, em relação à média geral, de ocupações agrícolas, do terciário não especializado e de operários da construção civil
- b) áreas populares-operárias, onde predominam trabalhadores do secundário
- c) áreas médias, onde ocupações médias e pequenos empregadores são categorias residentes em maior proporção maior do que o percentual médio
- d) áreas superiores, com alta representação de dirigentes e de profissionais de nível superior

Procedeu-se a seguir a uma segunda análise fatorial, realizada no interior de cada um dos grupos de áreas, que resultou em 15 subtipos, com características específicas para cada um dos períodos estudados (1980 e 1991), conforme a tabela a seguir:

Tabela 4.4 – Tipologia de áreas em 1980 e em 1991

Tipos de Áreas			
1980	Número	1991	Número
Agrícola e operária	6	Agrícola e operária	7
Agrícola e popular	4	Agrícola e popular	3
Agrícola	4	Agrícola	3
Subtotal	14	Subtotal	13
Operário moderno	56	Operário moderno	50
Operário tradicional	120	Operário tradicional	120
Operário	125	Popular operário	51
Operário polarizado	1	Popular polarizado	4
Popular agrícola	32	Popular agrícola	67
Subtotal	334	Subtotal	292
Médio superior	90	Médio superior	113
Médio	118	Médio	122
Médio operário moderno	58	Médio operário moderno	59
Subtotal	266	Subtotal	294
Superior dirigente	15	Superior dirigente	16
Superior profissional	22	Superior profissional	26
Superior	14	Superior polarizado	4
Superior médio	16	Superior médio	46
Subtotal	77	Subtotal	92
TOTAL	691	TOTAL	691

Fonte: Análise fatorial de 1980 e 1991

Procede-se, na sequência, a um maior detalhamento das características de cada grupo:

Em 1980, as áreas do grupo agrícola-popular, em número de 14, correspondiam a um contexto onde os trabalhadores em atividades agrícolas concentravam-se em território mais homogêneo quanto às categorias ocupacionais da população residente. O cinturão verde da metrópole era então maior e mais tipicamente agrícola. Em 1991, o número de áreas desse grupo caiu para 13 verificando-se um aumento das áreas do tipo agrícola operário. Conforme afirmamos anteriormente, houve uma expansão residencial da população de baixa renda para as áreas ainda consideradas agrícolas. Assim, a redistribuição espacial da população “empurrou” parte da pobreza para áreas distantes, que passaram a ter

maior atratividade residencial em virtude do baixo preço dos terrenos utilizados, inclusive, para a construção de conjuntos habitacionais.

Em 1991, cresceu a heterogeneidade dos residentes nessas áreas agrícola-populares, podendo-se falar em sua proletarianização. Aumentou a presença de operários do secundário, particularmente de trabalhadores da construção civil, de operários do terciário e dos trabalhadores de serviços não especializados. Cabe por outro lado registrar a expansão nessas mesmas áreas de condomínios fechados e chácaras residenciais de população de alta renda, criando oportunidades de emprego para “falsos trabalhadores agrícolas”, já mencionados anteriormente.

No que diz respeito às áreas do grupo popular-operário, havia em 1980, como já apontado, uma presença acentuada dos trabalhadores do secundário (45,08%), que diminuiu para 35,4% em 1991. Na década de 80 aumentaram percentualmente, nessas áreas, os trabalhadores do terciário e as categorias médias. As densidades relativas², ou seja, concentração relativa, dos trabalhadores do terciário, das categorias médias e dos pequenos empregadores também apresentaram um discreto aumento no período. Em termos gerais, pode-se afirmar que essas áreas possuem um perfil menos tipicamente operário em 1991 do que em 1980. Assim, se nesse conjunto temos áreas de tipo operário em 1980, estas desaparecem em 1991, surgindo, em contrapartida, as áreas popular-operárias, com características distintas, uma vez que registram o aumento da densidade dos trabalhadores do terciário não especializado e dos trabalhadores do secundário, com destaque para os operários da construção civil. Outra mudança importante ocorre com a área operário-polarizada de 1980, apenas uma, que desaparece em 1991, transformando-se em área média. Tal área, situada na Zona Leste do município de São Paulo, possuía, em 1980, altos percentuais do proletariado secundário (38,16%), ao lado de significativa presença da elite dirigente (3,85%). Outra mudança expressiva que ocorre, em 1991, como fruto das alterações observadas ao longo dos anos 80 é a configuração das áreas popular-polarizadas, com elevados percentuais de trabalhadores do terciário

² Densidade relativa é a expressão do quociente entre a concentração de determinada categoria socio-ocupacional num tipo de área pela concentração desta categoria no total da região metropolitana. Por exemplo, se num determinado tipo de área a densidade relativa dos dirigentes é 5, isto significa que neste tipo socio-espacial a concentração de dirigentes é 5 vezes maior que na média da região metropolitana

não especializado (16,94%), e percentuais importantes dos dirigentes (2,81%) e dos profissionais de nível superior (5,09%).

Em síntese, em 1980 tínhamos 334 áreas populares operárias, que, em 1991 reduziram-se para 292. Mas a população moradora destas áreas aumentou 1,56 vezes o aumento médio da população ocupada. Coloca-se, então, um paradoxo: as categorias dos trabalhadores do secundário e de trabalhadores do terciário não especializado, características das áreas popular-operárias diminuíram e, de outro lado, a população moradora nesses tipos de áreas aumentou mais do que a média. Nas áreas populares-operárias residiam, em 1980, 38,38% da população ocupada e, em 1991, este percentual subiu para 44,49%. Ou seja, há mais moradores, relativamente, nas áreas populares-operárias. A hipótese que se coloca é que outras categorias (grupos sociais) estariam “se infiltrando” nas áreas popular-operárias, provavelmente as categorias médias. O perfil da população que residia nas áreas popular-operárias de 1991 confirma a hipótese, pois é menos operário e secundário, mais ligado ao terciário e às categorias médias. Nota-se, também, o aumento de densidade dos trabalhadores do terciário, das categorias médias e dos pequenos empregadores.

No que diz respeito às áreas médias, havia em 1980 266 áreas consideradas como tal. Em 1991, esse número subiu para 294 áreas. Em relação à população característica destas áreas – camadas médias e pequenos empregadores, seu percentual relativo subiu de 39,38% para 43,12%, ou seja, a proporção das categorias médias na população destas áreas médias subiu, deixando-as mais “medianizadas”, embora com crescimento relativo menor que o total populacional: passaram de 2.089.160 pessoas para 2.465.929 pessoas, 60% do crescimento médio da população ocupada total. Nota-se que a população ocupada moradora das áreas médias representava 46,76% do total dos ocupados em 1980 e que este percentual caiu para 41,94% em 1991. Diminuíram, relativamente, os moradores das chamadas áreas médias. Isto posto, pode-se colocar a hipótese de que as categorias médias estão se deslocando para outros tipos de áreas. Esta suposição vincula-se à constatação anterior, com referência às áreas populares-operárias, para onde estariam se deslocando trabalhadores do terciário, camadas médias e pequenos empregadores.

Em síntese, as concentrações relativas de camadas médias e dos pequenos empregadores nas áreas chamadas médias em 1980 é menor

que em 1991, ou seja, as áreas médias em 1991 são mais homogêneas em termos das características da população ocupada residente. “A densidade, ou concentração relativa, dos profissionais de nível superior nas áreas médias em 1991 é bem maior que em 1980 – as áreas médias estão, de certa forma, mais “elitizadas”, além de “medianizadas”. Mesmo os trabalhadores do terciário perderam importância nas áreas médias de 1991, quando comparado com o seu peso em 1980; o mesmo ocorreu, de forma ainda mais acentuada, com os trabalhadores do secundário e do terciário não especializado (trabalhadores domésticos, biscateiros e ambulantes).

Com referência às áreas superiores, estas cresceram de 77 em 1980, para 92 áreas em 1991. Tais áreas serviam de moradia, em 1980, para 13,96% da população ocupada. Já em 1991 vão servir de residência para 12,17% daquela população. De certa forma, o percentual dos residentes nas áreas superiores se manteve, com pequena diminuição em 1991. Cabe destacar que o perfil dos moradores das áreas superiores mudou e elas também se elitizaram: aumentou o percentual e a densidade dos dirigentes (sensivelmente); aumentou o percentual e a densidade dos profissionais de nível superior (bem menos que a dirigente); aumentou o percentual, mas não a densidade, das categorias médias e da de pequenos empregadores. Já no que diz respeito aos estratos inferiores, praticamente desapareceram da área das elites os trabalhadores do terciário e, de certa forma, os do secundário. Até mesmo os trabalhadores do terciário não especializado tiveram seu peso relativo diminuído nas áreas das elites em 1991 em relação à 1980. Acredita-se que isso se deva, em parte, à sua própria redução numérica e, em parte, à diminuição do número de empregados domésticos residentes.

A hipótese aqui colocada é a de que ocorreu uma maior “elitização” das áreas superiores, que se tornaram muito mais homogêneas em termos das características de seus ocupados residentes.

Isso posto, pode-se afirmar que a redistribuição da população na região metropolitana de São Paulo parece ocorrer de duas formas: uma de caráter bipolar em direção às áreas populares e às áreas superiores. Outra, mais redistributiva, ocorre sobretudo no que diz respeito às camadas médias, que apresentam tendência à dispersão em direção, principalmente, às áreas médias e às áreas operário-populares. Vale a pena ressaltar alguns aspectos da espacialização das categorias socio-ocupacionais na década de 80:

- maior “popularização” das áreas agrícolas;
- maior presença das categorias médias nas áreas antes popular – operárias;
- maior presença de profissionais de nível superior nas áreas de tipo médio;
- maior “elitização” das áreas superiores.

Deve ser lembrado que a periferização das cidades brasileiras em geral colocou as camadas populares nas franjas da cidade, deixando os ricos no centro. Esta segregação residencial se estabeleceu em São Paulo nas décadas de 1940 e 1950 com o crescimento dos primeiros bairros periféricos, como Vila Maria, Vila Guilherme e Vila Prudente. Estes bairros foram erguidos pouco além da cidade velha (Sé e Santa Ifigênia) e das primeiras áreas industriais (Barra Funda, Brás, Bom Retiro, Belém, Mooca e Pari) (HOLSTON, 2013). A expansão da metrópole paulista pode ser descrita como o crescimento de uma pequena capital de estado de 30 mil habitantes em 1872 até uma das maiores conurbações do mundo, com quase 20 milhões de habitantes em 2010, com dois padrões dominantes de segregação. “O primeiro produziu uma forma condensada e heterogênea de crescimento urbano que dominou a expansão de São Paulo desde o final do século XIX até os anos 1940. O segundo padrão produziu o paradigma de crescimento que dispersou os pobres pelas regiões mais afastadas”. (HOLSTON, 2013, p 209). Feltrin³ descreve a periferia de São Paulo destacando a existência de 2 cenários: o dos anos 1960 a 1980, e o atual contemporâneo, dos anos 2000-2010. Nos anos 60, a periferia tinha uma infra-estrutura precária. Era habitada sobretudo por migrantes recentes, oriundos geralmente do Nordeste, onde as famílias possuíam muitos membros, o chefe de família atuava com provedor, o projeto de mobilidade social era familiar e assentado numa perspectiva de trabalho estável em unidade produtiva do tipo fordista, a religião dominante era a católica. Já o cenário atual, dos anos 2000, é bem distinto: a periferia já tem infraestrutura básica (água, esgoto, coleta de lixo, energia elétrica), as famílias são pequenas, com 1 ou 2 filhos, a população não é mais migrante de primeira geração, a reestruturação produtiva e a abertura comercial acabaram com o ho-

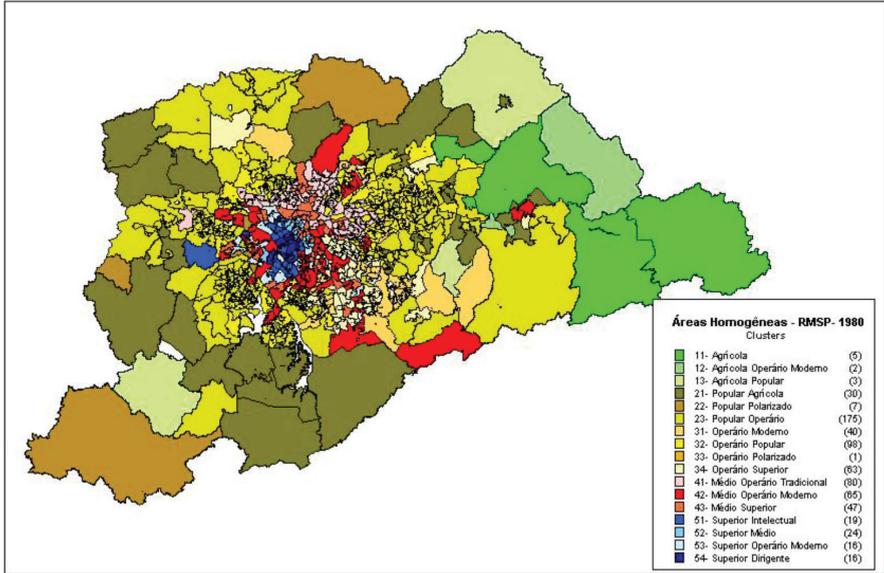
³ Notas da palestra de Gabriel Feltrin no seminário da área de Habitat, FAU-USP, setembro de 2014.

rizonte fordista, diversos membros da família trabalham, não apenas o chefe, a mobilidade social não é mais apoiada num cenário de trabalho estável numa única unidade produtiva. Mesmo este trabalho nas unidades anteriormente fordistas mudou de perfil: se na indústria automotiva o Brasil tinha 23 milhões de operários produzindo 10 tipos de carros, hoje são cerca de 5 milhões produzindo 40 tipos, operários com outro tipo de perfil e em geral com nível superior. A religião dominante nas periferias paulistas não é mais a católica, mas a crescente presença de diversas correntes do neo-pentecostalismo. O projeto de mobilidade social, quando existe, é individual, e não mais familiar. O emprego formal cede lugar ao informal, e mesmo em épocas de recuperação, a um emprego formal de baixa remuneração. O setor serviços explode.

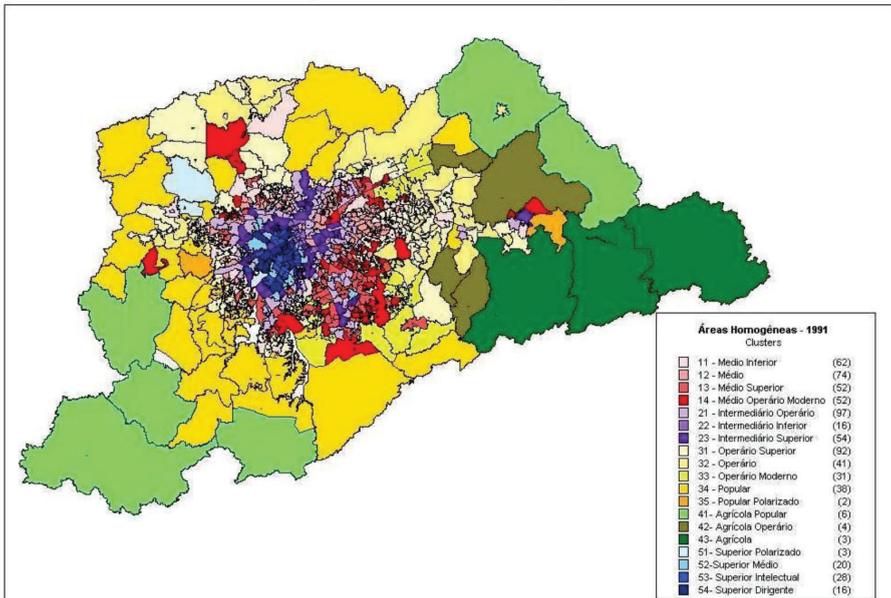
Os anos 1980 e 1990 mostram indícios desta inflexão. Espacialmente, os tipos superiores estão nas áreas centrais, da capital e um núcleo a oeste (Granja Viana), circundados pelos tipos médios e operários (também na zona sudeste da metrópole, no ABC e a leste, em Guarulhos), e os tipos populares na periferia da metrópole. O mapa de 1991 mostra o mesmo padrão, com pequenas diferenças como o surgimento de áreas operárias a oeste e ao norte da metrópole. Mas, como a descrição mostra, estes tipos em 1980 e 1991 abrigam perfis populacionais com alguma distinção: áreas superiores mais elitizadas, áreas médias mais “medianizadas”, maior presença de categorias médias em áreas antes populares e operárias, maior presença de segmentos populares em áreas agrícolas.

Mapa 4.1 – Região Metropolitana de São Paulo: tipologia socioespacial em 1980 e em 1991

MAPEAMENTO DA ÁREAS HOMOGÊNEAS - RMSP - 1980
(SEM FAVELAS - 5 CLUSTERS)



MAPEAMENTO DAS ÁREAS HOMOGÊNEAS - RMSP - 1991
(SEM FAVELAS - 5 CLUSTERS)



4.2. A segmentação social do espaço intra-metropolitano de São Paulo nos anos 90

Dando continuidade à análise espacial, a intenção foi de examinar a relação entre as tendências expostas acima e as alterações no padrão de segmentação social do espaço intra-metropolitano, nos anos 1990.

Os dados do Censo 2000 não foram fornecidos por setor censitário, dificultando a comparação com a tipologia socioespacial da década anterior. As informações sobre a ocupação, variável básica para a classificação social, e que constavam do formulário da amostra em 2000, se apresentavam agora pela unidade espacial mínima AED (área de expansão demográfica, que agrupava no mínimo 400 ocupados). Refez-se a grade espacial de 1991 procurando agregar os antigos setores censitários nestas áreas de expansão demográfica, para facilitar a comparação 1991-2000.

Assim, a partir de 812 AEDs, foi feita uma análise fatorial por correspondência binária, seguida de classificação hierárquica dos conglomerados resultantes, a partir das categorias sócioocupacionais. Nesta análise fatorial conseguiu-se agrupar as áreas homogêneas em conglomerados de áreas com predominância das mesmas categorias sócioocupacionais, resultando numa tipologia de áreas. Pode-se, desta forma, identificar os princípios pelos quais o espaço social de São Paulo se divide, ou seja, 11 tipos de áreas em 1991 e 12 em 2000. Cada tipo reúne um conjunto de áreas que são consideradas como socialmente homogêneas. Para este trabalho, optou-se pela reunião dos distintos tipos em grandes “mundos”, a saber:

- Áreas superiores
- Áreas médias
- Áreas operárias
- Áreas populares
- Áreas agrícolas

Tabela 4.5 – Região Metropolitana de São Paulo – População ocupada e áreas de expansão demográfica, por tipo de área, 1991 e 2000, em números absolutos

Áreas	1991		2000	
	AEDs	Pop ocupados	AEDs	Pop ocupados
Superior	183	1.641.568	167	1.455.065
Média	212	1.742.559	251	2.250.812
Operária	283	1.716.643	242	2.013.311
Popular	111	669.046	136	1.271.396
Agrícola	23	117.390	16	123.674
Total	812	5.877.206	812	7.114.258

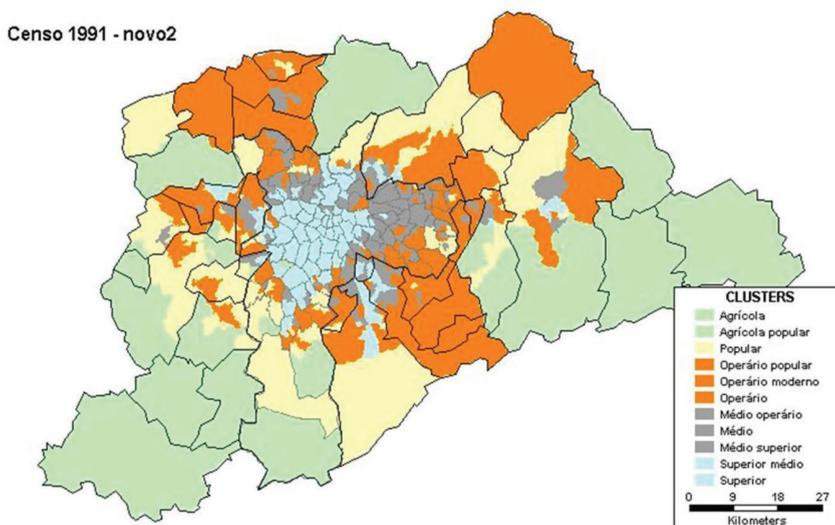
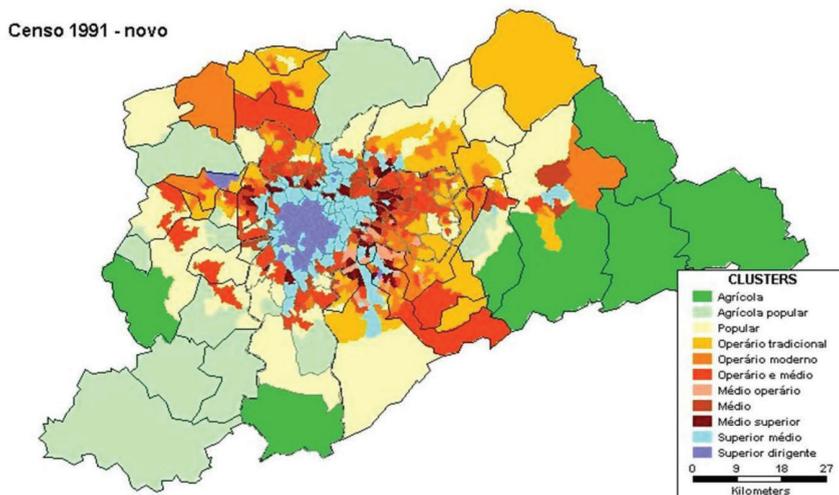
Fonte: Análises fatoriais de 1991 e 2000

Tabela 4.6 – Região Metropolitana de São Paulo – População e áreas de expansão demográfica, por tipo de área, 1991 e 2000, em percentual

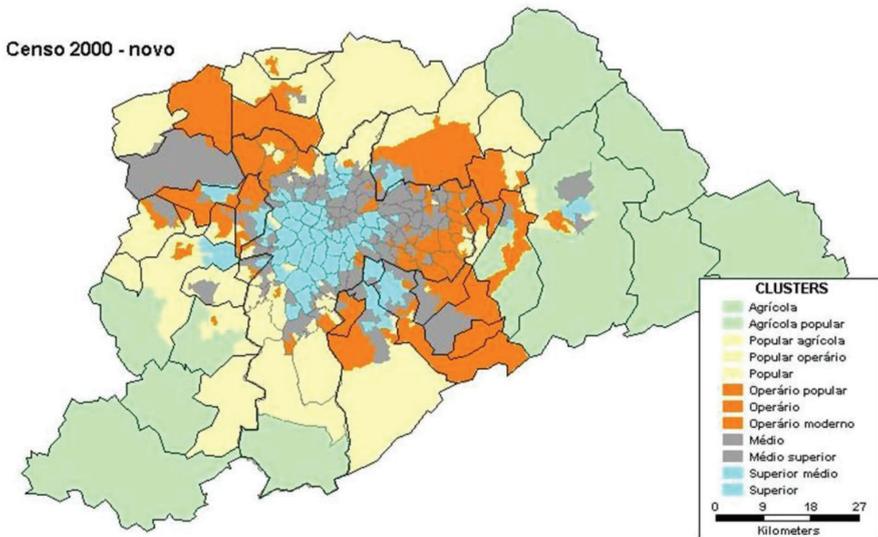
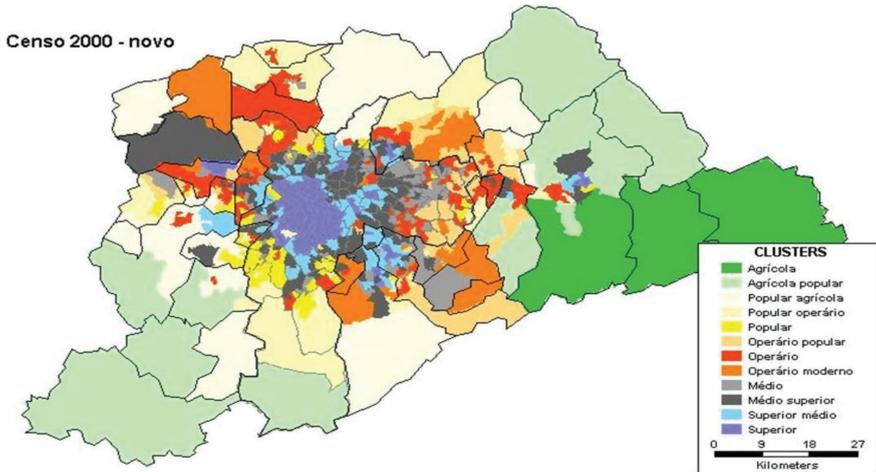
Áreas	1991		2000	
	AEDs	Pop ocupados	AEDs	Pop ocupados
Superior	22,54%	27,88%	20,57%	20,45%
Média	26,11%	29,60%	30,91%	31,64%
Operária	34,85%	29,16%	29,80%	28,30%
Popular	13,67%	11,36%	16,75%	17,87%
Agrícola	2,83%	1,99%	1,97%	1,74%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Análises fatoriais de 1991 e 2000

Mapa 4.2 – Região Metropolitana de São Paulo: tipologia sócio-espacial, 1991, áreas agrupadas e detalhadas



Mapa 4.3 – Região Metropolitana de São Paulo: tipologia socio-espacial, 2000, áreas agrupadas e detalhadas



Os mapas acima evidenciam uma nítida segmentação social do território metropolitano, uma mancha de perfil superior no centro da metrópole, sobrepondo-se à capital, e conforme nos distanciamos dessa mancha, percebe-se uma hierarquia descendente de tipos sócio-espaciais. Esta hierarquia é quebrada por alguns “borrões” de tipo superior, na zona oeste da Grande São Paulo, além de uma pequena mancha no leste. As áreas superiores centrais são circundadas por

áreas médias, localizadas também predominantemente no município da capital. A expansão das camadas de média e alta renda no eixo oeste faz surgir, além das manchas superiores, grande mancha média a oeste. E, no eixo leste, onde há “borrão” superior, configura-se, ao lado, um “borrão” médio, expressando um padrão espacial, pelo qual ao lado de áreas superiores geralmente instala-se uma área média.

Surgem, por outro lado, grandes manchas operárias em áreas tradicionalmente ligadas a atividades fabris, como no eixo sudeste (Diadema, Santo André, Mauá, São Bernardo, Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires), eixo leste (Suzano, Mogi das Cruzes, Itaquaquecetuba, Guarulhos) e eixo norte (Cajamar, Franco da Rocha, Caieiras). A maior parte da periferia é ocupada por áreas do tipo popular e agrícola popular.

A impressão geral da tipologia sócio-espacial de São Paulo corresponde ainda a um padrão “mancha de óleo”, onde os tipos superiores ainda se localizam em áreas mais centrais, circundados por tipos hierarquicamente inferiores: primeiramente os médios, depois os operários, e por fim os populares e agrícolas. As áreas do tipo médio em 2000 (251 áreas, com 2,25 milhões de residentes) foram as mais numerosas, embora não com a maior dimensão territorial. Em 1991, o tipo com maior número de áreas era o tipo operário, com 283 áreas.

As áreas do espaço intra-metropolitano em 2000 apresentam internamente um grau razoável de heterogeneidade social. As áreas do tipo superior têm 31% de categorias superiores (empregadores+dirigentes+ profissionais), 37% de ocupações médias e 32% de trabalhadores manuais (operários, prestadores de serviços, comerciários). Percebe-se a heterogeneidade dentro delas, embora em 1991 esta heterogeneidade fosse ainda um pouco maior (24% de categorias superiores, 38% de ocupações médias e 38% de trabalhadores manuais). Percebe-se também que as áreas superiores concentram 54% das categorias superiores em 2000, quando em 1991 esta concentração representava 61%. Aliás, entre as categorias superiores, apenas os grandes empregadores estão mais concentrados nas áreas superiores no ano 2000: 71% dos grandes empregadores que ainda residem na metrópole moram nas áreas superiores. No outro extremo, as áreas do tipo popular em 2000 apresentam 4% de categorias superiores, 20% de ocupações médias e 75% de trabalhadores manuais. Estas áreas, em 1991, apresentavam maior peso de categorias médias (22%) e menor de trabalhadores manuais (72,5%), sendo portanto um pouco mais he-

terogêneas. Observa-se que houve aumento percentual significativo da concentração em todas as categorias sócio-ocupacionais (com exceção dos grandes empregadores) nas áreas populares.

Da mesma forma, as áreas médias em 2000 tinham 11% dos seus ocupados residentes nas categorias superiores, 33% nas ocupações médias e 55% como trabalhadores manuais. O perfil das áreas médias em 1991 também era mais variado, com 8% de categorias superiores, 37% de ocupações médias e 54% de trabalhadores manuais. Nota-se a grande diferença percentual nas categorias superiores entre as áreas do tipo superior e as médias, diferença que subiu nos anos 2000. Nas áreas médias, aumentou de forma significativa a concentração de ocupações superiores, com exceção dos pequenos e grandes empregadores, e também dos empregados domésticos.

As áreas operárias apresentam, no ano 2000, menor proporção de ocupações médias que em 1991 e a maior proporção de trabalhadores manuais. Assim, concentram mais trabalhadores manuais que em 1991 e apresentam menor heterogeneidade na composição sócio ocupacional.

Por último, as áreas agrícolas de 2000 apresentam 12% de trabalhadores agrícolas, proporção superior à de 9% registrada em 1991, concentrando maior número de trabalhadores agrícolas. Por outro lado, mantêm uma diversidade social interna, embora ligeiramente inferior à de 1991.

As principais tendências do mercado de trabalho metropolitano, vistas anteriormente, foram encontradas em quase todos os tipos sócio-espaciais. O perfil médio de cada grande tipologia apresentou ganho de profissionais de nível superior e de prestadores de serviços especializados, de ambulantes e biscateiros e perda de ocupações de escritório, de grandes empregadores e de operários da indústria tradicional e moderna. Mas a intensidade dos ganhos e perdas foi distinta nas diversas áreas.

As áreas superiores sofreram um processo de “*elitização relativa*”. Chama-se “*elitização*” a combinação de elevado aumento relativo de categorias superiores, aliado a uma perda considerável de trabalhadores manuais. E é “*relativa*” porque houve perda no topo da pirâmide, ou seja, perda de grandes empregadores e dirigentes do setor privado.

Nas áreas médias a maior concentração ainda se encontra entre as ocupações médias, mas menos intensa que em 1991. Estas áreas também acusam um incremento grande dos profissionais de nível superior

e uma nítida “*terciarização*”, com forte aumento dos prestadores de serviços especializados. A diminuição dos trabalhadores do secundário é provocada pela presença menor dos operários da indústria tradicional e da indústria moderna, apesar do aumento relativo dos operários de serviços auxiliares. E, nestas áreas, há também um aumento relativo dos trabalhadores do terciário não especializado, causado principalmente pelo aumento relativo dos domésticos e dos ambulantes. Resumindo, os espaços médios apresentam: *terciarização, profissionalização, desproletarização e popularização. São espaços que estão reunindo inúmeras tendências, o que torna importante um estudo mais detalhado das distintas tipologias que o integram.*

Sumarizando, considera-se:

- *Elitização* → aumento das categorias superiores, aliada à perda considerável dos trabalhadores manuais.
- *Profissionalização* → aumento dos profissionais de nível superior.
- *Terciarização* → aumento dos trabalhadores do terciário.
- *Desproletarização* → perda relativa dos trabalhadores do secundário; por analogia, *proletarização* quando há ganho relativo desses trabalhadores.
- *Popularização* → ganho relativo dos trabalhadores do terciário não especializado.

Os espaços operários mostraram certa profissionalização, além de ganho entre os trabalhadores do terciário. Mas estes traços não são os que distinguem estas áreas das demais. Mostram também uma mudança no perfil dos trabalhadores secundários, com grande perda dos operários das indústrias tradicional e moderna e ganho entre os operários dos serviços auxiliares. Verificou-se também forte popularização, dado o aumento relativo de trabalhadores do terciário não especializado. *São espaços que se popularizaram.*

Os espaços populares, como todos os outros, também mostram perda dos dirigentes e ganho dos profissionais de nível superior, mas a concentração destas categorias nestes espaços é pequena. Percebe-se nos espaços populares aumento relativo de algumas ocupações médias, como ocupações ligadas à saúde e educação, segurança pública, justiça e correios, assim como aumento relativo dos trabalhadores do terciário. De outro lado, há perda relativa dos operários das indústrias

moderna e tradicional, e ganho entre ambulantes e biscateiros. *São espaços que também se misturaram, com pequena entrada de algumas ocupações médias, forte terciarização, desproletarização e popularização relativa.*

Os espaços agrícolas apresentam indícios de proletarização, com o aumento relativo de operários dos serviços auxiliares, além de popularização, com aumento relativo de ambulantes e biscateiros. E, estranhamente, apresentam também um incremento relativo de trabalhadores agrícolas. O número de trabalhadores agrícolas aumentou de 10.322 para 14.736 neste período. Uma possibilidade é que se trata de falsos agrícolas, que se dedicam ao cuidado de chácaras de recreio como caseiros e se declaram ligados á agricultura. Outra hipótese seria que estes municípios em áreas distantes do núcleo metropolitano são os responsáveis pelo abastecimento de hortaliças e frutas para a Região Metropolitana e seus trabalhadores residem nestes espaços. De qualquer forma, são áreas que *se proletarizaram e popularizaram.*

Assim, as transformações sócio-ocupacionais da década: perda de dirigentes, forte terciarização, profissionalização, relativa diminuição de ocupações médias com perda acentuada de ocupações de escritório, desproletarização relativa, com perda de operários das indústrias moderna e tradicional e ganho de operários dos serviços auxiliares, popularização, com ganho relativo de trabalhadores do terciário não especializado rebateram-se no espaço de forma diferenciada: as áreas superiores apresentam aumento relativo de categorias superiores, mas entre estas se verifica perda relativa de dirigentes; as áreas médias apresentam forte aumento de trabalhadores do terciário e dos profissionais de nível superior, acompanhando as mudanças na estrutura social; os espaços operários acusam a perda de trabalhadores do secundário; as áreas populares estão mais misturadas e as agrícolas se popularizaram.

4.3 A segmentação social do espaço intra-metropolitano de São Paulo nos anos 2000

Em 2010 novamente a unidade espacial através da qual o IBGE fornecia dados sobre ocupação modificou-se, impossibilitando a comparação com as AEDS de 2000. Optou-se, assim, pela utilização dos distritos, que são os mesmos em 2000 e 2010. A análise fatorial de

2000 foi refeita, assim como seu rebatimento espacial nos distritos da região metropolitana de São Paulo. Os distritos em 2010 são 164, com correspondentes em 2000.

Assim, a partir dos mesmos 164 distritos de 2000 e 2010, foi feita uma análise fatorial por correspondência binária, seguida de classificação hierárquica dos conglomerados resultantes, a partir das categorias sócio ocupacionais. Nesta análise fatorial foi possível agrupar as áreas homogêneas em conglomerados de áreas com predominância das mesmas categorias sócio ocupacionais, resultando numa tipologia de grandes áreas. Pode-se, desta forma, identificar os princípios pelos quais o espaço social de São Paulo se divide, ou seja, 7 tipos de áreas em 2010. Cada tipo reúne um conjunto de áreas que são consideradas como socialmente homogêneas, a saber:

- Áreas superiores
- Áreas médias
- Áreas operárias médias
- Áreas operárias populares
- Áreas populares operárias
- Áreas populares agrícolas
- Áreas agrícolas

A tabela 4.7 mostra as densidades relativas de cada categoria socio-ocupacional em 2000 e 2010. Observa-se que as distribuições são semelhantes nas duas datas, o que garante que os nomes dados aos tipos nos dois anos seguiram os mesmos critérios, ou seja, o que chamamos superior em 2000 seria também superior em 2010, respeitadas as diferenças dos valores das densidades. As distribuições são paralelas e com valores equivalentes.

Tabela 4.7 – Densidades relativas por tipos de áreas, 2000 e 2010

Categorias socioocupacionais	Superior		Médio				Operário médio		Operário popular		Popular operário		Popular agrícola		Agrícola								
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010							
	12 áreas	22 áreas	34 áreas	22 áreas	47 áreas	45 áreas	36 áreas	39 áreas	10 áreas	17 áreas	10 áreas	7 áreas	2 áreas	2 áreas									
Cluster 6		Cluster 4		Cluster 5		Cluster 3.2		Cluster 1		1.2+3.1		Cluster 2.1		Cluster 2		Cluster 3		Cluster 5		Cluster 4		Cluster 6	
Grandes empregadores	4,80	4,07	2,13	1,57	0,78	0,75	0,25	0,21	0,18	0,77	0,76	0,85	0,57	0,23									
Dirigentes públicos	1,93	3,62	1,26	1,06	1,01	0,81	0,74	0,44	0,35	0,84	0,72	0,95	1,09	1,43									
Dirigentes privados	5,86	5,86	2,24	1,42	0,72	0,53	0,12	0,09	0,10	0,35	0,24	0,38	0,10	0,00									
Dirigentes	5,05	4,55	2,16	1,46	0,77	0,69	0,23	0,20	0,16	0,65	0,53	0,72	0,40	0,32									
Profissionais autônomos de nível superior	5,07	3,83	2,00	1,69	0,78	0,78	0,26	0,24	0,36	0,65	0,49	0,32	0,28	0,26									
Profissionais empregados de nível superior	3,61	2,89	1,99	1,70	0,87	0,92	0,36	0,39	0,31	0,51	0,34	0,29	0,15	0,13									
Professores estatutários de nível superior	4,04	3,86	1,86	1,66	0,83	0,73	0,48	0,30	0,22	0,67	0,29	0,60	0,43	0,46									
Professores de nível superior	2,54	1,93	1,62	1,34	0,95	0,97	0,53	0,60	0,39	1,12	0,73	0,88	0,59	0,85									
Profissionais de nível superior	3,74	2,93	1,90	1,62	0,86	0,89	0,38	0,40	0,34	0,67	0,47	0,43	0,30	0,32									
Pequenos empregadores	2,81	2,89	1,89	1,63	0,91	0,86	0,43	0,36	0,37	0,99	0,82	1,20	0,69	1,12									
Artesãos e artistas	2,77	2,28	1,52	1,36	0,89	0,87	0,70	0,69	0,60	0,78	0,56	0,84	1,00	0,67									
Ocupações de escritório	0,80	0,69	1,16	1,13	1,07	1,12	0,82	0,94	0,73	0,82	0,47	0,55	0,33	0,55									
Ocupações de supervisão	1,31	1,66	1,36	1,38	1,02	1,06	0,72	0,65	0,70	0,75	0,69	0,56	0,62	0,39									
Ocupações técnicas	1,27	1,26	1,33	1,39	1,05	1,11	0,69	0,72	0,53	0,69	0,54	0,46	0,35	0,34									
Ocupações médias de saúde e educação	0,76	0,78	0,97	1,02	1,04	1,06	0,98	0,99	0,89	0,97	0,78	0,73	0,81	0,72									
Ocupações de segurança pública, justiça e correios	1,05	1,33	1,12	1,24	1,05	1,10	0,85	0,71	0,59	0,88	0,77	0,71	0,58	0,81									
Ocupações médias	1,24	1,17	1,32	1,17	1,02	1,04	0,77	0,79	0,67	0,81	0,62	0,60	0,51	0,54									
Trabalhadores do comércio	0,54	0,54	0,95	0,98	1,04	1,05	1,01	1,08	1,03	1,01	0,81	0,96	0,77	0,99									
Trabalhadores de serviços especializados	0,53	0,48	0,84	0,82	1,00	0,99	1,17	1,24	1,24	1,04	0,79	0,97	0,65	0,89									
Trabalhadores do terciário	0,53	0,51	0,89	0,90	1,02	1,02	1,10	1,16	1,14	1,02	0,80	0,97	0,71	0,94									
Trabalhadores da indústria moderna	0,13	0,17	0,48	0,55	1,04	1,06	1,41	1,32	1,02	1,12	1,09	0,98	0,64	0,72									
Trabalhadores da indústria tradicional	0,22	0,22	0,67	0,84	1,02	1,05	1,39	1,24	0,84	1,02	1,06	0,93	0,85	0,56									
Operários de serviços auxiliares	0,13	0,20	0,58	0,65	1,05	1,06	1,28	1,23	1,06	1,29	1,31	1,27	1,08	1,19									
Operários da construção civil	0,15	0,14	0,46	0,52	0,97	0,93	1,41	1,40	1,85	1,52	1,70	1,76	1,39	1,28									
Trabalhadores do secundário	0,15	0,18	0,53	0,62	1,02	1,02	1,37	1,30	1,21	1,27	1,30	1,28	0,98	0,99									
Prestadores de serviços não especializados	0,23	0,36	0,69	0,58	1,00	0,97	1,28	1,40	1,56	1,00	1,05	0,81	0,73	0,65									
Trabalhadores domésticos	1,00	0,64	0,74	0,71	0,93	0,89	1,13	1,29	1,90	1,24	2,05	1,61	1,52	1,08									
Ambulantes e boateiros	0,38	0,36	0,89	0,93	1,02	1,07	1,15	1,14	1,02	0,92	0,97	1,11	0,92	0,54									
Trabalhadores do terciário não especializado	0,61	0,49	0,76	0,67	0,97	0,94	1,18	1,33	1,58	1,11	1,47	1,21	1,12	0,93									
Ocupações agrícolas	0,32	0,29	0,28	0,30	0,85	0,47	0,70	0,70	1,60	4,67	15,00	17,92	56,21	42,40									
Total	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00															

Fonte: Censos demográficos de 2000 e 2010

A tabela 4.8 fornece o número de distritos e a população por tipos de áreas, enquanto as tabelas 4.9 e 4.10 focalizam o tipo de mudança observado em cada tipologia socio-espacial, e por eixo da região metropolitana. Tanto em 2000 como em 2010 o tipo “modal” é o chamado operário popular, que agrega 60 distritos com 7,29 milhões de pessoas, 40,36% da população total em 2000 e 63 distritos, com 9,59 milhões de pessoas, 48,53% da população total em 2010. Não houve mudança do tipo modal. Neste tipo as categorias médias representam 29% em 2010 e 21% no ano 2000, enquanto que os trabalhadores do terciário alcançam 19% em 2010 e 20% em 2000. Os trabalhadores do secundário representavam 33% em 2000, dos quais 10% eram trabalhadores na indústria moderna. Já em 2010 os trabalhadores do secundário eram 22%, com 6% na indústria moderna e 7% nos serviços auxiliares. Percebe-se que o tipo operário popular reúne, entre trabalhadores do secundário, terciário e camadas médias, cerca de 70% da população ocupada em 2010 ante 80% no ano 2000. E entre os secundários a proporção de trabalhadores da indústria moderna é forte.

O segundo tipo predominante é o popular operário, com cerca de 60% entre camadas médias, trabalhadores do secundário e do terciário em 2000 e 69% em 2010. A principal diferença entre os dois tipos refere-se à composição dos trabalhadores secundários: enquanto no tipo operário popular a proporção de operários das indústrias moderna e de serviços auxiliares é majoritária, na tipo popular operários são majoritários os operários da construção civil, além do grande percentual de trabalhadores do terciário não especializado.

Tabela 4.8 – Distritos e população por tipo de áreas, 2000 e 2010, Região Metropolitana de São Paulo

RMSP Tipologia	2000			2010		
	Distritos	População	%	Distritos	População	%
Superior	12	51.607	0,29	22	57.592	0,29
Médio	34	290.954	1,63	22	145.182	0,74
Operário médio	37	679.236	3,81	25	1.397.170	7,11
Operário popular	60	7.188.713	40,36	63	9.534.315	48,53
Popular operário	3	6.100.195	34,25	18	4.171.507	21,23
Popular agrícola	12	2.595.870	14,57	8	2.654.670	13,51
Agrícola	6	905.702	5,08	6	1.685.142	8,58
Total	164	17.812.277	100,00	164	19.654.578	100,00

Fonte: Censos de 2000 e 2010; resultados da análise fatorial

Tabela 4.9 – Mudança, por eixo espacial. Região Metropolitana de São Paulo, 2000 e 2010

Eixo	Não mudaram		Melhora		Piora		Total	
	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%
Polo	75	78,13	16	16,67	5	5,21	96	100,00
Norte	5	62,50	0	0,00	3	37,50	8	100,00
Leste	16	64,00	3	12,00	6	24,00	25	100,00
Sudeste	6	50,00	1	8,33	5	41,67	12	100,00
Sudoeste	9	81,82	0	0,00	2	18,18	11	100,00
Oeste	12	100,00	0	0,00	0	0,00	12	100,00
RMSP	123	75,00	20	12,20	21	12,80	164	100,00

Fonte: Censos de 2000 e 2010; resultados da análise fatorial

Tabela 4.10 – Detalhamento dos tipos de mudança

Resumo das mudanças		
2000	2010	Distritos
Médio	Superior	10
Médio	Operário médio	2
Operário médio	Médio	1
Operário médio	Operário popular	18
Operário médio	Popular operário	6
Popular agrícola	Popular operário	4
Total		41

Fonte: Censos de 2000 e 2010; resultados da análise fatorial

Uma apreciação geral das Tabelas 4.8, 4.9 e 4.10 evidencia:

- Entre os 164 distritos de análise para a metrópole, o tipo modal se manteve entre 2000 e 2010: tanto em um ano como em outro a predominância, tanto em relação ao número de distritos, como em relação à população residente, foi do tipo operário popular. Assim, este é o tipo majoritário para a metrópole. Apenas lembrando, neste tipo as ocupações dominantes são trabalhadores de serviços especializados, trabalhadores do secundário em geral e trabalhadores do terciário não especializado; no município da capital ocorreu um fenômeno bastante específico: em 2000 o tipo de território modal era operário médio, passando a operário popular em 2010. Assim, manifesta-se um certo rebaixamento do tipo modal. De outro lado, percebe-se grande aumento de distritos superiores, assim como da sua população residente. Pode-se depreender daí a ocorrência de dois processos: a passagem de áreas médias para áreas superiores e a passagem de áreas operárias médias para operárias populares. Ocorre, assim, um fenômeno dicotômico, com diminuição das áreas médias e aumento dos tipos de áreas nos extremos superior e inferior da configuração sócio-espacial metropolitana;
- Os dois maiores tipos de mudança envolveram a mudança de médio para superior (10 distritos) e de operário médio para operário popular (18 distritos);
- A região apresentou estabilidade, dado que 75% dos distritos

conservaram o tipo. Tanto em 2000 como em 2010 o tipo dominante na metrópole foi o operário, com mais de 66% da população vivendo neste tipo de áreas em 2000 e pouco mais de 67% em 2010. A soma da população residente nos tipos médio e superior também praticamente coincide em cerca de 32%. Entre os 41 distritos (25% do total) que mudaram de tipo, 21 desceram na hierarquia e 20 subiram. Assim, de certa forma, as mudanças também foram equilibradas. Nota-se que 16 dos 21 distritos que apresentaram queda na classificação hierárquica situam-se na periferia da metrópole. No município central a melhora na hierarquia é evidente, com 16 distritos com classificação melhor em 2010 que em 2000. No restante da metrópole, a piora também se evidencia claramente.

Nesse sentido, cabe destacar que:

- As áreas superiores eram 12 em 2000, passando a 22 em 2010 e concentram-se no polo. Nota-se que estas áreas superiores estão todas no município central. A tabela 4.10 explicita as mudanças para o município de São Paulo. A população ocupada destas áreas superiores atingia 905.702 pessoas em 2000, 5,08% da população metropolitana, passando a 1.685.142 no ano 2010, concentrando 8,59% da população metropolitana. Percebe-se uma expansão das áreas superiores e da população, tanto no eixo sul da capital (Santo Amaro e Campo Grande), como em direção ao norte (Santana), a leste (Mooca e Tatuapé) e a oeste (Barra Funda, Lapa e Vila Leopoldina); nota-se que a população das áreas superiores cresceu a uma taxa de 6,41%, enquanto a da metrópole como um todo cresceu a 0,96% ao ano. A macro segregação espacial ainda aponta para uma concentração das elites no vetor sudoeste da cidade de São Paulo, embora tanto ao norte (Santana), leste (Mooca e Tatuapé) e sul (Santo Amaro e Campo Grande) já se destaquem algumas concentrações de camadas afluentes. Chama a atenção o aumento de áreas superiores assim como o aumento do percentual da população residente nestas áreas: todos os distritos que eram superiores em 2000 no polo assim se conservaram, e foram acrescidos de mais 11 distritos, todos na capital metropolitana. Entretanto, embora existam manchas

de riqueza, a periferia da metrópole caracteriza-se por ser residência de camadas populares. Como detalha Feltrin (2014), estas camadas populares em 2010 apresentam perfil distinto das camadas populares dos anos 1960-1970: não são migrantes recentes, não são mais operários de indústrias fordistas, a célula familiar é menor, são empregados no setor serviços, os projetos de mobilidade social são diversos dos da geração anterior, a atuação da Igreja Católica, vibrante nos anos 80, foi substituída pela dos evangélicos.

- As áreas médias se retraíram, passando de 34 áreas em 2000, com 2.595.870 residentes, com 14,57% da população metropolitana para 22 áreas com um total de residentes de 2.654.670, representando 13,51% do total populacional metropolitano. Embora o saldo seja positivo, de mais 59 mil residentes, este crescimento apresentou taxa de 0,22% ao ano, inferior à taxa média de crescimento da metrópole. Algumas áreas médias tornaram-se áreas superiores: 8 áreas. Apenas 1 distrito caiu na hierarquia, de médio para operário médio, em São Caetano do Sul. De outro lado, 1 distrito operário em 2000 passou a médio em 2010, em São Bernardo do Campo. Alguns distritos paulistanos médios caíram na hierarquia, como Bom Retiro. Pari e Vila Andrade, todos para o tipo operário médio, em 2010. Nota-se que estes três distritos que caíram na hierarquia concentram cortiços (Pari e Bom Retiro) e favelas (Vila Andrade). As áreas médias também se concentram no município polo.
- As áreas operárias médias eram 37, em 2000, e passaram a 25 áreas em 2010. Apenas um distrito, em São Bernardo do Campo, transformou-se de operário médio, em 2000, para médio em 2010. De outro lado, São Caetano do Sul, que era do tipo médio em 2000, passa a operário médio em 2010. As áreas operárias médias reuniam 679.236 pessoas em 2000, o que representava 3,81% do total populacional, passando a servir de moradia para 1.397.170 moradores em 2010, 7,11% do total populacional de 2010. Embora no município de São Paulo se observe a concentração desta tipologia, com 17 áreas operárias médias em 2000 e 21 em 2010, ela também aparece em outros municípios metropolitanos em 2000, sobretudo no ABC, com a presença de áreas operárias médias: Santo Andre,

São Bernardo e Ribeirão Pires no eixo sudeste eram operárias médias em 2000; parte destas áreas passou ao tipo operário popular em 2010. São Bernardo em 2010 classificou-se como área popular operária, mostrando uma perda de residência dos trabalhadores do secundário;

- As áreas operárias populares, como já foi dito, são predominantes nas duas datas. Aumentam, entre 2000 e 2010, de 60 para 63 distritos servindo de residência para 7.188.713 pessoas, em 2000, e para 9.534.315 no ano 2010, com aumento de 2,86% ao ano na década, maior que a taxa média de crescimento demográfico da metrópole, de 0,96% ao ano na década. Assim, a população das áreas operárias populares teve aumento real na década. Muitas áreas que eram operárias médias em 2000 transformaram-se em operárias populares em 2010 (18 distritos, ao todo), sobretudo na periferia do município de São Paulo:

- ao norte do município de São Paulo, distritos de Cachoeirinha, Jaçanã, Tremembé;

- a leste do município de São Paulo, distritos de Cangaíba, Cidade Lideir, Ermelino Matarazzo, Itaquera, José Bonifácio, parque do Carmo, São Mateus e São Miguel;

- ao sul do município de São Paulo, distritos de Cidade Ademar, Cidade Dutra, Jardim São Luis e Raposo Tavares.

Esta mesma transformação foi bastante presente em outros municípios metropolitanos, a saber: em Poá e Ribeirão Pires, no eixo leste e em Paranapiacaba, distrito de Santo André, no eixo sudeste.

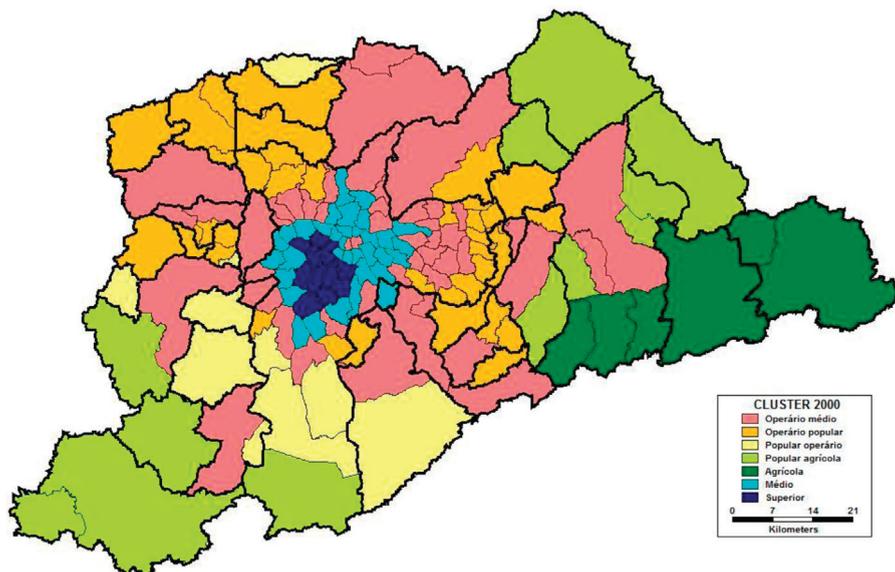
De certa forma, esta “popularização” do cluster operário nestes 10 anos liga-se à desindustrialização e à transformação da periferia do município e da metrópole numa vasta área dormitório de população de baixa renda, não operária, mas ligada a serviços.

- As áreas populares operárias eram 3 em 2000, com 6.100.195 residentes, passando a 18 em 2010, com 4.171.507 moradores, com taxa negativa de -3,73% ao ano. Algumas áreas populares agrícolas transformaram-se em populares operárias na metrópole, sobretudo no eixo leste: 2 distritos em Mogi das Cruzes, Arujá e Santa Isabel, mostrando o retraimento da população ligada à agricultura. De outro lado, Cajamar, parte de Suzano,

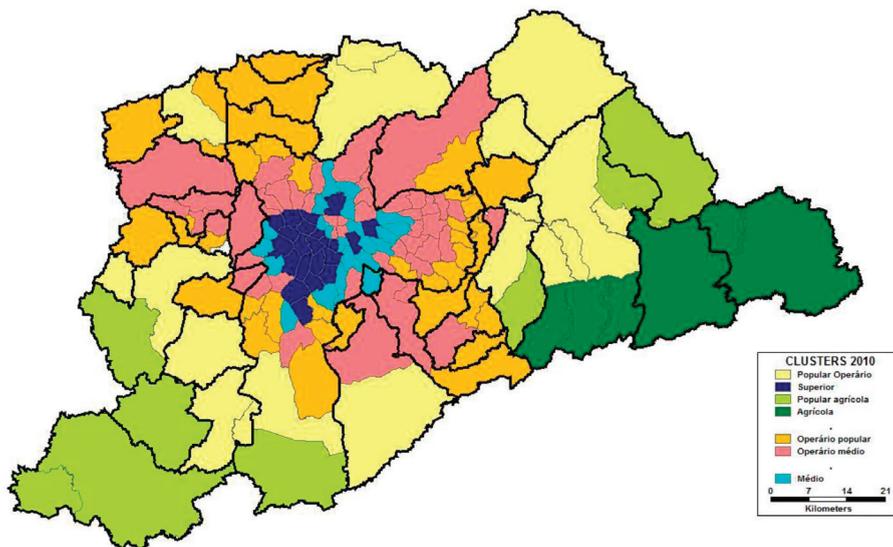
Vargem Grande Paulista, Embu Guaçu, Mairiporã e Mogi das Cruzes, municípios que em 2000 abrigavam operários industriais mostram também a transformação de sua população anteriormente predominantemente operária, para outra tipologia.

- As áreas populares agrícolas eram 12 em 2000, com 2.595.870 moradores, passando a 8 em 2010, com 2.654.670 residentes. Estas áreas se mantiveram no eixo sudoeste da metrópole, perdendo áreas situadas no eixo leste, que se “proletarizaram” e se urbanizaram.
- As áreas agrícolas se mantiveram, passando de 905.702 para 1.685.142 residentes. O forte crescimento da população residente em áreas agrícolas, de 6,41% ao ano na década, juntamente com o aumento de apenas 4 mil ocupados na agricultura (de 15 mil para 19 mil, entre 2000 e 2010) das ocupações agrícolas, mostra com clareza outras categorias socio-ocupacionais residindo nestes espaços.

Mapa 4.4 – Região Metropolitana de São Paulo, distribuição das áreas homogêneas por distritos, 2000



Mapa 4.5 – Região Metropolitana de São Paulo, distribuição das áreas homogêneas por distrito. 2010



No Município de São Paulo, polo da metrópole e onde se aloca todas as áreas superiores e grande parte das médias, percebe-se o grande aumento das áreas chamadas superiores e sua respectiva população, com crescimento de 10 áreas e mais de 700 mil pessoas. Em relação a todo tecido urbano da cidade, pode-se afirmar que a maior parte dos distritos conservou sua posição como tipo: 75 distritos, ou 78,13% do total de distritos. Apenas 5 tiveram sua classificação rebaixada (5,21%) e 16 melhoraram sua classificação (16,67%). O mapa 6 detalha estas distribuições de 2000 e 2010. Entre os distritos que em 2000 eram médios e em 2010 foram superiores estão: Barra Funda, onde há grande renovação, ligada a uma operação urbana; Bela Vista, mostrando certa renovação do centro urbano; Butantã, distrito perto da universidade, onde chegou o metro e apresenta uma acentuada verticalização ; Campo Grade, distrito na zona sul, perto de Campo Belo e Santo Amaro, que possivelmente tem recebido lançamentos imobiliários que extravasaram dos anteriores; Lapa, também com recente verticalização, ligada apartamentos de alto padrão, embora a chamada Lapa de Baixo continue bastante popular; Liberdade, onde fica Aclimação, bairro de classe média alta; Mooca, mostrando a ida de ca-

madas de renda alta para alguns setores da Zona Leste, assim como Santana e Tatuapé, local de um shopping center de alto padrão, e Vila Leopoldina, onde uma verticalização de alto padrão mudou por completo o perfil do bairro na década.

Já entre os distritos que sofreram rebaixamento, temos:

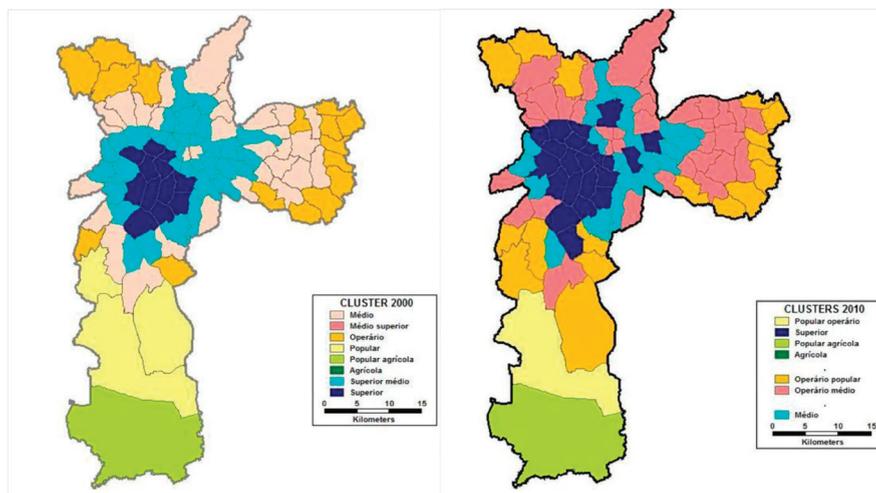
- De médio para operário médio: Bom Retiro, Pari e Vila Andrade. O Bom Retiro foi sendo ocupado pela migração coreana, que substituiu os judeus como residentes no local. As confecções coreanas trouxeram com elas trabalhadores bolivianos, paraguaios e peruanos, em geral migrantes ilegais e muito pobres; Vila Andrade é o distrito onde se localiza Paraisópolis, no momento a maior favela da capital.
- De operário médio para operário popular: Cidade Ademar e Jardim São Luis. São bairros tradicionalmente populares, na periferia sul da capital

Tabela 4.11 – Distritos e população por tipo de área, 2000 e 2010, Município de São mudança entre 2000 e 2010

MSP Tipologia	2000			2010		
	Distritos	População	%	Distritos	População	%
Agrícola	0	0	0,00	0	0	0,00
Popular agrícola	1	8.380	0,08	1	8.256	0,07
Popular operário	3	130.913	1,24	1	130.913	1,16
Operário popular	30	3.065.529	29,03	30	5.845.702	51,94
Operário médio	17	3.991.560	37,8	21	1.661.976	14,77
Médio	33	2.456.653	23,27	21	1.921.991	17,08
Superior	12	905.702	8,58	22	1.685.142	14,97
Total	96	10.558.737	100,00	96	11.253.980	100,00

Fonte: Censos de 2000 e 2010; resultados da análise fatorial.

Mapa 4.6 – Município de São Paulo: distribuição das áreas homogêneas em 2000 e 2010, por distritos



5. Algumas considerações finais

A análise da estrutura social do território metropolitano de São Paulo entre 1980 e 2010, embora com diferentes movimentos por década, aponta resumidamente para cinco grandes tendências:

- Elitização relativa e profissionalização, com aumento dos profissionais de nível superior, mas diminuição dos dirigentes;
- Terciarização, com aumento da proporção de trabalhadores do terciário;
- Diminuição dos trabalhadores do secundário, sobretudo os ligados à indústria de transformação;
- Manutenção relativa das camadas médias;
- Ligeira diminuição do terciário não especializado, sobretudo após 1991.

Esta reorganização da estrutura social reflete as transformações na estrutura produtiva, com salto no padrão de terciarização da metrópole, que não reflete mais sua base industrial. A indústria se locomove para o interior do estado e vai haver retração do peso da metrópole na geração do produto industrial do estado. Conforme Caiado (2002)

a Região da Grande São Paulo passa de 26,8% para 25% da produção industrial entre 1985 e 1998, e de 29,2% para 26,0% na indústria de transformação. A Grande São Paulo se terciariza, e políticas de expansão do ensino superior explicam a enorme proporção de profissionais do nível superior no tecido metropolitano. Esta profissionalização, entretanto, nem sempre resulta em salários melhores. A violência urbana, por outro lado, talvez auxilie como fator explicativo para a saída das elites dirigentes, aliada à ida das indústrias para o interior do estado e para outros locais do país.

Esta organização social se expressa no território metropolitano por uma tipologia socioespacial, cabendo indagar: como estes segmentos sociais estão se alocando no espaço? O modelo núcleo-periferia, com o núcleo concentrando as camadas superiores e a periferia as demais camadas, ainda persiste?

Embora morar na periferia nos anos 2000 seja distinto dos anos 70, já que água, esgoto energia elétrica e coleta de lixo são praticamente universais na metrópole, o que se percebe na análise das três décadas é que os grupos sociais melhor posicionados na hierarquia social residem sobretudo no município polo, enquanto os municípios periféricos são classificados como populares ou operários populares. Além disso, os distritos que melhoraram sua posição estão quase todos no polo, enquanto na periferia, a proporção de distritos que caíram na hierarquia foi grande.

Os espaços da elite se concentram no setor sudoeste do município central, com alguns enclaves nas zonas norte e leste. Mas a mancha de óleo, a grosso modo, ainda persiste como modelo de localização das camadas sociais, na maior região metropolitana do país. Assim, embora com modificações, o modelo centro periferia ainda consegue explicar o espaço da metrópole. O desenvolvimento das periferias de São Paulo é uma história de deslocamentos constantes, onde velhas periferias se mimetizam às áreas urbanizadas e novas periferias vão se construindo. E o perfil destas periferias também mudou: empobreceu em relação às áreas centrais de residência das elites. Mas apresentam atualmente uma diversidade perceptível a olho nu: nas ruas principais, como observa Holston (2013), observam-se casas de dois andares, com madeiras entalhadas, vidros fumê e garagem para vários carros. Fora das ruas principais, tudo parece inacabado, um canteiro de obras com casas de tijolo aparente, paredes sem pintura, pilhas de materiais de construção aguardando utilização sob lonas plásticas, num canteiro

de obras sem fim. E o perfil da população destas periferias, segundo Feltrin (2014), também está em mudança: o operário da unidade produtiva fordista, católico, migrante, com projeto de mobilidade social familiar baseado em emprego formal duradouro, está sendo substituído por trabalhador no setor serviços, não migrante recente, pentecostal, com grande mobilidade laboral, inclusive alternando períodos de trabalho formal com informal, famílias menores, onde o cônjuge também contribui para a renda familiar.

Bibliografia

- ARAUJO INFANTE, Maria de Fátima – “Mapa da estrutura industrial e comercial do Estado de São Paulo” **São Paulo em Perspectiva vol 13 nº1-2**, Jan-Jun 1999, p. 40-52
- BIDERMAN, C. (2004) – “Cartografia econômica da metrópole” In MEYER, R, GRONSTEIN, M. e BIDERMAN, C. (2004) **São Paulo Metrópole**. São Paulo, EDUSP, p. 110-157
- BOURDIEU, P (1989) – **O poder simbólico** Lisboa, DIFEL
- CANO, W (org.) (2007) – **Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005**. Campinas, Editora Alinea.
- FELTRIN, Gabriel (2014)- Notas da conferência proferida no Seminário da área de concentração Habitat, FAU-USP, setembro de 2014
- FISHMAN, Robert (1997)- “ Burgeois Utopias: vision of Suburbia” In FAINSTEIN, Susan e CAMPBELL, Scott (1997) **Readings on urban theory**. Oxford, Blackwell, pp 23-60
- DE MATTOS, C (2005) - “Crescimento metropolitano na América Latina “In CAMPOLINA, C. ET AL (org) **Economia e território**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, pp 341-364
- HOLSTON, James (2013) – **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo Companhia das Letras
- LAGO, Luciana Correa do (2006) – “A dinâmica espacial em curso nas metrópoles brasileiras; algumas questões para discussão” In COSTA, Heloisa Soares de Moura (org) **Novas periferias metropolitanas- A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmicas e especificidades no Eixo Sul** Belo Horizonte, Editor Fernando Pedro da Silva C/Arte, pp 47-55
- LEAL MALDONADO (2000) – Economia, emprego e desigualdade social em Madri In QUEIROZ RIBEIRO, LC (org) **O futuro das metrópoles: desigualdade e governabilidade** Rio de Janeiro, Revan: FASE, pp 177- 204
- MAMMARELLA, Rosetta (2007) “Box II- Panorama da estrutura sócio-ocupacional nas Regiões Metropolitanas do Brasil” In RIBEIRO, LCQ e

- JUNIOR, OAS (org) **As metrópoles e a questão social brasileira**. Rio de Janeiro, Revan, Observatório das metrópoles, pp 157-159
- MARICATO, Ermínia(org.) (1979) A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.São Paulo,ed. Alfa-Omega.
- MARCUSE, Peter & VAN KEMPEN, Ronald (ed, 2000) – **Globalizing Cities. A new spatial order?** Oxford, Blackwell
- MOLLENKOFF, J e CASTELLS, M (1991) – **Dual city**. New York, The Russel Foundation
- MOREIRA LIMA , Antonio Cláudio, et al (2007) **Territórios da globalização em São Paulo**. Relatório enviado à FAPESP
- POCHMANN, Marcio (2014) – **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. São Paulo, Boitempo
- PRETECEILLE, Edmond e RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (1998)- **Estrutura social e segregação urbana: um estudo comparativo**. Rio de Janeiro e Paris. Caxambu, MG 27 a 31 de outubro de 1998 XXII Encontro Anual da ANPOCS
- PRETECEILLE, E e RIBEIRO, LCQ (1999) “Tendências da organização social em metrópoles globais e desiguais. Paris e Rio de Janeiro nos anos 90 **Revista Eure 70**, Santiago
- PRETECEILLE, E (1995) “Division sociale de l’espace et globalization: Le cas de La Metropole Parisienne” **Sociétés Contemporaines, 22**, pp 33-68
- PRETECEILLE, Edmond (2003) “ La division sociale de l’espace francilien. Typologie sócio-professionnelle 1999 et La transformation de l’espace résidentiel 1990-1999. Paris, **Observatoire Sociologique Du Changement FNSP-CNRS**
- PRETECEILLE,Edmond (2006) “La segregation sociale a-t-elle augmenté?” **Sociétés Contemporaines n° 62**, pp 69-93
- PRETECEILLE, Edmond & CARDOSO, Adalberto (2008)- “ Rio de janeiro y São Paulo: ciudades duales? Comparación com Paris Ciudad Y Territorio Estudios Territoriales, XL (158), pp 617-640
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e LAGO, Luciana (2000) – “O espaço social das grandes metrópoles: São Paulo,Rio de Janeiro e Belo Horizonte In Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais n° 3, nov 200, p11-127
- SASSEN, Saskia (1991) - **The global city: New York, London, Tokyo**. N York, Princenton University Press
- SASSEN, Saskia (1998) - **As cidades na economia mundial**. São Paulo, Studio Nobel
- SASSEN, Saskia (2009) “As diferentes especializações das cidades globais” **Portal Vitruvius**, 02/02/2009 Paper apresentado no UrbanAge São Paulo, dezembro de 2008

SERRAO, R (2008) – **Dinâmica econômica intra-urbana e desigualdade sócio-espacial na Região Metropolitana de São Paulo no período 1990-2006**, mimeo, sd

SOJA, E (2000) – **Postmetropolis. Critical Studies of cities and regions.** Oxford UK, Blackwell Publishers

TORRES, Haroldo & GONÇALVES, Renata (2007) – “O mercado de terras em São Paulo e a continuada expansão da periferia” **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais v 9,nº2**, pp 9-24

WACQUANT,L (2001) – **Parias urbanos. Marginalid en la ciudad a comienzos del milenio** Buenos Aires, Manantial

WHITAKER, J S (2007) – **O mito da cidade global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano** Petrópolis, Vozes; editora da UNESP/ANPUR

Família, trabalho e renda: mudanças na primeira década do século XXI

Lilia Montali

Marcelo Tavares de Lima

Resumo: Este capítulo tem por objetivo apresentar as mudanças na configuração familiar, as mudanças e as permanências na relação família-trabalho na Região Metropolitana de São Paulo e ainda as tendências na evolução dos rendimentos domiciliares na primeira década do século XXI. A análise é norteadas pelas distintas conjunturas econômicas que afetaram o comportamento do mercado de trabalho metropolitano, as condições de vida das famílias e as tendências da desigualdade social e se apresenta em três partes. A primeira trata das principais mudanças na configuração das famílias na Região Metropolitana de São Paulo abrangendo as décadas de 1990 e 2000 com base nos dados dos Censos Demográficos. A segunda traz um retrospecto das mudanças na relação família-trabalho na RMSp em um período de baixo crescimento econômico e de mudanças no padrão do emprego provocadas em grande parte pela reestruturação produtiva e organizacional. A terceira parte analisa as tendências observadas na relação família-trabalho e nos rendimentos domiciliares na década compreendida entre os anos de 2000 e 2010. Nesse último ano, que expressa um momento de recuperação da economia, constata a continuidade de padrões na relação família-trabalho identificados na década anterior, bem como a ampliação da inserção da mulher-cônjuge no mercado de trabalho e na partilha da responsabilidade pela manutenção do domicílio. Ainda com base no censo de 2010 apresenta alguns indicadores sobre a desigualdade de renda entre os domicílios metropolitanos e indicadores complementares que espelham a desigualdade que marca este espaço metropolitano.

Palavras-chave: mudanças na família; relações entre trabalho e família; desigualdades.

Abstract: The objective of this chapter is to discuss changes in family structure, as well as changes and continuities in relationships between work and family in the São Paulo Metropolitan Region. Also treated are trends in the evolution of household incomes between 2000 and 2010. The analysis is based on several distinct economic situations that have affected the labor

market, the living conditions of households, and trends of social inequality in Greater São Paulo. The chapter is divided into three parts, the first dealing with the main changes in the configuration of families in the region between 1990 and 2010, based on data from the federal Brazilian censuses; the second part consists of a brief discussion on the changes in work-family relationships in the region during a period of limited economic growth, and changes in the pattern of employment caused largely by the restructuring of production and organization of economic sectors. The third part analyzes trends seen in the relationship between work and family, and in household incomes, during the decade from 2000 to 2010. During 2010, a year that began a period of economic recovery, there was continuity in patterns of relationships between work and family already seen in the previous decade, but with greater inclusion of married women in the labor market and greater sharing of responsibility for household finances. Also based on the 2010 census, indicators are presented of the inequality of income among households in the São Paulo Metropolitan Region, together with additional indicators that reflect the inequality so typical of this urban area.

Keywords: changes in family; work-family relationships; inequalities.

Introdução

Esta análise das mudanças sociais na metrópole de São Paulo considera as distintas conjunturas econômicas que afetaram seu mercado de trabalho, as condições de vida das famílias e as tendências da desigualdade social. Entre os anos 1980 e a primeira década do século XXI, ocorrem importantes transformações na sociedade brasileira. Durante os anos 1980 e 1990, duas décadas de baixo crescimento da economia e de mudanças provocadas pela reestruturação produtiva, ocorre a deterioração do mercado de trabalho, em especial nas regiões metropolitanas, com o aumento do desemprego, a redução das atividades assalariadas e o empobrecimento das famílias. Tal situação se estende até o início da primeira década do século XXI, ou seja, até o ano de 2003. A partir de 2004, inicia-se uma fase mais favorável para a economia brasileira e de melhoria nas condições sociais decorrentes tanto do crescimento econômico, como de políticas implementadas, de caráter econômico com destaque para aquela de recuperação do salário mínimo e por políticas de caráter assistencial e de combate à pobreza.

Dessa forma, a primeira década do século XXI, compreendida

entre os anos 2000 e 2010, retrata dois momentos distintos em relação às possibilidades de inserção no mercado de trabalho e em relação ao comportamento do rendimento das famílias. Enquanto o ano 2000 retrata um momento recessivo e de elevado desemprego, o ano 2010 configura um momento de crescimento da economia e de recuperação do emprego, e essas especificidades são consideradas na análise.

Outro aspecto a ressaltar e que se apresenta como uma tendência observada no país e especialmente nas regiões metropolitanas brasileiras é o aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho a partir de 1970. Essa participação se acentua entre os anos 1980 e 1990 e, a partir da última década referida, destaca-se o crescimento da participação no mercado das mulheres na posição de cônjuge nas famílias.

Na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), nos anos 1990, observa-se a articulação de rearranjos familiares de inserção no mercado (MONTALI, 2004) que se relacionam tanto com as mudanças no mercado de trabalho impostas pela reestruturação produtiva e organizacional, que promoveram mudanças no padrão do emprego, como também com as mencionadas mudanças referentes à inserção das mulheres no mercado.

A análise do período de crescimento da economia, a partir de 2004, mostra o crescimento do emprego e a ampliação das possibilidades de inserção em empregos formais. Evidencia também a continuidade da inserção feminina no mercado e a continuidade das tendências de maior partilha da manutenção da família entre seus componentes. Outro aspecto que se define nessa trajetória é a continuidade da diferenciação do perfil da inserção no mercado de trabalho quando consideradas as posições na família, que associa relações de gênero e papéis familiares. A causa dessa diferenciação, na interpretação desta investigação, reside no fato que a inserção de homens e de mulheres no mercado de trabalho ocorre sob os valores da tradicional divisão sexual do trabalho restringindo a inserção das mulheres com responsabilidade familiar (cônjuges e chefes de domicílio) e com responsabilidade por crianças, dificultando o acesso dessas a ocupações de melhor qualidade (MONTALI, LIMA, 2013), o que explica, especialmente no caso das mulheres-cônjuge e das mulheres-chefe de domicílios monoparentais, a maior proporção em ocupações com vinculação precária e rendimentos comparativamente mais baixos. Embora ocorram avanços, tais restrições permanecem com algumas variações relacionadas

a diferenças de escolaridade e de renda, demandando políticas sociais que promovam a equidade de gênero no mercado de trabalho.

Segundo Barrère-Maurisson (1992), a divisão sexual do trabalho articula as esferas da produção e da reprodução definindo os lugares de homens e de mulheres nas duas esferas. As relações hierárquicas de gênero perpassam as relações no mercado de trabalho e na família. Com base nestas referências e nas pesquisas recentes fica evidente que embora ocorram mudanças, estas se dão sob muitas tensões e também que prevalece a permanência dos valores da tradicional divisão sexual do trabalho (ARAUJO; PICANÇO; SCALON, 2007; SOS CORPO, 2012; OLIVEIRA, MIRANDA-RIBEIRO, LONGO, 2012).

Neste ensaio, propõe-se analisar no contexto da primeira década do século XXI, marcada positivamente pelo crescimento econômico, pela recuperação do emprego e pela redução das desigualdades, as mudanças na configuração familiar, as mudanças e permanências na relação família-trabalho na Região Metropolitana de São Paulo e também as tendências na evolução dos rendimentos domiciliares. Sob essa proposta o ensaio divide-se em três partes. A primeira trata das principais mudanças na configuração das famílias na RMSP abrangendo as décadas de 1990 e 2000, com base nos dados dos censos demográficos. A segunda traz um retrospecto das mudanças na relação família-trabalho na RMSP em um período de baixo crescimento econômico e de mudanças no padrão do emprego provocada em grande parte pela reestruturação produtiva e organizacional. Analisa trabalho e rendimentos nesta região metropolitana entre os anos 1985 e 2003, tendo por referência empírica informações obtidas na análise de microdados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – Fundação SEADE/DIEESE. A terceira parte analisa as tendências observadas na relação família-trabalho e nos rendimentos domiciliares na década compreendida entre os anos de 2000 e 2010, tendo por base os microdados dos Censos Demográficos – IBGE. Constata-se, no ano de 2010, que expressa um momento de recuperação da economia, a continuidade de padrões na relação família-trabalho identificados na década anterior, bem como a ampliação da inserção da mulher-cônjuge no mercado de trabalho e na partilha da responsabilidade pela manutenção do domicílio. Ainda utilizando os microdados do censo de 2010, apresenta alguns indicadores sobre a desigualdade de renda entre os domicílios metropolitanos que espelham a desigualdade que marca o espaço da Região Metropolitana de São Paulo.

1. Mudanças na família nas duas últimas décadas

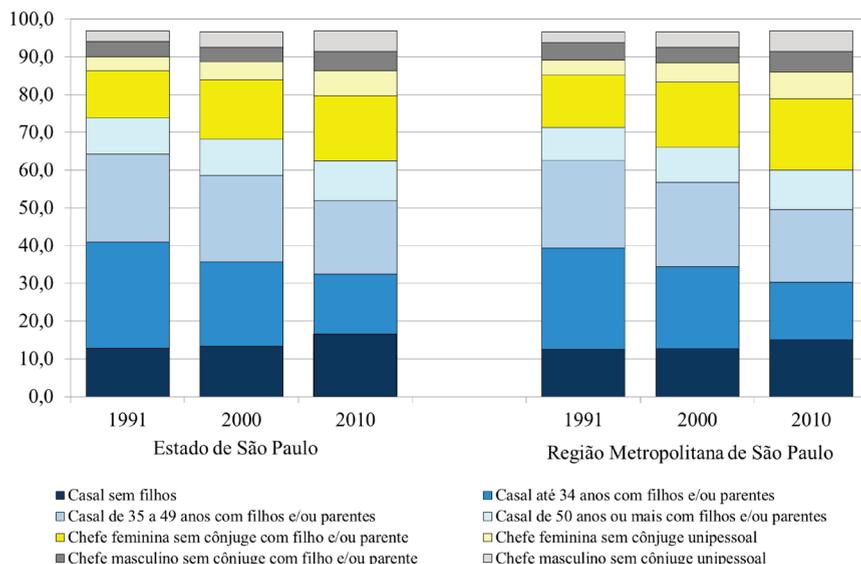
As mudanças nas formas de organização familiar na RMSP observadas na primeira década do século XXI expressam tendências de mudanças iniciadas em décadas anteriores para as famílias brasileiras, acentuadas nos anos 1990. Destacam-se entre essas a redução do tipo de organização familiar predominante constituído pelas famílias conjugais e, dentre essas, as de casais com filhos; o crescimento da proporção de famílias monoparentais, tanto chefiadas por mulheres como por homens; o crescimento dos domicílios unipessoais. Outra tendência observada é a redução do tamanho da família que se relaciona tanto à redução do número de filhos tidos, como às novas formas de estruturação da família. Essas tendências indicadas também por outros estudos (OLIVEIRA et al., 2012) se explicitam no caso da Região Metropolitana de São Paulo¹.

A análise das mudanças a partir do Censo Demográfico de 1991 evidencia como, a partir da década de 1990, se acentuam na Região Metropolitana de São Paulo as tendências de redução da proporção das famílias nucleadas pelo casal e o aumento das famílias nucleadas por mulher ou homem sem cônjuge, ainda que as famílias nucleadas pelo casal permaneçam predominantes (Gráfico 5.1 e Tabela 5.1).

Constata-se, no ano de 1991, que 75% dos domicílios da RMSP estruturaram-se como arranjos familiares nucleadas pelo casal, dos quais 12,5% eram casais sem filhos residentes e 62,5% eram casais com filhos e/ou parentes. No ano 2000, observa-se acentuada redução na configuração domiciliar predominante, ou seja, os arranjos nucleados por casais passam a ser cerca de 70% das famílias da região metropolitana. Essa redução é reflexo da queda da proporção de arranjos familiares de casais com filhos e/ou parentes, pois esses passam a ser cerca de 57% dos arranjos nucleados por casal, enquanto aqueles de casais sem filhos permanecem com proporções semelhantes, 12,6%. No ano de 2010, são ainda menores as proporções de arranjos chefiados por casais, 63%, bem como a proporção de casais com filhos e/ou parentes, 48%. Em movimento contrário, observa-se na última década, o aumento na proporção dos arranjos de casais sem filhos, que chegam a compor 15% dos arranjos domiciliares na RMSP. Essas tendências são também observadas para o estado de São Paulo (Gráfico 5.1 e Tabela 5.1).

¹ É importante explicitar que neste estudo as unidades domiciliares são assumidas como equivalentes a unidades familiares.

Gráfico 5.1 – Distribuição dos domicílios segundo tipologia de arranjos domiciliares (%) - Estado de São Paulo e Região Metropolitana de São Paulo – 1991 – 2000 – 2010



Fonte – IBGE – Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Elaboração: NEPP/Unicamp.

(1) O total inclui outras configurações familiares.

A análise dos arranjos nucleados por um casal com filhos evidencia que, no ano de 1991, as maiores proporções estão nos arranjos nucleados por casais nas faixas etárias de até 34 anos e naquela entre 35 e 49 anos. Entretanto é digna de nota, dentre os arranjos nucleados por casal nos anos analisados, a redução que ocorre na proporção de famílias jovens de casais de até 34 anos com filhos e/ou parentes. Esses arranjos domiciliares passam de cerca de 27% no ano de 1991 para cerca de 22% em 2000 e de 15% em 2010. Essa queda é observada também para o total do estado de São Paulo, onde os arranjos domiciliares de casais jovens (de até 34 anos) com filhos passam de 28%, para 22% e para 16%, respectivamente aos anos mencionados. A hipótese para explicação da redução desse arranjo domiciliar relaciona esse fato a dois fatores principais: a postergação da idade de ter filhos e especialmente nos segmentos populacionais de maior escolaridade; a postergação da idade ao casar e da saída da casa paterna, comportamentos que são observados no Brasil e também em outros países.

Os arranjos nucleados por casais com idades de 35 aos 49 anos,

com filhos e/ou parentes, também apresentam redução, porém mais atenuada. Esses passam de 23% dos arranjos domiciliares metropolitanos em 1991, para 22% em 2000 e 19% em 2010. Os percentuais observados na RMSP estão abaixo das médias apresentadas pelo estado de São Paulo (Tabela 5.1) embora tanto a tendência como os valores sejam muito semelhantes.

Por outro lado, aumentam as proporções das outras formas de organização familiar, ou seja, os arranjos de casais sem filhos já referidos acima, os arranjos monoparentais, tanto chefiados por mulheres como por homens e os domicílios unipessoais. Assim, no ano de 1991 os arranjos domiciliares com chefia feminina sem a presença de cônjuges apresentam-se compondo 17% dos arranjos na RMSP, 22% em 2010 e 26% em 2011. Aqueles com chefia masculina sem a presença de cônjuges representavam, em 1991, cerca de 7% dos domicílios da Região Metropolitana, 8% em 2000 e 11% em 2010. Por outro lado, a RMSP apresenta proporções de arranjos sem cônjuges, chefiados por mulheres e por homens, superiores à média apresentada pelo estado de São Paulo (Tabela 5.1 e Gráfico 5.1).

Deve ser ainda mencionado que, além de serem distintas as proporções, esses arranjos nucleados por mulheres e homens sem a presença de cônjuge também diferem entre si quanto às características. Enquanto nos arranjos domiciliares com chefia feminina sem a presença de cônjuge é maior a proporção daqueles com a presença de filhos, perfazendo cerca de três quartos do total desse tipo de arranjo, no caso dos arranjos domiciliares com chefia masculina sem a presença de cônjuge, os arranjos com filhos configuram em 2000 e em 2010, cerca de metade desses (Tabela 5.1 e Gráfico 5.1). Dentre os arranjos domiciliares da RMSP, é também bem maior o peso dos arranjos com chefia feminina e presença de filhos, perfazendo 14% em 1991, 17% em 2000 e 19% em 2010; os domicílios unipessoais femininos perfazem por sua vez 4%, 5% e 7%, respectivamente aos anos sob análise. No caso dos arranjos monoparentais com chefia masculina e presença de filhos, é pequeno o peso entre os arranjos domiciliares metropolitanos, da ordem de 4% em 1991 e em 2000 e de 5% em 2010, bem como os domicílios unipessoais masculinos, respectivamente 3, 4 e 5,5 nos anos censitários. Observa-se também, no período entre 1991 e 2010, o aumento das proporções de domicílios unipessoais femininos e masculinos nessa região metropolitana.

As tendências observadas se refletem nas proporções do conjunto

dos arranjos domiciliares identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento, que são aqueles arranjos nucleados por casais (casais de até 34 e entre 35 e 49 anos) e aqueles monoparentais femininos com a presença de filhos, que apresentam tendências distintas². Enquanto ambos os primeiros, nucleados por casal, sofrem reduções, os monoparentais femininos com a presença de filhos apresentam aumento. Em seu conjunto, os arranjos mais vulneráveis ao empobrecimento apresentam redução no período: representam 64% dos arranjos domiciliares da RMSP em 1991, 61 % em 2000 e 53,3% em 2010.

Tabela 5.1 – Distribuição dos domicílios segundo arranjos domiciliares (%) Estado de São Paulo e Região Metropolitana de São Paulo – 1991 a 2010

		Casais					Chefe feminino sem cônjuge					Chefe masculino sem cônjuge		Total
		Total	Sem Filhos	com filhos e/ou parentes			Total	com filhos e/ou parentes	Unipessoal	Total	com filhos e/ou parentes	Unipessoal		
				Total	até 34 anos	de 35 a 49 anos							50 anos e mais	
1991	Estado de São Paulo	77,0	12,8	64,2	28,2	23,3	9,6	16,0	12,4	3,7	7,0	4,1	2,9	100,0
	Região Metropolitana de São Paulo	74,7	12,5	62,2	26,9	23,2	8,8	17,8	13,8	4,0	7,5	4,6	2,9	100,0
2000	Estado de São Paulo	71,6	13,4	58,2	22,3	22,9	9,7	20,6	15,6	4,9	7,9	3,7	4,1	100,0
	Região Metropolitana de São Paulo	69,9	12,6	56,9	21,8	22,4	9,3	22,4	17,2	5,2	8,0	4,0	4,1	100,0
2010	Estado de São Paulo	65,4	16,6	48,8	15,8	19,5	10,5	23,9	17,3	6,6	10,7	5,1	5,6	100,0
	Região Metropolitana de São Paulo	63,0	15,0	48,0	15,4	19,1	10,5	26,0	19,0	7,0	11,0	5,4	5,5	100,0

Fonte – IBGE – Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Elaboração: NEPP/Unicamp.

(1) O total inclui outras configurações familiares.

Tabela 5.2 – Número médio de componentes da família Estado de São Paulo e Região Metropolitana de São Paulo – 1991 a 2010

		Casais					Chefe feminino sem cônjuge					Chefe masculino sem cônjuge		Total(1)
		Total	Sem Filhos	com filhos e/ou parentes			Total	com filhos e/ou parentes	Unipessoal	Total	com filhos e/ou parentes	Unipessoal		
				Total	até 34 anos	de 35 a 49 anos							50 anos e mais	
1991	Estado de São Paulo	4,2	2,2	4,6	4,2	5,0	4,7	3,0	3,6	1,0	2,4	3,4	1,0	3,9
	Região Metropolitana de São Paulo	4,2	2,2	4,6	4,3	5,0	4,7	3,0	3,6	1,0	2,4	3,3	1,0	3,9
2000	Estado de São Paulo	3,9	2,2	4,3	4,0	4,6	4,4	2,8	3,4	1,0	2,0	3,1	1,0	3,5
	Região Metropolitana de São Paulo	4,0	2,2	4,3	4,0	4,6	4,4	2,8	3,4	1,0	2,0	3,1	1,0	3,6
2010	Estado de São Paulo	3,6	2,2	4,1	3,9	4,2	4,1	2,6	3,2	1,0	2,0	3,1	1,0	3,2
	Região Metropolitana de São Paulo	3,6	2,2	4,1	3,9	4,3	4,2	2,7	3,3	1,0	2,1	3,1	1,0	3,2

Fonte – IBGE – Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Elaboração: NEPP/Unicamp.

(1) O total inclui outras configurações familiares.

² Estes arranjos identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento por estudos anteriores de Montali (2004); Montali; Lima (2008) e refirmados por investigação recente de Montali (Coord.) et al. (2012). Arriagada (2007) aponta fragilidades semelhantes em pesquisa sobre países latino-americanos.

A literatura especializada indica a tendência de redução do tamanho médio dos domicílios no país. Essa tendência foi constatada também para a Região Metropolitana de São Paulo e para o estado de São Paulo quando analisados os censos de 1991, 2000 e 2010.

A redução no tamanho médio dos domicílios expressa mudanças na família que envolvem tanto a redução no número de filhos tidos, como a nuclearização da família e o aumento da proporção das famílias monoparentais e dos domicílios unipessoais. Além de evidenciar mudanças na composição dos núcleos familiares, a redução do número médio de componentes do domicílio reveste-se de importância para a análise das alterações na inserção familiar no mercado de trabalho e das alterações na responsabilidade pela provisão do domicílio. O tamanho médio dos domicílios também é relevante para a análise do rendimento domiciliar *per capita*.

Na Região Metropolitana de São Paulo, a tendência de redução do número de pessoas por domicílio, observada no período de 1991-2010, é cerca de quatro pessoas por domicílio em 1991, para cerca de três pessoas por domicílio em 2010. A tendência e os valores são muito próximos daqueles observados para o estado de São Paulo (Tabela 5.2). Tal redução abrange todos os tipos de arranjos domiciliares, sendo mais acentuada naqueles chefiados por casais, nos quais caiu de 4,2 pessoas por domicílio em 1991, para 4,0 em 2000 e para 3,6 em 2010. Dentre esses, destacam-se os domicílios de casais com filhos e/ou parentes na faixa etária de 35 a 49 anos, que passaram de cinco componentes em 1991, para 4,6 em 2000 e 4,3 em 2010; seguem-se a esses os arranjos domiciliares dos casais mais velhos com a presença de filhos que passaram de 4,7 componentes em 1991, para 4,4 e 4,1, respectivamente em 2000 e em 2010 e ainda os casais mais jovens com a presença de filhos, que se reduzem de 4,3 componentes em 1991, para cerca de quatro componentes nos anos de 2000 e 2010. Os arranjos domiciliares de chefes sem a presença de cônjuges e com filhos e/ou parentes, tanto para os femininos, como para os masculinos, apresentam menor número de componentes e com quedas menos acentuadas, observando-se, respectivamente, os valores de 3,3 e 3,1 pessoas por domicílio no ano de 2010. Destaca-se que as médias apresentadas pela Região Metropolitana referentes aos diferentes arranjos domiciliares são muito semelhantes àquelas apresentadas pelo estado de São Paulo (Tabela 5.2).

2. Família, trabalho e renda nos anos de baixo crescimento econômico: 1985-2003 ³

As mudanças na relação família-trabalho se tornam mais evidentes na Região Metropolitana de São Paulo durante a década de 1990. A análise procura mostrar as relações entre a conjuntura econômica, as mudanças demográficas e as mudanças sociais espelhadas na mudança do papel da mulher na sociedade; visa mostrar ainda a permanência e início de mudanças na divisão sexual do trabalho nesse período.

A análise com esse propósito toma como eixo as mudanças no mercado de trabalho, mostra como foram afetadas as famílias da RMSP no período entre 1985 e o início dos anos 2000, caracterizados pela conjuntura de baixo crescimento da economia, aumento do desemprego e da precarização do trabalho. Nesse contexto, foi possível identificar que a precarização do trabalho e o desemprego afetam de forma distinta os componentes das famílias identificados pela posição na família –, que expressam as relações hierárquicas e de gênero e as restrições diferenciadas do mercado de trabalho. Foi possível também observar, nesse período e especialmente durante a década de 1990, os rearranjos familiares de inserção no mercado e na provisão familiar. Ressalta-se, como mencionado na introdução, nos anos 1990 altera-se o padrão de incorporação da força de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo associada ao baixo ritmo de crescimento da economia e especialmente ao processo de reestruturação produtiva e organizacional, acentuando uma mudança no perfil de emprego por setores de atividade, que se delineava desde a década de 1980, com a redução do emprego industrial e o crescimento das atividades do terciário.

Sob esses processos ocorrem também a redução dos postos de trabalho, o aumento do desemprego, e tornam-se maiores as restrições para a absorção em trabalhos assalariados regulamentados. As alternativas passam a ser o emprego assalariado sem registro em carteira de trabalho, temporário na maioria dos casos, e as inserções como autônomo, incentivadas tanto pela terceirização de serviços pelas em-

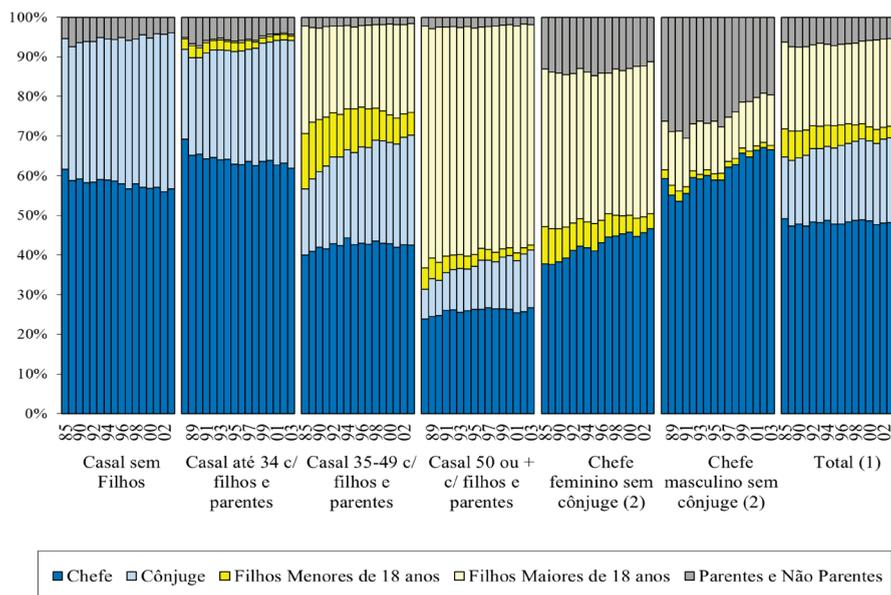
³ Este item sintetiza análises e informações que constam do capítulo de L. Montali. Os impactos da precarização do trabalho e do desemprego sobre as famílias. (In: BÓGUS, L. M. M.; PASTERNAK, S. (Orgs.). **Como anda São Paulo**. Brasília: Letra Capital Editora/Observatório das Metrôpoles, 2009, v. 3, p. 175-202.)

presas, como pela iniciativa do trabalho por conta própria. Há prejuízos da qualidade da inserção no mercado de trabalho, perda da proteção oferecida pelos direitos trabalhistas e aumento da instabilidade do emprego. Para os trabalhadores e suas famílias, os impactos mais evidentes da precarização dos vínculos contratuais e da instabilidade de emprego são a queda da renda proveniente do trabalho e redução da renda familiar.

Os efeitos da reestruturação produtiva e do novo padrão de incorporação da força de trabalho sobre as famílias foram identificados de duas maneiras por esta pesquisa. Constatou-se, nos anos 1990, um gradual movimento de alteração nos arranjos de inserção dos componentes da família no mercado de trabalho, explicitando uma maior partilha entre esses na responsabilidade pela manutenção da família. Esses rearranjos de inserção apresentam especificidades nos distintos arranjos familiares, bem como nos diferentes momentos do ciclo de vida familiar. Outra constatação foi que, apesar dos rearranjos familiares de inserção – entendidos como mobilização das famílias no sentido de organizar estratégias para enfrentar o desemprego e a precarização do trabalho – não se conseguiu manter os rendimentos familiares em seus níveis anteriores.

As principais tendências observadas que indicam os rearranjos familiares de inserção são: a queda das taxas de participação e de ocupação dos chefes masculinos e dos filhos, que eram os principais mantenedores das famílias nos anos 1980, ao mesmo tempo em que se observa o crescimento dessas taxas para as mulheres e, em especial, para as cônjuges (gráficos 5.2 e 5.3). Essas duas tendências relacionadas às mudanças no padrão de absorção da força de trabalho pelo mercado são, por outro lado, também possibilitadas pelo processo de mudança do papel da mulher na sociedade, que se acentua a partir dos anos 1990.

Gráfico 5.2 – Distribuição dos ocupados por posição na família e tipo de arranjo domiciliar (%)
Região Metropolitana de São Paulo – 1985 a 2003



Fonte – SEADE – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: NEPP/UNICAMP.

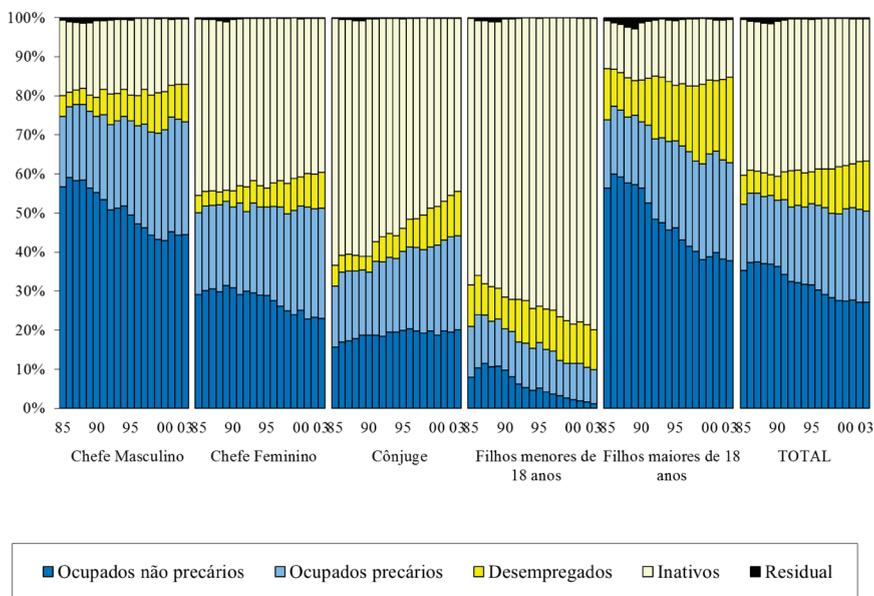
(1) O total inclui outras configurações familiares.

(2) Arranjos familiares de chefes sem cônjuges incluem aqueles com filhos e/ou parentes e os unipessoais.

A análise da precarização do trabalho e do desemprego a partir da família evidencia que a redução dos postos de trabalho assalariado afetou os componentes da família que vinham obtendo melhores remunerações no mercado, ou seja, os homens chefes de família e os filhos e filhas jovens, maiores de 18 anos (Gráfico 5.3). Esses eram, em sua maioria, assalariados regulamentados no início da década de 1990. Para esses, cresce a proporção em emprego precário, reduz-se a proporção de ocupados e aumenta a proporção em desemprego. As cônjuges femininas e as chefes femininas ocupadas caracterizavam-se por menor proporção em assalariamento – apenas cerca de metade delas era assalariada regulamentada em 1990 – e por esse motivo essas sofreram de maneira distinta os impactos da precarização do trabalho e do desemprego. As mulheres-chefe sofrem de maneira acentuada a redução do emprego regulamentado, ao mesmo tempo em que au-

menta a proporção em trabalho precário, praticamente mantendo no período a proporção de ocupadas; por outro lado, eleva-se a proporção de desempregadas e se reduz a proporção em inatividade (Gráfico 5.3). As mulheres-cônjuge, por sua vez, apresentam elevação da proporção de ocupadas, especialmente a partir de 1995, houve aumento mais acentuado na proporção daquelas em trabalhos precários e elevação do desemprego. Essas tendências evidenciam o crescimento da participação das mulheres-cônjuge na PEA (População Economicamente Ativa) e a redução da proporção de inativas.

**Gráfico 5.3 – Distribuição da PIA segundo situação ocupacional e condição de precariedade na ocupação por posição na família (%)
Região Metropolitana de São Paulo – 1985 a 2003**



Fonte – SEADE-DIEESE – Pesquisa de emprego e desemprego (PED).
Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Assim, ainda que se estabeleçam os rearranjos familiares de inserção como resposta ao aumento do desemprego e à perda de empregos de qualidade, o desemprego recorrente e as possibilidades oferecidas pelo mercado nesse período para a inserção dos componentes das famílias somam-se no sentido de favorecer a queda da renda familiar e o empobrecimento dos núcleos domésticos.

Na maior parte dos rearranjos analisados, as cônjuges passam a

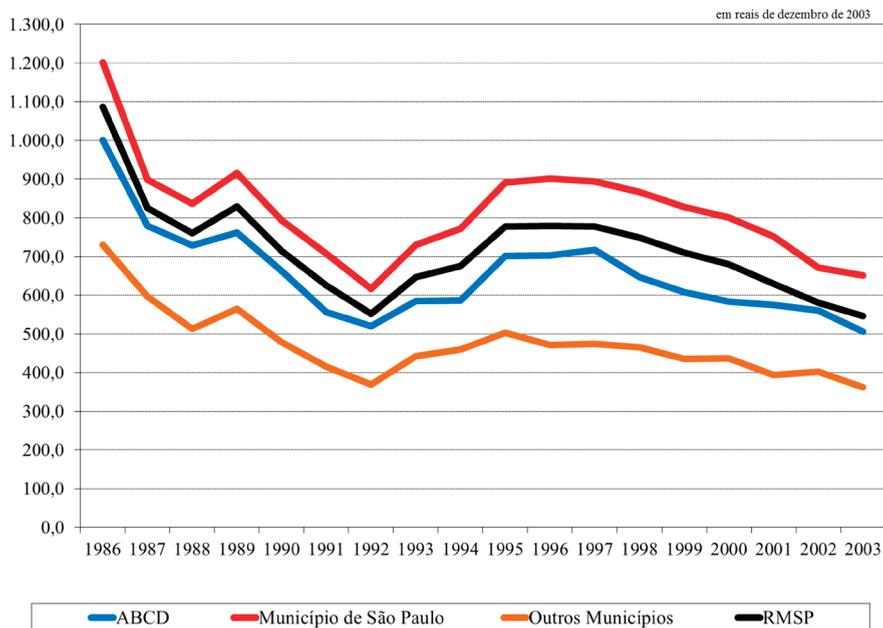
assumir, no decorrer dos anos 1990, com continuidade no início da década de 2000, parcela maior na composição da renda familiar. Sua participação na composição da renda familiar apresenta crescimento especialmente em alguns tipos de família (casais sem filhos residentes, casais de até 34 anos com filhos residentes e casais de 35 a 49 anos com filhos) nos quais representa, em volume, a segunda maior renda (MONTALI, 2006). Porém, deve-se ressaltar que sua contribuição ainda permanece muito menor que a do chefe masculino (Tabela 5.2) porque, apesar de sua maior inserção no mercado de trabalho, essa ocorre marcada pelas atribuições da divisão sexual do trabalho na família, induzindo-a a aceitar vinculações precárias de trabalho e jornadas menores que as dos demais componentes adultos da família, na tentativa de conciliar família e trabalho.

Tabela 5.3 – Participação na composição da massa de renda domiciliar por posição na família - Total dos domicílios (%) - Região Metropolitana de São Paulo – 1986 a 2003

		Chefe	Cônjuge	Filhos	Filhos Menores de	Filhos Maiores de 18	Parentes e Não	Total
Total dos domicílios								
	86	68,0	11,0	16,2	1,8	14,4	4,1	100,0
	90	65,5	12,5	16,8	1,6	15,2	4,7	100,0
Ano	95	65,9	14,8	14,7	1,1	13,6	4,1	100,0
	00	65,3	15,9	14,4	0,7	13,7	3,8	100,0
	03	63,3	17,3	14,9	0,6	14,4	3,9	100,0
Cônjuge feminina ocupada								
	86	60,1	28,9	8,7	1,7	7,0	2,3	100,0
	90	56,9	32,1	8,6	1,5	7,2	2,3	100,0
Ano	95	57,8	33,4	7,1	1,0	6,1	1,7	100,0
	00	55,8	34,8	7,9	0,6	7,3	1,4	100,0
	03	54,2	36,2	8,0	0,5	7,5	1,5	100,0
Chefe feminina sem cônjuge ocupada								
	86	63,9	0,0	22,3	3,3	19,1	11,4	100,0
	90	63,3	0,0	22,5	2,7	19,8	12,1	100,0
Ano	95	69,1	0,0	19,3	1,9	17,4	9,9	100,0
	00	72,2	0,0	17,4	1,1	16,3	9,0	100,0
	03	72,6	0,0	17,8	1,0	16,8	8,5	100,0

Fonte – SEADE – Pesquisa de emprego e desemprego. Elaboração: NEPP/Unicamp.
 (1) O total inclui outras configurações familiares.

Gráfico 5.4 – Rendimento familiar *per capita* médio (R\$)
Região Metropolitana de São Paulo, ABCD, município de São Paulo e outros
municípios 1986 a 2003



Fonte – SEADE – Pesquisa de emprego e desemprego. Elaboração: NEPP/Unicamp.

Em reais de dezembro de 2003 – ICV-DIEESE.

A partir de 1995, considerando-se as famílias em que as cônjuges são ocupadas, a renda gerada por essas ultrapassa um terço da renda familiar (Tabela 5.3). No caso das chefes femininas sem cônjuge ocupadas, a tendência é de aumento de sua já elevada participação na renda domiciliar, em detrimento da participação dos filhos, que apresentam queda progressiva a partir de 1990 e mesmo ocorrendo com a participação de outros parentes.

Constatou-se, assim, que a contribuição das cônjuges ocupadas e das chefes femininas ocupadas apresentou um papel importante na composição da renda familiar e, que, quando comparadas às famílias dessas com aquelas em que não são ocupadas, verificou-se que sua contribuição elevou a renda familiar *per capita* em cerca de 40% (MONTALI, 2006).

Finalizando este tópico, são apresentadas algumas constatações da pesquisa sobre as mudanças na relação família-trabalho e nas possi-

bilidades de garantir a subsistência das famílias da Região Metropolitana de São Paulo no período entre 1985 e início da primeira década do século XXI⁴.

O primeiro aspecto a ressaltar relaciona a reestruturação produtiva com as mudanças na inserção dos diferentes componentes da família no mercado e, também, à deterioração da renda familiar. Uma das conclusões desta pesquisa é que, muito embora as famílias tenham mobilizado seus recursos para sobreviver ao desemprego e à instabilidade do emprego, os rearranjos de inserção no mercado articulados nos diversos tipos de família no período analisado não conseguem manter os níveis de rendimentos familiares (Gráfico 5.4). Isso, por um lado, porque a instabilidade e a migração entre setores de atividade, que caracterizam especialmente o período a partir dos anos 1990, levaram os trabalhadores a aceitarem trabalho sob remunerações decrescentes; e, por outro, porque os principais provedores das famílias, mesmo sob mudança no decorrer dos anos analisados, foram crescentemente absorvidos por atividades precárias e, dessa maneira, passaram a obter rendimentos mais baixos através de suas ocupações.

O segundo aspecto, relacionado ao primeiro, refere-se ao impacto dos rearranjos familiares de inserção predominantes, articulados sob a reestruturação produtiva e a precarização do trabalho; nos rearranjos destacam-se o aumento da participação das cônjuges e das chefes femininas como ocupadas e como provedoras. A participação crescente dessas na composição da renda familiar possibilitou atenuar o empobrecimento das famílias na Região Metropolitana de São Paulo, especialmente nos últimos anos do período, que apresentaram os mais elevados níveis de desemprego. Nesse período, tanto cresceu a inserção cônjuges e das chefes femininas no mercado, como essas aumentaram sua contribuição na composição da renda familiar, elevando a renda familiar *per capita* (MONTALI, 2006). Constatou-se que o impacto do rendimento das mulheres-cônjuge e das mulheres-chefe de família na renda familiar e nas condições de sobrevivência da família se acentua no decorrer da década de 1990.

No ano de 1989, que marca o início do período a partir do qual se acentua a reestruturação produtiva na RMSP e se altera o padrão de

⁴ Análise completa pode ser encontrada em Montali, L. **Precarização do trabalho e desemprego: os impactos nos rearranjos familiares de inserção e nas condições de subsistência – 1985 a 2000**. Relatório Final de Pesquisa apresentado ao CNPq. Campinas: NEPP/Unicamp, abril, 2005.

absorção da força de trabalho, era bem menor a diferença no rendimento familiar *per capita* entre as famílias em que as cônjuges e chefes femininas eram ocupadas, e daquelas em que não eram ocupadas. Entre 1989 e 1992, era da ordem de 31% no caso das mulheres-cônjuge e de 25% no caso das chefes femininas. Nos anos do final da década de 1990 (1997 a 2000), constatou-se que o rendimento familiar *per capita* era cerca de 40% mais elevado nas famílias em que a cônjuge era ocupada, o mesmo ocorrendo no caso das chefes femininas ocupadas. Esse achado de pesquisa deve ser interpretado no contexto já mencionado, que caracterizou o período entre os anos 1990 e 2000.

Uma das conclusões da análise desse período é que o conjunto de informações evidenciou que os rearranjos familiares de inserção diante das transformações do mercado de trabalho conseguiram reduzir o impacto negativo desse na renda familiar, assim reduzindo o empobrecimento nas famílias da Região Metropolitana de São Paulo, muito embora não tenham conseguido impedir a queda do rendimento familiar.

O último aspecto a ser mencionado refere-se às relações sociais do grupo doméstico sob essas mudanças analisadas e relacionadas ao mercado de trabalho. Essa nova situação do mercado de trabalho, que resultou em maior partilha da responsabilidade pela manutenção do grupo familiar entre seus componentes (chefes, cônjuges e filhos), vem reiterar a constatação da impossibilidade concreta de realização da família estruturada com base no modelo do “chefe provedor”, que já se manifestava como tendência desde os anos 1980 de maneira mais tênue (MONTALI, 1995).

3. Família, trabalho e renda nos anos de retomada do crescimento econômico da primeira década do século XXI

Este item analisa as mudanças e permanências da relação família-trabalho na Região Metropolitana de São Paulo no contexto da primeira década do século XXI, marcada positivamente pelo crescimento econômico, pela recuperação do emprego e pela redução das desigualdades. Analisa também a desigualdade de renda entre os arranjos domiciliares identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento e os demais arranjos, as mudanças e as permanências dessas desigualda-

des, tendo presentes tanto as mudanças sociodemográficas que afetam a configuração familiar, como o momento de elevação do rendimento domiciliar. Como mencionado na introdução, nesta segunda parte são analisadas informações elaboradas a partir dos microdados dos Censos Demográficos, IBGE, dos anos de 2000 e 2010 e, de forma complementar, informações da série PNAD, IBGE para a década. Apresenta ainda alguns indicadores que mostram para o ano 2010, como os domicílios, o emprego e a educação espelham a desigualdade social que marca este espaço metropolitano.

Um conjunto de fatores atuou no decorrer da década contribuindo para a elevação da renda, redução do empobrecimento e para a tendência de início de redução das desigualdades sociais no país e na metrópole paulista. Dentre esses, são destacados a retomada do crescimento econômico, as políticas sociais de elevação do valor real do salário mínimo e de transferência de renda, bem como o crescimento do emprego regulamentado. Esses fatores afetam as possibilidades de inserção dos componentes familiares no mercado de trabalho e as condições de vida dos domicílios.

Dentre as principais mudanças sociodemográficas que afetam a família e o mercado de trabalho na RMSP entre os anos 2000 e 2010 podem ser destacadas a continuidade do envelhecimento da população, da redução da fecundidade e a ampliação dos papéis desempenhados pela mulher na sociedade.

Algumas tendências podem ser apontadas no decorrer desta primeira década do século XXI para a Região Metropolitana de São Paulo: 1) No período de recuperação da economia, a partir de 2004, duas tendências se mostram relevantes no mercado de trabalho: a redução do desemprego e o aumento da formalização do emprego. Alguns estudos mostram que essas tendências ocorreram diferenciadamente por sexo. Para as mulheres, ocorre o aumento do emprego, porém continuam crescendo as ocupações não formais (LEONE, 2009); por outro lado, ainda que caia o desemprego, observa-se a permanência de elevadas taxas de desemprego feminino no período da recuperação (SEADE/DIEESE, 2008 e 2011). Observam ainda que, nos anos mais recentes, o emprego formal das mulheres metropolitanas tem apresentado aumento proporcionalmente maior (SEADE-DIEESE, 2013); 2) Consolida-se nas regiões metropolitanas brasileiras a participação feminina no mercado de trabalho com taxas acima de 50% da população em idade ativa (SEADE/DIEESE, 2008 e 2011;

MONTALI, 2013; MONTALI; LIMA, 2013); 3) Observa-se na RMSP a continuidade do padrão de arranjos familiares de inserção definidos a partir dos anos 1990, bem como do aumento da inserção das cônjuges femininas no mercado de trabalho. É relevante mencionar que o padrão identificado na RMSP nos anos iniciais da década de 2000, apresentado no item anterior, foi identificado também nas regiões metropolitanas brasileiras analisadas segundo grandes regiões referentes ao ano de 2004 (MONTALI; TAVARES, 2009); 4) Com relação à provisão familiar, há continuidade do aumento da participação da cônjuge feminina na composição da renda domiciliar; 5) Permanecem as desigualdades de gênero no mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo, observando também tendências semelhantes às do conjunto das regiões metropolitanas brasileiras para as quais há dados disponibilizados pelas PNAD, IBGE. Essas tendências, para a década entre 2000 e 2010, são evidenciadas nos itens que se seguem.

3.1. Inserção no mercado de trabalho e participação na provisão familiar: mudanças e permanências

As tendências da inserção no mercado de trabalho na primeira década do século XXI corroboram, para o período, as desigualdades já apontadas como associadas ao gênero e às atribuições familiares de mulheres e, em especial, de chefes femininas e cônjuges femininas, definidas pela vigente divisão sexual do trabalho na família e no mercado. Sob essa interpretação, são entendidas as maiores proporções de mulheres-cônjuge e de mulheres-chefes de família absorvidas em trabalhos precários, perfazendo quase a metade das ocupadas, bem como taxas de inatividade mais elevadas do que a das filhas maiores de 18 anos e dos componentes masculinos (Gráfico 5.5).

Mesmo quando considerado apenas o período de recuperação da economia, a partir de 2004, são mantidas as especificidades por posição na família e gênero, evidenciadas por análises com base nos microdados da série PNAD do IBGE (MONTALI, 2012).

A análise dos dados censitários para a primeira década do século XXI mostra relativa estabilidade nas taxas de participação; no entanto, são evidentes as especificidades das tendências de inserção da PEA (População Economicamente Ativa) segundo posição na família e gênero. Uma tendência indicada para década 2000 a 2010 para a RMSP pela Pesquisa de Emprego e Desemprego da Fundação SEADE (2013),

que passou a ocorrer já na década anterior, é o distinto comportamento da taxa de participação por sexo, com queda da taxa de participação masculina e elevação da taxa de participação feminina.

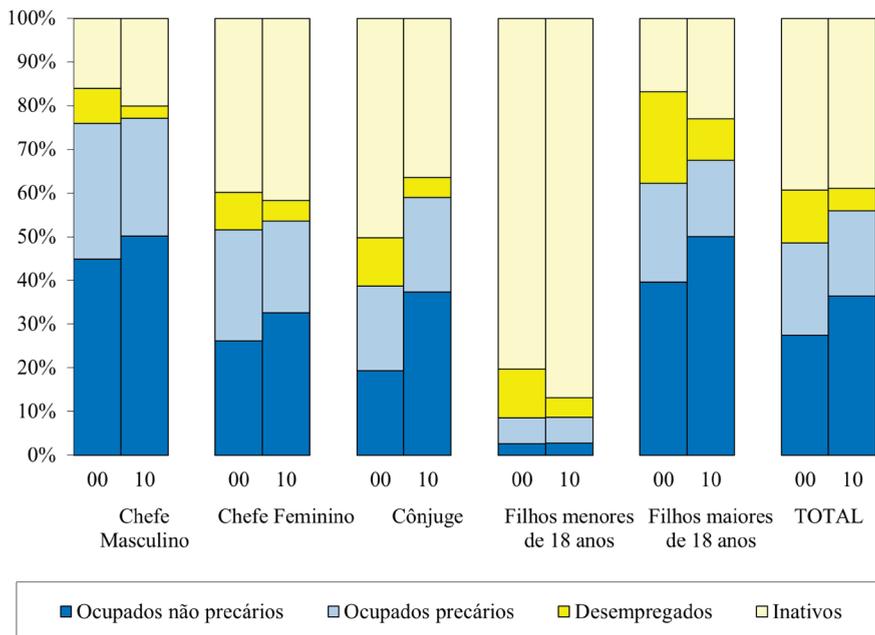
Os dados censitários corroboram a tendência por sexo ao serem analisadas as posições na família. Esses indicam para os homens na posição de chefes, ou responsáveis pelo domicílio, a queda da taxa de participação entre os anos 2000 e 2010, ao passo em que se eleva a taxa de ocupação e se reduz a proporção em desemprego (Gráfico 5.5). Nesse mesmo sentido, merece destaque na década o acentuado aumento da taxa de participação e da taxa de ocupação para as cônjuges, e a redução da proporção em desemprego. As chefes femininas, que apresentam perfil de inserção da PEA mais semelhante ao das mulheres-cônjuge, também apresentam aumento das ocupadas e redução da proporção em desemprego. No entanto, as mulheres-chefes sem cônjuge apresentaram evolução da PEA bastante distinta na década. No ano de 2000, essas apresentavam, comparativamente, taxa de participação mais elevada que as das mulheres-cônjuge, bem como maior taxa de ocupação e menor proporção de desempregadas. Já no ano de 2010, a taxa de participação das cônjuges femininas se apresenta superior às das chefes femininas, é maior a proporção de ocupadas e, comparativamente, é maior a proporção de ocupadas com vínculos não precários (Gráfico 5.5). Deve-se observar que essas tendências distintas começam a se manifestar a partir de 1995 (Gráfico 5.3).

Filhas e filhos maiores que 18 anos apresentam perfil da PEA semelhante entre si e específico em relação aos demais componentes familiares, ou seja, apresentam taxa de participação mais elevada que a de ambas as componentes femininas com responsabilidade familiar, acima analisadas, e proporções de ocupados com vínculos não precários semelhantes à apresentada pelo chefe masculino. Por outro lado, apresentam as maiores proporções em desemprego. Em 2010, verifica-se redução da proporção em desemprego desses associada, por um lado, com o crescimento do emprego e das oportunidades de emprego não precário e, por outro, com o aumento da inatividade (Gráfico 5.5).

Embora a continuidade na mudança da inserção das mulheres com atribuição de responsabilidade pela família, observa-se ainda durante a primeira década do século XXI para as mulheres-cônjuge e mulheres-chefe sem cônjuge, a manutenção das taxas de inatividade mais elevadas e das taxas de participação e de ocupação comparativamente mais baixas em relação aos demais componentes familiares.

Essas taxas são aqui interpretadas como resposta às restrições impostas à inserção dessas no mercado sob as atribuições de gênero e da tradicional divisão sexual do trabalho, evidenciando as permanências no início do século XXI na Região Metropolitana de São Paulo.

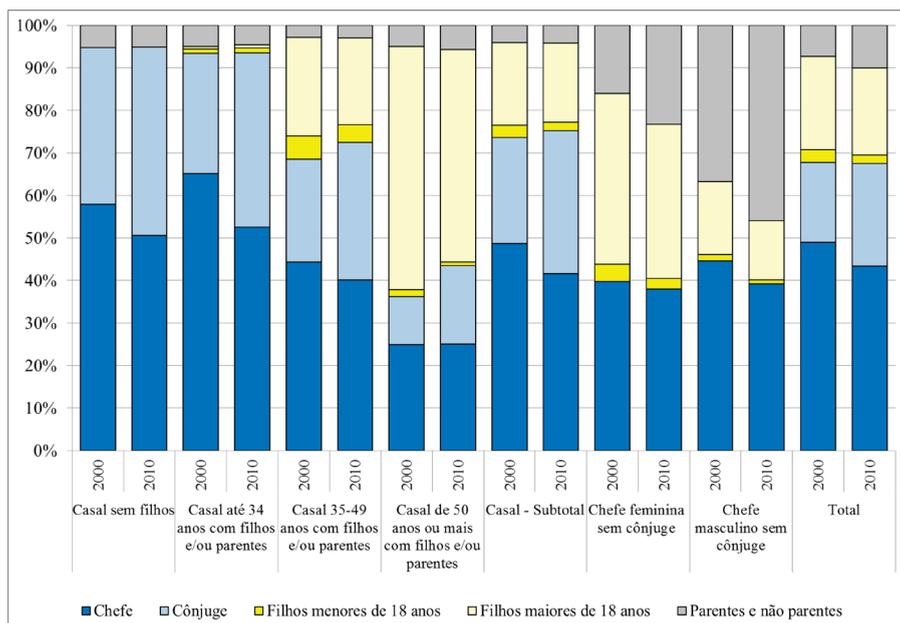
**Gráfico 5.5 – Distribuição da PEA segundo situação ocupacional e condição de precariedade na ocupação por posição na família (%)
Região Metropolitana de São Paulo – 2000 e 2010**



Fonte – IBGE – Censos Demográficos de 2000 e 2010. Elaboração: NEPP/Unicamp.

Uma das mudanças a ressaltar na inserção no mercado de trabalho é o acentuado aumento da participação da cônjuge no mercado de trabalho na referida década em quase dez pontos percentuais, pois 47,6% delas participavam da PEA em 2000 e 56,8% em 2010 (Gráfico 5.5). Esse fato se evidencia também na análise da distribuição de ocupados segundo posição na família e segundo arranjos domiciliares (Gráfico 5.6). No período, é recorrente o aumento da proporção de cônjuges entre os ocupados em todos os arranjos domiciliares nucleados pelo casal. Considerando-se o total desses arranjos, as cônjuges que compunham 25% dos ocupados da família em 2000 passam a ser 34% em 2010, mas existem especificidades segundo arranjos domiciliares.

Gráfico 5.6 – Distribuição dos ocupados por tipo de arranjo domiciliar e posição na família (%)
Região Metropolitana de São Paulo – 2000 e 2010



Fonte – IBGE – Censos Demográficos de 2000 e 2010. Elaboração: NEPP/Unicamp.

No arranjo domiciliar casal sem filhos, que apresenta uma das maiores proporções de cônjuges ocupadas nessa região metropolitana, observa-se aumento da participação da cônjuge entre os ocupados de 37% em 2000, para 44% em 2010.

Merece destaque o aumento da participação das cônjuges entre os ocupados nos arranjos de casais mais jovens com filhos e/ou parentes, essa passa de 28% dos ocupados em 2000, para 41% dos ocupados em 2010. Apresenta também crescimento relevante a presença das cônjuges entre os ocupados do arranjo de casais com idades entre 35 e 49 anos com filhos e/ou parentes, nos quais passam de 24%, em 2000, para 32,4% em 2010 (Gráfico 5.6).

Além da ampliação das oportunidades de emprego na década e da tendência da redução da fecundidade, uma hipótese explicativa para tal crescimento da inserção de mulheres nesses arranjos domiciliares que concentram maiores proporções de crianças de 0 a 6 anos,

nos quais são maiores os constrangimentos para a inserção dessas no mercado de trabalho é a ampliação ocorrida no período no acesso à educação infantil. Embora aquém da demanda e adiante da não alteração da divisão sexual do trabalho no domicílio, essa vem se mostrando uma política de apoio ao cuidado da prole, que possibilita à mulher-mãe maior acesso ao mercado de trabalho (MONTALI et al., 2012; SORJ et al., 2007).

Outra mudança relevante a ressaltar é a continuidade da partilha da responsabilidade pela manutenção do domicílio que se definiu com mais clareza a partir da segunda metade dos anos 1990 na Região Metropolitana de São Paulo.

Recente divulgação de resultados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2012) evidencia essa mudança para o Brasil ao mostrar que, entre as famílias nucleadas por casais, no ano 2000, em 42% delas ambos tinham rendimentos e, em 48% delas, os considerados pelo censo como responsáveis pelo domicílio tinham rendimento, e os cônjuges não tinham rendimento; no ano de 2010, constatou-se que em 63% dos domicílios ambos auferiam rendimento e em 24% desses apenas o responsável auferia rendimento e o cônjuge não auferia. Esse resultado surpreendente referido ao país, não pode ser interpretado apenas pela mudança do papel da mulher na sociedade e pela dinâmica do mercado de trabalho, mas também deve ser considerado como um dos impactos não previstos da política de transferência de renda promovida na década de 2000, em especial do Programa Bolsa Família que atingia no ano de 2010 cerca de 12.800 mil famílias⁵ no país e que privilegia a mulher como a beneficiária responsável pela família diante do programa.

⁵ No mês de setembro de 2010 eram atendidas 12.769.155 famílias no Brasil. MDS. SAGI. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/MONIB2/index_all_drop_down.php?p_id=418&p_global_ibge=&p_ferramentas=1&p_sem_legenda=1. Acesso em: 13 fev. 2014.

**Tabela 5.4 – Participação na massa da renda domiciliar por posição na família (%)
Região Metropolitana de São Paulo – 2000 e 2010**

	Chefe	Cônjuge	Filhos	Filhos menores de 18 anos	Filhos maiores de 18 anos	Parentes e não parentes	Total
Total dos domicílios							
2000	66,7	15,4	13,3	0,7	12,6	4,6	100,0
2010	58,1	22,9	12,1	0,6	11,5	6,9	100,0
Casais							
2000	66,2	20,0	11,5	0,6	10,9	2,4	100,0
2010	54,6	31,9	10,9	0,6	10,4	2,6	100,0
Chefe feminina sem cônjuge							
2000	63,8	0,0	25,2	1,3	24,0	10,9	100,0
2010	63,4	0,0	20,6	1,1	19,5	15,7	100,0
Chefe masculino sem cônjuge							
2000	78,6	0,0	6,7	0,2	6,5	14,7	100,0
2010	72,3	0,0	5,6	0,2	5,4	21,3	100,0

Fonte – IBGE – Censos Demográficos de 2000 e 2010. Elaboração: NEPP/Unicamp.

Por outro lado, estudos têm apontado o aumento da relevância das mulheres como provedoras principais e como coprovedoras em suas famílias (OLIVEIRA, 2005; MONTALI, 2006; MARRI WAJNMAN, 2007). Nesse sentido, as informações sobre a participação na composição do rendimento domiciliar reiteram essa tendência ao mostrar que, nos domicílios nucleados pelo casal, a participação da cônjuge passa de 20% em 2000, para 32% em 2010. No caso dos domicílios nucleados pela chefe feminina sem cônjuge, a posição como principal provedora se mantém, observando-se a redução da contribuição dos filhos na composição do rendimento domiciliar e o aumento da contribuição de outros parentes residentes.

3.2. Renda domiciliar e desigualdades no espaço metropolitano

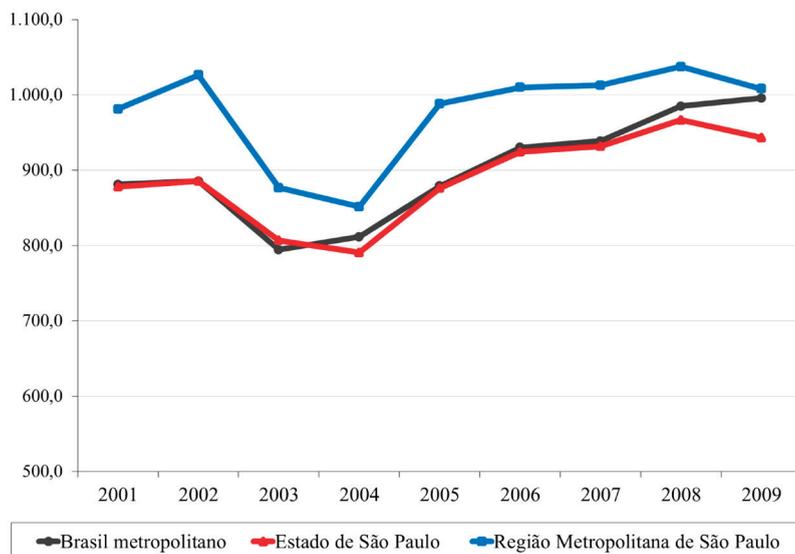
Inicialmente, deve ser lembrado que a primeira década do século XXI, compreendida entre de 2000 e 2010, retrata dois momentos distintos em relação à dinâmica da economia no país e às possibilidades de inserção no mercado de trabalho, bem como em relação ao comportamento do rendimento das famílias. Como mencionado anteriormente, o ano de 2000 retrata um momento recessivo e de elevado desemprego e de queda do rendimento familiar que se inicia nas décadas anteriores e se estende até o ano de 2003. Por outro lado, o ano de 2010 retrata um momento de crescimento da economia, que

se inicia em 2004, de recuperação do emprego e de expansão das políticas sociais de transferência de renda, impactando positivamente o rendimento das famílias. Essas diferentes conjunturas aliadas a mudanças sociodemográficas já apresentadas nos itens anteriores, são consideradas ao analisar as tendências de crescimento do rendimento domiciliar *per capita* que se apresenta a seguir.

O rendimento domiciliar *per capita* médio da Região Metropolitana de São Paulo se mostra comparativamente mais elevado em relação ao Brasil Metropolitano e ao estado de São Paulo e permaneceu maior em todo o período da primeira década dos anos 2000. No final do período houve pequena queda do valor do rendimento domiciliar *per capita* médio da RMSP e também do estado de São Paulo, possivelmente relacionado aos impactos diferenciados da crise econômica internacional ocorrida no final de 2008. No período a partir de 2004, observa-se a continuidade do crescimento do valor médio do rendimento domiciliar *per capita* observado para o Brasil metropolitano, se aproximando, no final do período, do valor médio da RMSP (Gráfico 5.7).

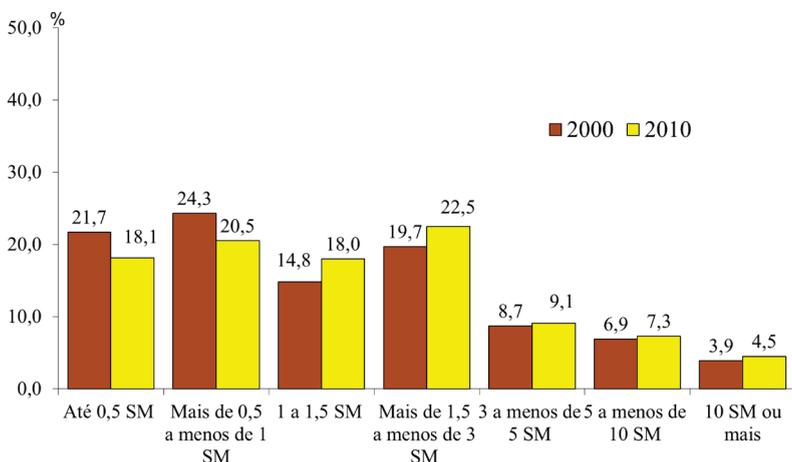
O gráfico abaixo (Gráfico 5.7), construído a partir da série de microdados da PNAD, evidencia com bastante clareza os dois momentos conjunturais distintos mencionados anteriormente, ou seja, até o ano de 2003, anos de baixo crescimento econômico e de elevado desemprego, e a partir de 2004, a tendência de retomada do crescimento econômico. Esses dois momentos conjunturais afetaram o rendimento domiciliar de forma semelhante na RMSP, no Brasil metropolitano e no estado de São Paulo, com tendências distintas apenas no final do período, atribuídas aos mencionados impactos diferenciados nas regiões analisadas.

Gráfico 5.7 – Rendimento domiciliar *per capita* médio (R\$)
Brasil Metropolitano, Estado de São Paulo e Região Metropolitana de
São Paulo, 2001 – 2009



Fonte – IBGE – Censo Demográfico. Elaboração: NEPP/Unicamp.
 Em reais de 2009.

Gráfico 5.8 – Distribuição dos domicílios segundo rendimento domiciliar
***per capita* por faixas de salário mínimo (%)**
Região Metropolitana de São Paulo – 2000 e 2010



Fonte – IBGE – Censos Demográficos de 2000 e 2010. Elaboração: NEPP/Unicamp.
 Em valores de 2010; SM de 2010: R\$ 510,00.

A análise em dois pontos, com base nos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, mostra que o rendimento domiciliar *per capita* médio variou positivamente em 19% na Região Metropolitana de São Paulo. Em valores reais de 2010, esse passa de R\$ 1.225,50 em 2000, para R\$ 1.462,50 em 2010.

Observa-se, entretanto, para a Região Metropolitana de São Paulo, a permanência de elevada concentração de domicílios com rendimento domiciliar *per capita* abaixo de três salários mínimos. No período ocorre um movimento positivo de redução da proporção de domicílios com rendimento *per capita* de até meio salário mínimo (SM) e entre meio e menos de um SM e de aumento das proporções de domicílios com rendimento *per capita* entre um a um e meio SM, bem como nas faixas entre mais que um e meio e menos de três SM (Gráfico 5.8). Nas faixas entre três e menos de cinco SM, bem como nas faixas superiores de rendimento *per capita* são menores as proporções de domicílios, e também são pequenas as variações positivas, praticamente mantendo as proporções entre os extremos da década. Ressalta-se que as elevadas concentrações de domicílios nas faixas inferiores a um salário mínimo *per capita*, embora decrescentes entre 2000 e 2010, indicam a permanência da desigualdade de rendimentos na Região Metropolitana de São Paulo; ou seja, dispõem de menos de um SM *per capita* cerca de 46% dos domicílios em 2000 e 38,6% em 2010.

O índice de Gini da renda domiciliar *per capita*, com base nos dados censitários para o período confirma a permanência de elevada concentração de renda nessa região. Para a Região Metropolitana de São Paulo o índice de Gini foi 0,61 em 2000 e 0,62 em 2010, e no município da capital foi de 0,62 no ano de 2000 e 0,64 no ano de 2010 (IBD, 2012). Ambos indicadores superam o índice de Gini da renda domiciliar *per capita* para o estado de São Paulo, que foi de 0,59 em 2000 e de 0,57 no ano de 2010 (IBD, 2012). Assim, o índice de Gini evidencia, por um lado, pior distribuição de renda na RMSP comparativamente ao estado de São Paulo, por outro, evidencia a tendência de manutenção da concentração da renda e não de queda, como o observado para o estado de São Paulo.

Outra leitura da permanência das desigualdades é a não redução da desigualdade de renda entre os arranjos mais vulneráveis ao empobrecimento e os demais arranjos domiciliares. Essa permanência é observada também no ano de 2010 que espelha um momento de elevação do rendimento domiciliar (Tabela 5.5) propiciada pelas condições

mais favoráveis do mercado de trabalho e da expansão dos programas sociais de transferência de renda, que caracterizam a segunda metade da década de 2000. Esse indicador reafirma que são reproduzidas as desigualdades sociais entre os domicílios na Região Metropolitana de São Paulo, pouco se alterando na primeira década do século XXI.

A desigualdade de rendimentos entre os arranjos domiciliares é evidenciada pela concentração dos arranjos identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento em domicílios com renda *per capita* menor que um salário mínimo. Entre esses, destacam-se com a mais elevada concentração, os arranjos dos casais jovens (até 34 anos, com filhos) que apresentam 60% nessa faixa de rendimento domiciliar e, entre os quais, 27% se encontram na faixa de zero a meio salário mínimo⁶ (Tabela 5.5). Seguem-se a esses os arranjos monoparentais femininos com filhos, que apresentam 48% na faixa de rendimento domiciliar *per capita* de menos que um salário mínimo, com a elevada parcela de 25% na faixa de zero a meio salário mínimo; por sua vez nos arranjos de casais nas idades 35-46, com filhos, 43% se encontram abaixo de um salário mínimo *per capita* e cerca de 18% até meio salário mínimo. Também para a média dos domicílios da RMSP é bastante elevada a proporção com rendimentos *per capita* inferiores a um salário mínimo em 2010, já mencionada anteriormente, de 38,6%.

Tabela 5.5 – Distribuição dos domicílios segundo tipos de arranjos domiciliares e faixas de salário mínimo da renda domiciliar *per capita* (%) Região Metropolitana de São Paulo – 2010

Arranjo domiciliar	Até 0,5 SM	Mais de 0,5 a 1 SM	1 a 1,5 SM	Mais de 1,5 a 3 SM	3 a 5 SM	5 a 10 SM	10 SM ou mais	Total
Casais	17,2	23,2	17,5	22,0	8,9	7,0	4,1	100,0
Casal sem filhos	10,0	11,9	18,3	27,7	12,1	11,4	8,5	100,0
Casal com filhos e parentes	19,4	26,7	17,3	20,2	7,9	5,7	2,8	100,0
Casal até 34 anos com filhos e parentes	26,8	33,8	16,6	14,5	4,6	2,6	1,1	100,0
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	17,9	25,5	17,6	21,1	8,4	6,3	3,1	100,0
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	10,5	18,0	17,6	27,7	12,2	9,1	4,9	100,0
Chefe feminina sem cônjuge	21,7	18,2	19,4	21,3	8,9	6,8	3,8	100,0
Chefe feminina sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	25,1	23,3	17,3	20,0	7,5	4,9	2,0	100,0
Chefe feminina unipessoal	12,3	4,3	25,3	24,9	12,6	11,9	8,7	100,0
Chefe masculino sem cônjuge	14,6	10,4	17,1	28,3	11,1	9,7	8,7	100,0
Chefe masculino sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	15,7	17,8	18,1	26,5	10,3	7,5	4,2	100,0
Chefe masculino unipessoal	13,5	3,2	16,1	30,1	12,0	11,9	13,1	100,0
Total	18,1	20,5	18,0	22,5	9,1	7,3	4,5	100,0

Fonte – IBGE – Censo Demográfico de 2010. Elaboração: NEPP/Unicamp.

⁶ O corte de renda domiciliar *per capita* de meio salário mínimo é adotado por este estudo como indicativo de condição de pobreza, assim como por muitos estudos realizados no país.

Na explicitação da interpretação dessa desigualdade de renda entre os domicílios com arranjos domiciliares distintos é necessário retomar alguns referenciais adotados. Nesta investigação, entende-se que a disponibilidade para a inserção no mercado é condicionada pelo gênero, idade, posição na família, divisão sexual do trabalho e pelas relações hierárquicas internas do grupo doméstico, por um lado, e, por outro, por restrições diferenciadas encontradas por seus componentes no mercado de trabalho. Dentre os arranjos identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento, sua fragilidade se dá não apenas pelo fato de esses arranjos apresentarem as maiores proporções de crianças e adolescentes entre seus componentes, mas também porque esse fato impinge maiores restrições no acesso ao trabalho para as mulheres com responsabilidade por crianças (cônjuges femininas e chefes femininas) (MONTALI et al., 2012).

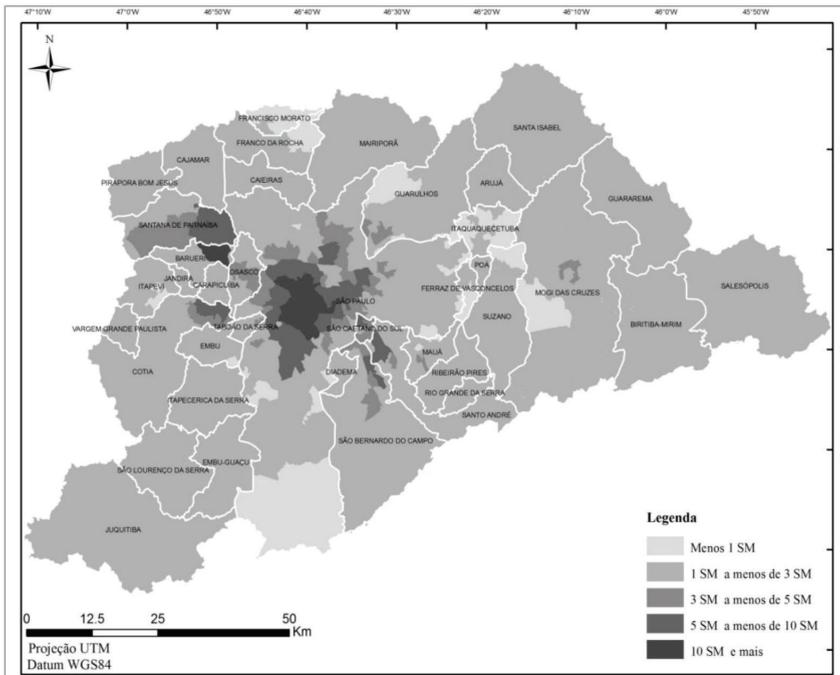
Como mencionado na introdução, esta abordagem explicitou a divisão sexual do trabalho vigente como um dos desafios que limitam a inserção em empregos de qualidade para mulheres responsáveis pela família em arranjos com a presença de crianças e adolescentes. No caso dos domicílios mais vulneráveis, a divisão sexual do trabalho tradicional limita a superação da pobreza. A divisão sexual do trabalho perpassa a família e o mercado, e mantém, para as mulheres, a atribuição do cuidado dos filhos e das atividades domésticas, pouco se alterando no tempo, como evidenciado por pesquisas sobre o uso do tempo (DEDECCA, 2004; SOS CORPO, 2012). Esse é um dos aspectos que dificulta a esses arranjos a obtenção de rendimentos domiciliares mais elevados.

Para finalizar, examina-se a distribuição espacial dos domicílios segundo o rendimento domiciliar *per capita*, que evidencia com clareza a desigualdade social da RMSP e sua permanência na primeira década do século XXI, com base nas unidades de ponderação do Censo Demográfico de 2010 – IBGE (Figura 5.1). Assim, ressalta-se que apresentam rendimento domiciliar *per capita* médio acima de cinco salários mínimos de 2010 apenas as áreas centrais do município de São Paulo com espraiamento ao redor dessas, as áreas centrais de São Caetano, Santo André e São Bernardo, no ABC e, a oeste, áreas de Santana do Parnaíba, Barueri e Cotia, que se configuram como locais de moradia de população de renda mais elevada. Abrangendo a maior parte da região metropolitana, são encontradas regiões em que a média dos domicílios dispõe de rendimento *per capita* entre um a menos de três SM.

Evidenciando regiões de maior concentração de domicílios em

condição de pobreza, com o rendimento domiciliar *per capita* de menos que um salário mínimo, estão as regiões no extremo sul do município de São Paulo, algumas áreas contíguas à zona leste do município de São Paulo em direção de Itaquaquecetuba e Ferraz de Vasconcelos e ainda em Mogi das Cruzes; ao norte, áreas em Guarulhos, Franco da Rocha e Francisco Morato.

Figura 5.1 – Distribuição dos domicílios segundo rendimento domiciliar *per capita* médio segundo classes de salário mínimo Região Metropolitana de São Paulo – 2010



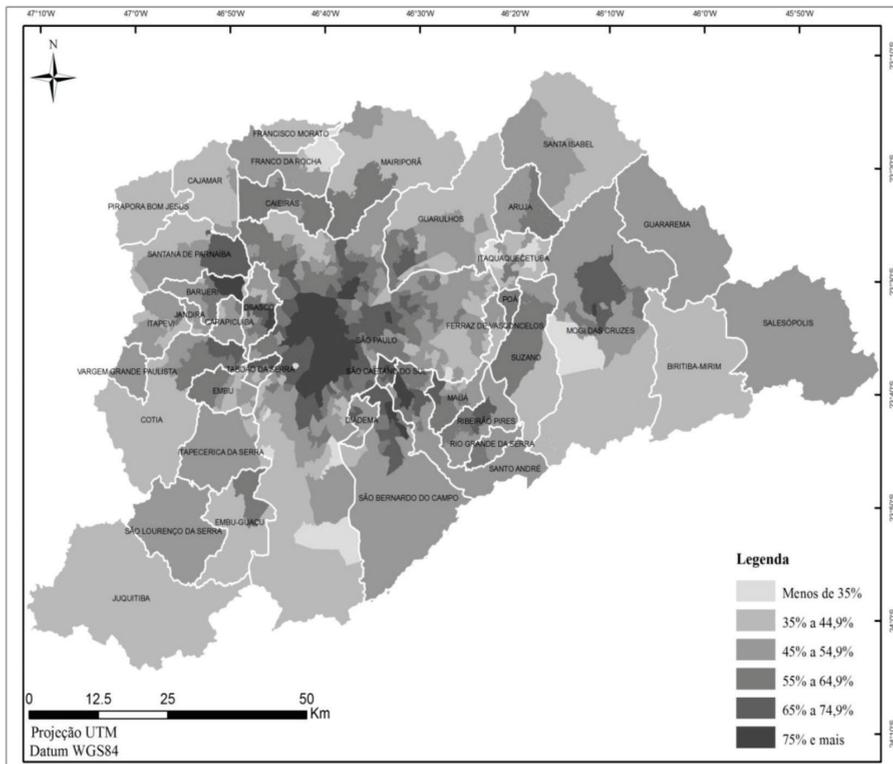
Fonte – Resultados da Amostra. IBGE – Censo Demográfico de 2010. Unidade de Análise: Áreas de ponderação.

Complementarmente como indicação de outras dimensões que explicitam as múltiplas causas da desigualdade de renda metropolitana e considerando as dificuldades de espacializar as especificidades desse fenômeno, são apresentados dois mapas tendo por unidade espacial as áreas de ponderação como uma aproximação das desigualdades do mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo.

O primeiro traz como indicador a taxa de ocupação das pessoas de 15 anos ou mais e a intensidade dessa taxa segundo as áreas de pon-

A distribuição espacial das pessoas em idades de 15 anos e acima, com escolaridade de no mínimo o nível fundamental completo, expressa com mais clareza a disparidade da escolaridade na RMSP que afeta a qualidade de inserção da força de trabalho (Figura 5.3). Nesse sentido se repete a conhecida concentração metropolitana de condições mais favoráveis a partir das áreas mais centrais do município de São Paulo, se espraiando para os municípios a oeste, Santana do Parnaíba, Barueri e parte norte de Cotia, e manchas correspondendo às áreas mais centrais no ABCD, bem como à área urbana de Mogi das Cruzes.

**Figura 5.3 – Proporção de pessoas de 15 anos e mais, com pelo menos nível fundamental completo
Região Metropolitana de São Paulo – 2010**



Fonte – Resultados da Amostra. IBGE – Censo Demográfico de 2010. Unidade de Análise: Áreas de ponderação.

Referências

- ARAUJO, C.; PICANÇO, F.; SCALON, C. (Orgs.). **Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada**. Bauru: Edusc, 2007.
- ARRIAGADA, I. Estruturas familiares, trabalho e bem-estar na América Latina. In: ARAUJO, C.; PICANÇO, F.; SCALON, C. (Orgs.). **Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada**. Bauru: Edusc, 2007.
- BARRÈRE-MAURISSON, M.-A. **La division familiale du travail – la vie en double**. Paris: PUF, 1992.
- DEDECCA, C. S. Tempo, trabalho e gênero. In: COSTA, A.A.; MENICUCCI DE OLIVEIRA, E.; BEZERRA DE LIMA, A.E.; SOARES, V. (Orgs.). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT Brasil, 2004.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO; SESC (2011). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. 2011. Disponível em: <http://www.fpubramo.org.br>. Acesso em: 29 maio 2011.
- HEINEN, J.; HIRATA, H.; PFEFFERKORN, R. (Orgs.). *État/Travail/ Famille: “conciliation” ou conflit?* **Cahiers du genre**. Paris: L’Harmattan, 2009.
- IBD. **Indicadores e dados básicos – Brasil – 2012**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2012/b09rmb.htm>. Acesso em: 13 fev. 2014.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010: Família e domicílio**. 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000010435610212012563616217748.pdf>. Acesso em : 27 jan. 2014.
- KERGOAT, D. Division sexuelle du travail et rapports sociaux de sexe. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARE, H.; SENOTIER, D. (Eds.). **Dictionnaire critique du féminisme**. Paris: PUF. 2000.
- Leone, E. O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal. In: SEMINÁRIO TRIPARTITE – OIT: **A economia informal no Brasil: Políticas para facilitar a transição para a formalidade**. Brasília, maio 2009.
- MARRI, I.G. e WAJNMAN, S. Esposas como provedoras de renda familiar. **Revista Brasileira de Estudos da População**, v. 24, n. 1, São Paulo, 2007.
- MONTALI, L. Desigualdades de gênero no mercado de trabalho e as políticas sociais. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS (ABEP). **Anais... Águas de Lindóia, 2012**.
_____. (Coord.). **Projeto de pesquisa desigualdade e pobreza nas famílias metropolitanas: diagnóstico e recomendações para a redução**

das desigualdades. Relatório final de pesquisa – CNPq – Edital MCT/CNPq/MDS-SAGI n.º 36/2010 – Estudos e Avaliação das Ações do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. v.1 e 2. NEPP, Unicamp. Campinas, fev. 2012.

_____. Os impactos da precarização do trabalho e do desemprego sobre as famílias. In: BÓGUS, L. M. M.; PASTERNAK, S. (Orgs.). **Como anda São Paulo.** Brasília: Letra Capital Editora/Observatório das Metrópoles, v. 3, p. 175-202, 2009.

_____. Provedoras e co-provedoras: mulheres cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e o desemprego. **Revista Brasileira de Estudos da População**, v. 23, 2006.

_____. **Precarização do trabalho e desemprego: os impactos nos rearranjos familiares de inserção e nas condições de subsistência – 1985 a 2000.** Relatório final de pesquisa – CNPq. Campinas: NEPP/Unicamp, abril, 2005.

_____. Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 195-216, 2004.

_____. **Família e trabalho na conjuntura recessiva: crise econômica e mudança na divisão sexual do trabalho.** 1995. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

MONTALI, L.; LIMA, T. A divisão sexual do trabalho e a desigualdade no mercado de trabalho segundo gênero: implicações para a superação da pobreza. In: VII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DO TRABALHO. ALAST. **Anais...** São Paulo, 2 a 5 de jul. 2013, São Paulo. 2013.

MONTALI, L.; TAVARES, M. Famílias metropolitanas e arranjos familiares de inserção sob a precarização do trabalho. In: MENEZES, J. E. X. de; CASTRO, Mary Garcia. (Orgs.). **Família, população, sexo e poder – Entre saberes e polêmicas** (Coleção Família na Sociedade Contemporânea). 1 ed. São Paulo: Paulinas, 2009, v. 1, p. 175-221.

OLIVEIRA, Z.; MIRANDA-RIBEIRO, P; LONGO, L. Uma exploração inicial das informações sobre família no Censo Demográfico de 2010. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS (ABEP). **Anais...** Águas de Lindóia.2012.

SEADE/DIEESE. (2008). Sistema PED. Redução de desemprego não diminuiu desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho. In: **A mulher no mercado de trabalho metropolitano.** São Paulo, março. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analiseped/mulheres.html>. Acesso em: 6 abr. 2010.

SEADE/DIEESE. (2011). Sistema PED. **Boletim Mulher e Trabalho 23**. São Paulo, março. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/mulher>. Acesso em: 29 maio 2011.

_____. (2013). Sistema PED. O trabalho das mulheres – mudanças e permanências. **Boletim Mulher e Trabalho 24**. São Paulo, março. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/mulher>. Acesso em: 5 ago. 2013.

SORJ, B.; FONTES, A.; MACHADO, D. C. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 573-594, 2007.

SOS CORPO; DATA POPULAR. **Trabalho remunerado e trabalho doméstico – uma tensão permanente**. Dezembro, 2012. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br>. Acesso em: 11 nov. 2013.

São Paulo 2000-2010: Habitação e mercado imobiliário

*Ângela Luppi Barbon
Camila D'Ottaviano
Suzana Pasternak*

Resumo: A década compreendida entre 2000 e 2010 foi um período de muita expectativa no que diz respeito às questões urbanas e, em especial, às questões habitacionais. A aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, gerou uma expectativa positiva de que os novos planos diretores e, em especial, a aplicação dos instrumentos urbanísticos recém-regulamentados fossem alterar a estrutura de acesso à moradia para a população de baixa renda no país.

Este capítulo analisa as mudanças efetivamente ocorridas na condição de moradia na Região Metropolitana de São Paulo ao longo da década, a partir dos dados censitários relativos à condição dos domicílios, suas características e localização, com destaque para os domicílios em aglomerados subnormais (favelas) e para a provisão de moradia realizada pelo mercado imobiliário formal. Procurou-se analisar também a relação entre as formas de provisão de moradia na metrópole e as alterações nas tipologias sócio-ocupacionais no período.

Palavras-chave: habitação; favelas; mercado imobiliário; São Paulo.

Abstract: The decade between 2000 and 2010 was a period of great expectation about urban and housing issues. The approval of the City Statute in 2001 generated a positive expectation that the coming master plans and newly regulated urban instruments would modify the structure of access to housing for low-income people in Brazil.

This chapter analyzes the changes on housing provision in São Paulo Metropolitan Region over the decade, using national census data about households' conditions, characteristics and location, especially for households in subnormal agglomerates (favelas) and for the real estate housing provision. It also assays the relationship between housing provision in the metropolis and socio-occupational typologies changes during the period.

Keywords: housing; *favelas* (inner city slums); real estate; São Paulo.

A década de 2000 e 2010 foi de muita expectativa no que diz respeito às questões urbanas e, em especial, às questões habitacionais.

A aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, gerou uma expectativa positiva de que os novos planos diretores e, em especial, a aplicação dos instrumentos urbanísticos recém-regulamentados fossem alterar a estrutura de acesso à moradia para a população de baixa renda no país.

Em 2005, foram criados o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Nesse meio tempo, foi elaborado o Plano Nacional de Habitação (PLANHAB).

No final da década, em 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) prometia a construção de um milhão de novas moradias, com subsídio a fundo perdido para a população com renda entre 0 e 3 salários mínimos.

Este capítulo apresenta de forma bastante reduzida algumas análises sobre as mudanças efetivamente ocorridas na condição de moradia na Região Metropolitana de São Paulo ao longo da década. Em alguns pontos do capítulo, é dado destaque especial ao município de São Paulo (ou município-polo), uma vez que esse é o município que concentra os principais problemas e também políticas de intervenção na área.

Inicialmente é apresentada uma análise sobre as alterações das características dos domicílios ao longo da década. Num segundo momento, a análise é focada nos domicílios em aglomerados subnormais, ou favelas. Como forma de complementar essas análises, procura-se entender o acesso à moradia na Metrópole através do mercado formal. E, por fim, apresenta uma breve análise das políticas públicas voltadas para a questão habitacional na metrópole, com um quadro sintético que procura sistematizar as políticas nos três níveis de governo – Federal, Estadual e Municipal.

Nas análises, identifica-se também a existência de relação entre as formas de provisão de moradia na metrópole e as alterações nas tipologias sócio-ocupacionais ao longo da década.

Mudanças nas condições habitacionais

A comparação das informações, coletadas pelo IBGE em 2000 e 2010¹, mostra alterações das condições habitacionais na Região Me-

¹ Dados da amostra dos censos do IBGE dos anos 2000 e 2010 processados pelo Observatório das Metrópoles por Área de Ponderação.

tropolitana de São Paulo, conforme a Tabela 6.1, com características físicas dos domicílios em 2000 e 2010 por grande tipologia de área.

Tabela 6.1 – Evolução de alguns indicadores físicos dos domicílios da RMSP, 2000 e 2010

Tipologia	% Improvisados		% alugados		% de apartamentos		% com até 3 cômodos		% sem banheiro		média de pessoas/dormitório	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Agrícola	0,52	0,21	11,74	15,41	0,08	0,03	18,5	26,81	2,73	1,12	2,35	1,59
Popular	1,03	0,09	12,03	16,04	2,1	6,51	20,96	26,86	3,43	2,51	2,28	1,63
Operário	0,46	0,06	17,21	20,77	11,3	13,42	24,39	28,2	3,39	0,88	2,77	1,64
Médio	0,4	0,11	28,85	25,07	34,99	32,16	16,02	14,25	1,64	0,48	1,84	1,36
Superior	0,25	0,07	22,67	24,61	68,1	69,74	6,56	4,43	0,91	0,4	1,38	1,02
Total	0,45	0,07	18,99	21,43	18,49	21,46	21,03	24,46	1,67	0,43	2,21	1,54

Fonte – IBGE – Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Os domicílios improvisados que representavam apenas 0,45% do total de domicílios sofrem nova redução e passam a representar apenas 0,07 % em 2010. Essa redução se dá em todos os tipos de área, e é mais forte nas áreas do tipo popular. Mesmo nas áreas agrícolas, onde seu percentual chegava a 0,52% em 2000, a porcentagem se reduz para 0,21% em 2010. Assim, pode-se falar numa quase universalização de domicílios permanentes na metrópole.

Outro ponto que chama a atenção é o incremento da verticalização: no total de domicílios, os apartamentos representavam, em 2000, 18,49% das casas, percentual que sobe para 21,46% em 2010. Nota-se que, nas áreas ditas superiores, essa proporção, já alta em 2000, aumenta ainda em 2010, quando quase 70% das moradias ficam em unidades verticalizadas. São áreas bem infraestruturadas, onde geralmente o terreno é mais caro, o que induz a um maior aproveitamento. Mas a verticalização está aumentando também nas áreas populares e nas áreas operárias, mostrando uma mudança de perfil e de densidade. Mesmo nas invasões já existem construções em altura. Nas áreas médias, há uma ligeira diminuição dos apartamentos.

As residências próprias continuam a representar a maioria dos domicílios particulares permanentes (71%), mas há uma redução na participação dos domicílios cedidos ou sob outras formas de ocupação (10,2% em 2000 e 7,9% em 2010) e acréscimo no percentual de domicílios alugados chegando a praticamente um quarto dos domicílios em 2010 (de 21,60% em 2000 para 24,83% em 2010). Nota-se que esse acréscimo se deu em todos os tipos de área, sendo maior nas áreas do tipo popular, onde atinge quase 4,5 pontos percentuais. A ausência de uma política de moradia própria mais agressiva na década (o MCMV

data de meados de 2009, e iniciou-se de fato em 2010) explica esse aumento. Nota-se também que é nas áreas dos tipos superior e médio onde a proporção de casas alugadas é mais forte, atingindo $\frac{1}{4}$ dos imóveis. Nas áreas operárias e populares, a proporção de alugadas aumentou, mostrando que esse tipo de oferta tornou-se mais comum. Aparentemente um mercado de aluguel se desenvolveu para além das áreas médias e superiores. Assim, a hegemonia da casa própria – auto-construção pode não estar tão forte nas áreas mais pobres.

Os domicílios particulares permanentes com dois ou mais banheiros são quase um terço do total em 2010 (31%) e em 2000 eram 27%. Os sem banheiro, que já eram apenas 1,67% em 2000, reduzem-se para 0,43% em 2010. De outro lado, entre os domicílios com três banheiros e mais, o percentual sobe de 8,25% em 2000 para 9,29% em 2010. Mas não deixa de ser interessante que o percentual de apartamentos com três banheiros e mais seja maior que o de casas em 2000. Em 2010, essa diferença diminuiu. Nota-se também que, mesmo nas áreas superiores, a proporção tanto de casas quanto de apartamentos com muitos banheiros diminuiu. Os lançamentos novos estão mais compactos, e as áreas molhadas são custo importante de uma construção. Nas áreas médias também o percentual de unidades com muitos banheiros diminuiu.

Tabela 6.2 – Evolução de alguns indicadores físicos dos domicílios maiores na RMSP, 2000 e 2010

Tipologia	% domicílios com 6 cômodos e mais						% domicílios com 3 banheiros e mais					
	2000			2010			2000			2010		
	casa	apartamento	total	casa	apartamento	total	casa	apartamento	total	casa	apartamento	total
Agrícola	26,62	0,00	26,2	32,16	0,00	32,09	2,41	0,00	2,73	4,13	0,00	4,12
Popular	26,79	11,74	25,99	32,55	28,8	32,24	4,75	0,65	4,57	7,34	3,75	7,11
Operário	27,65	36,27	28,11	28,76	34,17	29,25	4,85	3,53	4,61	5,73	5,43	5,64
Médio	45,42	59,51	49,98	43,32	52,51	45,7	12,71	18,91	14,5	12,19	12,23	12,03
Superior	75,02	79,98	78,11	68,2	71,96	79,27	38,71	43,38	41,73	30,94	30,56	30,4
Total	31,09	53,48	34,83	32,48	51,04	36,19	6,68	17,24	8,52	7,68	15,52	9,29

Fonte – IBGE – Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Os domicílios particulares permanentes passam a ter mais cômodos, 76% tinham quatro ou mais cômodos em 2000, e em 2010 esse percentual passou a ser de 79%. Mas a proporção de unidades domiciliares menores, com até três cômodos, aumentou entre 2000 e 2010. O aumento relativo foi maior nas áreas agrícola, popular e operária. Nas médias e superiores, essa proporção caiu. Isso significa que nas áreas menos abonadas as casas estão diminuindo mais do que a média.

A média de pessoas por dormitório diminuiu entre 2000 e 2010, de 2,21 para 1,54. Mesmo em 2000, quando os valores de algumas

tipologias de áreas foram superiores a 2, ainda ficaram em patamar inferior ao limite de três pessoas por dormitório, que caracteriza o superadensamento. Os domicílios, onde a densidade de moradores por dormitório não ultrapassa uma pessoa, elevam-se significativamente passando de 42% para 54%. A participação de domicílios com densidade de mais de um a dois moradores por dormitório é reduzida na década, passando de 32% para 28%, e a participação das maiores densidades por dormitório (três ou mais moradores) é reduzida significativamente, de 26% em 2000 para 18% em 2010. Mas o percentual de casas com mais de três pessoas por dormitório, caracterizando adensamento excessivo, praticamente se manteve entre 2000 e 2010, com mais de 8% do total de domicílios. Deve-se lembrar que o adensamento excessivo constituiu inadequação para domicílios próprios e caracteriza déficit para os alugados. Nas áreas urbanas populares e operárias, essas proporções são altas, ultrapassando 30% das unidades em 2000 e 20% em 2010.

Tabela 6.3 – Proporção de casas e apartamentos com mais de três pessoas por dormitório, RMSP, 2000 e 2010

Tipologia	% de domicílios com mais de 3 pessoas por dormitório					
	casa	apartamento	total	casa	apartamento	total
Agrícola	30,06	45,45		8,65	0,00	8,87
Popular	31,51	12,27		20,54	1,21	10,06
Operário	32,42	11,50		21,79	1,60	10,39
Médio	19,02	6,84		7,32	1,43	5,79
Superior	9,08	3,22		3,17	0,74	1,85
Total	30,09	8,16		10,59	1,26	8,80

Fonte – IBGE – Censos de Demográficos de 2000 e 2010.

A ligação à rede pública de esgoto, segundo a informação dos entrevistados, manteve-se em 86% entre 2000 e 2010. As ligações à rede pública de esgotos são parcas nas áreas agrícolas e populares, com cerca de 57% das unidades com esse serviço em 2010. Já nas áreas operárias, médias e superiores esse percentual mostra-se maior.

O abastecimento de água através da rede pública, apesar da pequena variação na década, de 96,6% para 97,6%, aproxima-se mais da universalização na metrópole paulista, assim como a coleta de lixo que atingiu 99,55 % dos domicílios particulares permanentes em 2010,

mas já representava 98,5% em 2000. A energia é praticamente universal, e já o era em 2000.

Tabela 6.4 – Infraestrutura domiciliar, RMSP, por tipo de área

Tipologia	% esgoto rede pública		% água rede pública		% com energia		% com coleta de lixo	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Agrícola	44,95	58,58	66,72	63,86	98,77	99,40	98,56	94,42
Popular	36,80	56,96	64,52	85,54	98,79	99,80	98,51	97,88
Operário	78,81	86,29	96,48	98,60	99,84	99,94	98,06	99,64
Médio	96,17	93,99	99,81	99,50	99,98	99,94	99,31	99,92
Superior	98,78	98,25	99,85	0,85	100,00	100,00	99,51	99,94
Total	86,04	86,39	96,60	97,58	99,85	99,95	98,50	99,55

Fonte – IBGE – Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Avançou também a escolaridade dos responsáveis pelos domicílios particulares permanentes: os com ensino fundamental incompleto, que representavam 54% em 2000, são em 2010 ligeiramente superiores a um terço (39%) dos responsáveis pelos domicílios particulares permanentes e houve aumento da participação de todas as outras faixas de escolaridade principalmente do ensino médio completo (de 19% em 2000 para 27% em 2010) e do ensino superior completo (de 11,0% em 2000 para 16,5% em 2010).

Por outro lado, houve aumento da participação dos domicílios particulares permanentes em que a renda *per capita* não chegou a dois salários mínimos (de 53% em 2000 para 68% em 2010) e redução na participação daqueles com renda *per capita* a partir de dois salários mínimos principalmente daqueles com renda a partir de três salários mínimos nacionais, que passou de 33% em 2000 para 21% em 2010. Contudo esse indicador deve ser avaliado com cautela já que o salário mínimo nacional era de 151 reais em 2000 chegando a 510 reais em 2010, uma variação 45% acima da do IGP-M² no mesmo período. A evolução positiva de outros indicadores das condições de habitação na Região Metropolitana no período reforça a hipótese de que a redução da renda *per capita* em salários mínimos não representa necessariamente uma menor capacidade de consumo das famílias. Inclusive

² IGP-M: Índice Geral de Preços de Mercado calculado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e divulgado ao final de cada mês de referência. As variações de preços consideradas pelo IGP-M/FGV referem-se ao período do dia 21 do mês anterior ao dia 20 de referência. (Disponível em: <http://www.portalbrasil.net/igpm.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

observa-se uma maior presença de famílias de baixa renda comprometidas com o pagamento de aluguel da moradia como mostra o quadro a seguir.

Tabela 6.5 – Proporção domicílios alugados / Domicílios particulares permanentes - (por faixa de renda *per capita* em salários mínimos)

Ano/Renda	menos de 1	de 1 a 1,9	de 2 a 2,9	3 ou mais
2000	16%	20%	21%	19%
2010	22%	23%	21%	19%

Fonte - IBGE - Censos de Demográficos de 2000 e 2010.

Entre os que pagavam aluguel em 2010, ¼ alugava imóveis com valor de até ½ salário mínimo (255 reais), 45% ocupavam imóveis onde o valor do aluguel variava de ½ a um salário mínimo (mais de 255 a 510 reais), 22% alugavam de um a dois salários mínimos (mais de 510 a 1.020 reais) e 8% alugavam imóveis com valor a partir de dois salários mínimos. Segundo os dados da amostra de 2010, 81,2 mil domicílios da Região Metropolitana, 1,33% dos domicílios particulares permanentes têm renda de até três salários mínimos e comprometem mais de 30% dessa renda com o pagamento de aluguel. Em 2007, primeiro ano em que a Fundação João Pinheiro (2007) considerou o ônus excessivo do aluguel como um dos componentes do déficit habitacional, um total de 308 mil domicílios nessas condições representavam 5,04% do total de domicílios particulares permanentes.

Dos imóveis alugados menos de um em cada 100 (0,65%) tinham apenas um cômodo em 2010; esse índice era ligeiramente maior em 2000 (1,2%). Dos domicílios tipo apartamento 13,5% tinham densidade superior a dois moradores por cômodo servindo de dormitório em 2000, e esse percentual passa a ser de 7% em 2010. O percentual de cômodos cedidos ou alugados em relação ao total de domicílios apresentou variação de apenas dois pontos percentuais, eram 55% em 2000 e 53% em 2010.

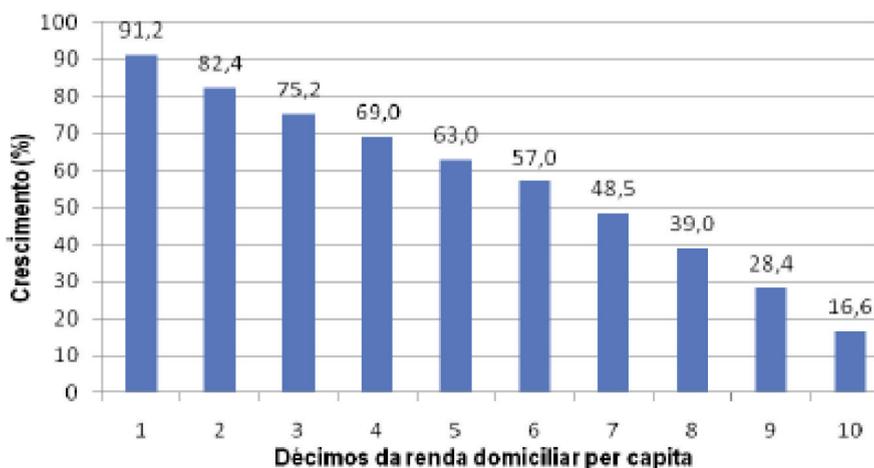
Por outro lado elevou-se a participação de domicílios com famílias conviventes³, de 4,2% em 2000 para 6,5% em 2010, e de do-

³ A convivência não implica necessariamente uma situação de déficit ou inadequação habitacional, podendo caracterizar um arranjo não relacionado à carência habitacional. A partir de 2007 a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD permite identificar aquelas famílias que “efetivamente têm intenção de constituir um domicílio exclusivo” (BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação, 2011,

micilios em aglomerados subnormais⁴, de 8,3% em 2000 para 9,8% em 2010.

As mudanças nas condições habitacionais ocorrem em paralelo à melhoria das condições de vida da população na “década inclusiva” (IPEA, 2012), com redução da pobreza e da desigualdade. A publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2012) mostra que houve maiores ganhos na renda domiciliar *per capita* dos decimos menores da distribuição, como mostra o Gráfico 6.1, o “que talvez esteja associado à escolha da combinação de políticas de rendas como reajustes do salário mínimo e expansão do Bolsa Família” (IPEA, 2012, p. 23).

Gráfico 6.1 – Variação por decimos de renda *per capita* na década, Brasil



Fonte: IPEA a partir dos microdados da PNAD

Fonte – IPEA (2012, p. 6).

Podemos supor como hipótese que as alterações observadas, resumidas no Quadro 6.1, indicam uma melhoria da situação habitacional individual das famílias no que diz respeito ao espaço físico, à formalidade na condição de ocupação através do aluguel e ao menor

p. 14) e a Fundação João Pinheiro passa a considerar apenas esse grupo na composição do déficit habitacional no Brasil.

⁴ A partir do Censo de 1991, o IBGE passou a adotar o conceito de *aglomerado subnormal*. O conceito, bastante genérico, buscava abarcar a diversidade dos assentamentos irregulares existentes no país. Aglomerado subnormal abarca favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros. Os avanços relativos à coleta de dados para o Censo de 2010 serão discutidos mais à frente.

comprometimento da renda com moradia, provavelmente associada aos ganhos de renda domiciliar observados na década. As mudanças de caráter negativo podem indicar que os ganhos individuais não representam obrigatoriamente uma melhoria urbana, mas o crescimento da participação dos domicílios em aglomerados subnormais pode ter sido influenciado por eventual subdimensionamento dos setores subnormais em 2000 descrito no próximo tópico.

Quadro 6.1 – Mudanças na participação relativa – 2000 e 2010

POSITIVAS	NEGATIVAS
MUDANÇAS NA PARTICIPAÇÃO RELATIVA 2000 e 2010	
<p>mais domicílios alugados x cedidos ou sob outras formas de ocupação</p> <p>domicílios com mais cômodos</p> <p>menor densidade por cômodo e por dormitório</p> <p>mais banheiros por domicílio</p> <p>menos domicílios com renda de até três salários mínimos e ônus excessivo com aluguel</p>	<p>mais domicílios com energia elétrica não fornecida por concessionária</p> <p>mais domicílios em aglomerados subnormais</p>

Moradia em Favela na RMSP: informalidade e setores subnormais

Desde 1991, o IBGE adota o conceito de *aglomerado subnormal*⁵ para identificar e tabular os dados relativos às moradias em favelas

⁵ De acordo com o *Manual de Delimitação dos Setores*, o Censo 2010 classifica como aglomerado subnormal “cada conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação atende aos seguintes critérios:

“a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos);

“b) Possuírem urbanização fora dos padrões vigentes (refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos) ou precariedade na oferta de serviços públicos essenciais (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica)” (IBGE, 2011).

no Brasil. O último censo nacional, de 2010, avançou na identificação dos aglomerados subnormais, a partir de uma pesquisa morfológica específica, com a identificação georreferenciada e visita de campo preparatória nos aglomerados. Em paralelo, o Censo de 2010 define como moradia em favela aquela que ocupa ou tenha ocupado “até período recente” terreno do qual o morador não é o proprietário (IBGE, 2011). A melhoria a coleta de dados pode mascarar um real incremento no número de domicílios favelados, já que o enorme crescimento pode estar associado a esse fato, sobretudo para as regiões Norte e Nordeste do Brasil. No caso da metrópole paulistana, desde 1991 a coleta de informações já era mais fidedigna. Assim, o crescimento deve estar próximo do real.

Tabela 6.6 – Domicílios em aglomerados sub normais, Brasil, Estado de São Paulo, Região metropolitana de São Paulo e município de São Paulo, 1991 a 2010

Local	Domicílios em aglomerados subnormais			Taxas anuais	
	1991	2000	2010	1991-2000	2000-2010
Brasil	1.144.319	1.650.548	3.334.529	4,15%	6,93%
Estado de São Paulo			748.801		
Região Metropolitana de São Paulo	240.863	461.633	596.479	7,50%	2,50%
Município de São Paulo	146.89	225.133	355.756	4,86%	4,68%

Fonte – IBGE – Censos de Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

O Brasil contava, em 2010, com 6.329 aglomerados subnormais, com mais de 11 milhões de pessoas moradoras. O estado de São Paulo concentrava 23,22% dos domicílios em aglomerados subnormais, em 2.087 assentamentos, 33% dos assentamentos do Brasil. A taxa de crescimento dos domicílios favelados era bem maior que a dos domicílios totais, atingindo a cifra de quase 7% entre 2000 e 2010. Como já foi dito, esse aumento de taxa pode estar relacionado à melhor coleta de informações sobre os aglomerados subnormais. Quase 80% dos domicílios favelados do Estado localizavam-se na região metropolitana. Desses, 59,64% estava no município central. A taxa de crescimento dos domicílios favelados decresce na década de 2000, quando comparada à da década anterior.

A catalogação de uma área como favela é feita a partir da existência de um processo de ocupação, por moradores, de uma área pública ou particular. O elemento definidor de favela é a ilegalidade da propriedade. No município de São Paulo, quando a área é pública, o

processo de identificação se inicia por abertura de processo administrativo interno à prefeitura, a qual notifica a Secretaria de Habitação e o Departamento de Patrimônio. Essas informações são repassadas para a Superintendência de Habitação Popular (Habi). Quando a área é privada, a subprefeitura é chamada para realizar a desocupação, respondendo a um processo judicial de reintegração de posse. Outra forma de identificação de favelas é a de rotina, quando, por vistoria em área, um fiscal nota a ocupação de terras e notifica a Habi. No caso da cidade de São Paulo, a consolidação das informações sobre favelas deram origem a um interessante cadastro de favelas disponibilizado pela Secretaria Municipal de Habitação (<http://www.habisp.inf.br>). Devido à diferenças metodológicas, dados do IBGE e da Prefeitura Municipal de São Paulo não coincidem totalmente: em 2000, o total de domicílios favelados para a prefeitura foi de 286.952, enquanto os dados censitários na mesma data apontavam um total de 226.937 (diferença de pouco mais de 60 mil domicílios, cerca de 21% do total estimado pela prefeitura). Em 2008, dados municipais apontavam que a população moradora em aglomerados subnormais era de 1.539.271 pessoas, enquanto o IBGE fornecia o total de 1.279.134 para 2010, diferença de 260 mil pessoas, equivalente a 17% do total. Percebe-se que essa diferença de cerca de 20% se mantém, devido inclusive parcialmente à subestimação do IBGE de favelas com menos de 50 unidades e pela inclusão, na estatística da prefeitura, de aglomerados ditos precários e não catalogados pelo IBGE como subnormais. O total de favelas para a Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo alcançava, em 2008, 1.643 aglomerados, enquanto para o IBGE em 2010 esse total era de 1.020 aglomerados.

Tabela 6.7 – Setores subnormais, domicílios e população moradora, 2000 e 2010

Local	2000				2010			
	setores sub normais	domicílios sub normais	pessoas em sub normais	total domicílios	total pessoas	setores sub normais	domicílios sub normais	pessoas em sub normais
São Paulo	1.067	227.234	902.490	2.954.732	10.215.800	2.027	356.692	1.283.932
Outros	986	188.909	750.267	1.976.544	7.260.989	1.278	241.632	885.570
RMSP	2.053	416.143	1.652.757	4.931.276	17.476.789	3.305	598.324	2.169.502

Fonte – IBGE – Censos Demográficos de 2000 e 2010/Centro de Estudos da Metrópole.

Em 2010, o IBGE identificou como subnormais 3.305 setores censitários na Região Metropolitana de São Paulo, um acréscimo de 60% em relação aos 2.053 classificados nessa condição no censo demográfico anterior, 2000. A quantidade de domicílios nos setores subnormais

passou de 416.143 para mais de 590 mil, com taxa de crescimento geométrica de 3,70% ao ano, bem superior à taxa de crescimento domiciliar total, de 2,06% anuais. A taxa de crescimento da população nos setores subnormais foi também superior (2,76% anuais) ao crescimento populacional na década, de 1,08% anuais. A média de domicílios por setor censitário subnormal diminuiu de 202 para 181, indicando que o crescimento se fez por maior ocupação de espaço, além da formação de novos (1.352 novos setores). Nota-se também que a taxa de crescimento da população foi menor que a taxa de crescimento dos domicílios subnormais, indicando uma diminuição do número de pessoas por domicílio. Verifica-se também que o maior incremento percentual ocorreu no município da capital.

Tabela 6.8 – Taxas de crescimento geométricas dos setores, domicílios e população moradora em setores subnormais

Local	Taxas geométricas de crescimento - 2000-2010				
	Setores	Domicílios subnormais	Pessoas em subnormais	Total de domicílios	Total de pessoas
São Paulo	6,63%	4,61%	3,59%	2,06%	0,89%
Outros	2,63%	2,49%	1,67%	2,32%	1,34%
RMSP	4,88%	3,70%	2,76%	2,06%	1,08%

Fonte – IBGE – Censos Demográficos de 2000 e 2010/Centro de Estudos da Metrópole.

De acordo com o censo de 2000, 18 municípios não tinham favela e não tinham a presença de aglomerados subnormais: Arujá, Biritiba-Mirim, Caieiras, Embu-Guaçu, Francisco Morato, Guararema, Jandira, Juquituba, Mairiporã, Mogi das Cruzes, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra e Vargem Grande Paulista. Em 2010, Caieiras e Francisco Morato passaram a apresentar esses aglomerados. Todos esses municípios, com exceção de Mogi das Cruzes e São Caetano do Sul, são municípios de pequenos porte, alguns com população em torno de 20 mil habitantes.

Tabela 6.9 – Município da metrópole com favela, domicílios e população favelada, 2000 e 2010

Município	2000					2010				
	Setores subnormais	Domicílios	Pessoas	Pessoas/domicílio	Domicílio/setor	Setores subnormais	Domicílios	Pessoas	Pessoas/domicílio	Domicílio/setor
Barueri	20	2958	11977	4,05	147,9	7	704	2702	3,84	100,57
Caieiras	0	0	0	0,00	0,0	6	670	2486	3,71	111,67
Cajamar	3	382	1501	3,93	127,3	3	796	2872	3,61	265,33
Carapicuíba	64	9170	36760	4,01	143,3	43	7800	29649	3,80	181,40
Cotia	3	293	195	0,67	97,7	3	352	1450	4,12	117,33
Diadema	114	21977	86360	3,93	192,8	135	24728	88394	3,57	183,17
Embu	33	5274	21598	4,10	159,8	56	8966	34207	3,82	160,11
Ferraz de Vasconcelos	2	406	1660	4,09	203,0	21	3100	1623	0,52	147,62
Francisco Morato	0	0	0	0,00	0,0	30	2470	8948	3,62	82,33
Franco da Rocha	5	723	2907	4,02	144,6	19	2559	9472	3,70	134,68
Guarulhos	235	41124	162270	3,95	175,0	313	57906	215825	3,73	185,00
Itapeerica da Serra	7	755	3027	4,01	107,9	3	387	1471	3,80	129,00
Itapevi	4	806	3185	3,95	201,5	4	848	3167	3,73	212,00
Itaquaquecetuba	1	144	579	4,02	144,0	35	7412	27563	3,72	211,77
Jandira	0	0	0	0,00	0,0	2	578	2072	3,58	289,00
Mauá	71	7167	68390	9,54	100,9	101	22884	64018	2,80	226,57
Osasco	164	28463	114427	4,02	173,6	128	21630	80743	3,73	168,98
Ribeirão Pires	2	364	1614	4,43	182,0	4	891	3267	3,67	222,75
Santana do Paranaíba	4	94	388	4,13	23,5	4	1172	4322	3,69	293,00
Santo André	66	17090	67651	3,96	258,9	112	23855	85636	3,59	212,99
São Bernardo do Campo	164	37368	146895	3,93	227,9	197	43052	152738	3,55	218,54
São Paulo	1067	227234	902490	3,97	213,0	2027	356692	1283932	3,60	175,97
Taboão da Serra	24	4351	17883	4,11	181,3	33	7351	26922	3,66	222,76
RMSP	2053	416143	1652757	3,97	202,7	3305	598324	2169502	3,63	181,04

Fonte – IBGE – Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Alguns municípios ou alguns de seus distritos também apresentaram diminuição no número de domicílios em aglomerados subnormais: Barueri, Carapicuíba, Itapeerica da Serra, Itapevi (onde os domicílios em aglomerados subnormais diminuíram, mas a população moradora teve acréscimo), e Osasco. O município de São Paulo apresenta 54,61% da população em aglomerados subnormais na metrópole no ano 2000 e 59,18% em 2010. Outros municípios como Guarulhos (9,82% em 2000 e 9,95% em 2010), São Bernardo do Campo (8,89% e 7,04%), Osasco (6,92% e 3,72%), Mauá (4,14% e 2,95%), Santo André (4,09% e 1,37%), Carapicuíba (2,22%) e Taboão da Serra (1,02 % e 1,24%) agrupam 42,92% da população favelada em 2000 e 34,29% em 2010. O resto distribuía-se nos 10 outros municípios metropolitanos com aglomerados subnormais. Nota-se o aumento de quase cinco pontos percentuais na proporção de favelados paulistanos no total de favelados da metrópole.

Há municípios metropolitanos que mostram uma proporção de domicílios favelados realmente muito alta, como Diadema, com mais de 21% dos seus domicílios em aglomerados subnormais, Embu, com 13,14%, Guarulhos, com 16,06%, Mauá, com 18,26%, Santo André, com 11,05%, São Bernardo, com 18,28%, Taboão da Serra, com 10,

15%, além do município da capital, com 10,02% dos domicílios e 11,50% da população nos aglomerados subnormais.

Tabela 6.10 – Região Metropolitana de São Paulo: proporção de domicílios e de população moradora em aglomerados subnormais, 2000 e 2010

Município	2000		2010	
	%domicílios favelados	%população favelada	%domicílios favelados	%população favelada
Arujá	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Barueri	5,34%	5,77%	0,98%	1,12%
Biritiba Mirim	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Caieiras	0,00%	0,00%	2,70%	2,95%
Cajamar	2,93%	3,14%	8,95%	4,58%
Carapicuíba	10,09%	10,79%	7,18%	8,03%
Cotia	0,76%	0,13%	0,60%	0,72%
Diadema	22,39%	24,34%	21,07%	22,93%
Embu	9,97%	10,57%	13,14%	14,25%
Embu Guaçu	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Ferraz de Vasconcelos	1,12%	1,18%	6,57%	0,99%
Francisco Morato	0,00%	0,00%	5,63%	5,82%
Franco da Rocha	2,80%	2,92%	7,22%	7,83%
Guararema	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Guarulhos	14,48%	15,58%	16,06%	17,78%
Itapeerica da Serra	2,26%	2,37%	0,91%	1,00%
Itapevi	1,93%	1,97%	1,47%	1,58%
Itaquaquecetuba	2,09%	0,21%	0,83%	85,11%
Jandira	0,00%	0,00%	1,78%	1,91%
Juquitiba	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Mairiporã	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Mauá	7,24%	18,86%	18,26%	15,42%
Mogi das Cruzes	0,00%	17,58%	0,00%	0,00%
Osasco	15,72%	0,00%	1,30%	12,13%
Pirapora do Bom Jesus	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Poá	0,00%	1,55%	0,00%	0,00%
Ribeirão Pires	1,29%	0,00%	2,63%	2,90%
Rio Grande da Serra	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Salesópolis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Santa Isabel	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Santana do Parnaíba	0,51%	0,54%	3,71%	3,97%
Santo André	9,21%	10,54%	11,06%	12,70%
São Bernardo do Campo	19,21%	21,37%	18,28%	20,39%
São Caetano do Sul	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
São Lourenço da Serra	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
São Paulo	7,69%	8,83%	10,02%	11,50%
Suzano	0,00%	0,00%	0,72%	2,38%
Taboão da Serra	1,34%	9,15%	10,15%	11,03%
Vargem Grande Paulista	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
RMS	8,44%	9,46%	9,89%	11,15%

Fonte – IBGE – Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Se considerarmos a média de moradores por domicílio por município, ela tem pouca variação. A maior densidade é de 4,1 moradores por domicílio em Cotia e a menor é 3,6 moradores por domicílio, tanto no município-polo quando em outros seis municípios da RM. Porém, na Tabela 6.11 é possível ver que analisando os aglomerados individualmente é possível identificar adensamentos domiciliares bem mais altos. No Jardim Zimbardi, em Guarulhos, por exemplo, a média de moradores por domicílio é de 5,9, bem mais alta que os 3,7 do município.

Tabela 6.11 – Aglomerados subnormais com maiores médias de moradores por domicílio – RMSP 2010

Aglomerados Subnormais na RMSP	Domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais	População residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais			Média de moradores por domicílios
		Total	Homens	Mulheres	
Jardim Zimbardi	86	506	250	256	5,9
Dois de Novembro	69	379	161	218	5,5
Aristeu Valente	135	707	345	362	5,2
Pau do Café II	144	748	385	363	5,2
Jardim Luzitânia II	107	547	286	261	5,1
Núcleo Ponte Alta I, II e III	32	160	75	85	5,0
Jardim Taipas	64	317	151	166	5,0

Fonte – IBGE – Censo Demográfico de 2010.

Como já tinha sido mostrado por Pasternak (2006), a tipologia construtiva das moradias em favela já em 2000 era prioritariamente de alvenaria. A Tabela 6.12, com dados do Censo de 2010⁶, a seguir mostra a prevalência de moradias com paredes em alvenaria, chegando a 95% na RMSP, sendo 69% com revestimento, e a 96% no município de São Paulo, sendo 71% com revestimento. Opções como taipa ou palha sequer aparecem no caso da RMSP. Já madeira aparelhada aparece com 1% e madeira aproveitada aparece com 3%, caracterizando, possivelmente, uma moradia provisória.

⁶ Para as tabelas de 6.12 a 6.17, não foi possível produzir tabulações comparativas para os anos de 2000 e 2010, pois os dados necessários não estavam disponibilizados pelo IBGE.

Tabela 6.12 – Domicílios em Aglomerados Subnormais por tipo de material das paredes externas – RMSP 2010

	RMSP		Demais Municípios		Só Polo (SP)	
Total	578.646	100%	224.875	100%	353.771	100%
Alvenaria com revestimento	399.443	69%	147.078	65%	252.365	71%
Alvenaria sem revestimento	150.903	26%	62.568	28%	88.335	25%
Madeira aparelhada	7.165	1%	4.192	2%	2.973	1%
Taipa revestida	183	0%	148	0%	35	0%
Taipa não revestida	482	0%	183	0%	299	0%
Madeira aproveitada	19.584	3%	10.168	5%	9.416	3%
Palha	24	0%	24	0%	0	0%
Outro material	862	0%	515	0%	347	0%

Fonte – IBGE – Censo Demográfico de 2010. Tabela 3999.

Tabela 6.13 – Domicílios em aglomerados subnormais por número de cômodos – RMSP 2010

Número de cômodos	RMSP		Demais Municípios		Só Polo (SP)	
Total	578.644	100%	224.873	100%	353.771	100%
1 cômodo	3.266	1%	971	0%	2.295	1%
2 cômodos	62.503	11%	22.704	10%	39.799	11%
3 cômodos	158.186	27%	60.989	27%	97.197	27%
4 cômodos	148.852	26%	57.112	25%	91.740	26%
5 cômodos	107.967	19%	40.270	18%	67.697	19%
6 cômodos	52.773	9%	22.303	10%	30.470	9%
7 cômodos	23.973	4%	10.583	5%	13.390	4%
8 cômodos ou mais	21.120	4%	9.937	4%	11.183	3%

Fonte – IBGE – Censo Demográfico de 2010. Tabela 4000.

Com relação ao tamanho dos domicílios, a Tabela 6.13 mostra que pouco mais de 50% dos domicílios têm entre três e quatro cômodos. Domicílios com cinco cômodos representam um quinto do total, enquanto domicílios com dois ou seis cômodos representam cerca de 10% cada. Os domicílios com apenas um cômodo são praticamente inexistentes (próximo de 1%). E os domicílios com oito cômodos ou mais (4%) são bem pouco representativos.

Independente do número de cômodos, metade dos domicílios em favela conta com apenas um dormitório, e cerca de 40%, com dois dormitórios. Ou seja, são domicílios pequenos para acomodar famílias numerosas.

Tabela 6.14 – Domicílios em aglomerados subnormais por número de dormitórios – RMSP 2010

Número de dormitórios	RMSP		Demais Municípios		Só Polo (SP)	
Total	578.647	100%	224.875	100%	353.772	100%
1 dormitório	288.155	50%	110.035	49%	178.120	50%
2 dormitórios	228.301	39%	88.706	39%	139.595	39%
3 dormitórios	54.251	9%	22.810	10%	31.441	9%
4 dormitórios ou mais	7.941	1%	3.325	1%	4.616	1%

Fonte – IBGE – Censo Demográfico de 2010. Tabela 4001.

A Tabela 6.15 mostra o número total de moradores segundo o número de dormitórios das moradias faveladas. É interessante notar que cerca de 40% dos moradores das favelas metropolitanas vivem em casas com apenas um dormitório. E 45% com casas com dois dormitórios.

Tabela 6.15 – Moradores em aglomerados subnormais por número de dormitórios – RMSP 2010

Número de dormitórios	RMSP		Demais Municípios		Só Polo (SP)	
Total	2.258.151	100%	974.365	100%	1.283.786	100%
1 dormitório	884.763	39%	359.650	37%	525.113	41%
2 dormitórios	1.010.229	45%	438.481	45%	571.748	45%
3 dormitórios	307.726	14%	149.810	15%	157.916	12%
4 dormitórios ou mais	55.433	2%	26.424	3%	29.009	2%

Fonte – IBGE – Censo Demográfico de 2010. Tabela 4002.

É interessante notar que a média de moradores por dormitório nas áreas de favela é bastante superior que a média geral para a metrópole, onde apenas 18% dos domicílios tinham dois ou três moradores por dormitório, e 54% dos domicílios têm apenas um morador por dormitório.

No que diz respeito à renda dos moradores das áreas de favela, a concentração de pessoas sem rendimento é bem alta, alcançando 41% no município de São Paulo, ou praticamente 700 mil pessoas. Some-se a isso o fato de que quase 20% dos moradores declararam uma renda inferior a um salário mínimo. Ou seja, a grande maioria dos moradores das favelas da Região Metropolitana de São Paulo tinham rendimento insuficiente em 2010.

Tabela 6.16 – Pessoas com 10 anos ou mais de idade, moradores em Aglomerados Subnormais, por classe de rendimento nominal mensal – RMSP 2010

Classes de rendimento nominal mensal	RMSP		Demais Municípios		Só Polo (SP)	
Total	1.720.019	100%	671.586	100%	1.048.433	100%
Até 1 salário mínimo	333.931	19,4%	135.965	20,2%	197.966	18,9%
Mais de 1 a 2 salários mínimos	517.417	30,1%	198.153	29,5%	319.264	30,5%
Mais de 2 a 3 salários mínimos	110.097	6,4%	46.556	6,9%	63.541	6,1%
Mais de 3 a 5 salários mínimos	48.452	2,8%	20.372	3,0%	28.080	2,7%
Mais de 5 a 10 salários mínimos	13.063	0,8%	5.858	0,9%	7.205	0,7%
Mais de 10 a 20 salários mínimos	2.750	0,2%	967	0,1%	1.783	0,2%
Mais de 20 salários mínimos	936	0,1%	541	0,1%	395	0,0%
Sem rendimento	693.374	40,3%	263.174	39,2%	430.200	41,0%

Fonte – IBGE – Censo Demográfico de 2010. Tabela 4003.

Novamente o indicador para os moradores de favelas é desfavorável em relação à renda média geral para a região metropolitana, onde 68% da população possuía renda de até dois salários mínimos. No caso das áreas subnormais, o percentual de moradores com renda de até dois salários mínimos alcança 89,8%.

No caso do município de São Paulo, dos 95 distritos apenas 18 não tinham a presença de aglomerados subnormais em 2000 e se mantiveram assim em 2010: Água Rasa, Bela Vista, Brás, Butantã, Cambuci, Casa Verde, Consolação, Jaguaré, Jardim Paulista, Liberdade, Marilac, Moema, Mooca, Perdizes, Pinheiros, República, Sé e Tucuruvi.

Três distritos que possuíam aglomerados subnormais de acordo com Censo de 2000, deixaram de tê-los em 2010: Alto de Pinheiros, Bom Retiro e Vila Formosa. A eliminação de moradias subnormais em distritos centrais, como Bom Retiro, ou de alta renda, como Alto de Pinheiro, não necessariamente é sinal de que esses aglomerados passaram por melhorias importantes ao longo da década. Muito possivelmente o desaparecimento desses domicílios está ligado à remoção dessas moradias em áreas irregulares. Para conclusões mais apuradas seria necessária uma pesquisa de campo específica.

Além desses, Aricanduva diminui o número de domicílios em aglomerados subnormais na década 2000-2010 em 60%, Campo Belo 22%, Cangaíba 29%, Ipiranga 35%, Limão 10%, Penha 46%, Santana 16%, São Mateus 10%, Tremembé 55% e Vila Medeiros 8%.

No geral, os distritos com presença de aglomerados subnormais ou que apresentaram diminuição na presença dos mesmos são distritos mais centrais.

Utilizando-se a distribuição dos distritos por anéis (PASTERNAK,

1986), percebe-se que a distribuição espacial dos aglomerados subnormais continua favorecendo o anel periférico: se em 1991 o percentual da população favelada que morava no anel periférico era de 56%, em 2000 essa proporção sobe para 67,27% e em 2010 atinge 66,30%. De outro lado, as proporções de domicílios favelados em relação ao total diminuem nos anéis interior e intermediário, embora tornem a surgir favelas no anel central. As taxas de crescimento da população favelada por anel conservam-se no anel periférico e aumentam significativamente no anel exterior. No município de São Paulo, os distritos com maior incremento absoluto de domicílios em aglomerados subnormais foram: Jardim Ângela (incremento de 17.624 pessoas entre 2000 e 2010); Grajaú (8.963); Pedreira (8.395) e Vila Andrade (7558); ao sul, Jaçanã (7.895); ao norte e Sapopemba (6.158) a leste). Esses distritos são todos periféricos, e seu incremento foi de 44% do incremento total no município.

Tabela 6.17 – Evolução da população e dos domicílios em aglomerados subnormais por anel, município de São Paulo, 1991- 2010

anéis	domicílios			população		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
central	62	0	528	211	0	1901
interior	1265	1023	1193	6156	4133	4295
intermediários	16181	19519	22650	74053	78857	81540
exterior	47733	65073	95357	230416	232895	343285
periférico	81651	141320	235587	398223	570933	848113
total	146896	226935	355315	711050	916818	1279134

Fonte – IBGE – Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Tabela 6.18 – Taxas geométricas de crescimento da população favelada, 1991-2010, por anel. Município de São Paulo

anel	domicílios		população	
	1991-2000	2000-2010	1991-2000	2000-2010
central	-100,00%	100,00%	-100,00%	100,00%
interior	-2,33%	6,82%	-4,33%	0,39%
intermediários	2,11%	6,91%	0,70%	0,34%
exterior	3,50%	3,42%	1,48%	2,70%
periférico	6,28%	2,15%	4,08%	4,04%
total	4,95%	2,72%	2,86%	3,39%

Fonte – IBGE – Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Em 2010, as maiores favelas metropolitanas eram Paraisópolis com 42.826 moradores e Heliópolis com 41.118 moradores. Fora do município polo, a maior favela era a Vila São Pedro em São Bernardo do Campo com 26.321 moradores.

Em relação à tipologia de localização na metrópole, a Tabela 6.19 mostra uma diminuição da proporção de população favelada nas áreas classificadas como superiores e médias: em 2000, o percentual de população moradora em aglomerados subnormais nessas duas tipologias alcançava 17,94% do total de favelados, e 4,89% da população dessas tipologias era favelada; em 2010, estes percentuais se reduziram para 0,59% e 3,72%. Tanto em 2000 como em 2010 os maiores números absolutos de população moradora em aglomerados subnormais aconteceu no tipo operário popular, embora proporcionalmente em 2010 a proporção de moradores favelados era bem superior, nessa tipologia, à de 2000. Entre 2000 e 2010, a proporção de moradores totais na tipologia popular operário mudou: no ano 2000, esta proporção alcançava 6,56% da população total, valor que passa a 1,16% em 2010. Houve um deslocamento dos residentes da tipologia popular operário para a tipologia operário popular. Na tipologia operário médio, o percentual de favelados aumentou ligeiramente, de 0,66% em 2000 para 11,77% em 2010.

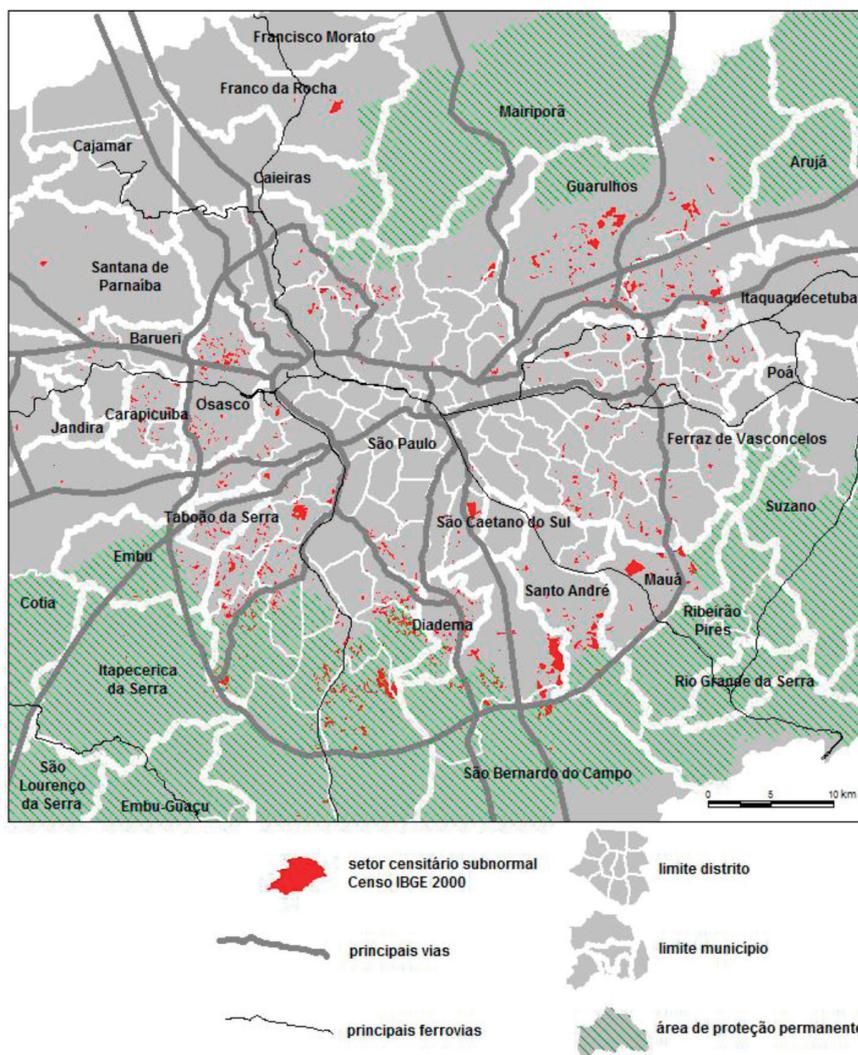
Tabela 6.19 – Domicílios e população em aglomerados subnormais e população total, por tipologia socioespacial, RMSP, 2000 e 2010.

tipologia	2000				2010			
	domicílios favelados	população favelada	população total	%	domicílios favelados	população favelada	população total	%
popular agrícola	0	0	8380	0,00%	0	0	8259	0,00%
popular operário	28724	116045	687616	16,88%	3665	13194	130913	10,08%
operário popular	97251	392894	4094203	9,60%	193580	696888	3883030	17,95%
operário médio	60241	243374	2283650	10,66%	121922	438919	3729579	11,77%
médio	37748	152502	2456653	6,21%	28403	105851	1817060	5,83%
superior	2971	12003	905702	1,33%	6745	24282	1685142	1,44%
total	226935	916818	10436204	8,78%	354315	1279134	11253983	11,37%

Fonte – IBGE – Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Os mapas 6.1 e 6.2 a seguir, mostram a localização dos setores classificados como subnormais em 2000 e 2010.

Mapa 6.1 – Localização dos setores subnormais em 2000

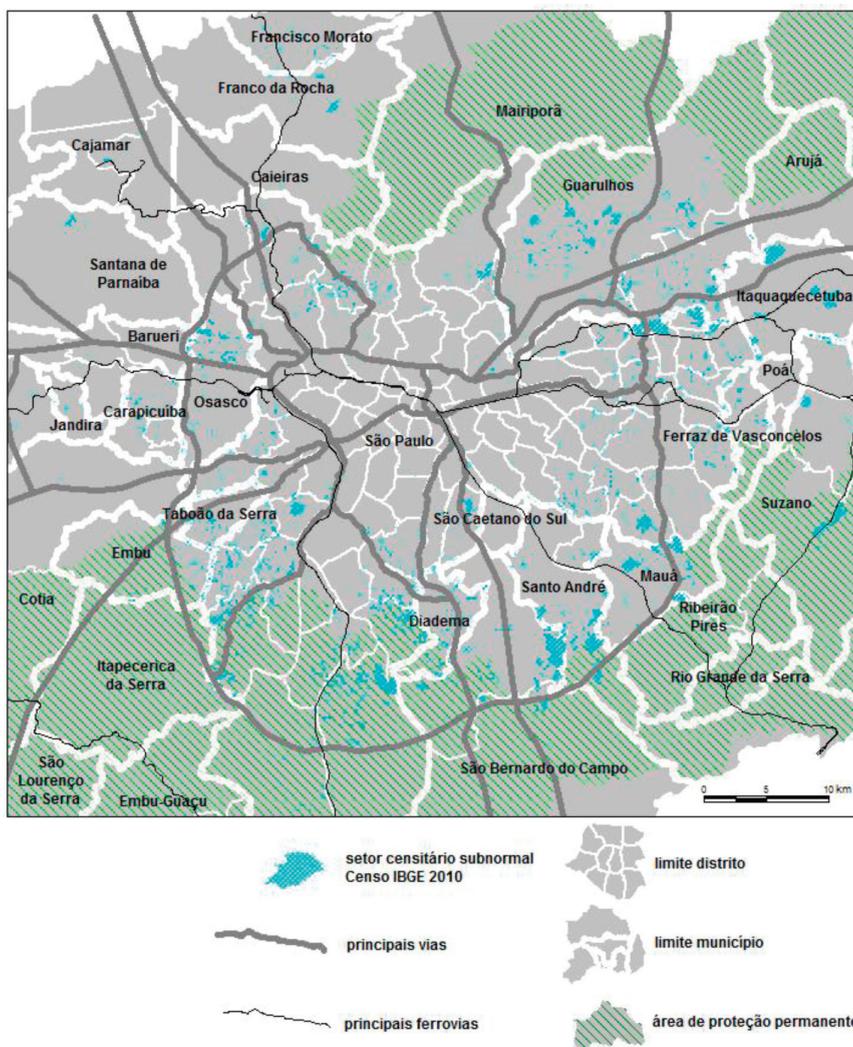


Elaborado pelos autores com dados e bases georreferenciadas referentes aos censos 2000⁷ e 2010⁸ disponibilizados pelo Centro de Estudos da Metrópole CEM.

⁷ Disponível em http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/censo/censo_2000.7z e consultado em 02/12/13.

⁸ Disponível em http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/censo/censo_2010.7z e consultado em 02/12/13.

Mapa 6.2 – Localização dos setores subnormais em 2010



Fonte – Elaborado pelos autores com dados e bases georreferenciadas referentes aos censos 2000⁹ e 2010¹⁰ disponibilizados pelo Centro de Estudos da Metrópole CEM.

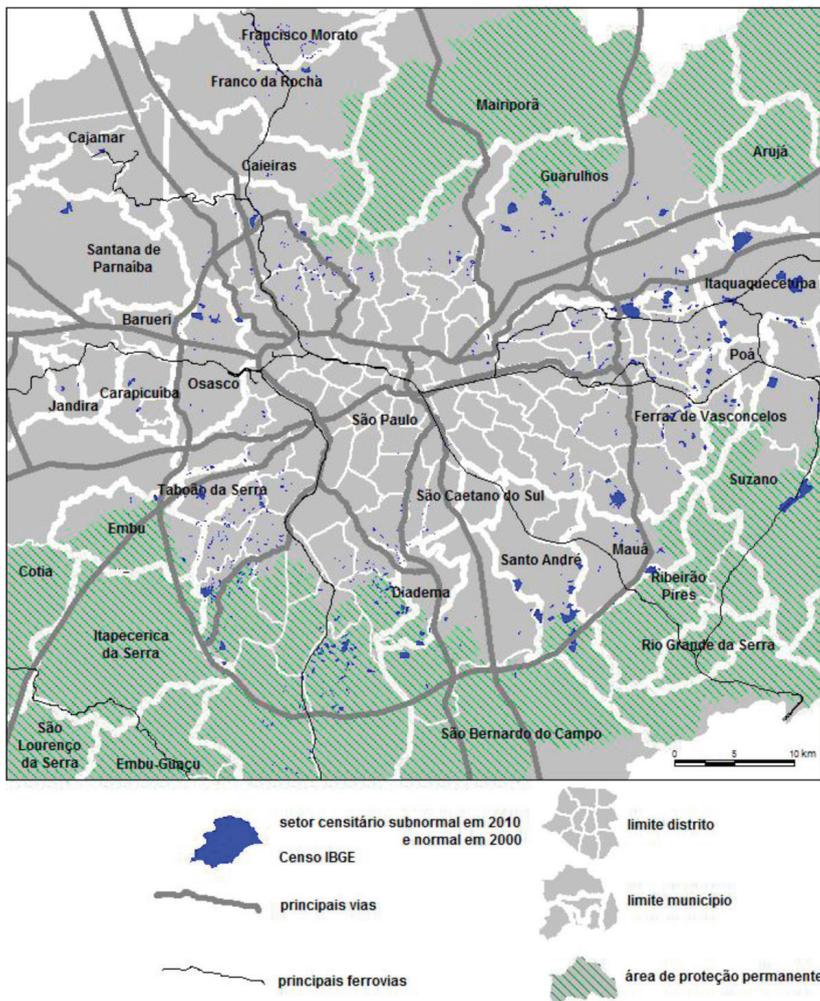
O Mapa 6.3 mostra a característica periférica dos setores subnormais assim classificados em 2010, mostrando apenas aqueles que an-

⁹ Disponível em http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/censo/censo_2000.7z e consultado em 02/12/13.

¹⁰ Disponível em http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/censo/censo_2010.7z e consultado em 02/12/13.

teriormente, em 2000, eram considerados normais. O mapa destaca o aumento na identificação dos setores subnormais na RMSP após a alteração na demarcação desses setores pelo censo de 2010.

Mapa 6.3 – Localização dos setores normais em 2000 e subnormais em 2010



Fonte – Elaborado pelos autores com dados e bases georreferenciadas referentes aos censos 2000¹¹ e 2010¹² disponibilizados pelo Centro de Estudos da Metrópole CEM.

¹¹ Disponível em http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/censo/censo_2000.7z e consultado em 02/12/13.

¹² Disponível em http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/censo/censo_2010.7z e consultado em 02/12/13.

Como já foi destacado inicialmente existe a possibilidade do incremento da subnormalidade estar associado a um eventual subdimensionamento dos setores subnormais em censos anteriores ao de 2010. No caso do Município de São Paulo, esse risco é menor já que as informações da prefeitura do Município relativas às ocupações irregulares já eram utilizadas em 2000 pelas equipes do IBGE para auxiliar nessa demarcação. Nos demais municípios, um procedimento mais acurado na demarcação a partir de 2010 pode ter incluído nessa categoria conjuntos de domicílios que, apesar de não apresentarem mudanças significativas nas condições socioeconômicas e de ocupação territorial, não haviam sido incluídos nessa categoria anteriormente. Portanto, conclusões relativas a esse incremento devem ser precedidas de análises mais detalhadas de cada um dos setores subnormais em comparação à sua situação em 2000.

O Mercado Formal – Empreendimentos imobiliários multifamiliares

Entre julho de 2000 e junho de 2010, foram lançados na Região Metropolitana de São Paulo 6.944 empreendimentos multifamiliares, horizontais ou verticais, com um total de 418.776 unidades habitacionais¹³.

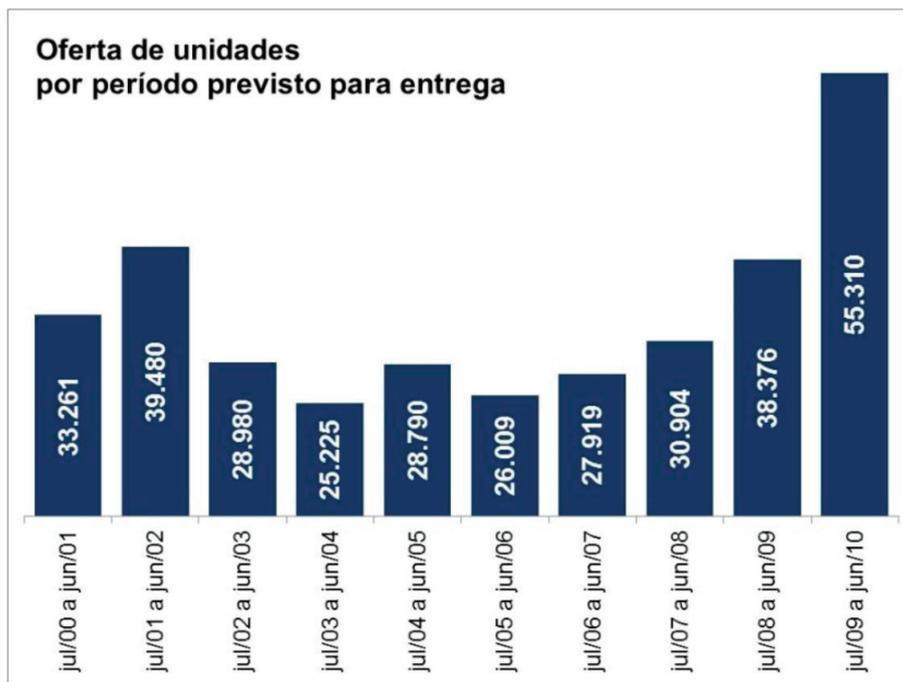
O total de unidades com entrega prevista para o mesmo período¹⁴ é de 324.254, distribuídas em 5.969 empreendimentos, e suficiente para atender a pouco mais de 30% da ampliação de 1,072 milhão de domicílios observada na Região Metropolitana de São Paulo na década. A previsão de entrega variou ano a ano (gráfico 6.2) oscilando mais na primeira metade da década e aumentando de forma contínua a partir de 2005. O período de julho de 2009 a junho de 2010 foi o que apresentou maior variação em relação aos 12 meses anteriores, contudo é importante observar que a ocupação de parte dessas unidades certamente não foi imediata e, portanto,

¹³ Fonte – base de dados da EMBRAESP disponibilizada pelo Centro de Estudos da Metrópole – CEM/CEBRAP em http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/upload/arquivos/Empreendimentos_Residenciais_85_11_RMSP_CEM.rar consultado em 02/12/13. Não foram incluídos na análise os empreendimentos que disponibilizam serviços de hotelaria, que totalizam 5.512 unidades em 41 empreendimentos.

¹⁴ Período definido para compatibilização com a data de referência dos censos demográficos do IBGE.

eventuais alterações associadas à entrega dessas últimas unidades não podem ser observadas nos resultados da amostra do censo de 2010 do IBGE.

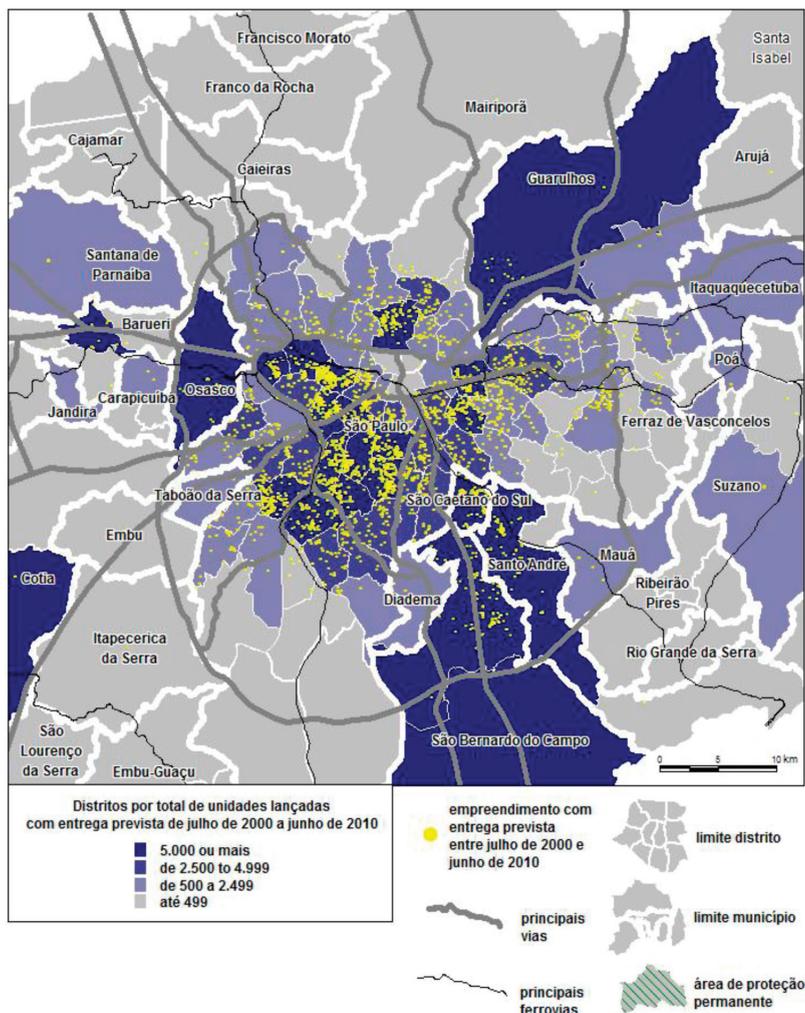
Gráfico 6.2 – Oferta de unidades por período previsto para entrega



Fonte – Elaborado pelos autores com dados e bases georreferenciadas referentes aos lançamentos residenciais da EMBRAESP¹⁵ disponibilizados pelo Centro de Estudos da Metrópole – CEM/CEBRAP.

¹⁵ Disponível em: http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/upload/arquivos/Empreendimentos_Residenciais_85_11_RMSP_CEM.rar e consultado em 02/12/13. Não foram incluídos na análise os empreendimentos que disponibilizam serviços de hotelaria que totalizam 5.512 unidades em 41 empreendimentos.

Mapa 6.4 – Localização dos lançamentos imobiliários multifamiliares com entrega prevista entre julho de 2000 e junho de 2010



Elaborado pelos autores com dados e bases georreferenciadas referentes aos lançamentos residenciais da EMBRAESP¹⁶ e censos 2000¹⁷ e 2010¹⁸ disponibilizados pelo Centro de Estudos da Metrópole – CEM/CEBRAP.

¹⁶ Disponível em: http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/upload/arquivos/Empresendimentos_Residenciais_85_11_RMSP_CEM.rar e consultado em 02/12/13. Não foram incluídos na análise os empreendimentos que disponibilizam serviços de hotelaria que totalizam 5.512 unidades em 41 empreendimentos.

¹⁷ Disponível em: http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/censo/censo_2000.7z. Acesso em: 02/12/13.

¹⁸ Disponível em http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/censo/censo_2010.7z e consultado em 02/12/13.

A maior parte desses empreendimentos, que totalizam 72% das unidades com entrega prevista para o período entre julho de 2000 e junho de 2010, está localizada no município de São Paulo, como mostra o Mapa 6.4. Alguns distritos da capital, apesar da menor área geográfica, tem previsão de entrega de unidades em número equivalente ao de grandes distritos em outros municípios como Guarulhos, Cotia e Osasco, e localizam-se predominantemente no vetor oeste-sudoeste com incidência também significativa nos eixos em direção ao extremo leste, a partir da Mooca, e ao norte, a partir da região de Santana. Ainda que em menor número, observa-se também a presença de empreendimentos lançados no vetor sudeste até os municípios da região do ABC com destaque para São Caetano, São Bernardo do Campo e Santo André.

Para as unidades com entrega prevista no período, os valores de venda no momento do lançamento foram atualizados para outubro de 2012, pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM da Fundação Getúlio Vargas – FGV. Selecionamos para uma análise mais detalhada as unidades com valor atualizado de até 200 mil reais que representam quase a metade (46%) das unidades a serem entregues no período intercensitário, de 2000 a 2010, em empreendimentos residenciais multifamiliares e cujo valor máximo está próximo do limite superior para as unidades obterem concessão de financiamento para comercialização vinculada ao programa do governo federal Minha Casa Minha Vida para famílias com renda de até cinco mil reais¹⁹.

¹⁹ Para possibilitar a concessão de financiamento no âmbito do programa federal Minha Casa Minha Vida, com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, o valor médio da unidade habitacional no empreendimento está limitado a 190 mil Reais, e a renda familiar dos adquirentes a cinco mil Reais, conforme Resoluções do Conselho Curador do FGTS – CCFGTS nº702, de 04.10.12, suas alterações e aditamentos, da Instrução Normativa do MCIDADES nº 30, de 15/10/12, 33, e 35, de 23/10/12, 47, e 48, de 27/11/12.

Tabela 6.20 – Unidades lançadas⁽¹⁾ na Região Metropolitana de São Paulo com entrega prevista para o período de julho de 2000 a junho de 2010

Faixa de valor total (Reais) (2)	Faixa de área útil (m ²)				Total Geral
	<50	50 - 100	100 - 150	>150	
<200.000	65.255	88.270	677		154.202
200.000 - 399.999	7.431	76.991	8.200	154	92.776
400.000 - 599.999	225	13.148	25.288	1.851	40.512
600.000 - 799.999		628	12.144	6.906	19.678
800.000 - 999.999		21	1.855	7.246	9.122
>1.000.000			683	17.281	17.964
	72.911	179.058	48.847	33.438	334.254

(1) Não inclui empreendimentos com serviço de hotelaria

(2) Valor atualizado da data de lançamento até outubro de 2012 pelo IGPM/FGV

Elaborado pelos autores a partir das bases de dados de lançamentos da EMBRAESP

Obs: Unidades em empreendimentos residências multifamiliares com valor atualizado em outubro de 2012 menor que R\$ 200 mil e previsão de entrega no período entre julho de 2000 e julho de 2010 na RMSP.

Os lançamentos com unidades de valor de venda atualizado menor que 200 mil reais ocorreram em 24 dos 39 municípios da Região Metropolitana, mas 60% das unidades (94 mil) foram lançadas no município de São Paulo.

Depois de São Paulo, a região do ABC foi a que mais concentrou oferta com esse perfil, 25,5 mil unidades (16%), com destaque para os municípios de São Bernardo do Campo e Santo André com mais de 9 mil unidades em cada um, e os demais distribuídos nos municípios de Mauá, Diadema e São Caetano do Sul com oferta de 1.000 a 2.000 unidades por município.

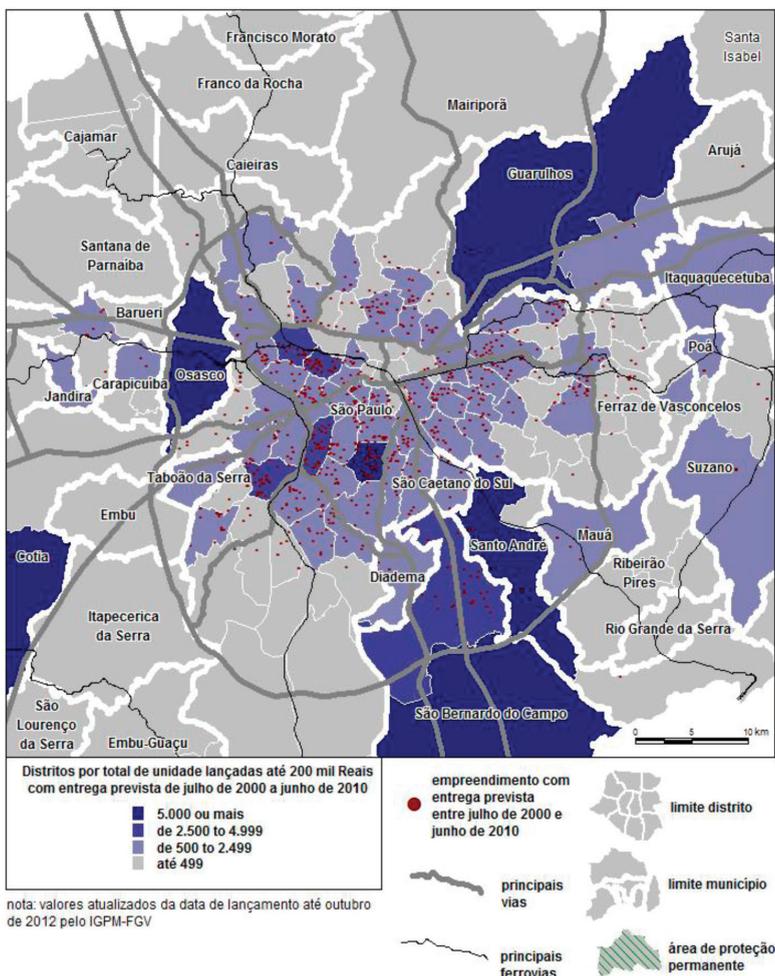
Nos municípios da parte oeste da Região Metropolitana foram disponibilizadas outras 18 mil unidades, 11% do total, concentradas principalmente nos municípios de Cotia e Osasco com, respectivamente, 6,1 mil e 5,7 mil unidades. Em Taboão da Serra, Barueri, Carapicuíba e Jandira, a oferta variou de 1.000 a 2.000 unidades, e houve empreendimentos com as características descritas, ainda que de poucas unidades em Embu das Artes (448), Itapevi (228) e Vargem Grande Paulista (164).

Em Guarulhos, foram lançadas mais de 10 mil unidades com valor atualizado de até 200 mil reais e com entrega prevista para o período intercensitário que, em conjunto com 1,4 mil unidades em Itaquaquecetuba e pouco mais de uma centena em Arujá, fazem com

que os lançamentos dessa porção nordeste representem 8% do total da Região Metropolitana.

Nos municípios ao norte da Região Metropolitana, próximo ao eixo das rodovias Anhanguera e Bandeirantes, apenas em Cajamar houve oferta de unidades residenciais nas condições descritas e em pequeno número (480). No Mapa 6.5, é possível visualizar as tendências descritas.

Mapa 6.5 – Localização dos lançamentos imobiliários multifamiliares com entrega prevista entre julho de 2000 e junho de 2010 e valor atualizado para venda de até 200 mil reais



Fonte – Elaborado pelos autores com dados e bases georreferenciadas referentes aos

lançamentos residenciais da EMBRAESP²⁰ e censos 2000²¹ e 2010²² disponibilizados pelo Centro de Estudos da Metrópole – CEM/CEBRAP.

No caso desses empreendimentos de menor valor, a região sudoeste do município de São Paulo perde importância relativa, apenas o distrito da Saúde teve mais de cinco mil unidades com entrega prevista durante esses dez anos. Lapa, Perdizes, Itaim Bibi e Vila Andrade foram, a seguir, os quatro distritos do município com mais unidades a entregar. Essas unidades estão distribuídas de forma mais uniforme pelo território, 59 distritos têm participação de pelo menos 1% das unidades disponíveis, enquanto as unidades de maior valor distribuem sua participação em apenas 48 distritos do município de São Paulo.

Mudança de perfil dos distritos e empreendimentos formais

Das unidades disponíveis para entrega de julho de 2000 a junho de 2010 no município de São Paulo, a maior parte está localizada no grupo de distritos que mantiveram o mesmo padrão do início da década, 71% das unidades com valor atualizado de venda de até 200 mil reais e 73% das com valor superior.

²⁰Disponível em: http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/upload/arquivos/Empreendimentos_Residenciais_85_11_RMSP_CEM.rar e consultado em 02/12/13. Não foram incluídos na análise os empreendimentos que disponibilizam serviços de hotelaria que totalizam 5.512 unidades em 41 empreendimentos.

²¹ Disponível em http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/censo/censo_2000.7z e consultado em 02/12/13.

²²Disponível em http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/censo/censo_2010.7z e consultado em 02/12/13.

Quadro 6.2 – Distribuição das unidades por grupo de distritos

Distrito	Faixa de valor		Padrão do Distrito 2000 para 2010
	Menos de 200 mil	A partir de 200 mil	
Barra Funda	19%	21%	de Médio para Superior
Bela Vista			
Butantã			
Campo Grande			
Lapa			
Liberdade			
Mooca			
Santana			
Tatuapé			
Vila Leopoldina			
Jaguará			
Sapopemba			
Vila Jacuí			
Vila Matilde			
Jardim Ângela	0%	0%	de Popular Operário para Operário Popular
Bom Retiro	5%	4%	de Médio para Operário Médio
Pari			
Vila Andrade			
Cidade Adhemar	2%	0%	de Operário Médio para Operário Popular
Jardim São Luís			
Demais distritos	71%	73%	Conservou
Total	100%	100%	RMSP

No grupo de distritos que passaram de padrão Médio para Superior, a participação de unidades com valores a partir de 200 mil é ligeiramente Superior (20%) do que a de imóveis de valor inferior (19%), e também se observa uma pequena diferença no grupo de distritos em que o padrão em 2000 era Operário e em 2010 tornou-se Médio, 4% dos imóveis de menor preço e 1% de participação dos com valor a partir de 200 mil reais.

Quadro 6.3 – Acréscimo de domicílios particulares permanentes em setores subnormais e total de unidades habitacionais lançadas por agentes formais em relação ao acréscimo total de domicílios

Agrícola sem alteração	Acréscimo de domicílios permanentes em aglomerados subnormais / Acréscimo total de domicílios	Total de unidades lançadas / Acréscimo total de domicílios
Agrícola sem alteração	0%	0%
Popular Agrícola sem alteração	1%	10%
Popular Operário sem alteração	15%	8%
Operário Popular sem alteração	19%	3%
Operário Médio sem alteração	12%	13%
Médio sem alteração	4%	13%
Superior sem alteração	1%	23%
de Popular Agrícola para Popular Operário	0%	1%
de Popular Operário para Operário Popular	37%	1%
de Operário Popular para Popular Operário	17%	8%
de Operário Médio para Operário Popular	27%	4%
de Operário Popular para Operário Médio	-5%	7%
de Operário Médio para Popular Operário	0%	10%
de Médio para Operário Médio	72%	38%
de Médio para Superior	2%	26%
Total	13%	10%

Procuramos avaliar, em caráter preliminar, se há algum indicador de correlação dos lançamentos e do acréscimo de domicílios em setores subnormais com a mudança do padrão dos distritos metropolitanos, observando, para cada grupo, acréscimo de domicílios particulares permanentes nos aglomerados subnormais e as unidades habitacionais lançadas pelos agentes formais do mercado em relação ao acréscimo total de domicílios particulares permanentes (Quadro 6.3). O único caso em que ambas as relações se afastam significativamente da média observada para a Metrópole, indicando uma tendência de melhoria, alta para lançamentos e baixa para subnormalidade, é para os conjuntos de distritos com padrão superior que não apresentaram alteração na década. A distância em relação à média que indica tendência de piora (alta para subnormalidade e baixa para lançamentos) ocorre no conjunto de áreas que passaram de Popular Operário para Operário Popular e de Operário Médio para Operário Popular.

Entendemos que não há nessa análise preliminar indicadores significativos, contudo não podemos descartar a hipótese de que a mesma avaliação para recortes espaciais menores que os distritos possa indicar resultados diferentes.

Política habitacional da década no município de São Paulo

Para a análise da política habitacional, vamos nos ater às questões pertinentes apenas ao município de São Paulo, uma vez que, como município-polo, acaba concentrando algumas das principais políticas de intervenção na área habitacional.

Ao longo da década analisada, a gestão municipal foi dividida por dois períodos bastante distintos. O primeiro, entre 2001 e 2004, compreendido pela gestão petista da prefeita Marta Suplicy. O segundo período, de 2005 a 2012 compreendido pela gestão Serra-Kassab.

Desde o ano 2000, existe um convênio “guarda-chuva” com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado (CDHU) para atuação no município de São Paulo (através da COHAB – Companhia Metropolitana de Habitação ou Secretaria de Habitação), onde prefeitura e governo do estado atuam em parceria para viabilizar intervenções em cortiços, favelas e mesmo construção de novas unidades.

Os programas e linhas de financiamento federal, como o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento ou o PMCMV foram importantes no delineamento de políticas em nível local, como os programas de intervenção em áreas irregulares (favelas ou loteamentos irregulares) ou mesmo as iniciativas de produção de novas unidades habitacionais.

Período 2001-2004

Em 2001, tem início no município de São Paulo uma administração municipal do Partido dos Trabalhadores (Marta Suplicy). A nova administração encontra uma situação habitacional deteriorada, com aumento das favelas e dos sem-teto. Como proposta prioritária, até o início do segundo semestre de 2001, foi colocada a revitalização da área central, valorizando seu papel como local de moradia da população pobre (*Programa de Reabilitação do Centro*).

Estimula-se a participação da população como forma de construção da cidadania.

O discurso da revitalização da área central, destacando seu papel privilegiado como local de moradia dos pobres, não se concretizou de fato. Apesar das ações do PRI (Programa de Recuperação Integrada), que delimitava áreas de intervenções urbanísticas em alguns segmentos deteriorados da região, e do Plano Diretor Municipal, que previa a demarcação de ZEIS (Zonas Espaciais de Interesse Social) em áreas centrais, apenas ações bastante tímidas foram efetuadas nessa região. Parte das intervenções deveu-se ao governo estadual, através do PAC (Programa de Atendimento aos Cortiços), levado a cabo por uma agência do governo estadual, parte foi responsabilidade do governo federal, através de plano de financiamento habitacional (PAR – Plano de Arrendamento Residencial).

O então governo municipal utilizou como instrumento de implantação de sua política habitacional o *Programa Bairro Legal*. Esse programa pode ser definido como um conjunto de ações integradas em territórios contínuos e delimitados, ocupados por população predominantemente de baixa renda. Compreende a urbanização e regularização de favelas e loteamentos irregulares e qualificação de conjuntos habitacionais. Os projetos de intervenção deveriam considerar a regularização fundiária, o acesso aos serviços e equipamentos públicos e às áreas verdes e de lazer (além de tentar incluir os favelados nos programas sociais e de geração de emprego e renda rotineiros do município, sem abrir nenhuma linha de atuação especial no assentamento).

A intenção era implantá-lo nas dez áreas de maior exclusão social na cidade. Diferente dos programas das gestões anteriores, exigia atuação integrada entre distintos organismos municipais, buscando também o envolvimento das demais esferas públicas, de organizações não-governamentais e da sociedade civil.

Entre as atividades realizadas, foi feito um levantamento dos imóveis vagos na região metropolitana passíveis de serem ocupados com moradia. Os imóveis vagos eram então estimados em 666.257 (dados do PNAD – Plano Nacional de Amostragem por Domicílio de 2005), totalizando 11,5% do estoque total de domicílios. As informações do PNAD 2005 mostravam que, entre as 666 mil casas, apenas pouco mais de 7 mil estavam totalmente deterioradas; 584 mil eram construções em condições de serem ocupadas, e 74.620 eram imóveis em construção.

Foi feito também um cadastro de loteamentos irregulares. Em

abril de 2002, constatou-se a existência de 2.866 desses loteamentos. Segundo o RESOLO (Departamento de Regularização de Parcelamento do Solo), órgão da PMSP, os loteamentos e condomínios clandestinos e irregulares ocupavam, na época, um quinto da superfície paulistana: somando 338,8 milhões de m².

Segundo o documento governamental, as intervenções em favelas, apesar das distintas concepções implementadas na década anterior, não conseguiram alterar de forma significativa o quadro urbanístico. Tanto as experiências de urbanização voltadas para o saneamento básico, quanto as experiências de reassentamento em novas unidades, mostraram-se pouco sustentáveis. As primeiras, pela dificuldade de incorporação à cidade formal de assentamentos com padrões urbanísticos tão distintos. A segunda, por configurarem intervenções parciais, implementadas sem participação da população, gerando rupturas com relações sociais consolidadas e ignorando investimentos dos moradores nas antigas casas, gerando novas dívidas.

Assim, propôs-se uma mudança de paradigma: substituição das políticas voltadas tanto para a produção de novas moradias como a voltada para saneamento por intervenções abrangentes, que considerassem de forma integrada a qualificação urbana, a regularização fundiária, a acesso a serviços e equipamentos públicos e áreas verdes, junto com programas sociais.

As áreas prioritárias de intervenção foram escolhidas por um critério de exclusão social (definido como uma situação de privação coletiva, que inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública). O *Bairro Legal* teve início, na sua primeira fase, por Capão Redondo, Brasilândia, Lajeado, Jardim Ângela e Grajaú, por concentrarem mais de 15% de população favelada. A segunda fase do programa atendeu os distritos de Campo Limpo, Guaianazes, Iguatemi e Anhanguera.

O programa habitacional da gestão Marta Suplicy se dividia em três partes:

- estímulo à produção de unidades habitacionais;
- articulação de financiamentos;
- legalização e urbanização de lotes e favelas.

Nas gestões anteriores, o carro-chefe da política de habitação popular era a construção de unidades novas (para as favelas, unidades

verticais em conjuntos de prédios – com ou sem elevador – no próprio espaço da favela, através de empreitada). Na gestão Suplicy, a prioridade foi dada à urbanização de favelas e lotes, e à regularização das áreas ocupadas.

A justificativa para tal procedimento, segundo o secretário de Habitação, era que a relação custo-benefício desse tipo de ação é melhor, permitindo atender maior parcela da população necessitada. Além disso, havia favelas e loteamentos extremamente consolidados, onde a ideia de remoção seria absurda. Assim, deveriam virar bairros.

Período 2005-2012

Se no governo Marta Suplicy existia uma intenção para o repovoamento do centro, por meio do *Programa de Reabilitação do Centro*, o governo Serra/Kassab (PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira) entendeu que esse repovoamento não deveria privilegiar a população de baixa renda. O que se percebeu foram algumas ações de restrição a programas de assentamento da população pobre nas áreas centrais, embora 59 edifícios abandonados na área central deveriam ter sido objeto de *retrofit* para sua ocupação por famílias de renda baixa.

Houve continuidade nos programas de regularização e titulação de imóveis irregulares, bem como nas intervenções de reurbanização de algumas favelas, como Heliópolis e Paraisópolis e outras grandes favelas. O projeto Guarapiranga, de saneamento e regularização de invasões em áreas de mananciais, continuou a ser implementado. Esse programa pode ser considerado o primeiro programa de urbanização de favelas em larga escala na cidade de São Paulo. Tendo como resultado quase uma centena de favelas urbanizadas, tornou-se um exemplo a ser observado. Muitas lições aprendidas datam dessa época.

Como resultado das sete primeiras intervenções, percebeu-se a importância da implantação de espaços públicos que permitissem aos bairros sua integração à vizinhança.

Observou-se que as intervenções em favelas ilustravam a possibilidade de reestruturação de seu espaço físico mantendo os investimentos já realizados pelos moradores na produção de suas moradias, de forma sustentável e garantindo a integração com a vizinhança (PMSP, 2008).

O conceito central desse tipo de intervenção é o da permanência da maioria dos moradores e da garantia de continuidade dos investimentos realizados na construção da moradia. Os projetos são especí-

ficos, adaptando-se às características das áreas e da topografia, e as propostas são necessariamente discutidas com os moradores, uma vez que a diversidade cultural das comunidades é considerada fator relevante para a definição dos partidos arquitetônicos a serem adotados. Até 2000, 22.808 famílias tinham sido atendidas por projetos de urbanização de favelas, sendo 11.226 no programa Guarapiranga/Mananciais; entre 2001 e 2008, mais 24.855 famílias foram atendidas, 7.412 no Programa Mananciais (CASTILHO, 2013, p. 34). Até 2012, 82.581 famílias foram atendidas pelo programa de urbanização de favelas do município de São Paulo, e 74.621 pelo programa Mananciais (PMSP, 2012, vol. 1), ou seja, 26% dos quase 597 mil domicílios favelados de 2010.

O Quadro 6.4 a seguir procura apresentar de forma sucinta a política habitacional das últimas décadas tanto em nível federal, quando estadual e municipal. Acreditamos que dessa forma a interface entre os diversos níveis da política habitacional recente fique mais clara.

Referências

- IBGE. Censo de 2010 aprimorou a identificação dos aglomerados subnormais. **Comunicação Social**. 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Déficit habitacional no Brasil 2008**. Brasília, 2011. Elaboração: Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações.
- IPEA. A década inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda. **Comunicados do IPEA**, Brasília, n. 155, set. 2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicadodoipea155_v5.pdf
- MOREIRA, F. A. **O lugar da autogestão no governo Lula**. 2009. Tese (Doutorado) – FAU, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- PASTERNAK, S. São Paulo e suas favelas. **Revista Pós**, São Paulo, FAU/USP, 2006.
- PASTERNAK, S. e D’OTTAVIANO, C. “Favelas: intervention policies and practices regarding precarious dwelling in Brazil”. In: ALDRICH, B. e SANDHU, R. **Low income household in the urbanizing world: retrospect and prospects**. Londres: Sage, no prelo.

Organização social do território e desigualdades de oportunidades educativas

*Dulce Maria Tourinho Baptista
Marisa do Espírito
Santo Borin*

Resumo: Este artigo trata da relação entre educação e desigualdade na Região Metropolitana de São Paulo. Mostra a organização social do território e a dinâmica de reprodução das desigualdades relacionadas à estrutura e às condições de acesso à educação. A hipótese que deu fundamento à análise é de que a segregação espacial influencia o desempenho escolar dos alunos. Foram utilizados como fonte de dados os censos de 2000 – 2010, as pesquisas do INEP-IDEB, Prova Brasil, Censo escolar e o IDHE dos municípios da área metropolitana estudada.

Palavras-chave: Educação; segregação; desigualdade social; desigualdade educacional.

Abstract: This article deals with the relationship between education and inequality in the Metropolitan Region of São Paulo. Shows the social organization of the territory and the dynamics of reproduction of inequalities related to the structure and terms of access to education. The hypothesis that gave foundation to the analysis is that the spatial segregation influences the academic performance of students. The 2000 – 2010 census, INEP-IDEB researches, Prova Brasil, school census and the IHDE the municipalities of the metropolitan area studied – were used as the data source.

Keywords: education; segregation; social inequality; educational inequality.

Introdução

Este artigo se insere em uma das preocupações relevantes da política educacional da atualidade, acerca da relação entre educação e os processos de diferenciação social e, mais diretamente, sobre a participação da educação na produção/reprodução das desigualdades entre os grupos sociais.

Nas últimas décadas muito tem sido discutido sobre as desigualdades escolares, apontando correlações entre a origem social dos alunos e seu sucesso ou fracasso escolar. As análises produzidas vão na direção de que são nos meios populares que se concentram os mais elevados índices de analfabetismo, reprovação, evasão, entre outros problemas escolares.

Nessa direção, o objetivo deste artigo é apresentar a organização social do território e sua dinâmica de segregação e de reprodução das desigualdades, com ênfase no cenário educacional das crianças e jovens em idade escolar. São analisados mecanismos ligados à política educacional e o impacto sobre o desempenho escolar das crianças e jovens da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e do Município de São Paulo (MSP).

As questões iniciais que pautaram este trabalho vão no sentido de identificar se há alguma influência entre o modelo de segregação configurado na RMSP e no seu município-polo (São Paulo) e o processo de aprendizagem e de oportunidades educacionais de crianças e jovens¹.

A compreensão da estrutura social a partir da análise do espaço social nos permite identificar a diferenciação que a noção de espaço traz, como “conjunto de posições distintas e coexistentes, definidas umas em relação às outras por sua *exterioridade mútua* e por relações de proximidade, de vizinhança e de distanciamento e, também, por relações de ordem como acima, abaixo e entre” (BOURDIEU, 1996:18-19).

¹ Um estudo que caminha nesta direção da territorialidade (vizinhança/bairro/cluster) x educação na realidade Latino-Americana é o de Nestor López (2008) que constata que, quanto mais pobre é um cenário, menos probabilidade têm suas crianças e adolescentes de completarem níveis significativos de escolaridade e de receberem educação de qualidade, evidenciando que a dimensão cultural é quase tão relevante quanto a econômica na configuração dos resultados educacionais.

Ver também: RIBEIRO, L. C. Q. e KAZTMAN. **A Cidade contra a Escola: segregação urbana e desigualdades de oportunidades em grandes cidades da América Latina** (2008) e RIBEIRO, L. C. Q., KOSLINSKI, Mariane C. et al (orgs) **Desigualdades Urbanas - Desigualdades Escolares** (2010); MARQUES, E. e TORRES, H. (orgs) **São Paulo: Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais** (2005).

A posição ocupada pelos agentes no espaço social, segundo Bourdieu (1996), apresenta semelhanças com as disposições que lhe estão incorporadas (*habitus*), o que reflete em tomadas de posição ou escolhas que realizam. As condições de acesso às estruturas de oportunidades decorrem principalmente do capital social (individual e coletivo) e do capital cultural.

Em outras palavras se o *habitat* contribui para fazer o hábito, este concorre também para fazer o *habitat* através de costumes sociais mais ou menos adequados que ele estimula fazer. Bourdieu (2006).

O artigo está organizado em duas partes: na primeira, apresenta-se um cenário da educação na RMSP em 2010 e, na segunda, encontram-se alguns resultados escolares do seu município polo (São Paulo).

Observa-se que os dados educacionais apresentados tanto da RMSP como dos do MSP, correspondem aos censos de 2000 e 2010 e se referem às crianças e jovens em idade escolar, de 7 a 17 anos².

Foram utilizados também informações do INEP³-IDEB⁴, Prova Brasil⁵ e Censo Escolar⁶ para as apresentações do desempenho escola. A análise da RMSP foi feita agrupando-se os municípios por níveis de integração, conforme artigo de Bógus e Pasternak (2013)⁷. Dessa

² As tabelas e mapas apresentados foram elaborados por Eliana Monteiro Rodrigues, técnica da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE.

³ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP;

⁴ Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Foi criado pelo INEP para medir a qualidade de educação nas escolas da rede pública e privada. Indicador que serve de referência para as metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Ministério da Educação.

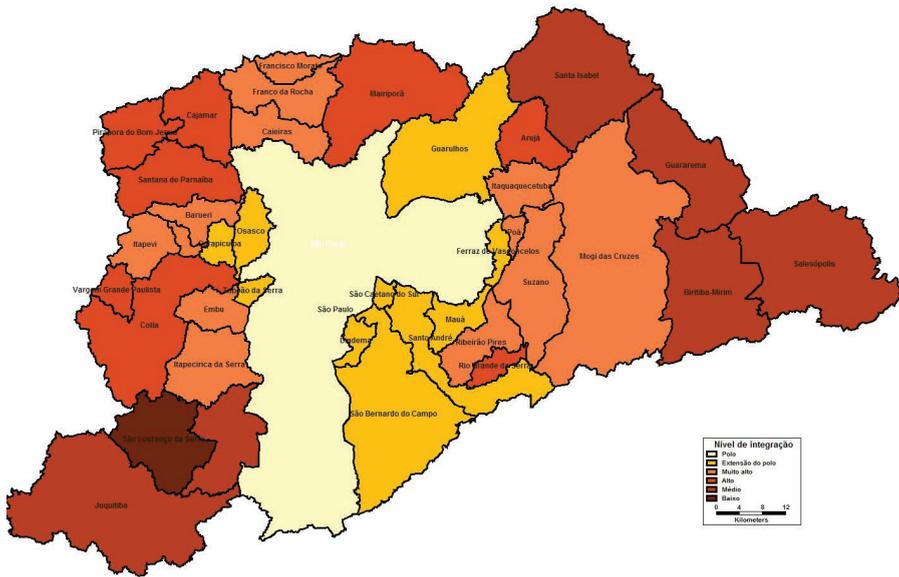
⁵ A Prova Brasil é um instrumento do INEP, que avalia os alunos da 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e os do 3º ano do Ensino Médio.

⁶ O Censo escolar é um levantamento de dados estatístico - educacional, de âmbito nacional, realizado todos os anos e coordenado pelo INEP. É feito com a colaboração das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas. Abrange os ensinos fundamental e médio, a educação especial e a educação de jovens e adultos (EJA).

⁷ Para a composição dos níveis de integração foram selecionadas as seguintes variáveis: população residente total de cada município em 2010, taxa de crescimento geométrico anual no período 2000-2010, grau de urbanização em 2010, percentual de ocupados em atividades não agrícolas no município em 2010, densidade demográfica dos setores censitários urbanos, PIB do município em 2009, total de rendimentos das pessoas residentes no município em 2010, somatória de entradas e saídas por movimento pendular no município em 2010, percentual de pessoas que entram ou saem no município para trabalhar ou estudar em 2010. A classificação foi elaborada através de análise fatorial feita por componentes principais e análises de cluster, conforme MOURA, Rosa, 2012.

forma, os 39 municípios da RMSP, classificados a partir da integração com o polo (MSP), foram assim organizados⁸: **polo**, **extensão do polo**, **muito alto**, **alto**, **médio** e **baixo**, conforme Mapa 7.1.

Mapa 7.1 – Municípios da Região Metropolitana de São Paulo por Níveis de Integração - 2010



Cenário da Educação na Região Metropolitana de São Paulo- RMSP

Inicialmente, é importante observar que a RMSP apresenta uma das maiores concentrações populacionais do mundo. São cerca de 20 milhões de residentes, em uma área de 8 mil quilômetros quadrados, que abrange 39 municípios. Em 2010, envolvia 47,7% de toda a população do Estado de São Paulo.

⁸ **Polo** : São Paulo

Extensão do polo: São Bernardo, Santo André, São Caetano, Diadema, Guarulhos, Mauá, Osasco, Carapicuíba, Taboão da Serra, Ferraz de Vasconcelos.

Muito alto: Barueri, Caieiras, Embu, Francisco Morato, Franco da Rocha, Itapeçerica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Mogi das Cruzes, Poá, Ribeirão Pires, Suzano.

Alto : Santana de Parnaíba, Mairiporã, Pirapora do Bom Jesus, Cotia, Cajamar, Arujá, Vargem Grande Paulista, Rio Grande da Serra.

Médio: Biritiba Mirim, Embu Guaçu, Guararema, Juquitiba, Salesópolis, Santa Isabel.

Baixo: São Lourenço da Serra.

A população da RMSP está mais velha, seguindo a tendência nacional. O índice de envelhecimento mudou de 20,73% em 2000 para 34,48 % idosos para cada 100 jovens em 2010, com proporção de pessoas a partir de 65 anos indo de 5,48% da população total para 7,12%. A proporção de menores de 15 anos é superior nos outros municípios que não a capital: 23,50% do total populacional para a periferia e 20,76% no MSP. A razão de sexo na capital favorece mais as mulheres do que na periferia: 89,93 homens para cada 100 mulheres, enquanto que na periferia esta proporção foi de 94,90, conforme análise do INCT - Observatório das Metrôpoles, 2011.

Tanto no núcleo da metrópole como na periferia o grupo etário predominante está na faixa de 25 a 29 anos, para ambos os sexos. Percebe-se que em 2010, a população em idade escolar é maior na periferia (24,86%) do que no núcleo (21,93%) o que demanda maior investimento educacional nessa área.

Ao mesmo tempo que a RMSP possui melhores oportunidades de trabalho e negócios, centros médicos de excelência, universidades, programações culturais, entre outros, em relações a outras áreas do Estado, de outro lado, apresenta índices de desemprego mais altos, violência, *déficits* de transporte público, saneamento, saúde e de ensino básico de qualidade.

Embora avanços tenham ocorrido nos últimos anos, a educação continua sendo um ponto crítico para o desenvolvimento do país e das regiões que se espalham por todo o território nacional.

Persistem desigualdades entre estudantes, entre escolas, entre segmentos sociais de uma mesma escola e entre diversas localizações delas. A escola é um reflexo da dinâmica territorial e, ao mesmo tempo, ela é a instituição capaz de transformar essa dinâmica.

O ambiente fértil para o aprendizado, isto é, em territórios que dispõem de acesso a bens, serviços, infraestrutura, equipamentos sociais, é apontado como facilitador para uma educação dinâmica e inclusiva, que aposta na premissa de que o conhecimento não se constrói apenas nos espaços da sala de aula.

O acesso às oportunidades educativas não se dá da mesma forma em diferentes localidades, ainda que a proposta pedagógica, os materiais educativos, entre outros, sejam os mesmos. Isto nos leva a supor que a divisão social da cidade, ou seja, a segmentação territorial e segregação residencial, é um elemento a mais que pode influenciar no processo de aprendizado e aproveitamento escolar dos

educandos, contribuindo com a desigualdade social e impedindo a sua redução⁹.

Esse cenário pode ser melhor compreendido através de alguns indicadores sociais e escolares dos municípios que compõem a RMSP, que serão analisados a seguir.

Os dados das tabelas 7.1 e 7.2 apontam os melhores e os piores municípios pelo índice do IDH (desmembrado). Observa-se que, **O IDHME (Educação)** é avaliado a partir do seguinte critério: **muito alto (0,800 a 1); alto (0,700 a 7,99); médio (0,600 a 6,999); baixo (0,00 a 0,499).**

Tabela 7.1 – Os Municípios da RMSP com os Melhores Índices do IDH

Nome do município	IDHM Geral	IDHR Renda	IDHML Longevidade	IDHME Educação
São Caetano do Sul	0,862	0,891	0,887	0,811
Santo André	0,815	0,819	0,861	0,769
Santana de Parnaíba	0,814	0,876	0,849	0,725
São Bernardo do Campo	0,805	0,804	0,855	0,752
São Paulo	0,805	0,843	0,855	0,725

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD - 2010

Tabela 7.2 – Os Municípios da RMSP com os Piores Índices do IDH

Nome do município	IDHM Geral	IDHR Renda	IDHML Longevidade	IDHME Educação
Vargem Grande Paulista	0,77	0,755	0,884	0,683
Carapicuíba	0,749	0,721	0,842	0,693
Itapeví	0,735	0,687	0,855	0,677
Embu	0,735	0,7	0,839	0,676
Franco da Rocha	0,731	0,702	0,852	0,654
Itaquaquecetuba	0,714	0,665	0,844	0,648
Francisco Morato	0,703	0,659	0,815	0,647

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD - 2010

⁹ Tal suposição também é expressa nas análises de Torres e Gomes (2002) quando apontam que áreas com rede de relações precárias (ou baixo capital social), espaços segregados com grande concentração de pobres, dificuldades de acesso à serviços, falta de organização social e de perspectivas, são em potencial, indutoras do desenvolvimento de uma cultura de desrespeito e desinteresse pela escola, o que ganha uma dimensão ainda mais complexa a ser enfrentada pelas políticas educacionais e sociais.

Os dados das Tabelas 7.1 e 7.2 evidenciam que são os resultados da educação, mais do que os de longevidade e de renda, que puxam os índices para baixo. A educação (IDHM)¹⁰ é o quesito com pior avaliação entre os índices. Esse resultado não se apresenta só na RMSP. O IDHM evoluiu no Brasil de 0,493 em 1991, para 0,727 em 2010, mas 30% das cidades brasileiras apresentam uma nota inferior a 0,5000. Apenas cinco municípios brasileiros apresentam um índice superior a 0,799 (alto), sendo um deles São Caetano do Sul (RMSP) como se pode constatar na Tabela 7.1.

A pior avaliação é encontrada no nível médio, sendo que, em 2013, apenas 41% dos jovens entre 18 a 20 anos terminaram essa fase de estudo, ou seja, 59% deles ainda não tinham completado este nível escolar em sua trajetória educacional. Quanto ao ensino fundamental, em 1991 o índice era de 30,1% dos que completaram essa fase escolar e em 2010 avançou para 54,9%, revelando um cenário bem mais otimista em função das políticas educacionais, mas ainda longe da meta de universalização do ensino nessa fase.

Os Municípios da RMSP que se destacam no IDHME são, em sua maioria, extensão do polo (MSP), a exemplo de São Caetano do Sul, que possui a melhor avaliação educacional da Grande São Paulo, vindo, a seguir, Santo André e São Bernardo do Campo, segundo dados da Tabela 7.1.

Contudo, observa-se que os piores índices de desempenho escolar do IDHME em 2010, também correspondem a municípios com alta integração com São Paulo, e que apresentam dados insatisfatórios no quesito educação, a exemplo de Francisco Morato, Itaquaquecetuba, Franco da Rocha e outros, demonstrados na Tabela 6-2.

Ao se analisar a escolaridade do chefe de domicílio, os dados do Censo de 2000 indicam um cenário muito crítico, em todos os municípios da RMSP, inclusive no polo, com percentuais muito altos de chefes sem instrução ou que possuem apenas o ensino fundamental incompleto, observando-se que esses índices se referem aos chefes com crianças e jovens em idade escolar. A média de chefes da RMSP nessa condição educacional é de 58,50%. Os índices mais críticos corres-

¹⁰ Indicadores/ critérios utilizados para o cálculo do IDHM: % da população com 18 anos ou mais com ensino fundamental completo; % da população de 5 a 6 anos frequentando a escola; % da população de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do fundamental ou que já concluiu; % da população de 15 a 17 com o fundamental completo; % da população de 18 a 20 anos com o ensino médio completo.

pondem aos municípios com baixa e média integração com o polo, como São Lourenço da Serra, Santa Isabel, Juquitiba, Embu-Guaçu e Biritiba-Mirim. Contudo, são preocupantes também os percentuais de alguns municípios que, embora classificados com alta e muito alta integração com o polo, como Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Itapeverica da Serra, Embu e Vargem Grande Paulista, entre outros, apresentam índices expressivos de chefes sem instrução.

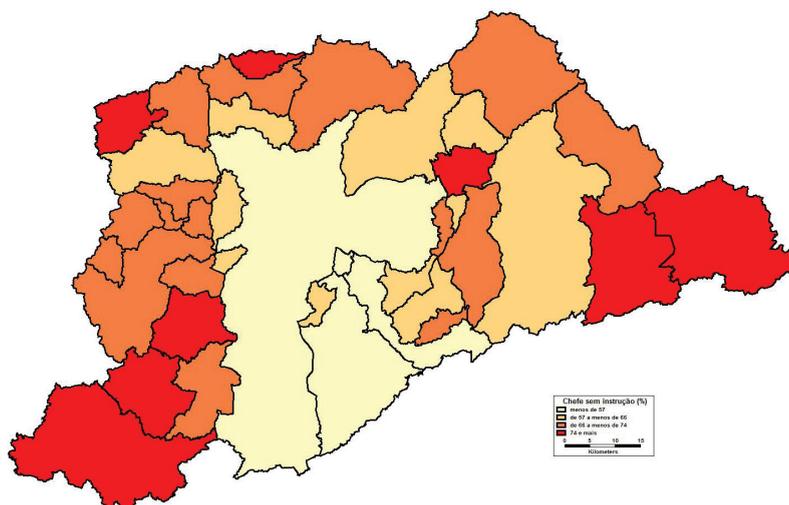
Por outro lado, vale ressaltar que, embora com índices muito reduzidos, encontram-se chefes com o ensino médio completo nos município de extensão do polo, conforme se visualiza na Tabela 7.3 e no Mapa 7.2.

Tabela 7.3 – Escolaridade do Chefe de Domicílio - 2000 (NA / %)

Nível de Integração	Sem instrução e fundamental incompleto		Fundamental completo		Médio completo		Superior completo	
	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%
Polo	1.057.815	54,59	335.023	17,29	354.859	18,31	189.895	9,80
Alto	72.366	67,66	15.137	14,15	12.406	11,60	7.040	6,58
Baixo	2.107	75,28	401	14,33	232	82,90	59	2,11
Extensão do Polo	558.565	59,48	170.295	18,13	157.949	16,82	52.349	5,57
Médio	30.840	72,70	5.552	13,09	4.484	10,57	1.543	3,64
Muito Alto	330.396	69,02	76.828	16,05	55.771	11,65	15.734	3,29
RMSP	2.052.089	58,50	603.236	17,20	585.701	16,70	266.620	7,60

Fonte : IBGE -2000

Mapa 7.2 – Chefe de Domicílio sem Instrução e ou Fundamental Incompleto – 2000



Fonte: IBGE- 2000.

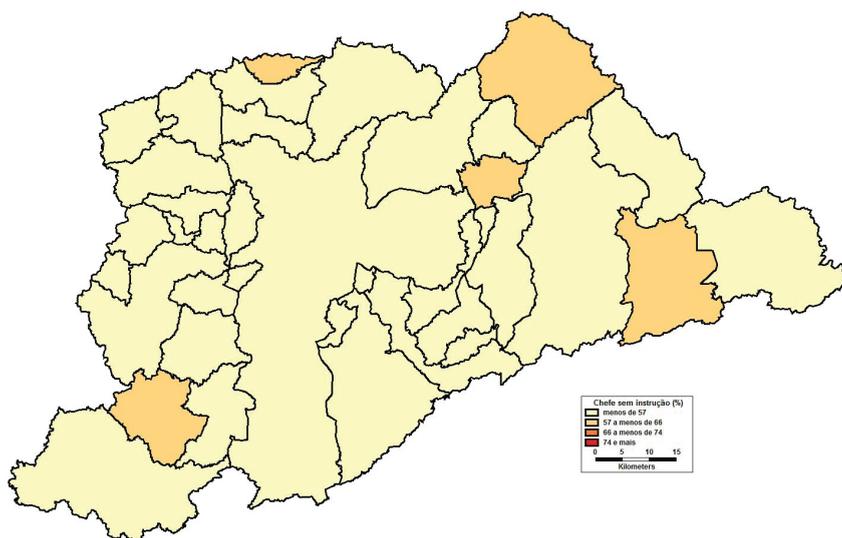
Em 2010, há uma melhoria no nível de escolarização dos chefes em quase todas as áreas, mas o quadro ainda é muito crítico, especialmente em São Lourenço da Serra, município de baixa integração com o polo, mas também, em alguns outros com média, alta e muito alta integração, como Embu-Guaçu, Santa Isabel, Biritiba Mirim, Salesópolis, Juquitiba, Pirapora do Bom Jesus, Cajamar, Arujá, Itapevi, Franco da Rocha e Itapeçerica da Serra, nos quais mais da metade dos chefes continua sem instrução ou apenas com ensino fundamental incompleto, conforme se observa na Tabela 7.4 e se visualiza na Mapa 7.3.

Tabela 7.4 – Escolaridade do Chefe de Domicílio - 2010 (NA / %)

Nível de integração	Sem instrução e fundamental incompleto		Fundamental completo e médio incompleto		Médio completo e superior incompleto		Superior completo	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Polo	806.251	44,10	349.558	19,12	436.294	23,87	219.007	11,98
Alto	59.006	47,76	22.874	18,51	29.599	23,96	11.118	9,00
Baixo	1.616	57,00	507	17,88	512	18,06	158	5,57
Extensão do Polo	387.057	43,40	179.298	20,10	241.595	27,09	76.763	8,61
Médio	22.946	54,11	7.715	18,19	9.621	22,69	2.038	4,81
Muito Alto	253.051	50,33	95.662	19,03	125.624	24,99	26.309	5,23
RMSP	1.529.927	45,11	655.614	19,33	843.245	24,86	335.393	9,89

Fonte: IBGE -2010

Mapa 7.3 – Chefe de Domicílio - sem instrução ou fundamental incompleto - 2010



Fonte: IBGE - 2010

Ao se analisar, em 2000, o atraso escolar de 1 ano ou mais, no 5º ano/4ª série, o que se observa é que, embora os dados revelem uma situação não tão crítica, os índices com atraso ainda são muito expressivos em todos os municípios, incluindo São Paulo. Os fatores responsáveis por essa situação são vários e de ordens diversas, conforme Consorti (1959). Alguns deles decorrem das condições de vida das crianças, como problemas de saúde, ambiente doméstico, necessidade de trabalhar para compor a renda familiar, desorganização familiar, mudanças de domicílio/endereço, a idade em que chegam à escola, a acomodação da família migrante recém chegada na cidade, a falta de oportunidades que possuem para o desenvolvimento da leitura, da escrita, o nível educacional dos pais, entre muitas outras questões. Outros motivos decorrem da própria organização e funcionamento do sistema escolar, como a falta de vagas, a seleção que é feita no ato da matrícula, o número insuficiente de escolas, ausência de acompanhamento escolar adequado aos alunos com déficit de aprendizagem e o número de repetências, entre outros, conforme se visualiza na Tabela 7.5.

Tabela 7.5 – Atraso de 1 ano ou mais no 5º ano/4ª série - % - 2000

Nível de Integração	Sem atraso	Com atraso	Total
Polo	66,45	33,55	100,00
Alto	67,08	32,92	100,00
Baixo	68,88	31,12	100,00
Extensão do Polo	69,63	30,37	100,00
Médio	66,37	33,63	100,00
Muito Alto	66,58	33,42	100,00
RMSP	67,31	32,69	100,00

Fonte: IBGE- 2000

Em 2010 há uma melhoria significativa nos índices de atraso no 5º ano (4ª série) em todas as áreas, mas ainda não são desprezíveis seus percentuais que se apresentam em todos os municípios, inclusive no polo. Isso se deve possivelmente às políticas públicas educacionais e sociais implantadas pelo governo federal e geridas pelas instâncias estaduais e municipais¹¹. Os dados da Tabela 7.6 evidenciam essa realidade.

¹¹ São elas :Plano de Metas “Todos pela Educação “; Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Lei 11.274/2006, que alterou a LDB, ampliando a duração do ensino

Tabela 7.6 – Atraso de 1 ano ou mais no 5º ano/4ª série - % - 2010

Nível de integração	Sem atraso	Com atraso	Total
Polo	81,14	18,86	100,00
Alto	81,20	18,80	100,00
Baixo	83,07	16,93	100,00
Extensão do Polo	83,35	16,65	100,00
Médio	81,88	18,12	100,00
Muito Alto	83,34	16,66	100,00
RMSP	82,03	19,93	100,00

Fonte: IBGE - 2010

Ao se analisar um tempo maior de atraso escolar no 5º ano/4ª série, ou seja, dois anos ou mais, a situação escolar revelada pelo censo de 2000 é mais satisfatória, em todos os municípios da RMSP, em que os índices com atraso aparecem em menores proporções. Observa-se mais uma vez que, o percentual mais alto de atraso escolar, está entre na região mais segregada, com baixa integração com o polo, e com alta concentração de pobreza, ou seja, São Lourenço da Serra, conforme dados da Tabela 7.7.

Tabela 7.7 – Atraso de 2 anos ou mais no 5º ano/4ª série - % - 2000

Nível de Integração	Sem atraso	Com atraso	Total
Polo	84,67	15,33	100,00
Alto	84,49	15,51	100,00
Baixo	77,18	22,82	100,00
Extensão do Polo	86,50	13,50	100,00
Médio	83,24	16,76	100,00
Muito Alto	84,66	15,34	100,00
RMSP	85,12	14,88	100,00

Fonte: IBGE - 2000

fundamental para 9 anos e a inclusão da criança de 6 anos nessa etapa de escolarização; Nova lei do FUNDEB (Fundo Nacional para Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos profissionais da Educação); Criação do Índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); Prova Brasil, Saeb, Censo Escolar, Política de ciclos, entre outras.

Em 2010, os percentuais de atraso escolar no 5º ano/4ª série, ou seja, dois anos ou mais, são bem reduzidos, quando comparados a 2000. É importante lembrar que nessa década as políticas sociais e educacionais,¹² estiveram bem mais focados na questão do atraso escolar, da evasão escolar e da aprendizagem, visando atingir uma educação de qualidade para nossas crianças e jovens. Os dados da Tabela 7.8 revelam esta situação.

Tabela 7.8 – Atraso de 2 anos ou mais no 5º ano/4ª série - % - 2010

Nível de integração	Sem atraso	Com atraso	Total
Polo	92,91	7,09	100,00
Alto	93,18	6,82	100,00
Baixo	94,23	5,77	100,00
Extensão do Polo	94,31	5,69	100,00
Médio	91,91	8,09	100,00
Muito Alto	93,97	6,03	100,00
RMSP	93,41	6,59	100,00

Fonte: IBGE - 2000

Por outro lado, é alarmante em 2000, os altos índices de atraso escolar, com 1 ano ou mais, no 9º ano/8ª série, que corresponde ao momento de encerramento do ensino fundamental. Os dados demonstram que quase metade dos estudantes dos municípios da RMSP estavam com um ano de atraso nesta etapa escolar. Esta é uma situação preocupante tendo em vista sua interferência no acesso ao ensino médio. Essa realidade se revela através dos dados da Tabela 7.9.

¹² As políticas sociais de transferência de renda, a exemplo do Bolsa família, Bolsa Escola, entre outras, vem tentando enfrentar um dos dramáticos desafios que é o de transformar as “externalidades negativas em positivas”, conforme Torres e Marques (2004), a favor de uma educação de melhor qualidade.

Tabela 7.9 – Atraso de 1 ano ou mais no 9º ano/8ª série - % - 2000

Nível de Integração	Sem atraso	Com atraso	Total
Polo	58,05	41,95	100,00
Alto	51,28	48,72	100,00
Baixo	65,83	34,17	100,00
Extensão do Polo	56,42	43,58	100,00
Médio	55,19	44,81	100,00
Muito Alto	50,99	49,01	100,00
RMSP	56,40	43,60	100,00

Fonte: IBGE -2000

Em 2010, essa realidade tem uma melhora, mas ainda são altos os índices com atraso escolar, destacando-se o caso de São Paulo, que possui, praticamente, o mesmo percentual de alunos com atraso na 8ª série, quanto o município de São Lourenço da Serra, de baixa integração com o polo. Os dados da Tabela 7.10 apontam essa realidade.

Tabela 7.10 – Atraso de 1 ano ou mais no 9º ano/8ª série - % - 2010

Nível de Integração	Sem atraso	Com atraso	Total
Polo	70,00	30,00	100,00
Alto	71,55	28,45	100,00
Baixo	69,27	30,73	100,00
Extensão do Polo	72,84	27,16	100,00
Médio	74,68	25,32	100,00
Muito Alto	70,33	29,67	100,00
RMSP	70,93	29,07	100,00

Fonte: IBGE- 2010

Pela Tabela 7.11, a situação de atraso de dois anos ou mais no 9º ano/8ª série, em 2000, não é tão crítica, embora os índices que ainda permanecem sejam significativos, em todas as áreas da RMSP, inclusive no polo.

Tabela 7.11 – Atraso no 9º ano/8ª série de 2 anos ou mais - % - 2000

Nível de Integração	Sem atraso	Com atraso	Total
Polo	79,98	20,02	100,00
Alto	74,72	25,28	100,00
Baixo	86,00	14,00	100,00
Extensão do Polo	79,80	20,20	100,00
Médio	80,17	19,83	100,00
Muito Alto	75,56	24,44	100,00
RMSP	79,17	20,83	100,00

Fonte: IBGE- 2000

Em 2010, a situação é muito mais confortável, embora ainda se encontrem percentuais expressivos que apontam atrasos de dois anos ou mais, apesar de toda a preocupação das políticas públicas educacionais. A Tabela 7.12 apresenta esse cenário.

Tabela 7.12 – Atraso de 2 anos ou mais no 9º ano/8ª série - % - 2010

Nível de Integração	Sem atraso	Com atraso	Total
Polo	87,38	12,62	100,00
Alto	87,22	12,78	100,00
Baixo	88,27	11,73	100,00
Extensão do Polo	89,08	10,92	100,00
Médio	87,02	12,98	100,00
Muito Alto	87,40	12,60	100,00
RMSP	87,83	12,17	100,00

Fonte: IBGE-2010

Ao se observar a situação dos jovens de 14 a 17 anos que abandonaram a escola em 2000, o que se constata é que os índices de evasão, embora tenham melhorado em relação a anos anteriores, ainda devem ser observados com cautela pelas políticas e reformas educacionais. Ver Tabela 7.13.

Tabela 7.13 – Jovens de 14 a 17 anos que já abandonaram a escola - % - 2000

Nível de Integração	Não abandonou	Abandonou	Total
Polo	86,60	13,40	100,00
Alto	86,37	13,63	100,00
Baixo	81,27	18,73	100,00
Extensão do Polo	87,43	12,57	100,00
Médio	81,14	18,86	100,00
Muito Alto	86,37	13,63	100,00
RMSP	86,71	13,29	100,00

Fonte: IBGE - 2000

Os índices de evasão em 2010 demonstram uma realidade mais animadora, principalmente em alguns municípios. Observa-se que, a evasão não deve ser justificada somente por motivos econômicos, em função da entrada dos jovens precocemente no mercado de trabalho mas, também, devido à repetência, à dificuldade de escrita e de acompanhamento do conteúdo, entre outros fatores. Esta é uma realidade que o governo vem enfrentando de forma prioritária, através das políticas sociais inclusivas. Tabela 7.14.

Tabela 7.14 – Jovens de 14 a 17 anos que já abandonaram a escola - % - 2010

Nível de Integração	Não abandonou	Abandonou	Total
Polo	87,58	12,42	100,00
Alto	88,76	11,24	100,00
Baixo	89,61	10,39	100,00
Extensão do Polo	89,33	10,67	100,00
Médio	87,61	12,39	100,00
Muito Alto	88,27	11,73	100,00
RMSP	88,19	11,81	100,00

Fonte: IBGE- 2010

Na tabela 7.15 complementam-se os dados educacionais dos municípios com os índices de melhores e piores IDH, no sentido de apre-

sentar a relação entre educação- desempenho escolar *versus* a caracterização dos espaços territoriais.

O Município de São Caetano se destaca com os melhores índices, tanto no ensino fundamental como no médio, seguido por São Bernardo e Santo André. São Paulo, apesar de concentrar renda e possuir espaços sociais privilegiados, apresenta espaços segregados com precárias condições de vida, abrangendo realidades diferenciadas em seus 96 distritos.

Tabela 7.15 – IDEB - Prova Brasil: Educação / desempenho escolar x caracterização dos espaços territoriais com melhores índices.

Rede Publica	4ª série 2005	4ª série 2007	4ª série 2009	4ª série 2011	8ª série 2007	8ª série 2009	8ª série 2011
São Caetano	5,4	-	5,9	6,4	5,5	5,8	6,1
Santo André	4,9	4,9	5,4	5,6	5	5,3	5,7
Santana de Parnaíba	4,3	4,4	5,2	5	4,4	4,7	5,1
São Bernardo do Campo	4,9	5,1	5,6	5,8	4,9	5,3	5,6
São Paulo	4,3	4,5	5	5,1	4,4	4,7	5,1

Fonte: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB/2013

Os municípios selecionados com os piores índices assemelham-se em relação ao desempenho escolar. Os percentuais apresentados nos oferecem condições para identificar as defasagens que existem nos espaços urbanos educacionais, conforme dados da Tabela 7.16.

Tabela 7.16 – IDEB- Prova Brasil: Educação / desempenho escolar x caracterização dos espaços territoriais com piores índices.

Publica (municipal e estadual)	4ª série (2005)	4ª série (2007)	4ª série (2009)	4ª série (2011)	8ª série (2007)	8ª série (2009)	8ª série (2011)
Carapicuíba	4,5	4,5	5,1	5,1	4,6	4,9	5,3
Embu	4,3	4,5	4,9	5,2	4,3	4,7	5,1
Francisco Morato	4,3	4,4	4,7	4,8	4,3	4,7	5,1
Franco da Rocha	4,3	4,4	5,1	5,5	4,4	5,1	5,4
Itaquaquecetuba	3,9	4	4,5	4,5	3,9	4,3	4,7
Itapevi	4,1	4,6	4,8	5	4,2	4,5	4,9
Vargem Grande	4,7	4,9	4,9	5,4	4,8	5,1	5,5

Fonte: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB/ 2013

A Tabela 7.17 apresenta taxas de rendimento escolar em três municípios representativos da RMSP, conforme dados do MEC de 2012, permitindo comparação entre os piores e melhores índices encontrados.

Tabela 7.17 – Taxa de rendimento escolar

TAXA Urbano-rural público – municipal e estadual	Carapicuíba	São Paulo	São Caetano
Aprovação fundamental	95,9	95,2	90,5
1ª ao 5ª	98,4	98,0	94,4
6ª ao 9ª	93,2	92,6	86,9
Médio	82,2	77,6	80,9
Reprovação fundamental	2,8	3,7	9,2
1ª ao 5ª	1,4	1,5	5,6
6ª ao 9ª	4,3	5,7	12,5
Médio	0,0	17,0	17,0
Abandono fundamental	1,3	1,1	0,3
1ª ao 5ª	0,2	0,5	0,0
6ª ao 9ª	2,5	1,7	0,6
Médio	6,8	5,4	2,1
Distorção idade/ série fundamental	5,5	7,5	9,2
Distorção idade/ série médio	16,4	22,0	16,9

Fonte: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB/ 2013

A partir do cenário apresentado, se pode inferir que a segregação territorial é um dos fatores que contribui para a presença dos piores indicadores educacionais. Isto pode ser comprovado quando se observa os municípios mais distantes do polo, que apresentam os menores índices das condições educacionais em todas as variáveis analisadas.

Por outro lado, é importante observar que os municípios mais integrados, também revelam índices críticos em relação ao desempenho escolar de crianças e jovens, nos levando a supor que há outros fatores, que não somente a segregação territorial, que impedem uma condição mais satisfatória da qualidade e do rendimento escolar dos alunos.

Novas análises merecem ser realizadas, para que outros fatores possam ser identificados e que venham contribuir para a hipótese de que há uma estreita correlação entre a dinâmica de segregação territorial e as oportunidades educacionais e as condições de acesso a elas.

O município de São Paulo

Núcleo central da RMSP, o município de São Paulo é um espaço

de grande complexidade, sendo composto por 96 distritos diferenciados em uma metrópole com toda a complexidade das grandes cidades do mundo.

Apresenta alta densidade populacional com mais de 11 milhões de moradores constituindo-se como o município mais populoso do Brasil e da América Latina. É polo de atração populacional e vivenciou, ao longo da sua história, um significativo crescimento demográfico. Nas últimas décadas vem sofrendo um processo de periferização onde a sua população mais pobre é levada a se deslocar para as suas bordas e municípios vizinhos, perdendo a sua área central um contingente populacional de 250 mil pessoas entre 1980 e 1991 e de 265 mil entre 1991 e 2000.

Este cenário se modifica na década de 2010 com dados demográficos que mostraram uma inversão no seu crescimento intraurbano, com o ganho de 216 mil residentes na sua área central, apontando mudanças do crescimento que antes foi periférico.

Assim sendo, São Paulo é uma grande metrópole densamente povoada por pessoas de diferentes classes sociais, que estão separadas por grandes distâncias simbólicas e de modos de vida. Seus diversificados espaços territoriais apresentam oferta educacional de diferentes níveis, inúmeros tipos de habitação, formas de acesso a transportes heterogêneos, serviços e equipamentos sociais diferenciados, evidenciando uma qualidade de vida urbana desigual entre seus habitantes.

O estudo em pauta busca caracterizar aspectos educacionais do município de São Paulo (MSP) cruzando-os com dados significativos e elucidadores acerca da realidade dos 96 distritos do MSP, no sentido de estabelecer as devidas relações entre a caracterização do território e o desempenho escolar.

Apesar de São Paulo ser um grande centro cultural e de formação educacional e constituir-se uma cidade essencialmente urbana com 9.814.134 habitantes na zona urbana em 2000 e 11.152.344 em 2010, apresenta ainda resquícios de áreas rurais: 621.414 pessoas em 2000 e 101.159 em 2010. Os dados chamam atenção para o alto percentual (39,1%) de jovens vivendo em áreas rurais, sendo que 18,9% se encontram em idade escolar.

Buscando uma melhor caracterização da cidade na perspectiva educacional, a tabela 7.18 apresenta a distribuição da população por faixa etária e o seu nível de escolaridade.

Tabela 7.18 – Distribuição da população por faixa etária e escolaridade (%)

Escolaridade	2000	2000	2010	2010
Faixa etária	Alfabetizados	Analfabetos	Alfabetizados	Analfabetos
15 a 24 anos	26,60	7,50	21,00	6,50
25 a 39 anos	34,30	22,10	33,90	16,00
40 a 59 anos	27,90	34,20	39,90	35,60
60 a mais	11,30	36,10	14,10	42,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE, Censos de 2000 e 2010

Observa-se no Brasil e no MSP uma queda significativa do analfabetismo na última década; os maiores índices correspondem à população idosa, ocorrendo uma diminuição de analfabetos nos últimos anos entre os jovens, conforme dados comparativos dos Censos de 2000/2010, apresentados na tabela 7.18.

As mulheres apresentam um nível de escolaridade superior ao dos homens, mantendo a mesma média no decorrer dos últimos 10 anos, conforme dados da tabela 7.19.

Tabela 7.19 – População por sexo e escolaridade - 2000/2010 (%)

Sexo/ Escolaridade	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
	2000	2000	2010	2010
Alfabetizados	84,70	85,10	88,80	89,50
Analfabetos	15,30	14,90	11,20	10,50
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE, Censos de 2000 e 2010

Esses dados, quando cruzados com o local de domicílio urbano e rural, evidenciam que na zona rural os homens são pouco mais alfabetizados do que as mulheres, conforme tabela 7.20.

Tabela 7.20 – População alfabetizada por sexo e local de domicílio - %

Alfabetizados - Sexo/Local de domicílio	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
	2000	2010	2000	2010
Urbano	94,40	94,70	99,10	99,20
Rural	5,60	5,30	0,90	0,80
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE, Censos de 2000 e 2010

São Paulo apresenta diversidade econômica, social e educacional entre os seus 96 distritos, sendo que a educação se configura e interfere nesse contexto. Essa questão está evidenciada na análise do IDHM que, conforme já visto, é de 0,805 e, quando desmembrado, apresenta índices superiores em relação a renda e longevidade (0,843 e 0,855, respectivamente) e inferior no que se refere à educação com 0,725.

Adentrando na análise de outras variáveis articuladas com a questão educacional nos distritos do MSP, verifica-se que as taxas de abandono escolar, principalmente no nível médio, são diferenciadas nos seus 96 distritos. A média apresentada em 2005 era de 6,02%, percentual este intermediário entre os dois extremos: o da Cidade Tiradentes (9,45%) contrastando com os distritos com melhores condições de vida, onde a taxa de abandono diminui para 2,53% em Vila Mariana, 2,62% no distrito de Santo Amaro e 2,95% em Pinheiros, segundo o INEP (2005).

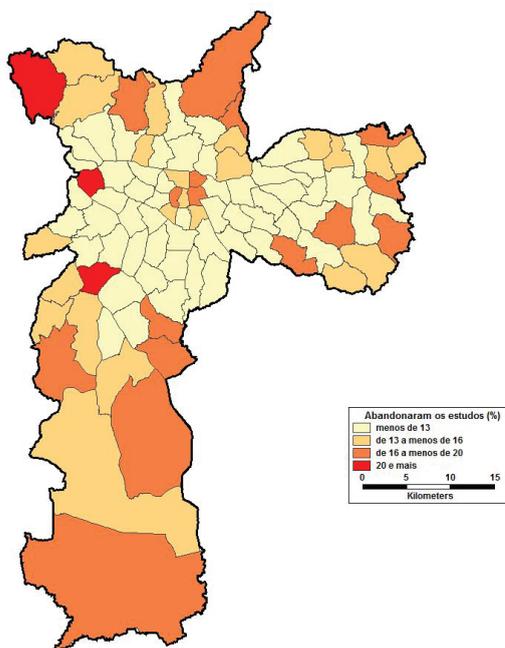
Comparando os dados ao longo da última década, 2000/2010, há um significativo número de adolescentes que abandonaram a escola, evidenciado conforme dados da tabela 7.21 e Mapas 7.4 e 7.5.

Tabela 7.21 – Jovens de 14 a 17 anos que abandonaram a escola -%

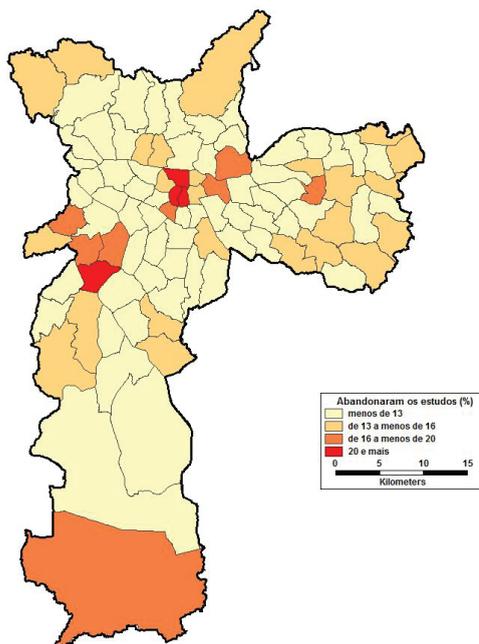
Maior índice	Menor índice	Maior índice	Menor índice
2000	2000	2010	2010
Vila Leopoldina 20,79	Tatuapé 4,24	Campo Limpo 12,58	Barra Funda 3,1
Vila Andrade 23,47	Lapa 6,28	Jardim Ângela 14,25	Itaim Bibi 4,17
Anhanguera 20,72	Jardim Paulista 4,14	Marsilac 19,4	Santo Amaro 4,39
Grajaú 18,91	Moema 4,84	Vila Andrade 20,12	Pinheiros 4,21
Brasilândia 18,36	Perdizes 4,47	Sé 25,58	Moema 4,95
Pedreira 18,49	Santo Amaro 4,47	República 29,38	Butantã 6,62
Capão Redondo 15,17	Consolação 5,51	Cidade Ademar 15,86	Consolação 6,17

Fonte: IBGE, 2000/2010

Mapa 7.4 – Abandono Escolar - 2000



Mapa 7.5 – Abandono Escolar – 2010



Observando-se os melhores e piores índices dos distritos em 2000, Vila Andrade apresenta 23,47% de abandono escolar e Jardim Paulista apenas 4,14%. Já em 2010, essas taxas extremas deslocam-se para outros distritos, sendo eles República com 29,38% e Barra Funda com 3,10%.

Os dados mostram uma tênue redução na taxa de abandono escolar nesse período. Em 2000, o número de jovens de 14 a 17 anos que não estavam estudando era de 99.028 (13,35%). Por sua vez, os que não abandonaram a escola eram 642.394 (86,64%).

Em 2010 são 81.789 jovens (12,37%) que abandonaram a escola, sendo que os jovens que estudavam correspondem a 579.202 (87,72%). Questiona-se o fato de não existirem projetos específicos direcionados a esses milhares de jovens que abandonam as escolas. O enfrentamento a essa questão dar-se-ia por meio de uma atuação de políticas efetivas de bem estar sócio-educacionais para essa população.

Constata-se no MSP que a escolaridade do responsável domiciliar se apresenta de forma diferenciada por distrito, como mostram os dados percentuais da tabela 7.22. Tomou-se como base a categoria “sem instrução e fundamental incompleto” para se medir o pior nível escolar e “superior completo” para a medição da maior escolaridade.

Tabela 7.22 – Nível de escolaridade do responsável do domicílio - % - 2000¹³

Sem instrução e fundamental incompleto (pior)	Superior completo (melhor)
Capão Redondo 66,61	Alto Pinheiros 54,91
Marsilac 89,69	Vila Mariana 56,85
Jardim Angela 76,56	Itaim Bibi 54,29
Itaim Paulista 68,86	Jardim Paulista 63,55
Iguatemi 74,25	Perdizes 54,54

Fonte, Censo IBGE, 2000

¹³ A média no MSP, em 2000, era: 54,59% na pior escolaridade (sem instrução e fundamental incompleto) e 9,80% na escolaridade superior. Em 2010, era de 44,10% para o pior nível educacional e 11,48% para o superior.

Observa-se em 2000 que, no distrito Jardim Paulista, 63,55% da sua população têm superior completo, sendo o maior índice do município. Já os que apresentam o pior índice de escolaridade são os distritos de Marsilac e Jardim Ângela com, respectivamente, 89,69% e 76,56% dos seus habitantes sem instrução e/ou com o fundamental incompleto.

Em 2010 observa-se que há uma melhoria na escolaridade do chefe com um decréscimo da baixa escolaridade de 54,59% para 44,10% dos chefes de domicílio da população com idade entre 7 e 17 anos. Já os chefes com maior escolaridade aumentam de 9,80% (2000) para 11,48% (2010).

Conforme dados levantados acerca desse contexto em 2013, os distritos do MSP que apresentam mais de 50% da sua população com superior completo são: Itaim Bibi, Jardim Paulista, Santana, Moema, Saúde e Vila Mariana. Os distritos com um número maior de pessoas sem instrução e/ou com o fundamental incompleto são: Capão Redondo (105.765 pessoas), Grajaú (157.231), Cidade Ademar (105389), Brasilândia (105.958) e Jardim Ângela (133.543), reproduzindo o constatado em 2010.¹⁴

Embora São Paulo apresente contínuas melhorias de infraestrutura, saneamento básico, rede elétrica e abastecimento público de água, nas áreas mais distantes do seu núcleo central, elas não chegam a amenizar a desigualdade que existe entre centro-periferia e nem a interferir substancialmente no desempenho educacional. A renda superior continua concentrada nos espaços mais privilegiados e centrais da cidade, assim como os melhores níveis de desempenho escolar.

Essa diversidade no espaço urbano de São Paulo pode ser constatada através do contexto da educação e da cultura, tendo em vista que:

... “dos 96 distritos da cidade, 45 não têm nenhuma biblioteca municipal (aliás, a maioria das bibliotecas municipais fecha aos sábados à tarde e domingos), 59 não têm nenhum centro cultural, 59 não têm nenhum cinema, 71 não têm nenhum museu, 52 não têm nenhuma casa de show e concerto e 54 não têm nenhum teatro”. (Grajew, 2012, p.3).

O atraso escolar no 5º ano/4ª série é também uma variável utilizada para mensurar o contexto educacional intra-urbano. Observa-se que houve avanço em 2010, quando comparado ao ano 2000, quanto aos percentuais de atraso escolar na 4ª série. Os dados mais significa-

¹⁴ Fonte: <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em 22 outubro de 2013.

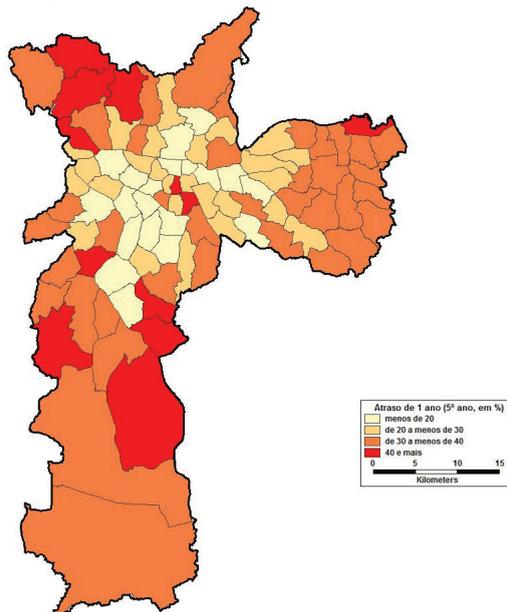
tivos e contrastantes estão representados pelos índices dos distritos na tabela 7.23 e Mapas 7.6, 7.7, 7.8 e 7.9.

Tabela 7.23 – Atraso escolar na 4ª série nos distritos do MSP- %

2000	2000	2010	2010
Atraso de 1 ano	Atraso de 2 anos	Atraso de 1 ano	Atraso de 2 anos
Brasilândia 47,10	Perus 27,61	Vila Leopoldina 32,10	Brás 15,82
Grajaú 44,68	Cambuci 26,56	Pinheiros 0,00	Cambuci 16,74
Jardim Ângela 43,83	Brasilândia 23,94	Jardim Ângela 24,67	Jardim Ângela 12,08
Vila Andrade 47,89	Grajaú 22,23	Campo Limpo 24,57	Brasilândia 10,51
Pedreira 42,33	Jardim Helena 21,28	Jabaquara 24,89	Alto de Pinheiros, Butantã, Campo Belo, Consolação, Moema, Lapa, Pinheiros, Santa Cecília 0,00

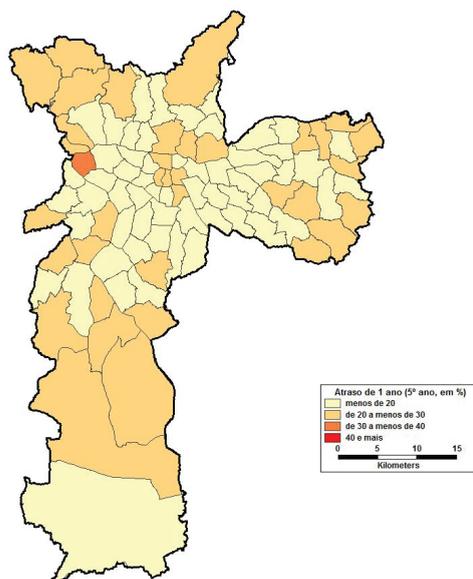
Fonte: IBGE, 2000 e 2010

Mapa 7.6 – Atraso de 1 ano - 4ª Série – 2000



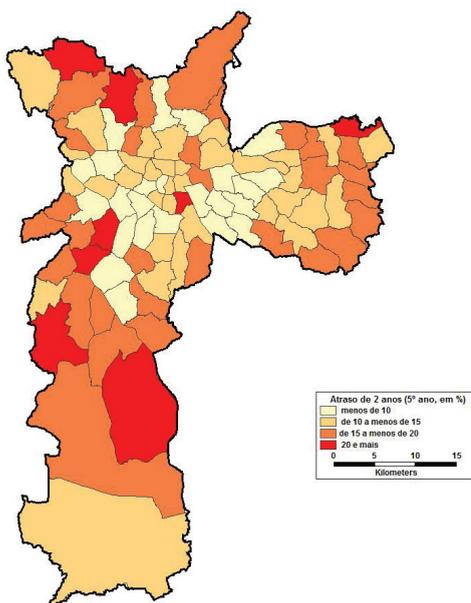
Fonte: IBGE - 2000

Mapa 7.7 – Atraso de 1 ano - 4ª série - 2010



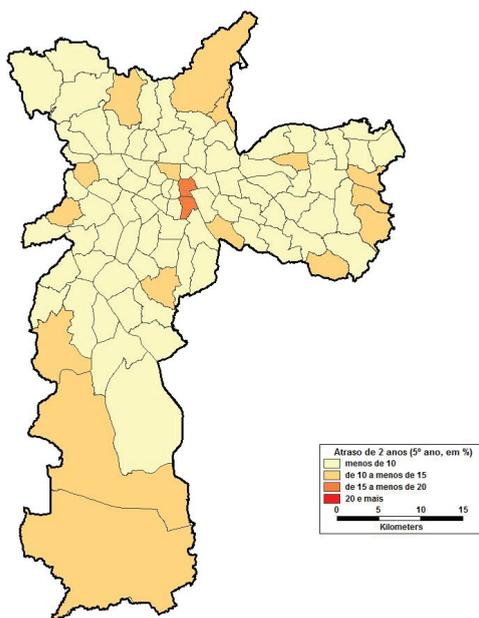
Fonte: IBGE - 2010

Mapa 7.8 – Atraso escolar de 2 anos ou mais - 4ª série - 2000



Fonte IBGE; 2000

Mapa 7.9 – Atraso escolar de 2 anos ou mais na 4 série - 2010



Fonte: IBGE – 2010

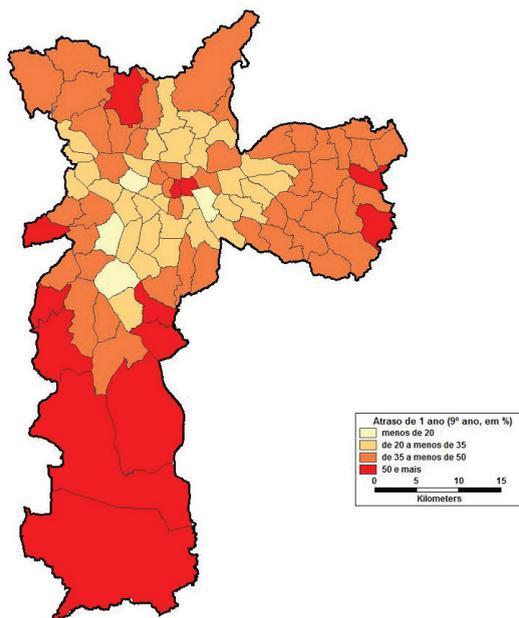
Em relação ao atraso na 8ª série, ele é nulo, ou seja, não existe em alguns distritos privilegiados em São Paulo, enquanto que, em outros, parcela significativa do alunado se encontra em atraso em relação à idade e nível escolar, a exemplo de Vila Leopoldina, em 2010, com índices elevados de estudantes com um e dois anos de atraso, conforme tabela 7.24 e Mapas 7.10 e 7.11.

Tabela 7.24 – Atraso - na 8ª série nos distritos de São Paulo (%)

2000	2000	2010	2010
Atraso 1 ano	Atraso 2 anos ou mais	Atraso 1 ano	Atraso 2 anos ou mais
Capão Redondo 52,67	Artur Alvim 46,07	Vila Leopoldina 48,15	Brás 26,92
Parelheiros 63,28	Brasilândia 41,68	Campo Limpo 33,86	Pari 22,13
Cidade Ademar 50,96	Parelheiros 37,74	Artur Alvim 46,07	Sé 25,74
Grajaú 55,48	Vila Leopoldina 36,65	Brasilândia 41,68	Vila Leopoldina 37,65
Alto de Pinheiros 0,00	Cidade Ademar 38,26	Parelheiros 37,74	Alto de Pinheiros, Barra Funda, Bela Vista, Butantã, Consolação, Santa Cecília 0,00

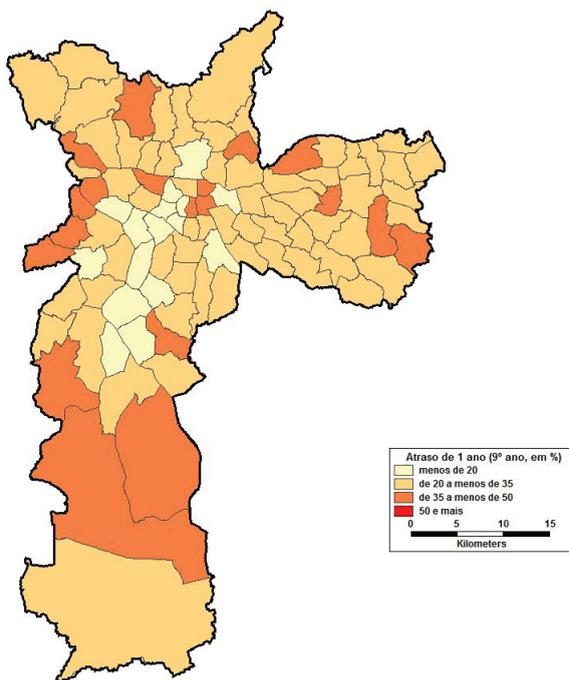
Fonte: IBGE, 2000/2010

Figura 7.10 – Atraso escolar de 1 ano no 9º ano/8ª série - 2000



Fonte: IBGE - 2000

Mapa 7.11 – Atraso escolar de 1 ano no 9º ano/8ª série – 2010



Fonte: IBGE -2010

Em relação aos dados de analfabetismo por distrito, estes evidenciam em 2000 e 2010 que os mais precários encontram-se abaixo da média da cidade, enquanto que os superiores estão bem acima, conforme dados da tabela 7.25.

Tabela 7.25 – Analfabetismo nos distritos do MSP -%

2000	2000	2010	2010
Menos	Mais	Menos	Mais
Perdizes 1,00	Grajaú 7,30	Perdizes 0,30	Parelheiros 6,00
Itaim Bibi 0,90	Parelheiros 8,70	Itaim Bibi 0,40	Grajaú 5,80
Alto de Pinheiros 1,10	Jardim Ângela 8,10	Alto de Pinheiros 0,40	Jardim Ângela 5,60
Pinheiros 1,20	Jardim Helena 7,70	Pinheiros 0,50	Iguatemi 5,70
Vila Mariana 1,20	Marsilac 9,90	Vila Mariana 0,70	Marsilac 9,00

Fonte: <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em 22 outubro de 2013

A partir do cenário educacional apresentado, vale ainda registrar que, no cálculo e análise do INEP, São Paulo obteve resultados dentro da média brasileira e até mesmo um pouco acima dos índices alcançados em outros municípios do país. Entretanto, deve-se observar que não representa um bom desempenho, uma vez que o índice varia de 0 a 10 e o melhor resultado de São Paulo, em quatro anos, foi de 5,1¹⁵.

Isto mostra que São Paulo tem muito a conquistar em sua área educacional, tendo em vista que é a maior e mais rica cidade do país, mas, contraditoriamente, ainda apresenta grande desigualdade sócio-educacional.

Considerações Finais

Saber sobre o território e apreender sobre seus espaços intraterritoriais são meios de pensar, buscar, planejar e reivindicar outra forma de divisão do espaço, menos desigual e menos fragmentado entre segmentos sociais antagônicos.

Somente ações coordenadas, envolvendo diversas dimensões de políticas pública, serão capazes de desconstruir a situação de desespe-

¹⁵ O MSP obteve, conforme dados do IDEB (2013) os seguintes resultados referentes à 4ª série do ensino fundamental: em 2005, (4,3); em 2007 (4,5); em 2009 (5,0) e em 2010 (5,1). E relação a 8ª série os índices foram: 2007 (4,4); em 2009 (4,7) e em 2011 (5,1).

rança e de reprodução da pobreza, concentradas em muitas de nossas cidades.

Diagnosticar a cidade na dimensão educacional e intraurbana é constatar a *urbs* que temos, para servir de subsídio para planejar a cidade que queremos: a utopia de cidade não permite a sua convivência com espaços segregados e de reprodução da marginalização.

Com essas constatações sobre a realidade territorial e educacional da RMSP, fica evidente que estão nos espaços mais privilegiados as melhores condições educacionais, reforçando-se a tese do educador Anísio Teixeira (1964) sobre a “escola seletiva”, que reproduz as relações de segregação por meio da educação. Em sua visão, a escola seletiva é a que não cumpre a função de ministrar uma cultura básica ao povo brasileiro. “O ensino primário vem se fazendo um processo puramente seletivo”, isto é, “escolha de alguns destinados a prosseguir a educação em níveis pós-primários”. A educação tem um papel fundamental na construção de uma sociedade mais igualitária, pois não há escolaridade básica de qualidade que não implique melhoria de condições de vida.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, P. Espaço social e espaço simbólico. In: **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Papirus Editora, Campinas, 1996.

_____. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre, Ed. Zouk; São Paulo, EDUSP, 2006.

HADDAD, S. Educação e exclusão. In: **Le Monde Diplomatique. Brasil**, maio, 2008.

INEP . Disponível em: <http://WWW.INEP.gov.br> Acesso em: 20 jun 2013.

CONSORTI, Josildeth Gomes. A criança favelada e a escola pública. In: **Revista Educação e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, 1959, ano IV, vol.5, nº 11.

LÓPES, N. “A escola e o bairro: reflexões sobre o caráter territorial dos processos educacionais nas cidades”. In: RIBEIRO, L.C. e KAZTMAN, R. (orgs). **A cidade contra a escola- segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina**. Rio de Janeiro, Letra Capital; Montevideu/Uruguai, IPES, 2008.

MARTIN DOS SANTOS. Cristiana P. **Relatório de Iniciação Científica**. São Paulo: PUC/SP, 2012.

MARQUES, Eduardo e TORRES, Haroldo. **São Paulo, Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais**. São Paulo, SENAC, 2005.

_____. Políticas Sociais e Territoriais: uma abordagem metropolitana. In: **São Paulo em Perspectiva**, v.18 (4) 28-38.

TORRES, Haroldo e GOMES, Sandra. Desigualdade Educacional e Segregação Social na Região Metropolitana de São Paulo. In: *Novos estudos CEBRAP*, nº 64, nov.2002, 132-140.

MOURA, Rosa. Arranjos espaciais: concentração e mobilidade que redesenham a aglomerações e centros. In: **Cadernos IPARDES – Estudos e Pesquisas**, 2012, vol 2.

OLIVEIRA da SILVA, Michele. **Relatório de Iniciação Científica**. São Paulo: PUC/SP, 2012.

PASTERNAK, Suzana. **O Estado de São Paulo no Censo 2010**. São Paulo: 2012, mimeo.

_____ e BÓGUS, Lúcia M.M. Mudanças Recentes na Estruturação Sócio-espacial da Região Metropolitana de São Paulo. Lindóia, 2013. Texto apresentado no 37º encontro Anual da ANPOCS.

RIBEIRO, Luís César e RIBEIRO, Marcelo Gomes Ribeiro. **Análise social do território: fundamentos teóricos e metodológicos**. Rio de Janeiro, Letra Capital Editora, 2013.

_____ e al. **Desigualdades Urbanas - Desigualdades Escolares**. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2010.

_____ e Kaztman. **A cidade contra a escola- segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina**. Rio de Janeiro, Letra Capital; Montevidéo/Uruguai, IPES, 2008.

TEIXEIRA, Anísio. A educação escolar no Brasil. In: PEREIRA e FORACCHI. **Educação e Sociedade**. São Paulo, Editora Nacional, 1964.

TORRES, H. A construção social da segregação urbana: convergências e divergências. *Espaço & Debates – Segregações urbanas*. **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. São Paulo, Neru, 2008.

_____ explorando o efeito das relações de vizinhança”. In: MARQUES, E. e TORRES, H. (orgs.) **São Paulo: Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais**. São Paulo, Editora SENAC, 2005.

A crise da mobilidade urbana na Região Metropolitana de São Paulo

*Kazuo Nakano*¹

Resumo: Este trabalho comenta a atual crise de mobilidade urbana na Região Metropolitana de São Paulo como parte do processo de urbanização ocorrido ao longo da segunda metade do século XX. Desse modo, essa crise é vista como algo intrínseco àquele processo de urbanização que impulsionou a expansão dos vários núcleos urbanos existentes tanto no município de São Paulo quanto nos seus arredores. A expansão desses núcleos levou à conurbação e à ocupação de vastas áreas periféricas ampliando a mancha urbana que adquire dimensões metropolitanas, extrapolando limites administrativos municipais. A concentração de maior parte das oportunidades de trabalho e das principais áreas de consumo e de prestação de serviços nas porções mais centrais dessa mancha urbana, em contraponto ao espraiamento periférico das áreas de moradia da grande maioria da população da metrópole, está na origem da crise metropolitana agravada pelas insuficiências de investimentos nos sistemas de transporte coletivo.

Após a apresentação desses comentários sobre as relações entre os processos de estruturação urbana e a crise de mobilidade atual, o texto parte para uma rápida análise dos dados da Pesquisa de Mobilidade de 2012, realizada pela Companhia do Metropolitano de São Paulo (metrô), em comparação com os dados da Pesquisa Origem-Destino de 2007 realizada pela mesma Companhia. Essa análise mostra, dentre outros aspectos, o aumento de viagens feitas tanto por meio de transportes coletivos, que continuam predominando na metrópole paulistana, quanto por meio de automóveis individuais, cuja frota aumentou, inclusive junto aos setores de menor renda. Isso se refletiu no aumento do índice de mobilidade da população. Os dados mostram também um ligeiro aumento no número de viagens realizadas com transporte coletivo por setores de maior renda. Essas pequenas mudanças ainda não foram suficientes para alterar a crise de mobilidade urbana que impera na metrópole paulistana.

¹ Arquiteto urbanista pela FAU-USP, mestre em Estruturas Urbanas e Ambientais pela mesma Universidade, doutorando em demografia na UNICAMP, professor do mestrado profissional em arquitetura e urbanismo da FIAM-FAAM e do mestrado *lato sensu* em direito imobiliário da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP).

Palavras-chave: mobilidade urbana; periferia; metrópole; crise.

Abstract: This text comments the current crisis of urban mobility in the Metropolitan Region of São Paulo as part of the urbanization process occurred during the second half of the twentieth century. This crisis is seen as intrinsic to that process of urbanization that propelled the expansion of several existing urban centers in the region. The expansion of these centers led to the conurbation and occupation of a vast peripheral area extending the urban sprawl that acquires metropolitan dimensions, extrapolating municipal administrative boundaries. The concentration of job opportunities and the main areas of consumption and provision of services in the central portions of this urban area, in contrast to the peripheral sprawl of housing areas where the majority of the population lives, is the origin of the crisis of metropolitan urban mobility exacerbated by the insufficient investments in transit systems.

After the comments on the relationship between the processes of urban restructuring and the current crisis of urban mobility, the text presents a brief analysis about some data from the Mobility Survey of 2012, made by the company which is responsible by the metro system, in comparison with the data of Origin-Destination Survey of 2007 carried out by the same company. This analysis show, among other aspects, the increase in trips made either by public transportation, which continue to predominate in the metropolis of São Paulo, as by individual cars, whose fleet has increased, including among the lower income sectors. This is related to the increase in the general mobility index. The analysis also shows a slight increase in the number of trips made by higher income sectors using the transit systems. These small changes have not been sufficient to modify the crisis of urban mobility in the metropolis.

Keywords: urban mobility; periphery; metropolis; crisis.

1. Introdução

A chamada crise da mobilidade urbana tem pautado muitos debates sobre as cidades do Brasil e do mundo. Esse tema está bastante presente nas discussões sobre o aquecimento global, os efeitos multidimensionais das mudanças climáticas e a falta de sustentabilidade urbana nos modos atuais de ocupação dos espaços onde, cada vez mais, se concentra a maior parte da população mundial. Essas amplas discussões contemporâneas sobre a (in)sustentabilidade das cidades revelam um olhar crítico sobre os efeitos nefastos dos impactos provocados pela priorização dos automóveis individuais na estruturação (ou deses-

truturação) dos espaços urbanos. Tais impactos são oriundos principalmente da intensa circulação de veículos movidos com combustíveis fósseis, de fontes não renováveis, que são responsáveis pela emissão da maior parte de gases de efeito estufa que, ademais, poluem os ares do ambiente urbano e provocam sérias doenças nos seres humanos.

As manifestações e protestos ocorridos nas ruas das principais cidades do país a partir do mês de junho de 2013 expuseram essa crise da mobilidade urbana que revelou os limites e as insuficiências históricas dos parcos processos de planejamento e gestão urbana, verificados até os dias atuais, a despeito da urbanização galopante ocorrida no país. Não foi de todo surpreendente notar a ampliação dessa pauta da crise da mobilidade urbana com a inclusão de uma série enorme e diversificada de demandas apresentadas nos cartazes improvisados carregados pelos manifestantes e nas palavras de ordem gritadas nas ruas que procuravam mostrar o estado deplorável das cidades brasileiras e de seus serviços básicos. Demandas endereçadas principalmente a vários setores e níveis do poder público, desde o local até o nacional, passando pelo estadual. Grande parte dessas demandas colocava a necessidade de efetivar o direito à cidade com maior concretude no cotidiano social, tais como melhorar a qualidade de vida urbana e as ofertas de serviços básicos de saúde, educação, transporte coletivo, assistência social, entre outros. Trata-se de demandas que apontavam não só para a necessidade de ampliar as ofertas desses serviços e políticas públicas, como colocavam os movimentos sociais urbanos da década de 1980. Mostravam que tais ofertas precisam ter boa qualidade, tenham bons funcionamentos e, de fato, atendam às necessidades das pessoas de modo a trazer melhoras efetivas em suas condições de vida. E que ainda sejam implementadas com participação social e transparência.

Diante desse estado de coisas, uma pergunta que se impõe de imediato é: será que as prefeituras, os governos estaduais e o governo federal do Brasil estão preparados para darem as respostas a todas essas demandas cujo atendimento exige uma verdadeira reestruturação administrativa e reforma urbana, política e tributária?

O presente artigo não pretende responder a essa pergunta chave, de alta complexidade, que deverá ecoar por vários anos nas discussões públicas. Pretende somente caracterizar alguns aspectos da atual crise da mobilidade urbana que desafia os governantes e a sociedade da maior metrópole brasileira. É uma crise que assola também

as médias e até pequenas cidades espalhadas pelas regiões do país. É multidimensional, passível de diversas abordagens e com várias implicações. Deve ser entendida como parte de uma crise urbana maior, estrutural, originária das formas desiguais, injustas e insustentáveis presentes na urbanização brasileira e nos modos de acesso à terra por parte dos diferentes grupos sociais.

A falta de sistemas de transporte coletivo e os congestionamentos atuais têm sua origem nas décadas de urbanização brasileira ocorrida com a omissão de diferentes níveis do poder público que, em nenhum momento, se preocupou em formular e implementar processos consistentes de políticas, planejamento e gestão urbana, fundiária, habitacional e ambiental, em especial nas metrópoles. O resultado é a explosão sempre iminente dessa crise que afeta a grande maioria da população que vive naquelas cidades.

Não se trata de fenômenos surgidos repentinamente, do dia para a noite. Essa crise da mobilidade urbana foi sendo construída a partir de processos problemáticos de ocupação dos espaços conduzidos por padrões de urbanização produzidos em ritmo acelerado ao longo, principalmente, da segunda metade do século XX, durante a transição rural-urbana e demográfica vivida pela população brasileira nesse período.

Retomar as discussões sobre aqueles padrões de urbanização é uma das intenções deste texto que, desse modo, procurar delinear um breve quadro da crise da mobilidade urbana na Região Metropolitana de São Paulo problematizando alguns aspectos relativos à sua formação a partir do chamado “padrão periférico de urbanização”. O afluxo de grandes contingentes de migrantes encontraram nesse padrão as alternativas para assentar suas moradias precárias e muitas vezes improvisadas na metrópole que se expandiu em ritmo bastante acelerado. Não se trata de elaborar uma análise exaustiva sobre esse aspecto da crise da mobilidade urbana. Pretende-se simplesmente chamar atenção para o fato de que, sendo essa crise parte constituinte da formação estrutural dos espaços urbanos da metrópole paulistana, produzidos num quadro de periferização e rodoviarismo, exige medidas estruturais e políticas públicas fortes. Isto significa que as estratégias devem incidir na base do processo de urbanização, ou seja, nas formas de acesso, posse e propriedade das terras urbanas mobilizadas por diferentes agentes sociais, políticos e econômicos, as quais condicionam a distribuição espacial dos diversos grupos populacionais e das múlti-

plas atividades citadinas. Sem essas medidas e políticas, dificilmente se conseguirá alcançar distribuição espacial mais equilibrada e justa das áreas de moradias, de empregos e dos equipamentos urbanos. Para enfrentar a crise da mobilidade urbana, equilibrar a distribuição espacial de moradias e locais de trabalho é tão importante quanto investir em sistemas de transportes coletivos.

Ademais, o texto aproveita a recente divulgação dos resultados de uma Pesquisa sobre Mobilidade realizada em 2012 e começo de 2013 pela Companhia do Metropolitano de São Paulo para traçar um breve raio x da mobilidade na Região Metropolitana de São Paulo a partir dos dados básicos de viagens realizadas pelas pessoas naquele período. A análise desses dados dá uma ideia da magnitude dos desafios apresentados pela crise de mobilidade urbana metropolitana. Trata-se de algo imenso que exige planejamento, gestão, ações, investimentos contínuos de curto, médio e longo prazo até que comecem a aparecer os primeiros resultados positivos.

Por fim, o texto utiliza o banco de dados preparado pelo Observatório das Metrôpoles com dados do Censo Demográfico de 2010 sobre tempos de deslocamentos de grupos sociais específicos definidos segundo sexo, raça e categorias sócio-ocupacionais. Notam-se variações importantes nos tempos de deslocamentos desses grupos que revelam novos traços das desigualdades sociais existentes na metrópole paulistana. Os dados foram tabulados para a Região Metropolitana de São Paulo como um todo, para os municípios metropolitanos com exceção do município-sede de São Paulo e para o município de São Paulo.

2. Periferização e rodoviarismo na formação metropolitana

Quando se observa a estruturação dos espaços urbanos das metrôpoles brasileiras, é comum perceber a existência de duas características marcantes que aparecem ao lado dos signos da pujança econômica e do dinamismo mercantil. Trata-se da existência de milhares de bairros e assentamentos precários localizados em vários pontos do território, principalmente nas áreas periféricas, e a existência de grande quantidade de espaços conectados por sistemas viários truncados, desordenados e desarticulados que servem predominantemente para a circulação de carros privados que pululam por todos os lados, como

uma onipresença, congestionando diariamente as vias principais da cidade. É a periferação e o rodoviarismo inscritos nos traços de formação das metrópoles brasileiras que originaram, junto com outros fatores, grande parte da crise de mobilidade urbana cujos efeitos exasperantes são vividos atualmente por milhões de pessoas, especialmente na Região Metropolitana de São Paulo, a maior do país em número de habitantes e uma das megacidades do planeta. Nessa Região Metropolitana a periferação e o rodoviarismo adquirem um gigantismo que aparece na extensa rede viária, na frota com milhões de automóveis individuais e nas vastas áreas periféricas formadas, predominantemente, por milhares de bairros populares onde essas características aparecem de modo expressivo e em grandes quantidades.

A periferação e o rodoviarismo, marcas profundas do espaço urbano metropolitano, são frutos de padrões desiguais de acesso à terra, promovidos por frações distintas do mercado fundiário e imobiliário, formal e informal. Esses padrões determinam os modos e as localizações das moradias e atividades de diferentes grupos sociais inscritos nos espaços da metrópole. Em décadas anteriores tais padrões foram analisados como “padrões periféricos de urbanização” e destrinchados detalhadamente por estudos pioneiros sobre as características intrínsecas do processo de produção social dos espaços urbanos brasileiros. Estudos que mostraram as relações complexas e problemáticas entre o Estado, a sociedade e os processos de produção desses espaços urbanos orientados, basicamente, pelas lógicas dos diferentes segmentos do mercado formal e informal, com grande omissão do poder público.

Na Região Metropolitana de São Paulo, essas lógicas são estudadas desde a década de 1970 por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento que se dedicaram à compreensão mais profunda das especificidades da urbanização brasileira e sua relação com as dinâmicas sociais e o sistema econômico capitalista, entre outros elementos. A título de exemplo, podemos citar os autores do livro *São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza*², e aqueles que analisaram os espaços das periferias urbanas como Lucio Kowarick (1993), Ermínia Maricato (1979), Raquel Rolnik e Nabil Bonduki (1979), entre outros. Vale lembrar o trabalho elaborado por Raquel Rolnik e Nabil Bonduki³ na década

² Os autores dessa obra clássica são: Cândido Procópio Ferreira de Camargo, Fernando Henrique Cardoso, Frederico Mazzucchelli, José Álvaro Moisés, Lúcio Kowarick, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Paul Israel Singer e Vinicius Caldeira Brant.

³ ROLNIK, Raquel e BONDUKI, Nabil. *Periferia da Grande São Paulo* – Reprodução

de 1970 que mostra em detalhes os processos de formação de cinco loteamentos periféricos no município de Osasco, na porção oeste da Região Metropolitana de São Paulo, onde as famílias dos trabalhadores adotaram várias estratégias, expedientes e subterfúgios para conseguir, quase que por conta própria e com a ajuda informal de amigos e familiares, sua moradia precária localizada em geral no “loteamento da periferia (que) constitui-se como a forma predominante de habitação de baixa renda na Grande São Paulo” (ROLNIK e BONDUKI, 1982, p. 118). Já naquela época, os autores faziam uma constatação importante ao afirmar que “como os agentes imobiliários capitalistas não se interessam por um investimento pouco rentável e como os recursos manipulados pelo Estado são prioritariamente dirigidos à reprodução do capital, e, no que se refere à habitação, voltados para as camadas de renda média e alta, é a própria classe trabalhadora, como um todo, que assume o ônus da sua reprodução no tocante à habitação, através de autoconstrução da casa própria e da casa de aluguel” (ibid., p. 143). Apesar de ter sido escrita na década de 1970, essa citação permanece com grande atualidade para parcelas significativas dos habitantes das cidades brasileiras.

É importante observar que as pessoas que ocupam glebas e terrenos, muitas vezes irregulares do ponto de vista fundiário, com suas moradias inacabadas e precárias, o fazem antes da chegada de investimentos e ofertas públicas em serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas básicas. Então, nessas áreas que dão origem aos bairros populares, primeiro chegam as pessoas com suas moradias e, depois de anos, às vezes décadas, chega a urbanização com esses serviços, equipamentos e infraestruturas básicas. É o avesso do que ocorre nos bairros formais de classe média e alta. Muitas vezes, a provisão pública desses elementos nos loteamentos periféricos se dá a partir de relações clientelistas e trocas de favores com candidatos a prefeitos e vereadores. Na metrópole paulista, quando se conversa com os primeiros moradores desses bairros populares formados nas décadas de 1970 ou mais recentemente, é comum ouvirmos histórias sobre determinados vereadores ou prefeitos valorizados porque fizeram o favor de levar o asfalto, a rede de água, a coleta de esgoto, a linha de ônibus, a iluminação pública, escolas, entre outros itens,

do espaço como expediente da reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, Ermínia. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1982.

para o bairro. Em geral, tais favores são pagos com o voto nos anos de eleições. Também é comum ouvir de moradores antigos desses bairros populares a frase “antes tudo aqui era mato” para se referir aos momentos iniciais de ocupação do local pelas primeiras moradias precárias construídas em lotes desprovidos daqueles serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas.

A vigência de tais “padrões periféricos de urbanização” ao longo de décadas configuraram imensas áreas urbanizadas desiguais e segmentadas de modos injustos e insustentáveis entre ricos e pobres. Os processos de produção dos bairros ricos, da classe média e também dos bairros populares seguem lógicas diferentes que condicionam suas características e distribuição espacial no interior da metrópole. O predomínio da lógica mercantil e as insuficiências, limitações e até mesmo ausência dos processos de planejamento, gestão e regulação pública determinam o tão conhecido quadro de descontrole, imprevisto e segregação socioespacial entre aqueles bairros das populações de baixa, média e alta renda. A segregação socioespacial produzida a partir da “disputa por localizações urbanas” entre diferentes grupos sociais no âmbito das frações distintas do mercado fundiário e imobiliário metropolitano estrutura, conforme entendimento de Flávio Villaça⁴, os espaços intraurbanos das maiores cidades brasileiras as quais, desse modo, passam a ser marcadas por profundas desigualdades sociais entre as áreas acessadas pelos grupos mais endinheirados que moram nos espaços melhor localizados em relação a seus locais de trabalho e melhor providos de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas básicas, e aquelas que são ocupadas pelas populações com menor poder econômico que vivem em condições piores nos locais mais distantes do trabalho e dos benefícios da vida urbana.

Essas clivagens e desigualdades entre as áreas urbanas centrais e periféricas persistem ainda nos dias de hoje, especialmente nas grandes metrópoles, a despeito dos investimentos públicos e privados realizados ao longo de décadas nos bairros e loteamentos periféricos. Os estudos realizados por Lucia Bógus e Suzana Pasternak (1998) no âmbito do Observatório das Metrópoles demonstraram os contrastes na distribuição espacial das moradias de diferentes categorias sócio-ocupacionais dispostas em anéis desde as áreas centrais e intermediárias

⁴ VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 2001.

(onde as categorias mais aptas para acessar as melhores posições no mercado de trabalho vivem em áreas bem servidas do ponto de vista urbanístico e têm maiores rendimentos) até as porções periféricas da Região Metropolitana de São Paulo (onde as categorias menos qualificadas para se posicionarem no mercado de trabalho vivem em áreas com piores condições de vida e aferem menores rendimentos).

Vale dizer que as clivagens entre as áreas centrais e periféricas da metrópole paulista, ao distanciar locais de moradia e de trabalho de grandes contingentes populacionais, principalmente daqueles que se inserem em categoriais sócio-ocupacionais com menores rendimentos e baixos níveis de qualificação profissional, condicionam os principais padrões e problemas de mobilidade urbana. São problemas gerados por estruturas socioespaciais e sócio-ocupacionais que determinam deslocamentos pendulares entre as áreas centrais e periféricas da metrópole as quais geram fluxos intensos de pessoas e veículos através de eixos radioconcêntricos. São estruturas produzidas na metrópole ao longo de décadas de urbanização baseada na periferização e rodoviarismo impulsionados pelas atuações de agentes envolvidos na produção do loteamento periférico que foi o motor da expansão da mancha urbana metropolitana.

As consequências negativas desse processo no que diz respeito ao agravamento dos problemas da mobilidade já haviam sido identificadas por Rolnik e Bonduki (1982) no trabalho da década de 1970 mencionado anteriormente. Naquele momento, esses autores colocavam corretamente que “os loteamentos periféricos geram uma cidade horizontal, excessivamente desconcentrada, que se estende desmesuradamente; enfim, um padrão de crescimento urbano que não atende aos interesses do morador de baixa renda, pois com ele eleva-se o custo unitário da instalação de equipamentos urbanos e aumenta-se o tempo desperdiçado no deslocamento cotidiano casa-trabalho, consequências que só podem piorar o nível de vida dos trabalhadores” (ROLNIK e BONDUKI, 1982, p. 153). Nota-se a validade atual dessa afirmação que mostra uma das principais origens daqueles problemas de mobilidade urbana que deterioram as condições de vida na metrópole paulistana.

Tal atualidade também aparece na descrição da crise de mobilidade urbana presente no trabalho do CEBRAP também elaborado na década de 1970. Os autores desse trabalho diziam que “a exasperação oriunda do congestionamento, buzinas, falta de estacionamento,

a tensão decorrente do atropelo do tráfego e, até certa medida, a dificuldade de cobrir distâncias cada vez maiores e realizadas em tempos mais longos afetam as pessoas que se locomovem com seu automóvel. Mas as situações mais penosas estão reservadas aos usuários dos transportes coletivos, no duplo trajeto que liga a residência ao trabalho” (CAMARGO et al, 1975: 33-35).

Dadas as incapacidades das políticas urbanas e habitacionais em ampliar e democratizar os acessos a terras urbanas adequadas e com boa oferta de empregos, resta aos grupos de menor renda buscar alternativas nas terras urbanas localizadas predominantemente nas porções periféricas onde há precariedades urbanísticas e insuficiência na oferta de empregos. Grande parte da População Economicamente Ativa (PEA) que vive nessas periferias do município de São Paulo e nas periferias da metrópole paulistana ainda precisa percorrer longas distâncias para chegar ao local de trabalho. Nessas periferias urbanas continuam a ocorrer ocupações irregulares de terras, abertura de loteamentos irregulares, construção de favelas, entre outros assentamentos precários promovidos por grupos de famílias, movimentos sociais e agentes do mercado fundiário e imobiliário informal. Esses processos viabilizam o acesso a lotes por meio de ocupações irregulares de glebas e terrenos desocupados, públicos e privados ou através de compras efetuadas por meio de contratos de gaveta em loteamentos irregulares com formas de comercialização mais compatíveis com os orçamentos das famílias mais pobres.

Em relação à mobilidade dos moradores de menor renda que habitam os loteamentos e ocupações periféricas, podemos dizer que, apesar de mudanças visíveis que poderão se consolidar nos próximos anos, ainda se verifica, de modo geral, que suas viagens diárias através dos espaços da metrópole paulistana atravessam distâncias maiores, com maior tempo de deslocamentos cujos destinos são menos diversificados do que os das classes média e alta. A menor capacidade de consumo dessas famílias, comparativamente àquelas das classes média e alta, faz com que essas viagens tenham destinos mais restritos. Os motivos das viagens dessas classes mais pobres se relacionam basicamente com as necessidades de sobrevivência e consumo e ocorrem predominantemente entre os locais de moradia, trabalho e estudos. Os membros das famílias dessa classe de menor renda dependem mais dos transportes coletivos, apesar das ligeiras alterações no acesso ao automóvel individual, carro e moto, verificadas recentemente como se

verá adiante. Mesmo tendo condições para adquirir um carro ou uma motocicleta nova ou usada, esses membros continuam a usar intensamente o transporte coletivo, pois precisam economizar para arcar com os gastos com moradia e outros itens da própria sobrevivência, além dos gastos relativos à construção e reforma das casas que são feitas pelos próprios moradores, muitas vezes sem nenhum acompanhamento técnico, aos poucos, ao longo de largos períodos. Essas casas são feitas na base de ampliações realizadas com os “puxadinhos” para cima, sobre as lajes, para os lados ou nos fundos do lote. Atualmente, muitas das reformas se dedicam à colocação de acabamentos e revestimentos nas construções que ficaram sem esses itens mais caros por longos períodos. São casas que, mesmo depois de décadas, estão permanentemente inacabadas e se encontram quase sem quintais por causa dos acréscimos de cômodos realizados para atender as necessidades dos membros da família ou de parentes distantes, ou então para aluguel. Em muitas dessas casas não existem mais a cultura dos quintais que foi substituída pela cultura das lajes. A construção dos cômodos acompanha as mudanças nas trajetórias familiares provocadas por divórcios, separações ou pela chegada de filhos, noras, genros, netos ou outros parentes e amigos.

Com o tempo, os preços dos aluguéis, taxas e tributos de imóveis localizados nesses bairros populares aumentam conforme as irregularidades fundiárias são resolvidas, os serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas são instalados, a pavimentação viária é executada, os transportes coletivos são ofertados, as condições de acessibilidade e mobilidade são melhoradas e a urbanização se consolida. Nesse processo, em locais específicos, agentes do mercado imobiliário formal passam a se interessar pelos imóveis beneficiados por investimentos urbanos, principalmente aqueles que se encontram próximos aos subcentros comerciais e de serviços e nos arredores das estações de trens e metrô. Esses imóveis são apropriados por aqueles agentes do mercado imobiliário formal para a realização de novos empreendimentos destinados a compradores com maior nível de renda. O aumento da demanda por esses imóveis provoca elevação de preços. Alguns moradores vendem suas casas, e as famílias com nível maior de renda passam a viver e utilizar o bairro. Isso atrai comércios e serviços mais caros. Tudo isso dificulta a permanência das famílias de baixa renda, principalmente aquelas que pagam aluguéis. Esse processo afeta inclusive os moradores que chegaram há

décadas e fixaram moradia durante os estágios iniciais de formação do local. Essa dificuldade pode obrigar essas famílias a buscarem locais mais baratos, porém mais distantes das áreas centrais e dos locais de trabalho, precários do ponto de vista urbanístico e com localização periférica, nos municípios metropolitanos mais distantes. Com isso temos um ciclo vicioso que só pode ser quebrado por políticas fundiárias e de provisão habitacional que incidam e regulem fortemente o funcionamento dos mercados formais e informais de terras urbanas. No Brasil e na Região Metropolitana de São Paulo, ainda temos um longo caminho nessa direção.

Além do papel que o loteamento periférico exerce na conformação dos problemas da mobilidade urbana metropolitana, há outros processos que merecem ser levados em conta e que também afetam profundamente as condições de deslocamento das pessoas na metrópole paulistana. Trata-se da concentração de oportunidades nas áreas mais antigas, onde as terras foram urbanizadas de modo mais adequado, localizadas nas porções mais centrais e intermediárias das cidades, produzidas pelos agentes do mercado fundiário e imobiliário formal e utilizadas quase exclusivamente pelos grupos com maior renda, pois a aquisição de imóveis exige o pagamento de altos preços. No caso da Região Metropolitana de São Paulo, em especial em seu município-sede, nota-se que essas áreas estão no chamado Centro Expandido que abrange as porções localizadas entre os três principais rios que atravessam a cidade: Tietê, Pinheiros e Tamanduateí. Aí estão concentrados cerca de 60% dos empregos, principalmente na área comercial e de prestação de serviços. Todos os dias milhões de trabalhadores se dirigem para os distritos da Sé, República, Brás, Jardim Paulista, Pinheiros, Itaim Bibi, Barra Funda, Lapa, entre outros, onde boa parte desses empregos está localizada. Essa concentração exagerada de oportunidades de trabalho em uma pequena parte do território metropolitano é perniciosa para a mobilidade urbana, pois aqueles milhões de trabalhadores precisam viajar todos os dias através da metrópole enfrentando vias congestionadas e transportes coletivos superlotados para chegar a seu local de trabalho. Como se poderá ver adiante, essas viagens representam a maior parte dos deslocamentos realizados na metrópole diariamente. As estruturas radioconcêntricas do sistema viário principal e de transportes coletivos, construídas durante as décadas de formação da metrópole, recebem esses deslocamentos congestio-

nando e superlotando os eixos que ligam os bairros periféricos com as áreas do Centro Expandido.

Na Região Metropolitana de São Paulo, é notório o fato de que as áreas com maior oferta de oportunidades econômicas e da vida urbana estão junto dos locais de moradia dos grupos endinheirados, com alta capacidade de consumo. Pode-se dizer que a urbanização daquelas áreas e a produção desses locais de moradia são as contrafaces do “padrão periférico de urbanização”, comentado antes. De modo geral, nessas áreas melhor localizadas e qualificadas do ponto de vista urbanístico, os bairros receberam investimentos em serviços, equipamentos e infraestruturas antes da chegada das pessoas que, uma vez instaladas, passaram a morar e realizar suas diversas atividades urbanas. Esses tipos de bairros foram cuidadosamente projetados e desenhados por engenheiros e arquitetos contratados pelos investidores, proprietários de terras e empresários responsáveis pelo empreendimento imobiliário. A despeito da existência de casos com irregularidades fundiárias, em geral o parcelamento das terras desses empreendimentos de médio e alto padrão foram devidamente aprovados nos órgãos públicos responsáveis pelos licenciamentos urbanos e ambientais, e a documentação em relação à propriedade da terra encontra-se em ordem. Nesses bairros, quando os moradores e proprietários dos imóveis chegam para ocupar suas moradias ou estabelecimentos comerciais, encontram as ruas, avenidas e calçadas relativamente bem pavimentadas e arborizadas, as redes de iluminação pública, de energia elétrica, de abastecimento de água e de coleta de esgotos instaladas e em operação, as praças e jardins com vegetações e mobiliários urbanos minimamente adequados, as áreas para os comércios e serviços construídas e que logo entram em funcionamento. Nesses bairros privilegiados, a urbanização chega antes daqueles moradores e proprietários de imóveis. Esses investimentos na urbanização do solo, feitos tanto pelo poder público quanto pela iniciativa privada, fazem com que os lotes, casas, apartamentos, lojas ou escritórios sejam valorizados e tenham um preço alto no mercado imobiliário. Portanto, quem consegue ter acesso a esses imóveis são aqueles que podem pagar, ou porque têm recursos próprios ou porque têm capacidade de endividamento e podem obter empréstimos junto aos bancos.

As prefeituras atendem as demandas dos moradores desses bairros sem a demora verificada nos loteamentos periféricos. Esses tipos de bairros podem ser antigos ou recentes e, como mencionado ante-

riormente, estar em situações de irregularidade fundiária como muitos bairros populares. Há condomínios e loteamentos fechados de alto padrão, ocupados com moradores de alta renda, que podem ter sido construídos irregularmente. Por isso não podemos associar a irregularidade fundiária somente com os bairros da população de baixa renda.

Esses bairros privilegiados do ponto de vista urbanístico podem estar dentro da cidade, perto das áreas mais valorizadas e com boa oferta de serviços, comércios e empregos, ou em áreas distantes, fora da cidade. Os moradores dos bairros privilegiados inseridos nas áreas com mais oportunidades de trabalho e da vida urbana têm padrões de mobilidade mais diversificados, com viagens mais curtas feitas geralmente com automóveis individuais. Adiante se verá que essa situação começa a mudar ligeiramente. A proximidade daqueles bairros privilegiados com atividades urbanas diversificadas faz com que as viagens de seus moradores, com alta capacidade de consumo, se dirijam para múltiplos destinos relacionados não somente com o trabalho e estudos, mas também com o lazer, consumo de mercadorias, utilização de serviços diversificados, atividades culturais, convivência social, entre outros.

Os moradores dos bairros privilegiados localizados em pontos fora da cidade não apresentam o mesmo padrão de mobilidade descrito no parágrafo anterior. Podem ter motivos de viagens menos diversificados e dependem mais de automóveis individuais para percorrer longas distâncias através de estradas e rodovias para chegar a seus locais de trabalho, consumo, estudos, entre outras atividades, na metrópole. Por isso esses bairros sempre estão perto de uma estrada ou rodovia que leva para algum centro urbano.

Em suma, a urbanização da metrópole paulistana produziu, ao longo de décadas, uma disposição espacial dos bairros das camadas de alta renda, dos bairros populares, das áreas industriais, do centro principal e dos subcentros que caracterizam os espaços intra-urbanos metropolitanos, na acepção de Flávio Villaça (2010). Como bem coloca esse autor, tais espaços se estruturam a partir dos deslocamentos das pessoas seja como força de trabalho, seja como consumidores. Assim, do mesmo modo que os espaços intra-urbanos, a mobilidade urbana no interior da metrópole paulistana é produto de processos sociais, fruto do trabalho e investimentos coletivos.

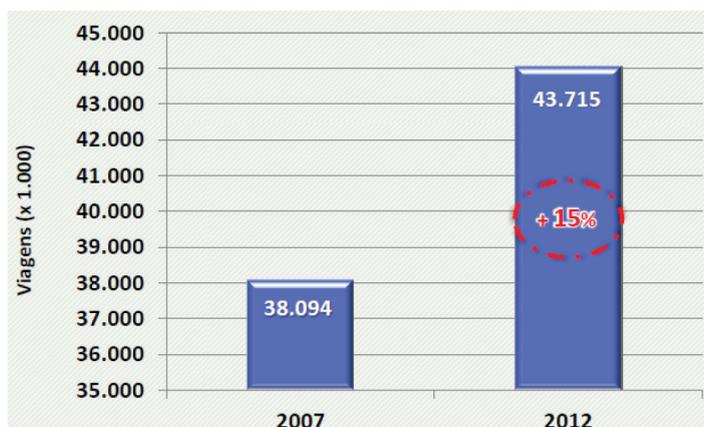
3. Um breve raio x da mobilidade urbana na Região Metropolitana de São Paulo

Recentemente, a Companhia do Metropolitano de São Paulo, responsável pelo sistema metroviário, divulgou os resultados de uma Pesquisa de Mobilidade realizada entre agosto e dezembro de 2012 e março e abril de 2013. Trata-se de uma pesquisa amostral que abrange oito mil domicílios distribuídos por todos os municípios da Região Metropolitana de São Paulo. Essa pesquisa procura analisar as mudanças ou permanências das tendências de mobilidade urbana identificadas na última Pesquisa Origem-Destino, realizada em 2007 em 30 mil domicílios, também distribuídos em todos os municípios da metrópole paulistana. A mobilidade urbana tem sofrido mudanças rápidas, muitas vezes para pior, no contexto metropolitano. Daí a importância dessa Pesquisa de Mobilidade realizada no período entre as Pesquisas Origem Destino feita de dez em dez anos. Essa Pesquisa de Mobilidade está em sua segunda versão. A primeira foi feita em 2002.

Comparando os resultados gerais daquela Pesquisa de Mobilidade de 2012 com a Pesquisa Origem-Destino de 2007, podemos traçar um breve raio x dinâmico da mobilidade na Região Metropolitana de São Paulo. Como se verá adiante, o automóvel individual e as motos continuarão a ser uma onipresença na metrópole, em que pesem os investimentos que estão sendo realizados nos sistemas de transporte coletivo. A comparação entre aquelas duas pesquisas foi apresentada no material divulgado pela Companhia do Metropolitano de São Paulo, do qual aproveitamos alguns dados interessantes para comentar mudanças recentes nos perfis de deslocamentos realizados na metrópole paulistana.

O primeiro aspecto que merece um comentário é o significativo aumento no número de viagens diárias realizadas na metrópole. Esse número saltou de 38 milhões para 43,7 milhões, um aumento de 15%, conforme o Gráfico 8.1.

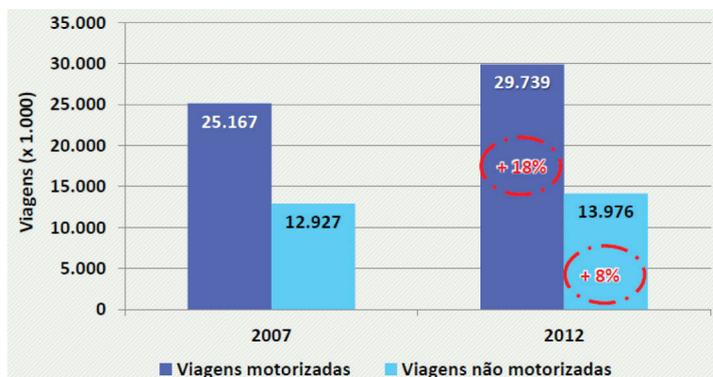
Gráfico 8.1 – Viagens diárias na RMSP



Fonte – Pesquisa de Mobilidade da Região Metropolitana de São Paulo (2012). Elaboração: Companhia do Metropolitano de São Paulo.

Esse aumento no número de viagens diárias foi impulsionado principalmente pelo crescimento no número das viagens motorizadas que foi de 18%, conforme o Gráfico 8.2. As viagens não motorizadas, com um crescimento menor de 8%, não podem ser desprezadas. Porém, a configuração dos espaços urbanos da metrópole, constituídos com os avanços da periferação e do rodoviarismo, como visto anteriormente, ainda não oferece condições adequadas para estimular o uso da bicicleta como meio de transporte, a despeito das reivindicações de alguns setores da sociedade.

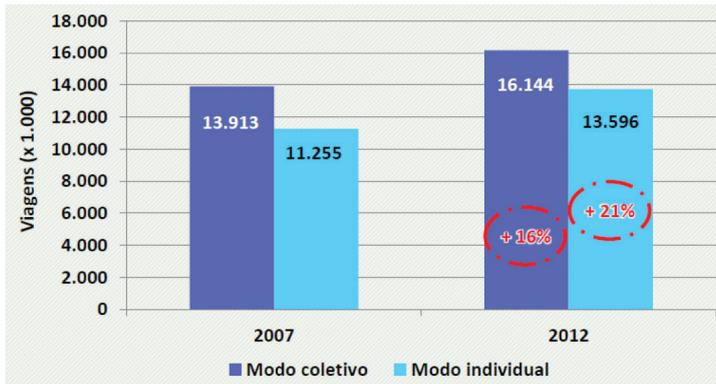
Gráfico 8.2 – Viagens diárias motorizadas e não motorizadas na RMSP



Fonte – Pesquisa de Mobilidade da Região Metropolitana de São Paulo (2012). Elaboração: Companhia do Metropolitano de São Paulo.

Apesar do predomínio do modo coletivo nos deslocamentos metropolitanos, esse crescimento das viagens motorizadas foi puxado, em boa parte, pelo crescimento no número de viagens feitas com automóveis individuais que cresceu significativos 21%, conforme o Gráfico 8.3.

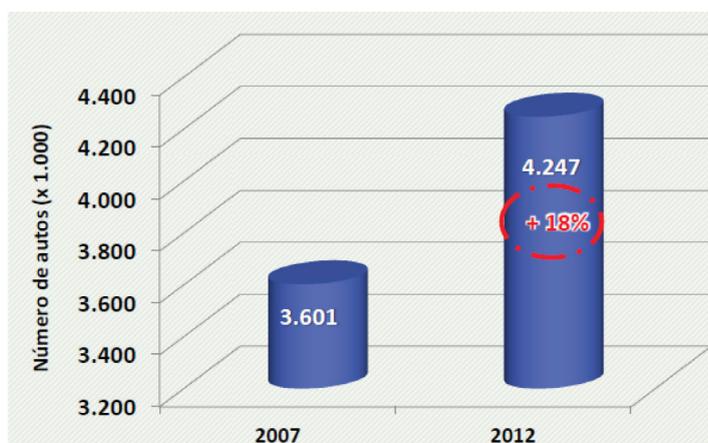
Gráfico 8.3 – Viagens diárias por modos na RMSP



Fonte – Pesquisa de Mobilidade da Região Metropolitana de São Paulo (2012). Elaboração: Companhia do Metropolitano de São Paulo.

Aquele fato seguramente está associado com o aumento de 18% na frota de automóveis individuais identificado na Pesquisa de Mobilidade, conforme o Gráfico 8.4. Esse aumento foi favorecido pelas medidas adotadas pelo governo federal para facilitar a compra de carros e motos, estimular a indústria automobilística e enfrentar a crise global iniciada em 2008. A desoneração dos automóveis em relação à cobrança do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), reduzindo seus custos de produção, e as facilidades de crédito para a aquisição desse bem elevaram os níveis de consumo, inclusive por setores de menor renda. Essa é uma das grandes contradições ocorridas no Brasil nos últimos anos. As medidas nacionais implementadas para estimular a economia e dinamizar a indústria automobilística agravam, em âmbito local, a crise de mobilidade urbana nas cidades. Como já foi dito anteriormente, o agravamento dessa crise está diretamente relacionado com o predomínio cada vez maior dos carros e motos na realização dos deslocamentos através dos espaços urbanos, em detrimento da oferta de sistemas de transporte coletivo de boa qualidade.

Gráfico 8.4 – Frota de automóveis da RMSP⁵

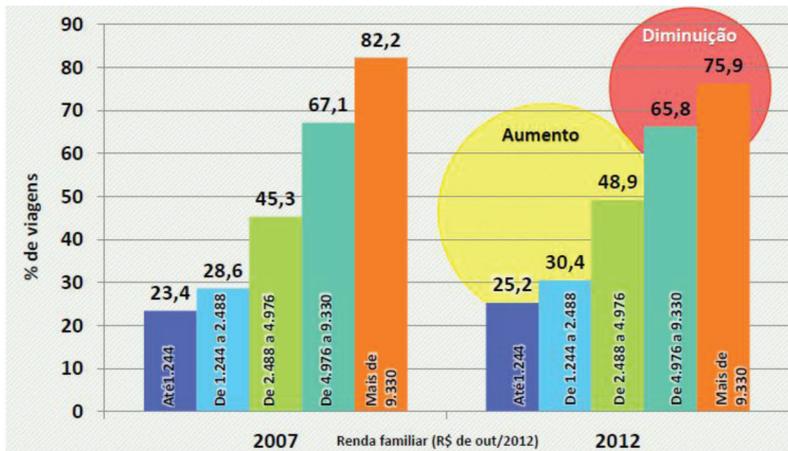


Fonte – Pesquisa de Mobilidade da Região Metropolitana de São Paulo (2012). Elaboração: Companhia do Metropolitano de São Paulo.

Um dos efeitos um tanto surpreendente do contexto descrito no parágrafo anterior, identificado na Pesquisa de Mobilidade, é um ligeiro aumento no número de viagens diárias feitas com carros e motos pelas pessoas de baixa renda, como pode ser visto no Gráfico 8.5. Nesse Gráfico, nota-se que, no grupo com renda familiar até R\$ 1.244,00, esse aumento foi de 1,8%; no grupo com renda familiar entre R\$ 1.244,00 e R\$ 2.488,00, o aumento foi também de 1,8%; e no grupo com renda familiar entre R\$ 2.488,00 e R\$ 4.976,00, o aumento foi de 3,6%. Em contrapartida, o número de viagens diárias dos grupos com renda mais alta feitas com carros e motos registrou ligeira diminuição. Entre aqueles que têm renda familiar entre R\$ 4.976,00 e R\$ 9.330,00, essa diminuição foi de 1,3% e, entre aqueles que têm renda familiar maior do que R\$ 9.330,00, a diminuição foi de 6,3%. Uma pequena parte desse grupo de renda maior deve estar deixando os carros na garagem e usando mais o transporte coletivo, em especial o metrô nos horários de menor lotação. Vale observar que os locais de moradia desse grupo, em geral no Centro Expandido, próximos ao metrô e a corredores de ônibus, ajudam nessa decisão.

⁵ Exclui frotas de empresas, taxis e ônibus

Gráfico 8.5 – Viagens diárias por automóveis individuais e renda familiar na RMSP

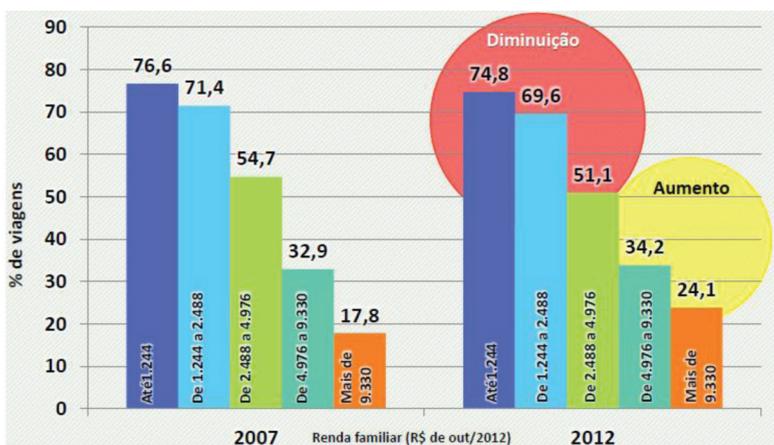


Fonte – Pesquisa de Mobilidade da Região Metropolitana de São Paulo (2012). Elaboração: Companhia do Metropolitano de São Paulo.

Em relação às viagens diárias feitas com transporte coletivo, também houve ligeiras alterações condizentes com o que foi descrito no parágrafo anterior. O número de viagens diárias realizadas com transporte coletivo pelas pessoas com renda familiar menor sofreu ligeira diminuição em comparação com os dados de 2007, enquanto, entre aqueles com renda familiar maior, esse número teve leve aumento, conforme o Gráfico 8.6. No grupo com renda familiar até R\$ 1.244,00, essa diminuição foi de 1,8%; entre aqueles com renda familiar entre R\$ 1.244,00 e R\$ 2.488,00, a diminuição foi também de 1,8%; e entre aquele com renda familiar entre R\$ 2.488,00 e R\$ 4.976,00, a diminuição foi de 3,6%. O aumento no número de viagens realizadas com transporte coletivo pelos grupos de mais alta também foi ligeiro. No grupo com renda familiar entre R\$ 4.976,00 e R\$ 9.330,00, esse aumento foi de 1,3%, e, no grupo com renda familiar maior do R\$ 9.330,00, esse aumento no uso do transporte coletivo foi de 6,3%.

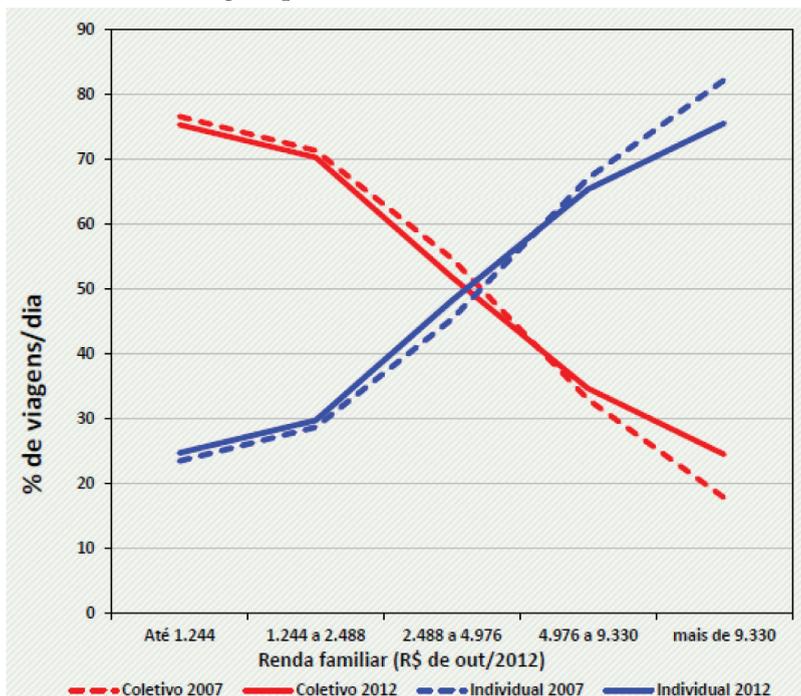
Contudo, é importante registrar que essas pequenas alterações não são suficientes para mudar o fato de que a população de baixa renda familiar constitui a grande maioria de usuários do transporte coletivo, e a população de maior renda familiar é a maior usuária de automóveis individuais, conforme Gráfico 8.7.

Gráfico 8.6 – Viagens diárias por modo coletivo e renda familiar na RMSP



Fonte – Pesquisa de Mobilidade da Região Metropolitana de São Paulo (2012). Elaboração: Companhia do Metropolitano de São Paulo.

Gráfico 8.7 – Viagens por modo e renda familiar mensal na RMSP

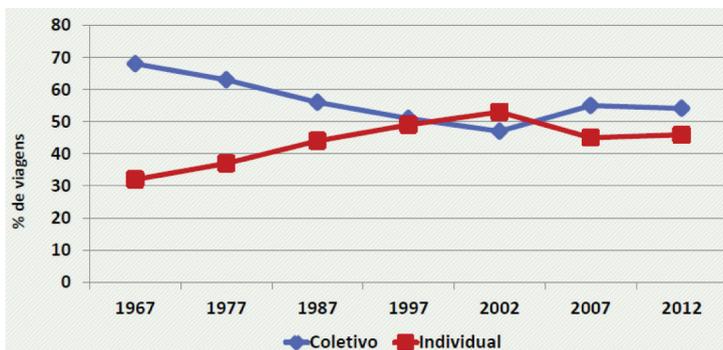


Fonte – Pesquisa de Mobilidade da Região Metropolitana de São Paulo (2012). Elaboração: Companhia do Metropolitano de São Paulo.

Vale dizer ainda que, apesar dos avanços no uso de carros e motos nos deslocamentos metropolitanos, congestionando ainda mais as ruas e avenidas da metrópole, o transporte coletivo ainda detém o maior percentual de viagens diárias conquistado no início da década anterior com o aumento no número de passageiros de ônibus, trens e metrô, conforme o Gráfico 8.8. Esse crescimento no número de usuários dos transportes coletivos se deve, inegavelmente, à adoção do bilhete único que, ao promover a integração entre os diferentes modais, reduziu os preços das tarifas pagos pelos usuários. Isso beneficiou principalmente os moradores dos bairros periféricos. O problema é que a adoção dessa importante política pública não veio acompanhada por investimentos maciços na oferta de serviços, equipamentos e infraestruturas que ampliasse significativamente os sistemas de transporte coletivo. O resultado foi a enorme superlotação de ônibus, trens e metrô que vemos hoje nos horários de pico.

Vale dizer que essa participação maior do transporte coletivo na mobilidade metropolitana rompeu com uma tendência de predomínio do automóvel individual verificada em 2002, como pode ser visto no Gráfico 8.8. Porém, nesse Gráfico nota-se, no ano de 2012, uma ligeira aproximação entre as curvas dos percentuais de viagens diárias realizadas com transporte coletivo e automóvel individual, evidenciando os avanços desse último. Para evitar os resultados deletérios dessa tendência, será preciso manter e intensificar os investimentos nos diferentes modais dos sistemas de transporte coletivo, tanto sobre trilhos quanto sobre pneus.

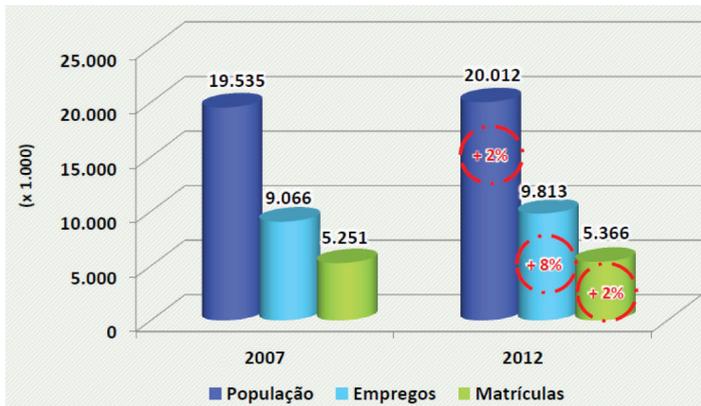
Gráfico 8.8 – Evolução das viagens diárias na RMSP



Fonte – Pesquisa de Mobilidade da Região Metropolitana de São Paulo (2012). Elaboração: Companhia do Metropolitano de São Paulo.

Voltando aos dados relativos ao aumento no número de viagens diárias, é interessante notar que enquanto o total de viagens aumentou 15%, como visto anteriormente, o crescimento populacional foi de somente 2% no mesmo período, conforme Gráfico 8.9. O que fez com que as pessoas se deslocassem mais através da metrópole? Uma parte da explicação certamente está no aumento de empregos, que foi de 8%, e de matrículas, que foi de 2%, de acordo com o mesmo Gráfico.

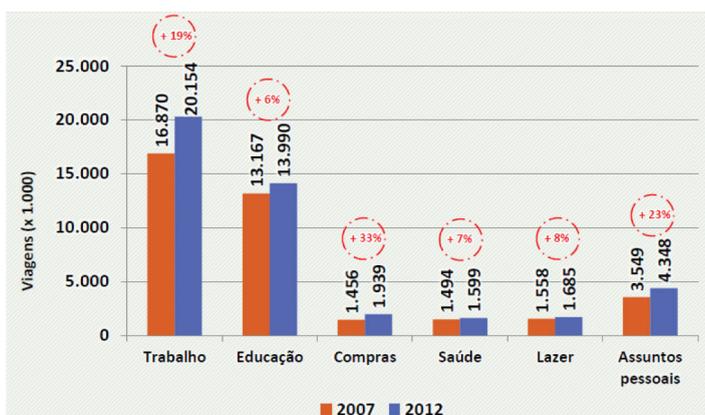
Gráfico 8.9 – Crescimento populacional, no número de empregos e no número de matrículas



Fonte – Pesquisa de Mobilidade da Região Metropolitana de São Paulo (2012). Elaboração: Companhia do Metropolitano de São Paulo.

É sabido que trabalho e estudo são os dois principais motivos de viagens na metrópole, com destaque para o primeiro. Portanto, qualquer aumento no total de viagens diárias inclui a contribuição das viagens feitas a partir desses dois motivos. Acompanhando o significativo aumento de empregos visto anteriormente, vemos, no Gráfico 8.10, o crescimento também significativo de viagens feitas para ir ao trabalho. Esse aumento foi de 19%, enquanto os empregos cresceram 8%. A diferença nesses percentuais é esperada, pois as viagens realizadas para trabalhar são pelo menos duas, a de ida e a de volta.

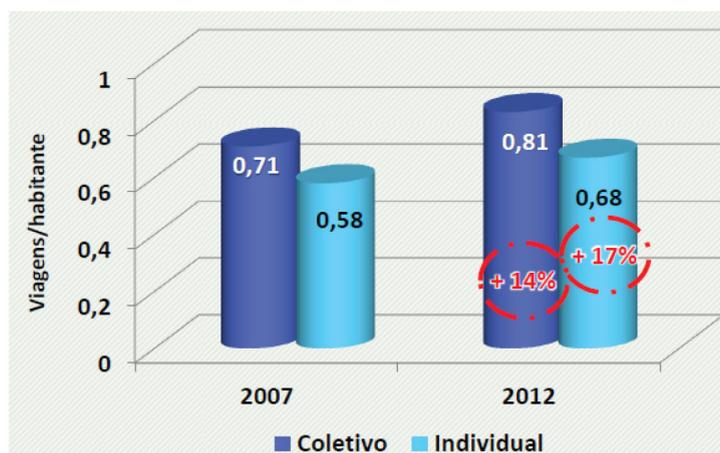
Gráfico 8.10 – Viagens diárias por motivo na RMSP



Fonte – Pesquisa de Mobilidade da Região Metropolitana de São Paulo (2012). Elaboração: Companhia do Metropolitano de São Paulo.

É possível que outra parte da explicação daquele aumento no total de viagens diárias de 15%, enquanto o crescimento populacional foi de 2%, esteja no simples fato de que as pessoas estejam realizando um número maior de viagens diárias. Isso pode ser verificado no aumento do índice de mobilidade, que mede a quantidade de viagens diárias por habitantes, apresentado no Gráfico 8.11. Segundo esse Gráfico, tal aumento se deu tanto entre aqueles que usam o transporte coletivo (14%) quanto entre aqueles que utilizam o automóvel individual (17%).

Gráfico 8.11 – Índice de mobilidade por modos na RMSP



Fonte – Pesquisa de Mobilidade da Região Metropolitana de São Paulo (2012). Elaboração: Companhia do Metropolitano de São Paulo.

Por fim, vale tecer um comentário sobre as viagens diárias realizadas segundo modos, cujos dados estão apresentados na Tabela 8.1. As viagens feitas com trens e metrô tiveram um aumento significativo, de 45% e 62%, respectivamente. Isso aponta seguramente para a necessidade de não interromper os investimentos nesses sistemas de transporte coletivo sobre trilhos e, mais ainda, acelerar esses investimentos e não abandonar ou desvirtuar os planos que estão propostos. Continuar com a modernização das linhas de trens e implantar novas linhas de metrô são medidas vitais para a metrópole. As viagens diárias feitas com ônibus de outros municípios da metrópole, que não seja o município de São Paulo, cresceram 26%, enquanto as viagens feitas com os ônibus desse município-sede cresceram 8%. O que pode explicar essa diferença? É necessário elaborar análises complementares para entender melhor esse fato. Nota-se que houve diminuição de menos 22% nas viagens feitas com veículos fretados. Certamente isso é fruto das proibições implementadas pela Prefeitura do Município de São Paulo na circulação desses veículos, que em geral são ônibus de grande porte, em algumas áreas e vias da cidade. Um último comentário é sobre o aumento de 44% nas viagens diárias feitas com motos. Uma hipótese bastante plausível é que esse aumento se dá por conta do aumento na quantidade de motocicletas na frota de automóveis individuais da metrópole. Por serem mais baratas que os automóveis e por contarem com as facilidades de aquisição mencionadas antes, as motocicletas se disseminaram entre os grupos de menor renda. Talvez isso seja uma parte da explicação do aumento de viagens diárias feitas por esses grupos usando veículos individuais. Esse aumento se dá, em grande parte, pelas viagens diárias feitas com motocicletas por aqueles grupos de menor renda. O grande problema são os riscos de acidentes, algumas vezes fatais, envolvendo esse tipo de veículos.

Tabela 8.1 – Viagens por modo na RMSP

Modo	Total por modo (milhares)		% de variação 2012/2007
	2007	2012	
Metrô	2.223	3.219	+ 45%
Trem	1.317	2.134	+ 62%
Ônibus São Paulo	7.155	7.740	+ 8%
Ônibus dos outros municípios	2.844	3.572	+ 26%
Ônibus Metropolitano	1.752	1.894	+ 8%
Fretado	629	490	- 22%
Escolar	1.328	2.011	+ 51%
Auto	10.556	12.603	+ 19%
Táxi	102	158	+ 55%
Moto	728	1.045	+ 44%
Bicicleta	310	333	+ 7%
A pé	12.623	13.708	+ 9%

Fonte - Pesquisa de Mobilidade da Região Metropolitana de São Paulo (2012).
Elaboração: Companhia do Metropolitano de São Paulo.

4. Uma análise sobre os deslocamentos de diferentes grupos sociais classificados segundo sexo, raça e categorias sócio-ocupacionais

Os deslocamentos entre os municípios de residência e de trabalho e os tempos desses deslocamentos são duas variáveis levantadas na amostra do Censo Demográfico de 2010 que podem ajudar a revelar uma das facetas da mobilidade urbana nas cidades brasileiras. O Observatório das Metrôpoles organizou um ótimo banco de dados, do qual utilizamos aqueles referentes à Região Metropolitana de São Paulo, recortando os dados relativos àquelas variáveis.

Dentre o total de pessoas que se deslocam na metrópole paulista, que é de 6.789.050 pessoas, 41,3% (2.806.211 pessoas) moram nos municípios periféricos⁶, e 55,7% (3.778.774 pessoas) vivem no muni-

⁶ Essa expressão “municípios periféricos” passa a se referir aos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, com exceção do município-sede de São Paulo.

cípio-sede de São Paulo. No grupo daqueles que se deslocam e vivem em municípios periféricos, 56,4% se deslocam apenas no interior do próprio município, e 43,6% se deslocam para outro município. Muito provavelmente, nesse grupo, aqueles que se deslocam para outro município boa parte se dirige para o município de São Paulo onde, como visto, há grande concentração de oportunidades de trabalho. Porém, é interessante observar que essas pessoas não compõem a maioria. Isso porque as pessoas se deslocam principalmente para trabalhar e estudar. Segundo os resultados da Pesquisa de Mobilidade examinada na seção anterior, 46,1% do total de viagens diárias feitas na metrópole paulistana são para trabalhar e 32% são para estudar. Essas duas atividades juntas representam 78,1% do total de viagens diárias feitas naquela metrópole. É possível que boa parte dos moradores dos municípios periféricos se desloque dentro do próprio município para estudar e realizar outras atividades locais. Porém, vale observar que municípios da região do Grande ABCD (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema) e em Guarulhos há importantes polos industriais e grandes equipamentos de consumo que geram quantidades significativas de postos de trabalho. Em Mauá, município que faz parte daquela região do Grande ABCD, há um polo petroquímico que atrai trabalhadores do município de São Paulo, moradores da zona leste. Em Guarulhos, há ainda o Aeroporto Internacional André Franco Montoro (mais conhecido como Aeroporto de Cumbica) onde trabalham dezenas de milhares de pessoas locais e também de outros municípios da metrópole. No grupo daqueles que se deslocam e vivem no município de São Paulo, 96,5% se deslocam no próprio município e 3,5% se deslocam para outro município. Essa predominância de deslocamentos no interior do próprio município se deve à grande extensão territorial do município-sede da metrópole paulistana, 1,5 mil km², que é a maior dentre todos os municípios e, certamente, à grande concentração de oportunidades de trabalho e estudos que são extremamente importantes para toda a metrópole.

Quando se analisam os tempos de deslocamentos daqueles grupos que se deslocam somente no próprio município e que se deslocam para outro município, nota-se uma diferença significativa das pessoas que vivem nos municípios periféricos em comparação daquelas que vivem no Município de São Paulo.

Os que vivem nos municípios periféricos se deslocam somente no seu próprio município e gastam entre uma e duas horas em seus

deslocamentos correspondem a 7,4% das pessoas que se deslocam na metrópole e vivem naqueles municípios periféricos. No município de São Paulo esse percentual é de 24,9% de todos que se deslocam no interior do próprio município e vivem naquele município. As pessoas que vivem nessas mesmas condições, mas que gastam mais de duas horas em seus deslocamentos correspondem a 1,1%. No município de São Paulo esse percentual é de 5,7%. Não surpreende o fato de que os percentuais referentes aos que vivem no município de São Paulo sejam maiores dos que vivem nos municípios periféricos porque no município-sede da metrópole paulista as distâncias são maiores e os problemas de mobilidade urbana são bem graves.

Em relação aos tempos de deslocamento das pessoas que se dirigem a outros municípios, vale mencionar que aqueles que vivem nos municípios periféricos e gastam entre uma e duas horas em seus deslocamentos correspondem a 37,6% de todos aqueles que se deslocam para outro município e vivem naqueles municípios da periferia metropolitana. No município de São Paulo esse percentual é bem menor, 29,2%. Os que gastam mais de duas horas representam 8,8% nos municípios da periferia metropolitana e 7,7% no município de São Paulo. As maiores proporções dos que vivem nos municípios periféricos e gastam os maiores tempos de deslocamentos para ir a outros municípios mostram que existem falhas nas ligações entre diferentes porções da metrópole paulista, em especial entre os municípios mais conurbados e urbanizados.

4.1 – Deslocamentos de grupos definidos segundo sexo

Ao olhar os deslocamentos na Região Metropolitana de São Paulo segundo perspectiva de grupos definidos a partir do sexo, nota-se que, no total de pessoas que se deslocam diariamente na metrópole paulistana, a maioria é do sexo masculino. De acordo com a Tabela 8.5, dentre aqueles que se deslocam e vivem nos municípios periféricos, 57,7% são homens e 42,3% são mulheres. Já entre os que se deslocam e vivem no município de São Paulo, 54,7% são homens e 45,3% são mulheres. As diferenças entre esses percentuais são pouco significativas, mas nota-se que dentre aqueles que vivem nos municípios periféricos a proporção das mulheres que se deslocam é ligeiramente menor do que entre aquelas que vivem no município de São Paulo.

O percentual dos homens que se deslocam, vivem nos municípios periféricos e gastam entre uma e duas horas, é de 20,4%, e os que

gastam mais de duas horas é de 4,6%. O percentual de homens que se deslocam vive no município de São Paulo e gasta entre uma e duas horas nos seus deslocamentos é de 24,8%, e os que gastam mais de duas horas é de 5,9%. Essa pequena diferença entre esses percentuais dos municípios periféricos e a sede da metrópole paulistana mostra que a mobilidade no município de São Paulo é de fato problemática, mas isso ocorre também nos municípios periféricos.

4.2 – Deslocamentos de grupos definidos segundo cor e raça

No conjunto de pessoas que se deslocam na Região Metropolitana de São Paulo predominam aqueles que se declaram brancos (58,4%), seguidos dos pardos (32,4%) e, por fim, dos pretos (7,1%). Essas não são todas as categorias raciais levantadas pelo Censo Demográfico de 2010, porém esses grupos representam 97,9 % daquele conjunto de pessoas. Vale observar que as pessoas que vivem nos municípios periféricos, são de cor ou raça parda e se deslocam na metrópole, apresentam 5,1 pontos percentuais a mais do que o mesmo grupo que vive no município de São Paulo. Essa diferença não é suficiente para caracterizarmos uma segregação racial entre municípios periféricos e município-sede. Talvez essa segregação apareça com maior contundência no município de São Paulo entre os bairros periféricos e as áreas do Centro Expandido.

Quando se comparam os percentuais de pessoas dos diferentes grupos raciais que gastam os maiores tempos para realizarem seus deslocamentos, notam-se algumas diferenças que merecem alguns comentários. Os percentuais das pessoas que se deslocam gastando entre uma e duas horas e mais de duas horas, da cor ou raça preta ou parda são sempre um pouco maiores daqueles da cor ou raça branca. Isso ocorre tanto entre aqueles que vivem nos municípios periféricos quanto no município-sede. Essas diferenças indicam que as dificuldades de deslocamentos existentes na metrópole, afetam percentuais um pouco maiores daqueles grupos da cor ou raça preta e parda em comparação com os grupos da cor ou raça branca. As tabelas a seguir mostram com precisão os dados que fundamentam tais afirmações.

Tabela 8.2 – Pessoas da cor ou raça branca que gastam entre uma e duas horas e mais de duas horas nos deslocamentos na RMSP

Região	Total de pessoas que se deslocam – cor ou raça branca	Pessoas que se deslocam entre uma hora e duas horas – cor ou raça branca	%	Pessoas que se deslocam em mais de duas horas – cor ou raça branca	%
RMSP	3.966.234	853.685	21,5	171.957	4,3
RMSP – sem o MSP	1.582.660	312.056	19,7	60.279	3,8
MSP	2.280.971	520.813	22,8	106.997	4,7

Fonte – IBGE – Censo Demográfico de 2010. Organização do Banco de Dados: Observatório das Metrôpoles. Elaboração das tabelas pelo autor.

Tabela 8.3 – Pessoas da cor ou raça preta que gastam entre uma e duas horas e mais de duas horas nos deslocamentos na RMSP

Região	Total de pessoas que se deslocam – cor ou raça preta	Pessoas que se deslocam entre uma hora e duas horas – cor ou raça preta	%	Pessoas que se deslocam em mais de duas horas – cor ou raça preta	%
RMSP	484.392	128.908	26,6	33.682	7
RMSP – sem o MSP	197.363	45.373	23	11.060	5,6
MSP	268.255	79.093	29,5	21.264	7,9

Fonte – IBGE – Censo Demográfico de 2010. Organização do Banco de Dados: Observatório das Metrôpoles. Elaboração das tabelas pelo autor.

Tabela 8.4 – Pessoas da cor ou raça parda que gastam entre uma e duas horas e mais de duas horas nos deslocamentos na RMSP

Região	Total de pessoas que se deslocam – cor ou raça parda	Pessoas que se deslocam entre uma hora e duas horas – cor ou raça parda	%	Pessoas que se deslocam em mais de duas horas – cor ou raça parda	%
RMSP	2.201.294	561.115	25,5	144.938	6,6
RMSP – sem o MSP	987.008	212.860	21,6	51.790	5,2
MSP	1.136.331	331.558	29,2	88.412	7,8

Fonte – IBGE – Censo Demográfico de 2010. Organização do Banco de Dados: Observatório das Metrôpoles. Elaboração das tabelas pelo autor.

4.3 – Deslocamentos de grupos definidos segundo categorias sócio-ocupacionais

No conjunto com o total de pessoas que se deslocam diariamente no interior da metrópole paulistana, a maior parte se insere na categoria “ocupações médias” (26,0%). O segundo grupo mais representativo daquele conjunto é composto pelas pessoas que se inserem na categoria “secundário” (20,3%) que são aqueles ocupados nas indústrias. Causa certa surpresa o fato de que as pessoas inseridas nas categorias “terciário especializado” e “terciário não especializado” não são a maioria no conjunto das pessoas que se deslocam na metrópole

paulistana. No setor terciário está a maior parte dos empregos dessa metrópole. É bem possível que boa parte das pessoas inseridas na categoria “dirigente”, “profissionais de nível superior” e “pequenos empregadores” atue no setor terciário. A partir dessa colocação, podemos considerar que os trabalhadores desse setor possam representar a maioria no conjunto de pessoas que se deslocam na metrópole, conforme tabela 8-5 a seguir.

Tabela 8.5 – Percentual de pessoas que se deslocam diariamente na metrópole segundo categorias sócio-ocupacionais

Região	Dirigente - %	Profissionais de nível superior - %	Pequenos empregadores - %	Ocupações médias - %	Terciário especializado - %	Terciário não especializado - %	Secundário - %	Agrícolas - %
RMSP	1,7	11,7	1,1	26	16,6	14,5	20,3	0,4
RMSP – sem o MSP	1,2	9,1	1	25	16	15,7	24,9	0,5
MSP	2,1	13,8	1,3	26,7	17	13,6	16,6	0,2

Fonte – IBGE – Censo Demográfico de 2010. Organização do Banco de Dados: Observatório das Metrôpoles. Elaboração das tabelas pelo autor.

Obs.: % do total das pessoas que se deslocam diariamente no interior da metrópole paulistana, menos as pessoas que, mesmo residindo na metrópole, realizam deslocamento diário para fora dela.

O percentual de pessoas que se inserem na categoria “dirigente” e gastam entre uma e duas horas e mais de duas horas nos deslocamentos é o menor em comparação com as outras categoriais analisadas. Dentre os “dirigentes” que vivem nos municípios periféricos, 13,6% gastam entre uma e duas horas e 2,1% gastam mais de duas horas. Quanto aos que vivem no município de São Paulo esses percentuais são 11,1% e 1,6%, respectivamente. Devem ser pessoas que vivem em localizações melhores e privilegiadas, próximas aos locais de trabalho e estudo.

Dentre as pessoas que se inserem nas categoriais “profissionais de nível superior”, “ocupações médias” e “trabalho terciário não especializado”, mais de 20% gastam entre uma e duas horas em seus deslocamentos, tanto as que vivem nos municípios periféricos quando no município de São Paulo. 30,1% dos “trabalhadores terciário não especializado do município de São Paulo gastam entre uma e duas horas em seus deslocamentos diários. Dentre as pessoas que se inserem naquelas categoriais e gastam mais de duas horas, esse percentual está acima de 3%. Nota-se que tais percentuais estão sempre acima daqueles aferidos para os “dirigentes”.

É interessante observar que, dentre os “trabalhadores do terciário especializado”, 18,3% daqueles que vivem nos municípios periféricos gastam entre uma e duas horas para se deslocarem enquanto 23,2% dos que vivem no município de São Paulo gastam tempos similares. Em relação aos “trabalhadores do terciário especializado” que gastam mais de duas horas de deslocamento, aqueles percentuais são iguais a 3,7% (município periféricos) e 5,2% (município de São Paulo). É possível que essa diferença de percentuais se deva ao fato de que o Centro Expandido, onde se encontra a maior parte dos empregos do setor terciário da metrópole paulistana, seja mais próximo de municípios da porção oeste da periferia metropolitana como Embu das Artes, Osasco, Taboão da Serra, entre outros. Vale lembrar que o Centro Expandido abrange grande parte das porções oeste e sudoeste do município de São Paulo.

É interessante observar também que, em relação aos “trabalhadores do secundário”, registram-se percentuais bastante parecidos àqueles mencionados no parágrafo anterior. Provavelmente, isso se deve à permanência dos pólos industriais em município da periferia metropolitana como na região do Grande ABCD, em Osasco e Guarulhos, o chamado ABCDOG. Os percentuais de “trabalhadores do secundário” que gastam mais tempo de deslocamento são menores entre aqueles que vivem nos municípios periféricos (18,6% daqueles que gastam entre uma e duas horas e 4,4% dos que gastam mais de duas horas) do que entre aqueles que vivem no município de São Paulo (24,8% e 7,3%, respectivamente).

5. Considerações finais

Como considerações finais é importante colocar que a busca pelas soluções para a crise de mobilidade urbana deve envolver também medidas que enfrentem a crise urbana maior construída ao longo da urbanização ocorrida principalmente na segunda metade do século XX segundo padrões socialmente desiguais e ambientalmente insustentáveis, como visto anteriormente. A realização contínua, intensa e planejada de investimentos em sistemas de transporte coletivo, em suas diferentes modalidades, é importante. Mas é importante termos uma verdadeira política nacional de desenvolvimento urbano, voltada para as soluções das principais problemáticas urbanas que fazem o dia

a dia das pessoas nas nossas cidades cada vez mais difícil. Na última década, houve a instituição de legislações federais referentes a todos os setores diretamente relacionado com essa política. Além do já conhecido Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2002) e da Lei Federal que institui o Sistema e o Fundo de Habitação de Interesse Social (Lei Federal 11.124/2005), houve a aprovação do marco legal do saneamento básico (Lei Federal 11.445/2007), da política nacional de resíduos sólidos (Lei Federal 12.305/2010) e da mobilidade sustentável (Lei Federal 12.587/2012). Apesar do avanço inegável que a instituição dessas Leis Federais representam no campo jurídico, ainda temos muito o que fazer no campo prático, o da implementação efetiva nos territórios das cidades brasileiras de todas as medidas e ações exigidas que foram propostas. A Lei Federal da mobilidade sustentável, posterior ao Estatuto da Cidade, propõe corretamente a articulação entre os planos diretores e os planos de mobilidade. Porém, é necessário que esses planos diretores sejam bons, bastante autoaplicáveis na gestão do solo e incluam instrumentos para a regulação do uso e ocupação do solo que se articulem com os sistemas de transporte coletivo existentes e previstos. O que tem acontecido é que a grande maioria dos planos diretores feitos após a festejada aprovação do Estatuto da Cidade é sofrível, tecnicamente falha, muitas vezes dissociada dos principais problemas urbanos locais. Isso foi o que mostrou a avaliação coordenada pelo IPPUR/UFRJ e Ministério das Cidades em 2010-2011. As prefeituras dos municípios brasileiros não têm as condições mínimas para construir um processo consistente e articulado de formulação e implementação de uma política local de desenvolvimento urbano que articule todos os setores tratados naquelas legislações federais e de promover processos consistentes planejamento e gestão urbana que envolva ações, investimentos e regulações para os acessos e distribuição das terras urbanas, para a melhoria da mobilidade urbana, para a provisão adequada de habitação de interesse social adequada e para o saneamento do ambiente construído em todas as suas dimensões colocadas no mencionado marco legal do saneamento básico a fim de que tenhamos espaços urbanos mais saudáveis.

Tudo isso são requisitos para a construção de maior sustentabilidade urbana e para melhorar as condições de vida das pessoas nas grandes cidades brasileiras. Para entrarmos nos caminhos desses requisitos que já contam com o respaldo de leis federais é preciso promover muitas mudanças, desde o âmbito do governo federal até o

âmbito dos governos municipais, passando pelos governos estaduais. Não adianta deixar os governos locais das prefeituras municipais enfrentarem, sozinhos, as próprias mazelas urbanas. É preciso criar um movimento nacional ininterrupto de apoio, acompanhamento e indução dessas prefeituras para colocarem todas aquelas leis federais em prática no nível local. Um embrião desse movimento foi experimentado, ainda sem a articulação devida das várias dimensões do desenvolvimento urbano, no período entre 2003 e 2005, fase inicial de criação do Ministério das Cidades. Com a interrupção desse processo, nada consistente foi colocado no lugar, e o resultado é uma contradição brutal: apesar de o Brasil ser um país altamente urbanizado, e com uma urbanização bastante problemática e cada vez mais conflituosa, como visto antes, não tem um Ministério das Cidades forte e atuante que esteja de fato implementando em todo o país todas as dimensões de uma política nacional de desenvolvimento urbano. Tudo se resume hoje, perniciosamente, a um programa habitacional, o Minha Casa Minha Vida, implementado predominantemente com empresas privadas. Certamente o momento é de pensamento crítico e de mais Jornadas de Junho.

Referências

- CAMARGO, C. P. F. de et al. **São Paulo 1975 – crescimento e pobreza**. São Paulo: Edições Loyola, 1975.
- PASTERNAK, S. e BÓGUS, L. “A cidade dos anéis”. **Revista de Estudos sobre Urbanismo, Arquitetura e Preservação**, São Paulo, FAU, Universidade de São Paulo, n. 28, nov.-dez. 1998.
- ROLNIK, R. e BONDUKI, N. Periferia da Grande São Paulo – Reprodução do espaço como expediente da reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1982.
- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO. Pesquisa de Mobilidade 2012.
- IBGE. Censo Demográfico de 2010.
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 2001.

Governança urbana, política pública e gestão metropolitana

Vera Chaia e Marcelo Barbosa Câmara

Resumo: A experiência de gestão metropolitana aponta para dificuldades da cooperação para a implementação de políticas urbanas nas áreas metropolitanas. Entre os obstáculos a essa cooperação destacam-se a autonomia política municipal, a relação direta e crescente do governo federal com os municípios na esfera fiscal e a ausência de instrumentos que permitam a união, estados e municípios articularem ações nas regiões metropolitanas.

O desenvolvimento de ações coordenadas nas regiões metropolitanas requer que se aprofunde o conhecimento político-institucional da gestão municipal, envolvendo as formas de representação política e os arranjos de gestão cooperativos, no sentido de avaliar as possibilidades de formas de governança metropolitana que favoreçam a cooperação entre as instituições públicas, entes federativos e a sociedade. O presente capítulo pretende contribuir para esse debate atendo-se as inter-relações entre os entes da federação e a partir da análise da Legislatura da Assembleia Legislativa de São Paulo, no período de 2007 a 2010. Para tanto, serão analisados os perfis de alguns deputados estaduais, bem como os projetos de lei (PL), emendas parlamentares e indicações por eles apresentados e a forma de ação da união, estado e municípios em especial na Região Metropolitana de São Paulo – RMSP.

Palavras-chave: governança; constituição; metrópole; legislativo.

Abstract: The experience on metropolitan management suggests difficulties in cooperation for implementing the urban policies in metropolitan areas. The obstacles to such cooperation include the municipality's political autonomy, the direct and growing relationship of the Federal Government with the municipalities on the fiscal sphere, and the absence of instruments that allow the Union, States and Municipalities to articulate actions in the metropolitan areas.

The development of coordinated actions in the Metropolitan Regions requires the deepening of political and institutional knowledge about the city management, involving forms of political representation and the cooperative management arrangements, in order to evaluate the possible

forms of metropolitan governance that favor the cooperation between public institutions, federal entities, and the society. This chapter aims at contributing to this debate, focusing on the interrelationships between federal entities, and from the analysis of legislations from the São Paulo Legislature, between 2007 and 2010. To such, we will analyze the profiles of a few state representatives, as well as bills (*projetos de lei, PL*), parliamentary amendments and indications presented by the representatives, and the form of action by the Union, State and Cities, especially in the São Paulo Metropolitan Region – Região Metropolitana de São Paulo, RMSP.

Keywords: governance; constitution; metropolis; legislative.

O presente artigo tem como objetivo analisar a Região Metropolitana de São Paulo – RMSP – e a relação com os deputados estaduais eleitos na 16ª Legislatura de 2007 a 2010 da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp).

Na primeira parte do artigo, traçaremos um breve histórico da questão metropolitana no país e a relação que o Executivo federal manteve, tanto no período em que delimitava quais seriam as regiões metropolitanas, período em traçava e centralizava as políticas urbanas dessas regiões, quanto o atual papel do Governo federal, que mesmo não sendo mais, do ponto de vista constitucional, o ente da federação responsável pela organização das metrópoles, procura criar sua Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, política que em tese deve trabalhar em paralelo com as organizações das metrópoles traçadas pelos governos estaduais.

Na segunda parte do artigo, analisaremos a constituição da RMSP e as dificuldades para se pensar um projeto coletivo, que abranja os 39 municípios dessa região. Apontaremos a predominância da atuação individual dos prefeitos e dos deputados estaduais. Para a presente pesquisa, foi realizada uma amostra com 11 deputados estaduais dessa legislatura, todos com votação majoritária na RMSP (ABC, Grande ABC, Capital e Grande São Paulo). A amostra conta com levantamento de projetos de lei, emendas¹ parlamentares e indicações.

Dessa forma, os critérios utilizados para a escolha dos deputados

¹ As emendas em questão dizem respeito ao orçamento do Governo do Estado de São Paulo.

foram os seguintes: cargos que ocupavam na Legislatura de 2007-2010; relação com a Região Metropolitana de São Paulo, escolhidos a partir da origem sociopolítica e base geográfica, além de projetos apresentados nessa temática. Para tanto, foram levantados todos os projetos de lei, ordinários e complementares dos 11 parlamentares. Das emendas foi feita amostra com 386, distribuídas entre os quatro anos de mandato de cada parlamentar e o mesmo para as 231 indicações.

A temática de projetos de lei, emendas e indicações, o partido do parlamentar, a região e partido, a que cada um desses três instrumentos procura beneficiar, possibilitará, além de conhecer o tipo de atuação parlamentar em relação à questão metropolitana (Lei Complementar 1139/11) e regiões, a forma pela qual os parlamentares buscam estruturar suas atuações junto ao executivo (emendas e indicações) no que tange a metrópoles, regiões e municípios.

A governança metropolitana algumas considerações

Sem ser privilégio brasileiro e tampouco da Região Metropolitana de São Paulo, as dificuldades em se estabelecer uma governança eficaz para fazer frente às questões urbanas que se avolumam com a transposição de problemas de municípios a outros e que se configuram enquanto fenômeno, a metrópole, o Brasil e a RMSP carregam consigo especificidades que são fruto da maneira que a federação se constituiu, não só desde o pacto encerrado quando da constituição de 1988, mas da relação que os entes da federação constituíram ao longo da história recente do país e enquanto cultura em suas relações políticas.

Assim, a preocupação em se empreender a administração e planejamento urbano, levando em consideração o fenômeno metropolitano, não veio do pós 1988.

É de 1967 e 1969 o ordenamento constitucional que previa a formação de um conjunto de municípios com questões urbanas específicas os quais seriam constituídos enquanto regiões metropolitanas. O planejamento, que seria oriundo da constituição então outorgada, dava ao Governo federal a prerrogativa de criar regiões metropolitanas nos estados da federação.

Em 1973, quando já se configuravam os problemas de financiamento dos gastos do Governo federal para seu ordenamento econômico, também, francamente calcado no financiamento estatal à in-

fraestrutura – é criada a Lei federal complementar nº 14, instituindo regiões metropolitanas em diversas capitais pelo Brasil.²

Mesmo levando em consideração o caráter coercitivo, observado por Azevedo e Mares Guia, é fato que o planejamento de questões que diziam e dizem respeito ao fenômeno metropolitano são contemplados na política de planejamento urbano do regime. Apontam os autores que efetivamente a lei nº 14 previa o trato de questões urbanas, mas que, após a derrocada do regime militar e o descaso que se passaria, por anos, a se dar às questões metropolitanas, fariam do crescimento das metrópoles brasileiras e aqui incluída a RMSP um caso de franco desordenamento urbano.

No escopo da lei nº 14, previa-se “planejamento integrado de desenvolvimento econômico e social; saneamento básico (água, esgoto, limpeza pública), aproveitamento de recursos hídricos, controle de poluição ambiental; produção e distribuição de gás combustível canalizado; transporte e sistema viário; e usos do solo” (apud Azevedo e Mares Guia, 2000).

Dentro do Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND – lançado ao final de 1974 – em seu IX capítulo – Desenvolvimento Urbano, Controle da Poluição e Preservação do meio Ambiente, é delineado os princípios do Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano, no qual fica patente a preocupação em se tratar as questões urbanas a partir de questões regionais e das regiões metropolitanas.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano, forjado em 1975, que repassaria recursos aos órgãos de gestão metropolitana criados pelo regime, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano são algumas das estruturas que voltariam, sobre outra perspectiva, décadas depois em um regime democrático, a serem fundamentos da política urbana do Governo federal.

Nesse sentido, cabe à análise de como os entes da federação – em um período democrático – articulam ou deixam de articular o necessário processo de construção da governança urbana metropolitana.

Âmbito federal e estadual na **governança metropolitana hoje**

Com a constituição de 1988, a prerrogativa de se instituir regiões metropolitanas passa a ser dos estados. Aqui procuraremos refletir acerca dessa questão, mas levaremos também em consideração o esfor-

² Sobre os antecedentes da institucionalização das regiões metropolitanas, ver Azevedo e Mares Guia (2000).

ção que o Governo federal vem empreendendo através do Ministério das Cidades na busca de criar um Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano – SNDU.

O governo federal, através do Ministério das Cidades, desde 2003, quando da realização da 1ª Conferência Nacional das Cidades, se propôs a ser o condutor da criação de uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDU, segundo ele, dentro de um processo democrático, com a “(...) consolidação de um modelo de participação e controle social amplo para atuar na construção de uma política urbana acessível aos cidadãos” (Ministério das Cidades, 2013, p. 9).

Nessa perspectiva, foram realizadas cinco conferências nacionais dentro do espírito de participação popular nos municípios, que seriam os pilares dessa construção democrática. Na 2ª Conferência Nacional das Cidades, aparece a diretiva que ratificaria a “estrutura e os instrumentos da política regional e metropolitana” que deveriam nortear, também, a PNDU (ibid., p. 9).

Posto o problema nesses parâmetros, ou seja, a necessidade de uma política nacional de desenvolvimento urbano, e de que as políticas regionais e metropolitanas deveriam ser estruturantes na criação do SNDU, após dez anos, no segundo semestre de 2013, foi organizada a 5ª Conferência Nacional das Cidades, corolário de todo o processo de discussão efetuado nos municípios do país, que realizaram suas conferências municipais, e, segundo as diretrizes do Ministério das Cidades, foram organizadas buscando a participação de representantes do poder público, movimentos populares, trabalhadores, empresários, entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e organizações não governamentais.³

Passados quarenta anos desde a lei nº 14, de 1973, e do II PND, que criaram – de maneira centralizada – uma estrutura de planejamento urbano, Brasília volta a pensar – agora em um período democrático e com uma organização que pretende incluir setores os mais amplos da sociedade – na estruturação de um sistema nacional de planejamento e financiamento de políticas urbanas através de instrumentos como

³ Com a distribuição de delegados, também efetuada seguindo a proporcionalidade da população de cada estado, a previsão seria de eleição de 1.689 delegados, sendo São Paulo o estado com o maior número de delegados: 221, e Roraima com o menor número: 32. Ficou programada para conferência nacional a seguinte participação por seguimento: Poder Público Federal 10%, Poder Público Estadual 12%, Poder Público Municipal 20,2%, Movimento Popular 26,8%, Empresários 9,9%, Trabalhadores 9,9%, ONG 4,2% e Profissionais Acadêmicos e de Pesquisa 7%.

Conselho Nacional das Cidades – ConCidades amparado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano, ambas partes do SNDU e portanto da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU – que, com estrutura baseada, também, nos conselhos municipais, estaduais e com o ConCidades, cuidariam da política urbana integrada nos três níveis da federação para habitação, saneamento, mobilidade urbana e planejamento urbano.

O processo de sistematização das propostas oriundas das conferências municipais, ocorridas no estado de São Paulo e que subsidiaram a 5ª Conferência Estadual das Cidades em setembro de 2013, é interessante no sentido de vermos como os 124 municípios,⁴ que tiveram suas propostas sistematizadas, elencaram suas prioridades em relação às políticas urbanas, posto que 31 dos 39 municípios da RMSP efetuaram suas conferências, ou seja, 79% da região.

Tabela 9.1 – Distribuição percentual do número dos municípios paulistas que aderiram à Conferência das Cidades 2013 por região

Localidade	Municípios que realizaram a Conferência das Cidades 2013		Total de Municípios no Estado de São Paulo	% Municípios que realizaram a Conferência por região em relação ao total da região
Região Metropolitana da Baixada Santista	5	3%	9	56
Região Metropolitana de Campinas	10	5%	19	53
Região Metropolitana de São Paulo	31	16%	39	79
Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte	12	6%	39	31
Demais Municípios	137	70%	539	25
Total Geral	195	100%	645	30

Seria mais preciso se as propostas dos municípios da RMSP estivessem desfragmentadas do restante dos 124 municípios, entretanto como o processo de sistematização levou em consideração propostas recorrentes e relevantes ao SNDU, as questões que porventura tratassem do fenômeno metropolitano e formas de organizá-lo seriam destacadas, como foram no texto final apresentado.

Das 3364 propostas sistematizadas pela subcomissão de sistematização da 5ª Conferência Estadual das Cidades, 62% diziam respeito a questões não afeitas a organização de metrópoles, ou seja, eram priori-

⁴ Foram 195 municípios com conferências municipais validadas dos 277 que aderiram à Conferência das Cidades, porém 124 municípios tiveram suas propostas encaminhadas a comissão de sistematização de propostas para 5ª Conferência Estadual das Cidades.

dades municipais e estaduais sem relação à estruturação do SNDU, 15% eram prioridades ao Ministério das Cidades e tal qual as prioridades municipais e estaduais não eram relacionadas à institucionalização do SNDU, e finalmente 23% das propostas estavam divididas entre os quatro eixos que o Ministério entende como estruturais para o SNDU: 5% Instrumento/Função Social da Propriedade; 6% Participação e Controle Social no SNDU; 5% Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano e 7% Política e Instrumento de Integração Intersetorial e Territorial.⁵

O texto do Ministério das Cidades, que serviu de base para os debates e propostas dos municípios, foi estruturado no sentido de que as representações dos municípios dirigissem discussões e propostas visando à estruturação de um SNDU.

Entretanto, o perfil das propostas demonstrou que, ao menos no estado de São Paulo, a preocupação maior foi com as coisas do município e a menor parte das propostas se ateu à estruturação de um SNDU.

Tocqueville (2005), ao estudar a organização da sociedade americana, vê a participação do cidadão mais nas coisas da comuna, ou seja, na sua localidade, no que há de mais próximo a ele, e isso decrescendo à medida que se passa ao condado, ao âmbito estadual ou ao plano federal. Nessa perspectiva, a organização e a participação do cidadão na política se dá nas coisas que lhe dizem respeito diretamente, quanto mais ao seu alcance, mais parece o cidadão se interessar.

Arretche analisa as possibilidades inerentes aos “mecanismos de inclusão da preferência do conjunto dos cidadãos no processo decisório”, e observa:

Por outro lado, formas de participação consoantes com os princípios da democracia direta supõem necessariamente uma demos de pequenas dimensões. Assim, a reduzida dimensão da demos necessária à implementação da democracia direta implica também a redução do escopo das questões a respeito das quais uma dada população deve se pronunciar. Neste caso, tal demos não pode decidir sobre questões de âmbito mais geral e, portanto, a dimensão de sua agenda decisória é limitada. (Arretche, 1996, p. 60)

⁵ Para o entendimento da estrutura e organização das Conferências, consultar o site do Ministério das Cidades. O trabalho da Subcomissão de Sistematização foi apresentado na 5ª Conferência Estadual de setembro de 2013 e, até o fechamento deste capítulo, ainda não estava disponibilizado no site do Ministério das Cidades. Cópia do material de sistematização foi obtido junto à equipe técnica da CDHU – Secretaria da Habitação – que deu apoio a Subcomissão Estadual de Sistematização.

Não foi à toa que os municípios de São Paulo tenderam a reproduzir as coisas de sua cidade e refletir a partir dos problemas imediatos da cidade. Além disso, devemos levar em consideração que o discurso da reforma urbana do Governo federal, idealizador de todo o processo de conferências, ainda é evado do local.

A cidade isolada – como ente político – é ainda mote que inspirou o processo das conferências. O *slogan* proposto pelo Ministério das Cidades foi “Quem muda as cidades somos nós”. Mesmo que parte considerável dos brasileiros viva em metrópoles e que os grandes problemas urbanos e a economia estejam atrelados a necessidade de um reordenamento, que tenha na governança metropolitana sua principal solução, o governo federal trabalha ainda com a perspectiva da cidade, o poder local ainda sendo o eixo de seu planejamento. Em um processo voltado as questões urbanas mais complexas, seriam interessantes, portanto conferências das metrópoles.

A perspectiva metropolitana aparece no documento base do Ministério das Cidades, que estruturou as conferências estaduais e municipais, e nas propostas que por fim emergiram da 5ª Conferência Estadual das Cidades, mas o Governo federal ainda trabalha com a cidade como motor do processo da reforma urbana; as questões metropolitanas aparecem, mas para consolidar os organismos que irão fazer a gestão das metrópoles se fazem necessários arranjos de poder local que efetivamente a viabilizem.

O discurso oficial do Ministério das Cidades – após a realização da 5ª Conferência Nacional das Cidades entre 20 e 24 de novembro de 2013 – conjumina-se com essa perspectiva de articulação, mas ainda é necessário tempo para vermos se de fato haverá articulações políticas entre os entes da federação, e principalmente se o Governo federal com sua PNDU colaborará para construção de uma cultura de gestão de metrópoles.

Para alcançar uma reforma urbana, tema que pautamos desde o fim do ano passado, e que ao longo de 2013 discutimos nas conferências municipais, nas estaduais, e agora na nacional, é preciso ter um marco legal que pense as políticas de maneira articulada: o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. Ele nada mais é do que a articulação das políticas e ações para gestão urbana em todos os níveis de governo. É unir as políticas de habitação, saneamento, mobilidade, prevenção de risco, reorganização fundiária, plano

diretor, com a visão de gestão socioterritorial e metropolitana. Assim teremos cidades com sustentabilidade e qualidade de vida. Um grupo interministerial vai estudar a proposta da conferência para estruturar um projeto de lei.” (Ribeiro, 2014)

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Os estudos sobre as assembleias legislativas (Santos, 2012 e 2001) têm como preocupação analisar essas casas legislativas priorizando a análise do processo de atuação dos parlamentares e o relacionamento entre os poderes Executivo e Legislativo, além de priorizar as especificidades de cada uma das assembleias legislativas.

Um aspecto que deve ser levado em conta é a “erosão da confiança nas instituições representativas” (Meneguello, 2012, p. 13) por parte da população, e que se mostra como um paradoxo, pois as instituições estão consolidadas, entretanto persiste o “desencanto e desconfiança dos cidadãos para com os políticos e a representação política” (ibid.).

A Assembleia Legislativa de São Paulo foi pouco estudada e os estudos se limitam a analisar os limites da atuação do Legislativo estadual. O artigo “O papel institucional da Assembleia Legislativa paulista: 1995 a 1998” (2001) é um estudo sobre a Alesp no período de 1995 a 1998. Os autores analisam o papel institucional da Assembleia Legislativa na estrutura de poder do estado de São Paulo, durante a 1ª gestão do governador Mario Covas, do PSDB. Além de analisar a composição da Assembleia, os autores estudam as Comissões Parlamentares de Inquérito, instaladas, bem como a distribuição partidária e geográfica dos deputados estaduais daquela Legislatura, como também os projetos aprovados por bancada.

Na avaliação dos autores,

No caso de São Paulo, todos os poderes tiveram suas prerrogativas reforçadas nos últimos anos, porém... tem vigorado um sistema ultrapresidencialista de governo, no qual o Poder Executivo se torna hiperatrofiado no processo de governo e detém forte influência sobre as estruturas institucionais que deveriam controlá-los. Desse modo, a coparticipação dos parlamentares na produção das políticas e os *checks and balances* sobre o governador são reduzidos. Não se trata, no entanto, de um caso de abuso de poder por parte do executivo em detrimento das prerrogativas constitucionais do Legislativo, mas de uma efetiva *delegação de poder e de responsabilidade dos deputados estaduais ao governador*. (Abrucio, Teixeira e Costa, 2001, p. 220)

Outro estudo que merece destaque analisa o relacionamento entre os poderes Executivo e Legislativo e foi privilegiado nos estudos neoinstitucionalistas. Autores como Figueiredo e Limongi (1999), contrariam uma linha de reflexão da ciência política, que apontava a necessidade de realização de reformas políticas para aprimorar o sistema político, abrangendo o sistema partidário, o sistema eleitoral e determinadas regras de funcionamento do Poder Legislativo brasileiro. Para tanto, realizam uma pesquisa no Congresso Nacional e confirmam a hipótese de que o sistema político funciona e os partidos políticos, discordando da tese de fragmentação partidária, funcionam com disciplina e votam segundo a vontade das lideranças partidárias.

Na pesquisa que realizaram para compreender o relacionamento entre os poderes Executivo e Legislativo, os autores chegaram a várias conclusões, dentre elas a de que o Legislativo colabora com esse poder, aprovando projetos de iniciativa da Presidência. Na avaliação de Figueiredo e Limongi, o Executivo consegue aprovar sua agenda graças ao comportamento disciplinado dos parlamentares e ao apoio partidário dos diferentes governos (Collor, Itamar, FHC) pós Constituição de 1988, e graças à disciplina partidária decorrente de “políticas de cunho distributivista que garantem esse tipo de conexão eleitoral” (ibid., p. 10).

A agenda legislativa é controlada pelos líderes partidários e pelo Executivo, o que dificulta outras formas de resistência e de obstrução da agenda no Legislativo. Outro aspecto levantado pelos autores diz respeito ao “padrão altamente centralizado de organização do Congresso que se harmoniza com o papel preponderante do Executivo” (ibid., p. 11). O poder Legislativo do mandatário do poder Executivo e seus poderes de agenda reforçam a ideia da pouca força do Legislativo no encaminhamento de matérias.

As considerações dos autores citados acima podem ser estendidas ao Legislativo municipal e estadual, pois o relacionamento entre o Executivo, a Câmara Municipal e a Assembleia Legislativa obedecem à mesma dinâmica nacional. O Executivo controla cargos políticos e recursos a serem disputados pelos parlamentares, que objetivam a reeleição. Na avaliação de Figueiredo e Limongi,

a escassa autonomia do Poder Legislativo na formulação de políticas públicas torna a participação do governo ainda mais importante para os parlamentares interessados em garantir retornos eleitorais.

Sendo assim, o controle de cargos fornece mecanismos que permitem cobrar disciplina partidária. (Figueiredo e Limongi, 1999, p. 38)

No nosso caso, como ressaltamos, temos como objetivo analisar a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) na 16ª Legislatura de 2007 a 2010. O governador do Estado de São Paulo era o José Serra, do PSDB.

Tabela 9.2 – Composição da Alesp – 2007-2010

Partidos Políticos	Nº de cadeiras	%
PSDB	24	25,5
DEM	11	11,7
PMDB	4	4,3
PT	20	21,3
PRONA	1	1
PSB	4	4,3
PV	9	8,6
PPS	5	5,3
PTB	4	4,3
PSOL	2	2,1
PDT	5	5,3
PSC	2	2,1
PP	2	2,1
PL	2	2,1
Total de deputados	94	100

O governador Serra detinha a maioria parlamentar, com a coligação entre o PSDB e o DEM, além de partidos políticos que irão formar o grupo de apoio do Executivo estadual.

Conforme descrito anteriormente, o estudo se apoiou na análise da atuação parlamentar de 11 deputados estaduais na 16ª Legislatura paulista (94 deputados): Alex Manente (PPS), Donizete Braga Ferreira (PT), Carlos Neder (PT), Conte Lopes (PTB), Fernando Capez (PSDB), Jorge Bittencourt (PDT), Marcos Zerbini (PSDB), Ana do Carmo (PT); Maria Lucia Prandi (PT); Orlando Morando (PSDB) e Simão Pedro

(PT). Além do levantamento dos projetos de lei, emendas e indicações apresentadas por esses parlamentares, também entrevistamos: Ana do Carmo, Maria Lucia Prandi, Orlando Morando e Simão Pedro.⁶

Todos os projetos de lei dos 11 deputados foram compilados para análise. Quanto às emendas, foram selecionadas 424 para composição da amostra, divididas igualmente por deputado e por cada um dos quatro anos de atuação do parlamentar. As 268 indicações, também foram analisadas por amostra, com o mesmo critério das emendas. Todos os dados foram retirados do site da Alesp (Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/>>).

A totalidade dos projetos de lei e amostras de emendas e indicações apresentou distribuição por região do Estado conforme a tabela 9.3.

Tabela 9.3 – Totalidade de projetos de lei, amostras de emendas e indicações.

Regiões do Estado	Projetos de Lei	Emendas	Indicações
RMS	62	126	54
Estado	283	161	98
Interior	100	114	85
Litoral Norte/Vale do Paraíba	4	2	2
RM da Baixada Santista	20	17	23
Vale do Ribeira	18	4	6
Total	487	424	268

Fonte: Dados elaborados a partir da análise do site da Alesp (Disponível em <<http://www.al.sp.gov.br/>>)

Após os três tipos de ações, foram selecionados por temáticas, conforme as funções apontadas no artigo 12 da lei estadual complementar nº 1139 de 16 de junho de 2011, que reestabelece os parâmetros para organização da Região Metropolitana de São Paulo – RMS –, subdivididas por regiões, conforme as tabelas 9.4, 9.5 e 9.6, e também em temáticas que complementem os parâmetros retirados da lei nº 1139.

⁶ Entrevistas realizadas por e-mail no mês de dezembro de 2012.

Tabela 9.4 – Ações parlamentares: projetos de lei – 2007 a 2010

Projetos de Lei	RMS	Estado	Interior	Litoral Norte/ Vale do Paraíba	RM da Baixada Santista	Vale do Ribeira	Regiões Metropolitanas do Estado	Litoral	Total
Transporte e Sistema Viário	1	8	0	0	0	0	0	0	9
Habitação	3	1	40	0	9	13	0	0	66
Saneamento Ambiental/ Meio Ambiente	0	19	0	0	0	0	0	0	19
Desenvolvimento Econômico	5	19	26	0	1	0	0	0	51
Atendimento Social	1	26	0	0	0	1	0	0	28
Esporte e Lazer	1	12	2	0	0	0	0	0	15
Declara de Utilidade Pública	21	3	22	0	2	0	0	0	48
Cria Regiões Metropolitanas/ Questões Regionais	0	1	0	0	3	2	0	0	6

Tabela 9.5 – Ações parlamentares: emendas – 2007 a 2010

Emendas	RMS	Estado	Interior	Litoral Norte/ Vale do Paraíba	RM da Baixada Santista	Vale do Ribeira	Regiões Metropolitanas do Estado	Litoral	Total
Transporte e Sistema Viário	33	5	30	1	0	0	3	1	73
Habitação	7	5	1	0	0	0	0	0	13
Saneamento Ambiental/ Meio Ambiente	4	4	5	0	0	0	0	0	13
Desenvolvimento Econômico	6	8	2	0	1	1	0	0	18
Atendimento Social	17	19	15	0	1	0	0	0	52
Esporte e Lazer	2	1	1	0	1	0	0	0	5
Convênios com Municípios, Entidades e Consórcios	0	5	0	0	0	0	0	0	5
Cria Regiões Metropolitanas/ Questões Regionais	5	0	4	0	1	0	0	0	10
Planejamento	2	11	0	0	0	0	0	0	13

Tabela 9.6 – Ações parlamentares: indicações – 2007 a 2010

Indicações	RMS	Estado	Interior	Litoral Norte/ Vale do Paraíba	RM da Baixada Santista	Vale do Ribeira	Regiões Metropolitanas do Estado	Litoral	Total
Transporte e Sistema Viário	13	5	9	2	0	2	0	0	31
Habitação	1	2	1	0	1	0	0	0	5
Saneamento Ambiental/ Meio Ambiente	2	3	1	0	1	0	0	0	7
Desenvolvimento Econômico	0	4	7	0	3	0	0	0	14
Atendimento Social	4	6	10	0	7	0	0	0	27
Esporte e Lazer	0	0	4	0	3	0	0	0	7
Cria Regiões Metropolitanas/ Questões Regionais	0	0	2	0	0	0	0	0	2

Fonte: Dados elaborados a partir da análise do site da Alesp (Disponível em <<http://www.al.sp.gov.br/>>)

Quanto à distribuição das ações nas oito regiões selecionadas, temos que dos projetos de lei que compuseram o levantamento da tabela 9-4, 13,2% concentram-se na RMS, 41,7% são proposições estaduais e 37,19% foram projetos de lei direcionados ao interior do estado.

Das emendas parlamentares, 37,6% concentraram-se na RMS; 28,7% são destinadas a ações que abarcam todo Estado de São Paulo e 28,7% destinam-se a ações no interior paulista.

Já as indicações, 21,5% são destinadas a RMS; 21,5% ao Estado de São Paulo e 36,5% ao interior de São Paulo.

Afora as ações ligadas a projeto de leis que se concentram, sobretudo nos campos Estado e Interior, nota-se um coeficiente expressivo de indicações ao executivo estadual (a um caso de indicação ao executivo federal) ou emendas ao orçamento estadual, concentrados nos campos RMSP e Estado.

Mesmo tendo como principal base eleitoral a RMSP, o campo Interior apresenta porcentagem das proposições dos parlamentares da amostra relevante (28,7% de emendas e 36,5% das indicações).

Cabe destacar a apresentação de 6 projetos de lei complementares que visavam ordenar regiões metropolitanas ou tratavam questões regionais do ponto de vista organizacional. Não tinham como objeto a RMSP, mas demonstram a preocupação parlamentar em promover a efetiva governança metropolitana com dispositivos semelhantes à lei que redimensiona a RMSP.

Iniciativas do cunho das reproduzidas⁷ a seguir, objetivam ações na RMSP, mas são – em sua quase totalidade - ações pontuais, que apesar de sua relevância enquanto iniciativa para região, não são instrumentos vinculados à lei estadual complementar nº 1139 de 16 de junho de 2011 que - se aplicada - daria instrumentos à gestão da RMSP.

Destaca-se como ação vinculada a gestão regional a Emenda de Pauta 9957/2007, que não se vincula a lei 1139, mas objetiva um ação regional.

“Emenda de Pauta 240/2008 - Projeto de lei 40/2008 Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2008/2011. Aumento da meta para a linha A da CPTM. CAPITAL (DEP. Simão Pedro PT - Capital)

Emenda de Pauta 241/2008 - Projeto de lei 40/2008 Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2008/2011. Expansão da modernização da linha B da CPTM até Amador Bueno CAPITAL (DEP. Simão Pedro PT - Capital)

Indicação 1306/2008 Indica ao Senhor Governador o recapeamento asfáltico da Avenida Ayrton Senna da Silva, localizada no Jardim Oratório, em Mauá (Donizete Pereira Braga PT - ABC)

Emenda de Pauta 9957/2007 - Projeto de lei 1162/2007 Consolidar em parceria com o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC o Eixo Turístico Ferroviário de Paranapiacaba (Jorge Bittencourt - PDT - Grande São Paulo)

⁷ Reprodução da ação do parlamentar seguida do partido e base eleitoral.

Indicação 965/2007 Indica ao Exmo.Sr.Presidente da República para que seja instalado um campus da Fundação Universidade Federal do ABC no Município de São Bernardo do Campo. (Ana do Carmo PT - ABC)

Indicação 2817/2009 Indica ao Senhor Governador do Estado que determine a criação do 5º DP da Polícia Civil no Jardim Sônia Maria no Município de Mauá. (Donizete Braga PT - ABC)

Indicação 726/2010 Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de São Paulo, que determine aos órgãos competentes, pavimentação asfáltica na estrada intermunicipal que liga a cidade de Araçariguama a Itapevi (Conte Lopes PTB - Grande São Paulo)”

Fonte ALESP www.al.sp.gov.br

Outras ações atendem a demandas diversas:

“Projeto de lei 1305/2009 - Autoriza o Poder Executivo a implantar o Programa Vila Dignidade no Município de Ribeirão Pires. (Dep. Alex Manente PPS- ABC)

Projeto de lei 303/2008 - Cria o monumento “Rei do Baião”, em homenagem ao povo nordestino, no viaduto do migrante nordestino, em São Paulo”. (Jorge Bittencourt PDT - Grande São Paulo)

Indicação 444/2010 Indica ao Senhor Governador que determine a reabertura do posto fiscal na Estância Turística de Tupã. (Donizete Braga PT - ABC)

Indicação 1702/2009 Indico ao Senhor Governador que adote as providências necessárias junto ao órgão competente para viabilizar a doação de um micro-ônibus para o município de Mirassolândia.

Indicação 36/2010 Indica ao Sr. Governador providências no sentido de serem reaproveitados, em serviços administrativos, os policiais considerados inválidos para o serviço policial. (Fernando Capez PSDB - Grande São Paulo)

Emenda de Pauta 236/2008 - Projeto de lei 40/2008 Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2008/2011. Ampliação da quilometragem pavimentada das estradas vicinais do Estado (Simão Pedro PT - Capital)”

Fonte ALESP www.al.sp.gov.br

Existe a preocupação dos parlamentares em atuar em regiões específicas, as últimas quatro tabelas demonstram isso. Há casos de par-

lamentares que buscam a ação regional com ênfase em maior autonomia da região, mas, tendo em vista a dependência da vontade política do parlamentar para elaborar emenda ou indicação, a ação acaba por não dar condições a uma governança autônoma da região beneficiada.

Quanto aos projetos de lei, eles mostram a preocupação do parlamentar em atender regiões a que se propõem a atuar. Entretanto as temáticas tratadas dizem respeito, no que tange a tabela 4, a questões gerais do Estado de São Paulo e mesmo do interior do paulista, somente 13,2% dos projetos são relativos à RMSP.

A exceção diz respeito às leis complementares que estabelecem regiões metropolitanas ou ações de organização regional. Exemplo do projeto de lei de Maria Lucia Prandi, que visava ordenar a RM da Baixada Santista, daí a justificativa da presença da parlamentar na amostra.

“Projeto de lei Complementar 24/1995 Cria a Região Metropolitana da Baixada Santista, institucionaliza a cooperação entre o Estado e os Municípios, cria a entidade pública metropolitana. (Maria Lucia Prandi PT – Capital Baixada Santista)”

Outros projetos de lei podem ser voltados a regiões e beneficiá-las, mas não são formas de governança metropolitana, posto que não proporcionam autonomia – nem administrativa, nem política e sobretudo financeira, autonomia básica para as outras duas – aos municípios que compõem essas regiões.

Nessa perspectiva, o *Projeto de Pesquisa Metrópole, Desigualdades Sócio- Espaciais e governança urbana: Análise Comparada do caso de São Paulo* – observa, utilizando a hipótese de Carvalho (2003, 2009):

“segundo a qual uma das variáveis que estariam na base do desincentivo   politiza o da temática metropolitana seria precisamente nosso sistema político-representativo. O sistema eleitoral proporcional, tal qual praticado entre nós, na sua operacionaliza o penaliza, por um lado, de forma expressiva e sistemática a representa o das áreas mais urbanizadas do país, as capitais e as áreas metropolitanas. A nossa bancada metropolitana   localista em sua origem geográfica, ou seja, em fun o dessa origem se vê diante de incentivos de priorizar benefícios desagregados para seus respectivos feudos. Nesse caso, haverá a sub-provisão de bens públicos, entre eles temas metropolitanos, e a ênfase no localismo”

(Apud Observatório das Metrôpoles São Paulo, baseado no Projeto do Observatório das Metrôpoles Rio de Janeiro, PUC-SP, 2011-2013: 28)”.

Com relação aos setores e às regiões que os parlamentares entrevistados obtiveram seus votos no Estado de São Paulo, eles responderam:

O deputado Simão Pedro afirmou que:

“Cerca de metade dos votos que recebi vieram de na Zona Leste. Na primeira eleição, tive cerca de 20 mil votos no interior e outros 10 na Grande São Paulo. Na eleição de 2006 a votação no interior aumentou um pouco. Na de 2010 tive 60 mil votos na Capital, 20 mil na Grande São Paulo e 58 mil no interior. Meus votos vêm basicamente dos bairros periféricos da Zona Leste e dos movimentos populares, majoritariamente de luta por moradia. Nas eleições de 2006 e 2010 passei a me relacionar com os movimentos de luta por Reforma Agrária que também me deram uns 10 mil votos. Na última, também recebi apoio de setores da Apeoesp. Outros votos vêm do apoio de vereadores e militantes do PT em algumas cidades da Grande São Paulo e interior”.

Já a deputada Maria Lucia Prandi teve seu apoio:

“de educadores, sindicalistas do porto de Santos, movimentos sociais, habitação, criança e adolescente, idosos. A Região da Baixada Santista sempre foi a parte mais significativa da minha votação, também Vale do Ribeira. Poucos votos na capital e no interior”.

O deputado Orlando Morando teve apoio do Setor supermercadista, da Região do Grande ABCDMRR, São Paulo (Capital) e Região de São José do Rio Preto, totalizando mais de 60 cidades, segundo dados apresentados pelo entrevistado.

A parlamentar entrevistada que mais teve apoio da região metropolitana foi a deputada Ana do Carmo, que comentou que recebeu apoio do:

“Movimento de moradia em São Bernardo, em especial do bairro Ferrazópolis (maior reduto eleitoral na cidade e local onde moro até hoje). Em relação às regiões, o eleitorado tem maior concentração no ABC (São Bernardo, Santo André, Diadema, Mauá, Rio

Grande da Serra, São Caetano) e São Paulo, com menor – mas não menos importante – quantidade de eleitores também no interior”.

Quanto aos projetos apresentados pelos parlamentares, destacam-se os seguintes:

A deputada Ana do Carmo relata que os projetos que ela apresentou foram os que se seguem:

“Implantação de Psicólogo e Assistente Social nas Escolas Estaduais, Dia Estadual da Empregada Doméstica no Calendário do Estado, Estância Turística de São Bernardo do Campo (tramitando), Utilização de Tijolos Ecológicos em Obras do Estado (tramitando), Dia Estadual de Combate a Contaminação por Agrotóxico e o projeto da qualificação profissional que prioriza os jovens de 16 a 24 anos. Creio que o projeto de maior relevância em relação a toda a Região Metropolitana seja o Mapeamento de Áreas de risco em todo o estado, que, infelizmente, foi vetado pelo governador”.

Maria Lucia Prandi relacionou uma série de projetos:

“Apresentei vários Projetos Autorizativos, na verdade são projetos para o Executivo realizar, embora não necessitando da autorização da Assembleia. O Objetivo deles é fazer a luta política, uma vez que o Orçamento não é regionalizado, por exemplo, o Orçamento determina construção de x unidades habitacionais, sem especificar onde, ou x instalação de escolas técnicas, restaurantes bom prato, etc. – eles têm tramitação rápida na assembleia, porque é uma mera autorização, mas é possível organizar as regiões, os municípios e lutar para a implantação. Geralmente são demandas regionais. No caso de Conselhos e Fundos o Legislativo não tem autorização para criar, mas por exemplo um Projeto por mim apresentado da Criação do Fundo e do Conselho de Habitação foi um importantíssimo instrumento de luta. Anos depois, o Executivo enviou à Assembleia, e se o meu projeto não foi aprovado na íntegra, foi importantíssimo para pressionar o Executivo”.

O deputado Orlando Morando apresentou vários projetos, segundo sua entrevista por e-mail:

Emenda Constitucional n° 34, de autoria do deputado Orlando Morando que exige FICHA LIMPA para cargos comissionados. LEIS DIVERSAS - LEI 14.147 – 2010 – Projeto de lei 739/2003

Obriga as concessionárias e empresas de energia elétrica e de telefonia a demonstrarem, nas suas faturas, o procedimento de cobrança do ICMS. LEI 12.795 – de 08 de janeiro de 2008 – Projeto de lei 38 / 2006 Institui o “Dia da Mata Atlântica”. LEI 12.730 – de 11 de outubro de 2007 – Projeto de lei 132 / 2007 Proíbe o uso de telefone celular nas escolas públicas estaduais. LEI 12.279 – de 21 de fevereiro de 2006 – Projeto de lei 258 / 2005 Dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes dos estabelecimentos que comercializem produtos falsificados, contrabandeados ou de origem duvidosa. PROJETOS DE LEI - APROVADOS NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA Projeto de lei 36 / 2004 - Vetado pelo Governo do Estado Proíbe às pessoas jurídicas o descarte de produto, subproduto ou resíduo, que contenha óleo mineral ou vegetal, no meio ambiente natural ou, ainda, direta ou indiretamente junto à rede de esgoto. Projeto de lei 197 / 2003 – Vetado pelo Governo do Estado Torna facultativo o funcionamento do comércio em geral aos domingos. Projeto de lei 190 / 2003 – Vetado pelo Governo do Estado Obriga o fabricante de bebida, que contenha álcool, a destinar trinta por cento do rótulo de seu vasilhame para informar sobre a proibição de venda e consumo por menor e que a ingestão do produto é prejudicial à saúde do consumidor.

Segundo o deputado outros projetos podem ser encontrados no seu site (Disponível em: <http://www.orlandomorando.com.br/manual_do_colaborador.pdf .>)

Simão Pedro destaca os seguintes projetos:

“Apresentei vários projetos de lei no primeiro Mandato: obrigatoriedade do uso do software livre na gestão pública, programa estadual de segurança alimentar e nutricional, estabelecimentos de prioridades na destinação de moradias populares, criação de campus universitários (na Mogiana e na Zona Leste). No segundo mandato, apresentei um Projeto que se tornou Lei, criando o Conselho e o Fundo de Habitação de Interesse Social (a demanda de moradia concentra-se nas regiões metropolitanas) e um Projeto de Emenda à Constituição (PEC) alterando o Artigo 180 e devolvendo aos municípios o direito de legislar sobre uso e ocupação do solo em áreas públicas, para fins de regularização fundiária – outro problema crônico nas regiões metropolitanas. A PEC foi aprovada. Apresentei e aprovei a Lei que cria o Programa Estadual de Combate à Obesidade e ao Sobrepeso. Aprovei outras duas leis

voltadas para garantir direitos dos trabalhadores rurais assalariados (catadores de cana e de laranja): o que cria um “selo verde” para usinas com práticas respeitadas ao meio ambiente e aos trabalhadores (vetado por José Serra) e o que determina a inspeção da Vigilância Sanitária nos alojamentos de trabalhadores temporários das usinas. Esse o Ministério Público do Trabalho tem usado nas atuações que tem feito”.

Podemos afirmar que quase todas as Emendas encaminhadas por parlamentares do PT ao Poder Executivo são assinadas por toda a bancada petista. Isso reforça a atuação conjunta da bancada em assuntos importantes e pertinentes a todos os setores envolvidos. Por exemplo: A deputada Ana do Carmo encaminha “Emenda de Pauta 10831/2008 – Projeto de lei 643/2008 Remaneja Recursos no Programa e **Ação Abaixo** para Funcionamento do Conselho Estadual de Saúde”. Toda a bancada do PT assina a solicitação: Roberto Felício, José Zico Prado, Rui Falcão, Maria Lúcia Prandi, Hamilton Pereira, Carlinhos Almeida, Antonio Mentor, Donisete Braga, Ana do Carmo, Mário Reali, Simão Pedro, Vicente Cândido, Enio Tatto, José Cândido, Marcos Martins, Ana Perugini.

Com relação à avaliação do relacionamento entre os poderes Executivo e Legislativo, o deputado Simão Pedro argumenta que:

“Eu e vários colegas temos apresentado PLs com conteúdos importantes. A verdade é que os Legislativos vivem uma crise de identidade, com a supremacia dos Executivos. A maioria dos partidos e deputados não quer fazer oposição, pois isso pode levá-los ao isolamento político e não conseguir obter vantagens junto ao governo. Assim, é o Executivo quem determina quais projetos irão a voto e normalmente eles são aqueles que não mexem com o Orçamento ou acarretem despesas. A função de fiscalização é podada porque as maiorias constituídas não permitem às oposições, normalmente em minoria, usar os instrumentos como CPIs e convocações de autoridades envolvidas em denúncias ou problemas em suas áreas”.

Podemos afirmar que existe um descompasso entre os projetos apresentados pelos deputados e os aprovados.⁸ Percebe-se um descontentamento desses parlamentares na sua função legislativa, visto que os

⁸ Tais projetos serão analisados posteriormente, já que está pesquisa ainda está em andamento por envolver vários outros aspectos a serem contemplados.

projetos ou recebem veto do governador ou não entram em plenário para discussão dos parlamentares, por existirem limites institucionais e prerrogativas do Poder Executivo.

Com relação aos projetos de lei que envolva a RMSP, podemos afirmar que essa temática é quase inexistente nos projetos, emendas e indicações apresentadas.

O caráter dessa ação parlamentar acaba por criar uma figura de deputado que é tido como competente e atuante na medida em que se integra a prática de atendimento de demandas pontuais de municípios e comunidades. Essa lógica nas relações políticas “empurra” o parlamentar para uma política de desgovernança da metrópole.

Considerações Finais

O Governo federal, apesar do discurso em prol da uma PNDU, ainda não decidiu se adota o discurso como prática de governo ou se continua com a perspectiva adotada no Programa Minha Casa Minha Vida, que abandonou o processo de construção de uma política nacional de habitação, que integraria os entes federativos em torno de planos estaduais e municipais de habitação (Planos Locais de Habitação de Interesse Social – PLHIS), e estabeleceu a velha política de distribuição de casas, que afora seus números realmente expressivos, é calcada na fórmula de atendimento de demandas advindas da vontade do Executivo federal sem o envolvimento de instrumentos de planejamentos locais.

O processo de formação da governança urbana carece de protagonistas. O Governo federal com a PNDU, apesar de constitucionalmente não ser o responsável pela delimitação de metrópoles nos estados, deve colaborar na articulação de um processo de sinergia entre estados e municípios.

Nos últimos anos, o Ministério das Cidades, apesar de ter sido o agente que fomentou as cinco conferências das Cidades e seguindo o que determina o Estatuto das Cidades, buscou inserir segmentos da sociedade no processo, acabou por deixar de lado o fato de que sem uma sólida articulação com estados e municípios não há como se estabelecer uma PNDU, sobretudo tendo-se como pressuposto que os problemas urbanos estão concentrados no espaço das metrópoles.

Em especial, o estado de São Paulo, enquanto um dos entes da federação que deveria ser protagonista na construção da gestão da

metrópole, não pôs em prática os instrumentos da lei nº 1139/11, que reorganiza a Região Metropolitana de São Paulo. O Fundo de Desenvolvimento da RMSP, que poderia dar o embasamento para os mecanismos de gestão e governança da metrópole, não possuiu até o momento relevância, da mesma maneira que os demais instrumentos da lei ainda não são eficazes. Em suma, a RMSP possui o instrumento legal para gestão, mas carece de protagonistas. Tanto o governo do Estado como a principal prefeitura da região – a Prefeitura de São Paulo – não cumprem seu papel de protagonista no processo.

Ermínia Maricato, por ocasião dos dez anos do Ministério das Cidades, traça um breve e preciso perfil do atual estado da nossa governança metropolitana:

Tem um complicador. A competência sobre o uso e ocupação do solo é municipal. É o começo da nossa tragédia. A metrópole não tem estatuto. Há uma discussão a respeito no Congresso, mas ainda não saiu do nível do debate. Em São Paulo, são 39 municípios e cada um atira para um lado, cada Câmara de Vereadores avalia os fatos com base em seus interesses paroquiais. É muito difícil administrar. Não se resolvem os problemas das enchentes, do saneamento, da captação e distribuição de água na esfera municipal. Igualmente não se soluciona o transporte, pois é muito frequente o cidadão morar em uma cidade e trabalhar em outra. Nossas metrópoles são desgovernadas. (Maricato, 2014)

Além do processo comentado por Maricato, estado e municípios, como vimos na análise acerca da Assembleia Legislativa do estado de São Paulo, possuem a prática de – com a intervenção de deputados estaduais – encaminharem suas demandas de maneira individual ao executivo estadual, em um processo que envolve a relação entre parlamentar e prefeito, que prescinde de instâncias de governança metropolitana e tendem a agudizar os problemas que extrapolam os limites do município.

A constituição de 1988, ao tornar os municípios entes federativos com constituições próprias (leis orgânicas) e ao dar-lhes relativa autonomia político-jurídica, resgatou definitivamente o papel do município no cenário político brasileiro, acompanhando a tendência internacional de valorizar os níveis subnacionais de governo. (Kerbaux, 2012, p. 63)

Isso significa afirmar que ocorreu, a partir desse momento, uma tendência no avanço de um processo específico de descentralização, o que vai repercutir diretamente na atuação política dos prefeitos e dos parlamentares estaduais, que atuarão visando atender as reivindicações pontuais de suas regiões e das cidades próximas, redutos de seus partidos e de suas votações.

As relações entre prefeituras, parlamentares e governo estadual – pelo que percebemos – estabelecem-se em uma lógica que nega a organização metropolitana. A governança metropolitana implica em que as relações pontuais, características que fazem parte dessa lógica, sejam postas de lado para que o rearranjo de poder, necessário a governança metropolitana, seja construído. E isso implica em menos poder ao governo do estado, menos poder às elites locais, uma ação parlamentar renovada, para que se formem estruturas de organização metropolitana com mais poder.

Bibliografia

ABRANCHES, Sérgio. (1988), “Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro”. Dados, vol. 31, n. 1.

ABRUCIO, F.; TEIXEIRA, M. A. e COSTA, V. “O papel institucional da Assembleia Legislativa paulista: 1995 a 1998”. In: SANTOS, F. (org.). *O Poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

ADEODATO, M. T. P. C.. *As razões e os limites das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Urbano. Uma análise comparativa das proposições de 1975 e 2004*. Tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: FAU/USP, 2010

ALVES, M. A. da S. “Experiências Internacionais em gestão metropolitana: três estudos”. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA – Painel 37. Políticas Públicas e gestão: a questão metropolitana, 2, Brasília. *Anais...* Brasília: Consad, 2009.

ARRETCHE, M. Mitos da Descentralização: Maior Democracia e Eficiência nas Políticas Públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 11, n. 31, 1996.

AZEVEDO e MARES GUIA. *Futuro das Metrópoles: desigualdade e governabilidade*. Observatório/IPPUR/UFRJ-FASE. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2000.

AZEVEDO, Sérgio de; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. “Mudanças e Permanências na Cultura Política das

Metrópoles Brasileiras”. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 52, n. 3, 2009, pp. 691-733.

CARVALHO, Nelson Rojas cie. Concentração e Dispersão Eleitoral: um estudo sobre geografia do voto e os mecanismos de competição política no Brasil. Dissertação de Mestrado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1996.

CARVALHO, Nelson Rojas. E no início eram as bases. Geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil. Rio de Janeiro. Editora Revan, 2003.

CARVALHO, Nelson Rojas de. E no início eram as bases: Geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. “Geografia política das eleições congressuais: a dinâmica de representação das áreas urbanas e metropolitanas no Brasil”. In: Cadernos Metrôpole, São Paulo, v. 11, n. 22, jul/dez, 2009, pp. 367-384.

CHAIA, V. *Jornalismo e Política – Escândalos e relações de poder na Câmara Municipal de São Paulo*. São Paulo: Hacker Editores/Capes, 2004.

CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS CIDADES, 5. Documento Preparatório – Quem Muda a Cidade Somos Nós – Reforma Urbana Já. São Paulo: Ministério das Cidades, 2013

CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS CIDADES SÃO PAULO, 5. Subcomissão de Sistematização. Documento Final. São Paulo: Ministério das Cidades, 2013.

DAVANZO, A. M. Q.; NEGREIROS, R. e SANTOS, S. M. M. dos. O fato metropolitano e os desafios para sua governança. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 119, jul/dez, 2010.

FERNANDES, A. S. A. F. “Gestão Metropolitana no Brasil: A trajetória de evolução institucional”. In: ENCONTROS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO, Salvador. *Anais...* Salvador, Governo da Bahia, 2012.

FIGUEIREDO, A. C. e LIMONGI, F. O Congresso e as medidas provisórias: abdicação ou delegação?, *Novos Estudos CEBRAP*, n. 47, CEBRAP/São Paulo, mar, 1997.

FIGUEIREDO, A. C. e LIMONGI, F. Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional, Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas-FAPESP, 1999.

KERBAUY, M. T. M.. “As Câmaras Municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local”. In: MENEGUELLO, R. (org.). *O Legislativo: funcionamento, composição e opinião pública*. Brasília: Senado Federal, 2012.

MARICATO, E. Entrevista. *Carta Capital*, edição Especial 20 anos, 6 jan/2014.

MENEGUELLO, R. (org.). *O Legislativo: funcionamento, composição e opinião pública*. Brasília: Senado Federal, 2012.

MOURA, R. K. Metropolização e Governança: relações transescalares em oposição a práticas municipalistas. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 16, 2004.

NICOLAU, Jairo C. M. & SCHIMITT, Rogério. “Sistema eleitoral e sistema partidário”. Lua Nova. Revista de Cultura e Política, 36. São Paulo, 1995.

PORTO, M. “A crise de confiança na política e suas instituições – os mídias e a legitimidade da democracia”. In: COMPÔS, 4, São Paulo. *Anais...* São Paulo, USP, 1996.

RIBEIRO, A. Entrevista do Ministro das Cidades Aguinaldo Ribeiro. *Carta Capital*, 5 jan/2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/777/por-uma-acao-articulada-6303.html>>.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: Editora Revan/FASE, 2000.

_____. “Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro”. In: _____ (org.). O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: Editora Revan/FASE, 2000b.

_____. “As metrópoles e a sociedade brasileira: futuro comprometido?”. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (org.). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Editora Perseu Abramo/FASE/Observatório das Metrópoles, 2004.

_____. “Introdução: As metrópoles brasileiras. Territórios desgovernados”. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos (orgs.). *As metrópoles e a questão social brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Revan/FASE, 2007.

Corrêa, Filipe Souza. *Conexões Eleitorais, Conexões Territoriais: as bases socioterritoriais da geografia do voto no espaço*, dissertação de mestrado, UFRJ, 2011. metropolitano fluminense.

SANTOS, F. (org.). *O Poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SANTOS, F. “Poder de atração, complexidade institucional e processo decisório: análise comparada de Assembleias legislativas no Brasil”. In: MENEGUELLO, R. (org.). *O Legislativo: funcionamento, composição e opinião pública*. Brasília: Senado Federal, 2012.

TOCQUEVILLE, A. de. *A Democracia na América*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Síntese e conclusões

Lucia Maria Machado Bógus¹
Suzana Pasternak²

Para apresentar algumas conclusões a partir das análises realizadas nos diferentes capítulos, serão retomadas aqui as questões que nortearam os debates apresentados neste livro e que dizem respeito às transformações que ocorreram, ao longo das últimas décadas, na Região Metropolitana de São Paulo.

Tais transformações referem-se tanto à economia e à estrutura social, como à distribuição espacial das atividades econômicas e da população ocupada, sempre pensadas em relação às demais regiões metropolitanas brasileiras. Tais questões remetem também à relação entre as transformações na estrutura social e aquelas observadas no padrão de segmentação espacial dos espaços intrametropolitanos, fio condutor da análise dos padrões e das tendências da distribuição espacial das tipologias sócio-ocupacionais. Para compreender essa relação outras variáveis foram consideradas, além daquelas que compõem a categoria sócio-ocupacional (ocupação, escolaridade e renda) sempre tendo em vista aprofundar o conhecimento sobre as mudanças nos padrões de desigualdade social e suas manifestações espaciais no tecido metropolitano.

A busca das possíveis respostas remete à análise espacial e à importância de acompanhar as mudanças na localização dos diferentes tipos sócio-ocupacionais na maior metrópole brasileira, a partir dos anos 1980, mas com maior foco no período compreendido entre 1991 e 2010. A análise da localização espacial propicia um maior conhecimento da realidade permitindo agregar outras variáveis que subsidiam a formulação de hipóteses sobre a distribuição da população ocupada no espaço metropolitano em estudo, incluindo o emprego, as condições de moradia, as formas de organização da família, o acesso às

¹ Professora titular do Departamento de Sociologia e do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. Pesquisadora I-A do CNPq. Coordenadora do Observatório das Metrôpoles de São Paulo.

² Professora titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAU-USP). Pesquisadora I-A do CNPq. Vice-coordenadora do Observatório das Metrôpoles.

estruturas educacionais e de transporte, entre outras. De outro lado, levando em consideração que a configuração espacial das tipologias vincula-se a um conjunto de relações sociais, cabe lembrar que a localização de cada tipo está diretamente ligada às possibilidades de residir em determinadas áreas da metrópole, onde a variação nos preços da terra depende tanto do grau de consolidação urbana como das condições de acesso às infraestruturas.

No estudo das estruturas sócio-ocupacionais, em complementação aos dados censitários, foram utilizados, para a região metropolitana de São Paulo, dados das PNADs, (pesquisa nacional por amostra de domicílios do IBGE). Esses dados permitiram analisar comparativamente e de forma longitudinal a relação entre o perfil sócio-ocupacional e alguns indicadores selecionados, como os referentes à estrutura etária, renda, migração, educação, trabalho e moradia levando em conta as consequências sociais da constituição de padrões diferenciados de organização e de distribuição populacional nos municípios metropolitanos.

Cabe retomar as duas questões que pautaram os estudos realizados para a Região Metropolitana de São Paulo, no âmbito do Observatório das Metrôpoles:

1) No que se refere à estrutura social, quais as principais transformações observadas no período estudado?

2) Que relações podem ser apontadas entre essas transformações na estrutura social e as mudanças no padrão de segmentação espacial do espaço intrametropolitano de São Paulo?

Os elementos para responder a essas questões são encontrados em cada um dos capítulos deste volume, mas especialmente no Capítulo 4 que trabalha especificamente a estrutura socioterritorial. Esse capítulo analisou, entre outros aspectos, as tendências das categorias sócio-ocupacionais (variável *proxy* de 'classe social' construída a partir de uma composição entre ocupação, escolaridade e renda) na região metropolitana de São Paulo, desde os anos 1980, destacando que na década de 1990 a estrutura sócio-ocupacional apresentou um pequeno aumento das categorias superiores e dos trabalhadores manuais, em relação à década anterior, além de leve redução das categorias médias.

Num primeiro olhar, tal comportamento indicaria uma tendência à dualização social. Uma análise mais refinada, no entanto, leva à percepção de que o aumento nas categorias superiores deve-se a um aumento de profissionais de nível superior, uma vez que no extremo

da hierarquia social – dirigentes e altos executivos – ocorreu perda relativa no período.

De um modo geral, a estrutura sócio-ocupacional manteve sua diversidade ao longo das décadas analisadas, mas apresentou forte incremento dos trabalhadores do terciário, grande aumento dos profissionais de nível superior, perda de ocupações de escritório, perda de dirigentes, perda dos trabalhadores das indústrias moderna e tradicional, ganho entre operários dos chamados serviços auxiliares e dos ocupados no terciário não especializado.

Essas alterações corresponderam a mudanças na estrutura social que manteve, basicamente, seu formato. Há que ressaltar que a ruptura da estabilidade inerente à estrutura social demandaria um conjunto de alterações muito maiores do que as que ocorreram no período considerado. No que diz respeito às distâncias sociais, o maior acesso à educação superior não foi capaz de encurtá-las ou mesmo de potencializar uma situação de maior proximidade social. Isso porque o acesso ao ensino superior e, em alguns casos, a cursos de pós-graduação não foi sinônimo de maiores oportunidades no mercado de trabalho ou de salários mais elevados, em razão do descompasso entre a qualificação exigida e aquela apresentada pelos ingressantes (ou reingressantes) no mercado de trabalho.

As mudanças no espaço intrametropolitano de São Paulo foram estudadas a partir de uma tipologia socioespacial construída por análise fatorial da variável categoria sócio-ocupacional. Essa análise foi realizada, numa primeira etapa, a partir da classificação hierárquica dos conglomerados resultantes do agrupamento das 812 áreas de expansão demográfica fornecidas pelo IBGE, comparando a estrutura socioespacial da metrópole em 1991 e em 2000. Para facilitar a comparação, agruparam-se os diversos clusters de 1991 e 2000 em cinco grandes tipos de áreas, a saber: áreas superiores, médias, **operárias**, **populares** e **agrícolas**. Em 2010, a mudança na base geográfica das AEDS, feita pelo IBGE, levou a que se passasse a considerar a distribuição das categorias sócio-ocupacionais pelos distritos. Tal procedimento possibilitou manter a comparabilidade espacial e temporal com a década anterior uma vez que as bases distritais se mantiveram inalteradas, demandando uma série de ajustes devidamente explicitados no Capítulo 4.

A impressão geral da tipologia socioespacial de São Paulo tanto em 1991 como em 2000 e 2010 corresponde a um padrão “mancha de

óleo”, em que os tipos superiores se localizam nas áreas centrais, circundados por tipos hierarquicamente inferiores, primeiro os médios, depois os operários e, por fim, os populares e os agrícolas. Deve-se notar, entretanto, que os espaços com a mesma classificação nem sempre apresentam as mesmas características entre 1991 e 2010. As áreas superiores de 1991 sofreram um processo de “*elitização relativa*” em 2000, que se manteve e, em alguns casos, se acentuou em 2010, apontando para a combinação, nessas áreas, de um importante aumento de categorias superiores com a perda considerável de trabalhadores manuais. E essa elitização é “*relativa*” porque houve perda no topo da pirâmide, ou seja, perda no número de dirigentes. As áreas médias, por sua vez, acusaram forte aumento dos profissionais de nível superior, além de incremento dos prestadores de serviços especializados e não especializados e da perda de trabalhadores do setor secundário. Os espaços operários apresentaram ganho de trabalhadores terciários, tanto de prestadores de serviços especializados como de não especializados. Por fim, os espaços populares estão mais misturados, e os agrícolas, mais popularizados, indicando a continuidade da expansão da pobreza para as áreas do antigo cinturão-verde da metrópole, ampliando uma vasta periferia carente de infraestruturas e de serviços.

Considerando as mudanças na tipologia das áreas, a tendência geral observada na metrópole, entre 1991 e 2010, foi de manutenção dos tipos com um equilíbrio no percentual das áreas que subiram e desceram na hierarquia. As duas maiores alterações, entre 2000 e 2010, envolveram a mudança das áreas de tipo médio para superior (10 distritos) e de operário médio para operário popular (18 distritos). De um modo geral, a região metropolitana apresentou grande estabilidade, dado que 75% dos distritos conservaram a tipologia.

A partir das análises apresentadas, tanto no capítulo dedicado ao estudo da distribuição sócio-territorial, como nos demais capítulos, foi possível delinear algumas conclusões sobre as alterações no padrão de urbanização da região metropolitana de São Paulo.

Essas conclusões levam à refutação da tese do surgimento de um novo padrão de urbanização resultante da reestruturação produtiva em nível mundial. Esta reestruturação teria dualizado com maior intensidade a estrutura social, aumentando a pobreza urbana e alterando a aparência da segregação espacial, o que não ocorreu de maneira plena em São Paulo. No caso de São Paulo, o histórico modelo núcleo-periferia ainda organiza o espaço metropolitano, embora

algumas diferenças importantes possam ser apontadas. Nesse sentido, embora a estrutura espacial da metrópole tenha mantido certa estabilidade, é notável que cerca de metade das áreas que mudaram sua posição tenha subido na hierarquia. A periferia, por seu lado, está cada vez mais urbanizada, e apresenta maior mistura social. As dificuldades que ainda apresenta referem-se, sobretudo, às condições de mobilidade e de transporte, uma vez que a qualidade dos serviços e a oferta de habitações e infraestruturas urbanas tendem a se distribuir no espaço metropolitano de modo cada vez mais abrangente.

Como considerações finais é importante colocar que a busca pelas soluções para a crise de mobilidade urbana deve envolver também medidas que enfrentem a crise urbana maior construída ao longo da urbanização ocorrida principalmente na segunda metade do século XX segundo padrões socialmente desiguais e ambientalmente insustentáveis, como visto anteriormente. A realização contínua, intensa e planejada de investimentos em sistemas de transporte coletivo, em suas diferentes modalidades, é importante. Mas é importante termos uma verdadeira política nacional de desenvolvimento urbano, voltada para as soluções das principais problemáticas urbanas que fazem o dia a dia das pessoas nas nossas cidades cada vez mais difícil.

A distribuição sócio-espacial reflete, por sua vez, as mudanças na estrutura social observadas: houve ao longo das décadas estudadas, aumento de profissionais de nível superior, terciarização dos empregos, perda nos contingentes do proletariado tradicional e moderno, além do aumento do pessoal do setor terciário não especializado. Houve, também, uma diminuição relativa e em números absolutos da elite, que, embora menor, se concentrou fortemente no espaço, seja nas áreas mais centrais do município de São Paulo, seja em alguns enclaves metropolitanos, representado pelos condomínios fechados para os grupos de alta renda. Mas foi esta a única categoria sócio-ocupacional mais segregada no espaço. Em todas as outras, ocorreu uma maior mistura em termos dos locais de residência.

Nesse sentido, a aparência geral da residência das classes sociais no espaço variou pouco entre 1991 e 2010, consolidando algumas tendências, que já se anunciavam em 1980, como a conservação das áreas centrais habitadas pela população de maior renda e das camadas populares morando na periferia metropolitana. Como mudanças significativas da última década, pode-se destacar:

- A expansão das áreas médias para oeste e sudoeste, com a maior presença de loteamentos de renda alta e média no eixo oeste;
- A popularização do eixo norte, mostrando a expansão da residência de camadas populares para áreas mais distantes, da região norte da metrópole, no eixo rodoviário da Serra da Cantareira.
- A transformação de parte das áreas agrícolas em populares, indicando também sua ocupação por camadas populares que se alojam na periferia mais longínqua e de difícil acesso.
- Considerando especificamente o município de São Paulo ocorreu, principalmente entre 2000 e 2010 uma transformação importante em alguns distritos da região norte mais próximos do centro, que se transformaram em áreas de tipo superior e tem atraído, cada vez mais, moradores de alta renda.

Em São Paulo as áreas superiores têm se consolidado como uma grande “mancha” no centro da metrópole, assinalando uma hierarquia descendente dos tipos sócio-espaciais conforme a distância em relação a essa mancha, quebrada apenas por algumas áreas superiores menores tanto na zona oeste como na zona leste do município. As áreas superiores estão, geralmente, circundadas por áreas médias, também localizadas principalmente na capital. Essa organização do espaço corresponde ao modelo tradicional de segregação espacial, que é a de círculos concêntricos, com as camadas de alta renda residindo nos círculos mais centrais e as camadas de menor renda nos círculos contíguos, em direção à periferia.

Apesar da tendência à elitização observada nas áreas superiores, a maior dispersão das camadas médias e superiores no território metropolitano vem ampliando a sua diversificação social. Embora não se possa dizer que o padrão centro-periferia esteja superado, várias metrópoles brasileiras, como é o caso de São Paulo, tornaram-se mais segmentadas e de certa forma um pouco menos segregadas em termos espaciais, ainda que a proximidade física entre as diversas classes possa estar associada a uma maior distância social, como no caso de alguns condomínios fechados “incrustados” em periferias pobres. A este quadro somam-se algumas outras mudanças, já observadas em outras metrópoles da América Latina, com destaque para:

- O decréscimo e o esvaziamento de antigas áreas centrais, como ocorreu em São Paulo, com o deslocamento de áreas tradicionais de negócios e a constituição de novas centralidades com impactos na estruturação do espaço urbano e o surgimento de complexos empresariais como se observa nas avenidas Faria Lima e Berrini, na zona sul de São Paulo. Este esvaziamento populacional, forte nos anos 1980-2000, quando as taxas de crescimento populacional nos três anéis mais centrais eram negativas, se reverte na década 2000-2010, quando as taxas de crescimento de todos os segmentos populacionais foram positivas, e a maior taxa se deu no anel central, de 1,24% anuais. O anel periférico ainda cresce, mas a taxa menor, de 0,96% anuais. Recentemente o centro da capital está sendo alvo de inúmeros lançamentos imobiliários, voltados a parcelas populacionais específicas: solteiros, casais jovens, idosos, enfim, pessoas para as quais a proximidade de equipamentos e a minimização de tempo de transporte é importante;
- A difusão de novos padrões habitacionais e investimentos imobiliários destinados às camadas de alta e média renda, reforçando a exclusividade de áreas nobres e produzindo o enobrecimento de outras, geralmente próximas das primeiras. Merecem também destaque os condomínios horizontais fechados que continuam se expandindo em algumas áreas da região metropolitana de São Paulo. Tais condomínios implantados geralmente em áreas afastadas do centro e antes ocupadas pelas camadas populares ou por atividades agrícolas, produziram uma segmentação acentuada, que se expressa através de dispositivos explícitos de separação física e simbólica, como cercas, muros, e sofisticados aparatos de segurança.
- A expansão das metrópoles para as franjas da cidade, com o deslocamento da moradia das camadas de mais baixa renda para áreas cada vez mais afastadas, associada não apenas ao crescimento da população como às transformações do mercado de trabalho, que tem levado os trabalhadores da base da pirâmide à busca de menores custos com habitação;
- A afirmação crescente da lógica e dos interesses do capital imobiliário na produção e reprodução metropolitanas, alterando a paisagem e as condições urbanas, entre outros motivos, pela incorporação de um modelo urbanístico próprio

das cidades globais e do empreendedorismo urbano a ele associado.

As camadas médias representam percentual grande, em São Paulo. Não se percebe evidência de redução de seu peso relativo ao longo do período estudado como tem afirmado a literatura sobre globalização. Na metrópole paulista a reestruturação produtiva é notada pela redução dos trabalhadores do secundário e aumento de terciário e dos empregos em serviços. Mas os dados das PNADs desmentem a hipótese de uma polarização crescente, pois não se percebeu aumento na base da pirâmide social e nem do seu topo.

São Paulo, a maior e a mais rica metrópole brasileira, foi intensamente atingida tanto pelos efeitos adversos das transformações econômicas da última década do século XX como pela recuperação dos anos 2000. Com uma estrutura produtiva bastante complexa, um mercado consumidor ampliado pela dimensão e renda da sua população e uma grande disponibilidade de serviços produtivos, São Paulo tem se beneficiado da referida recuperação, persistindo como um importante centro industrial e concentrando crescentemente os serviços superiores. Em 2008, por exemplo, ali estavam localizadas 41,6% das sedes das 100 maiores empresas do Brasil e 61% das sedes dos 100 maiores bancos.

Se as mudanças na estrutura ocupacional foram diferenciadas e complexas, a estrutura sócio-ocupacional apresentou uma maior inércia. Mas na trajetória recente de São Paulo houve um avanço de alguns processos, como o esvaziamento dos centros históricos, uma maior isolamento das elites (em São Paulo 70% dos dirigentes concentravam-se nas áreas superiores no ano 2000) e a manutenção de um padrão de crescimento periférico, com camadas populares residindo cada vez mais longe; de outro lado, apesar do isolamento das elites e da localização cada vez mais longínqua das camadas pobres, percebe-se maior mistura social no resto das áreas. Como se vê, o paradigma das cidades globais, marcadas pela maior polarização social e uma crescente dualização do espaço, parece muito pouco adequado para analisar e compreender as transformações atuais das metrópoles brasileiras.

Sumarizando, pode-se afirmar que a análise da estrutura social do território metropolitano de São Paulo entre 1980 e 2010, embora com diferentes movimentos por década, aponta resumidamente para cinco grandes tendências:

1. Elitização relativa e profissionalização, com aumento dos profissionais de nível superior e diminuição dos dirigentes;
2. Terciarização, com aumento da proporção de trabalhadores do terciário;
3. Diminuição dos trabalhadores do secundário, sobretudo os ligados à indústria de transformação;
4. Manutenção relativa das camadas médias;
5. Pequena diminuição dos trabalhadores do terciário não especializado, sobretudo após 1991.

Estas tendências refletem as transformações na estrutura produtiva, com ênfase no padrão de terciarização da metrópole, que não reflete mais sua base industrial. A indústria se locomoveu para o interior do estado e houve retração do peso da metrópole na geração do produto industrial do estado. A Grande São Paulo se terciarizou e as políticas de expansão do ensino superior explicam a enorme proporção de profissionais do nível superior no tecido metropolitano. A violência urbana, por outro lado, talvez auxilie como fator explicativo para a saída das elites dirigentes, aliada à ida das indústrias para o interior do estado e para outros locais do país.

A organização social expressa no território metropolitano pela tipologia socioespacial permite visualizar como os diferentes grupos sociais se aloca realocam no espaço. A persistência do modelo núcleo-periferia, com o núcleo concentrando as camadas superiores e a periferia se popularizando aponta para a inércia de um modelo que segue se consolidando.

AUTORES

- Ângela Luppi Barbon** – Analista Senior de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU. Mestre em Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCAMP.
- Camila D'Ottaviano** – Professora da FAU-USP. Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-USP. Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles.
- Cimar Alejandro Prieto** – Doutorando em Demografia pelo IFCH/UNICAMP. Analista da Gerência de Indicadores Econômicos da Fundação Seade/SP.
- Dulce Maria Tourinho Baptista** – Prof^ª Assistente Doutor do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP. Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles.
- João Marcus Pires Dias** – Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – com bolsa CNPq, pesquisador e colaborador do Observatório das Metrôpoles – Núcleo São Paulo.
- Kazuo Nakano** – Arquiteto urbanista pela FAU-USP, mestre em Estruturas Urbanas e Ambientais pela mesma Universidade, doutorando em demografia na UNICAMP, professor do mestrado profissional em arquitetura e urbanismo da FIAM-FAAM e do mestrado lato sensu em direito imobiliário da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP).
- Lília Montali** – Pesquisadora do Núcleo de Estudo de Políticas Públicas da Universidade Estadual de Campinas. Pesquisadora do CNPq.
- Lucia Maria Machado Bógus** – Professora titular do Departamento de Sociologia e do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. Pesquisadora 1-A do CNPq. Coordenadora do Observatório das Metrôpoles de São Paulo.
- Marcelo Barbosa Câmara** – Doutor em Ciências Sociais (Política) pela PUC-SP; pesquisador do Neamp (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política) da PUC-SP.
- Marcelo Tavares de Lima** – Mestre em Ciências (Estatística e experimentação agrônômica) pela Universidade de São Paulo. Estatístico no Hospital da Mulher Prof. José Aristodemo Pinotti (CAISM) e professor na FSU – Anhanguera, Unidade Sumaré – SP.

Marisa do Espírito Santo Borin – Prof^a Assistente Doutor do Departamento de Sociologia e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles.

Rafael Soares Serrao – Graduado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Técnico do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

Ricardo Carlos Gaspar – Professor-Doutor do Departamento de Economia da FEA-PUC-SP. Assessor Especial da Secretaria do Governo Municipal da Prefeitura de São Paulo.

Suzana Pasternak – Professora titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAU-USP). Pesquisadora 1-A do CNPq. Vice coordenadora do Observatório das Metrôpoles.

Vagner de Carvalho Bessa – Mestre em Geografia e Doutorando do Instituto de Economia da Unicamp. Gerente de Indicadores Econômicos da Fundação Seade/SP.

Vera Chaia – Professora do Departamento de Política e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, pesquisadora do Neamp (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política) da PUC-SP e do CNPq.

Esta obra foi impressa em processo digital,
na Oficina de Livros para a Letra Capital Editora e a Editora PUCMinas.
Utilizou-se o papel Pólen Soft 80g/m²
e a fonte ITC-NewBaskerville corpo 11 com entrelinha 14.
Rio de Janeiro, abril de 2015.